DIRETORIA DE CONTROLE
DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

APRESENTAÇÃO

O Plano de Ação 2002/2003 da Diretoria de Controle de Poluição Ambiental é um documento preparado diretamente pelas equipes técnicas e supervisionado pelos gerentes das trinta e quatro Agências Ambientais, sendo também validado pelos responsáveis das onze Regionais que as congregam.

Esta adequada estratégia de trabalho, espelha a efetiva participação da força representada por significativa parcela da reserva de inteligência da CETESB, como também explicita o real comprometimento da totalidade do mais alto nível gerencial, do universo representativo das unidades descentralizadas componentes dessa Diretoria.

Cumpre ressaltar a continuidade de uma filosofia estabelecida pela Diretoria de Controle, lastreada em princípios básicos, sempre reafirmados, que valorizam o planejamento como ferramenta essencial para a facilitação e aprimoramento das decisões durante as ações contínuas da gestão empresarial.

Importante frisar o trabalho preparatório para a confecção do Plano, que motivou uma série de reuniões com o corpo técnico, gerências e assessorias, consubstanciado no documento orientativo "Plano de Ação 2002/2003 - Bases para Elaboração", distribuído na reunião gerencial ocorrida em outubro de 2001 na cidade de Limeira.

Na sequência das ações relativas à perenidade do processo, estão contempladas verificações sistemáticas sobre o cumprimento de todos os programas pretendidos, como também a fundamental realimentação que permitirá, alterações e correções de rumo, converventes na idéia de deixar um legado aos responsáveis pela execução da nobre missão de afiançar a qualidade do Meio Ambiente às futuras gerações.

Março/2002

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....

1. REGIONAL DA BACIA DO ALTO TIETÊ I
   Agência Ambiental de Santo Amaro .....
   Agência Ambiental de Santo André .....
   Agência Ambiental do Ipiranga .....
2. REGIONAL DA BACIA DO ALTO TIETÊ II
   Agência Ambiental de Osasco .....
   Agência Ambiental de Pinheiros .....
   Agência Ambiental de Santana .....
3. REGIONAL DA BACIA DO ALTO TIETÊ III
   Agência Ambiental de Guarulhos .....
   Agência Ambiental de Mogi das Cruzes .....
   Agência Ambiental de Tatuapé .....
4. REGIONAL DA BAIXADA SANTISTA
   Agência Ambiental de Cubatão ....
   Agência Ambiental de Santos .....
5. REGIONAL DA BACIA DO GRANDE E TURVO
   Agência Ambiental de Araraquara .....
   Agência Ambiental de Barretos ....
   Agência Ambiental de São José do Rio Preto .....
6. REGIONAL DA BACIA DO MOGI GUAÇÚ E PARDO
   Agência Ambiental de Franca ....
   Agência Ambiental de Pirassununga .....
   Agência Ambiental de Ribeirão Preto .....
7. REGIONAL DA BACIA DO PARAÍBA DO SUL E LITORAL NORTE
   Agência Ambiental de Aparecida .....
   Agência Ambiental de Jacareí .....
   Agência Ambiental de Taubaté .....
   Agência Ambiental de Ubatuba .....
8. REGIONAL DA BACIA DO PARANÁ
   Agência Ambiental de Araçatuba ....
   Agência Ambiental de Bauru .....
   Agência Ambiental de Marília .....
   Agência Ambiental de Presidente Prudente .....
9. REGIONAL DA BACIA DO PIRACICABA I
   Agência Ambiental de Campinas I.....
   Agência Ambiental de Campinas II.....
   Agência Ambiental de Jundiaí .....
   Agência Ambiental de Paulínia .....
10. REGIONAL DA BACIA DO PIRACICABA II
   Agência Ambiental de Americana .....
   Agência Ambiental de Limeira .....
   Agência Ambiental de Piracicaba .....
11. REGIONAL DAS BACIAS DO SOROCABA, A.PARANAP E LIT.SUL
   Agência Ambiental de Itapetininga .....
   Agência Ambiental de Sorocaba .....

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CETESB

DIRETORIA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE AÇÃO 2002/2003



Regional da Bacia do Alto Tietê I (CTi)

Agência Ambiental de Santo Amaro
Agência Ambiental de Santo André
Agência Ambiental do Ipiranga

AGÊNCIA AMBIENTAL DE SANTO AMARO - CTi-M

PLANO DE AÇÃO 2002-2003

I. Introdução

A Agência Ambiental de Santo Amaro, desenvolve suas atividades na zona sul e sudoeste de São Paulo e nos Municípios de Juquitiba, São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra, Embu e Embu Guaçu, abrangendo uma área de 1.838 km2 com aproximadamente 73 % em Área de Proteção aos Mananciais, onde se localizam os Reservatórios do Guarapiranga, parte da Billings e da Bacia do Rio Ribeira de Iguape.

Os municípios atendidos são parte de São Paulo, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra, Embu e Embu Guaçu, com uma população total de 3.030.620 habitantes, distribuída conforme abaixo:

Embu	222.223 habitantes
Embu Guaçu	56.709 habitantes
Itapecerica da Serra	129.156 habitantes
Juquitiba	26.479 habitantes
São Lourenço da Serra	12.185 habitantes
São Paulo	2.553.868 habitantes

As URGHIs atendidas são UGRHI 06 Alto Tietê (Tietê Alto Zona Metropolitana) e Parte do Reservatório Billings e Reservatório do Guarapiranga e UGRHI 11 Ribeira de Iguape/Litoral Sul.

A vocação da região é mista, havendo significativo desenvolvimento nas área de atividades minerárias, industriais e de serviços.

A Agência Ambiental de Santo Amaro, conta com os recursos humanos de 01 Gerente, 05 engenheiros, 02 químicos, 01 biólogo, 01 arquiteta, 01 tecnólogo, 01 técnico, 01 comunicóloga, 01 encarregado administrativo, 01 secretária, 03 controladores administrativos e 01 motorista e como recursos materiais principais 07 veículos, além de alguns equipamentos de campo destinados às avaliações ambientais.
Como detalhado, a equipe técnica com 13 funcionários tem uma disponibilidade de 19.500 homens/hora /ano.

II. Diagnóstico Ambiental

II.1. Poluição do Ar

Em face dos Programas de Controle de Poluição do Ar (Material Particulado e 'Dióxido de Enxofre) obteve-se reduções significativas nas emissões junto as fontes potencialmente poluidoras nas quais será mantido o acompanhamento de consumo de óleo combustível.
Quanto as emissões veiculares por queima de óleo diesel, conforme os levantamentos efetuados, tem-se verificado índice de inadimplência abaixo de 10 %.

II.2. Poluição das Águas

Como decorrência das ações de controle de poluição das águas já desenvolvidas, alcançou-se uma redução significativa nas cargas orgânicas e inorgânicas dos efluentes líquidos das indústrias, e desta forma as ações deverão estar direcionadas à manutenção e melhoria dos resultados obtidos.
Atualmente o principal problema em termos de poluição das águas é o esgoto doméstico, que é tratado de maneira parcial. Quanto as ETEs, será dado continuidade de atendimento às ações desenvolvidas sobre a SABESP nas 02 unidades de Embu Guaçu, 02 unidades de São Lourenço da Serra e 01 unidade de Juquitiba, visando manter as mesmas com lançamentos dentro dos padrões estabelecidos na legislação.

II.3. Poluição do Solo

A ação fiscalizadora e o controle da destinação final dos resíduos sólidos industriais através da sistemática de vistorias periódicas, Plano de Resíduos Sólidos e da emissão de CADRIs, tem alcançado bons resultados.
Quanto aos aterros existentes em A.P.M., será dada continuidade de atendimento de forma sistemática, na busca de solução adequada para a disposição dos resíduos domiciliares gerados na região.
Para os resíduos de serviços de saúde (hospitalares), embora já tenhamos identificado os geradores da região e controlado parte da destinação destes resíduos, há necessidade de efetuar levantamento e quantificação da situação atual.

PROPEC – Programas Permanentes de Controle

III.1. Licenciamento Ambiental

A meta estabelecida para atendimento do licenciamento é de 100% da demanda.

- Procedimentos: Compatibilização das atividades com suas áreas de implantação e dispositivos legais e exigências específicas para o controle ambiental.
- Universo: 300 pedidos, 1 retorno/ano, 6 hs/retorno.
- Tempo alocado: 1.800 hs.

III.1.2. Licença de Funcionamento Novas

- Metas: Verificação e análise do processo e sistemas de controle de poluição.
- Procedimento: Compatibilizar o licenciamento em função do controle ambiental implantado.
- Universo: 350 pedidos, 1 retorno/ano, 6 hs/retorno.
- Tempo alocado: 2.100 hs.

III.1.3. Licença de Funcionamento – Estoque

- Metas: Redução do estoque
- Procedimentos: Compatibilizar o licenciamento em função do controle ambiental implantado.
- Universo: 125 pedidos, 1 retorno/ano, 6 hs/retorno.
- Tempo alocado: 750 hs.

III.1.4. Contravenção LI/LF/ETs

- Metas: Adequação à legislação vigente ou cumprimento de exigências técnicas.
- Procedimento: Verificação de cumprimento de ETs e padrões legais.
- Universo: 250 autuações, 3 retornos/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 3.000 hs.

III.1.5. Certificados de Dispensa, GRAPROHAB, ParecerAPM, Desmembramento

- Metas: Análise das conformidades legais
- Procedimentos: Emissão do documento
- Universo: 250 solicitações, 2 h/análise
- Tempo alocado: 500 hs.

III.1.6. CADRI´s e SPD´s

- Metas: Adequação de disposição para os resíduos especificados.
- Procedimentos: Emissão do documento em conformidade com a destinação. Universo: 365 pedidos, 1 retorno/ano, 3 h/retorno.
- Tempo alocado: 1095 h.

III.2. Fiscalização Programada

Foram destacadas 10 empresas consideradas com alta prioridade (Nível 1) e 42 empresas de média prioridade (Nível 2) para fiscalização programada, na qual serão abordados todos os aspectos ambientais da empresa. Outras 176 fontes consideradas “auto-monitoráveis”, por suas características de empenho e desenvolvimento atingidos no controle da poluição do ar, água e solo serão avaliadas nesse tipo de fiscalização.

- Tempo Alocado:
- Nível 1: 10 empresas, 6 retornos/ano, 6 hs/retorno
- Total de Horas: 360 horas
- Nível 2: 42 empresas, 3 retornos/ano, 6 hs/retorno
- Total de Horas: 756 horas
- Nível 3: 176 empresas, 2 retornos/ano, 6 hs/retorno
- Total de Horas: 2112 horas

III.3. Atendimento à Comunidade

III.3.1. Atendimento às Reclamações

- Metas: Soluções de 100% dos casos com período máximo de 02 (dois) anos.
- Procedimentos: Análise de cada caso com inspeções técnicas, avaliações, autuações e informação e acompanhamento junto a comunidade.
- Universo:
- 136 empresas (estoque), 02 retornos/ano, 04 hs/retorno
- 300 casos novos, 2 retorno/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 3488 hs

III.3.2. Atendimento às Solicitações de Órgãos Públicos/Entidades

- Metas: Atendimento ou encaminhamento de 100% das solicitações.
- Procedimentos: Identificação de cada caso, vistorias necessárias e preparação das informações técnicas.
- Universo: 170 pedidos, 1 retorno/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 680 hs.

III.3.3. Atendimento de Emergência e Acidentes Ambientais

- Metas: Atendimento de todos os acidentes.
- Procedimentos: Constatação e adoção de ações técnicas e legais cabíveis. Universo: 10 ocorrências, 2 retornos/ano, 8 hs/retorno.
- Tempo alocado: 160 hs.

III.3.4. Atendimento Técnico

- Metas: Atendimento e orientação técnica de 100% dos industriais e seus representantes que procuram a unidade.
- Procedimentos: Identificação do caso, avaliação das informações e dos documentos apresentados, encaminhamento para área técnica.
- Universo: 900 solicitações, 1 h/análise.
- Tempo alocado: 900 hs.

III. Programa de Atuação Específica – PAE

IV.1. Guarapiranga

- Metas: Implementar e tratamento adequado da água e reuso
- Procedimentos: Vistorias e atualização de dados
- Universo: 60 empresas, 1 retorno/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 240 hs

IV.2. Caça Fumaça e Contagem de Veículos

- Metas: Manutenção da inadimplência < 10% da frota.
- Procedimentos: Fiscalização de rotina e atividades administrativas.
- Universo: Aproveitamento do tempo e o percurso das vistorias de fontes fixas.
- Tempo alocado: 500 hs.

IV.3. Mineradoras

- Metas: Verificação de lançamento de efluentes e aspectos de licenciamento.
- Procedimento : Vistorias, atualização de dados
- Universo: 24 empresas, 03 retornos/ano, 04 hs/retorno
- Tempo alocado total: 288 hs

IV.4. Acompanhamento dos TAC´s

- Metas: Verificação do cumprimento das exigências estabelecidas.
- Procedimentos: Fiscalização e tomada de ações legais.
- Universo: 02 empresas, 2 retornos/ano, 8 hs/retorno.
- Tempo alocado: 32 hs

IV.5. Resíduos de Serviços de Saúde

- Metas: Levantamento dos resíduos coletados pelo serviço público e disposição.
- Procedimentos: Verificação da destinação dos resíduos.
- Universo: 6 municípios, 3 retornos/ano, 8 hs/retorno.
- Tempo alocado: 144 hs.

IV.6. Esgotos Sanitários

- Metas: Fiscalizar e avaliar o desempenho das ETE´s
- Procedimentos: coleta, análise e continuidade de atendimento individual por município.
- Universo: 5 ETE´s, 3 retornos/ano, 8 hs/retorno.
- Tempo alocado: 120 hs.

IV.7. Áreas Contaminadas

- Meta: Alcançar a recuperação/remediação ambiental de áreas contaminadas.
- Procedimentos: Solicitar planos de avaliação, acompanhar a sua execução.
- Universo: 04 empresas, 03 retorno/ano, 8 hs/retorno
- Tempo alocado: 96 horas

IV.8. Atualização do Inventário

- Metas: Atualização de 100% das empresas definidas como sendo de alta e média prioridade.
- Procedimentos: Avaliação dos dados já disponíveis e atualização segundo processo eletrônico em desenvolvimento (CD).
- Universo: 52 empresas, 2 avaliações/ano, 6 hs/avaliação
- Tempo alocado: 624 hs.

IV.9. Participação nos Comitês de Bacias e Núcleos de Educação Ambiental.

- Metas: Posicionamento efetivo da CETESB nas decisões.
- Procedimentos: Desencadear ações para os casos prioritários da região.
- Universo: 10 reuniões/ano, 8 hs/reunião.
- Tempo alocado: 80 hs.

V. Programa de Trabalho.

Os trabalhos previstos no presente plano de ação para 2.002 estarão sendo desenvolvidos simultaneamente, considerando todos os programas estabelecidos conforme a demanda requerida e articulados entre si visando a adequação dos recursos disponíveis.

VI. Planilha Demanda X Disponibilidade (anexa)

VII. Conclusões

As ações de controle desenvolvidas pela Agencia Ambiental de Santo Amaro tem alcançado alguns resultados que consideramos como ganhos ambientais, porém estamos cientes que resultados significativos demandarão um esforço maior no alcance das metas citadas neste plano, principalmente com as iniciativas já tomadas e em curso para os esgotos municipais, resíduos domiciliares, automonitoramento e áreas contaminadas.

Cumpre notar que a disponibilidade de homens/ horas do quadro técnico da Agência e as necessidades para o desenvolvimento de todos os programas Propec´s e Pae´s deste Plano, mostradas na planilha do ítem V, estão equilibradas para o ano 2002.

VI. Quadro (Demanda x Disponibilidade) Ano 2002

AGÊNCIA AMBIENTAL DE SANTO AMARO **PLANO DE AÇÃO 2002 - 2003**

PROGRAMAS	Número de Casos		Retorno por Ano		Horas por Retorno		Horas		Total Horas por Itens	
	NEC.	ADEQ.	NEC.	ADEQ.	NEC.	ADEQ.	NEC.	ADEQ.	NEC.	ADEQ.
III. PROPECs									**17701**	
III.1. Licenciamento Ambiental										
III.1.1. Licenças de Instalação	300		1		6		**1800**			
III.1.2. Licenças de Funcionamento Novas	350		1		6		**2100**			
III.1.3. Licenças de Funcionamento Estoque	125		1		6		**750**			
III.1.4. Contravenção LI/LF/ETs	250		3		4		**3000**			
III.1.5. C.Dispensa, GRAPROHAB,PT APM	250		1		2		**500**			
III.1.6. CADRIs e SPDs	365		1		3		**1095**			
III.2.Fiscalização Programada										
A. Prioritárias Nivel 1	10		6		6		**360**			
B. Prioritárias Nivel 2	42		3		6		**756**			
C. Prioritárias Nivel 3	176		2		6		**2112**			
III.3. Atendimento à Comunidade										
III.3.1. Atendimento- Reclamações da Comunidade										
Estoque	136		2		4		**1088**			
Casos Novos	300		2		4		**2400**			
III.3. 2. Atendimento a Orgãos Publicos/Entida	170		1		4		**680**			
III.3.3. Atendimento-Emergencias e Acidentes	10		2		8		**160**			
III.3.4. Atendimento-Técnico	900		1		1		**900**			
IV. PAEs									**2124**	
IV.1. Guarapiranga										
Fiscalização	60		1		4		**240**			
IV.2. Caça Fumaça e Contagem de Veiculo	1		50		10		**500**			
IV.3. Mineradoras										
Fiscalização	24		3		4		**288**			
IV.4. Acompanhamento de TACs										
Fiscalização	2		2		8		**32**			
IV.5. Residuos Serviço de Saude	6		3		8		**144**			
IV.6. Esgotos Sanitários	5		3		8		**120**			
IV.7. Areas contaminadas										
Acompanhamento da execução	4		3		8		**96**			
IV.11. Atualização de Inventário	52		2		6		**624**			
IV.12. Subcom. e Nucleos de Educ. Ambie	10		1		8		**80**			
Total Geral									**19825**	

AGENCIA AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ - CTi-N

PLANO DE AÇÃO 2002-2003

I. Introdução

A Agencia Ambiental de Santo André, desenvolve suas atividades no Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, abrangendo uma área de 815 km2, com 55 % em Área de Proteção aos Mananciais.

Os municípios atendidos são Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A população, num total de 1.900.236 habitantes está distribuída da seguinte forma:

Santo André	624.820 habitantes
São Bernardo do Campo	660.396 habitantes
São Caetano do Sul	139.825 habitantes
Mauá	342.909 habitantes
Ribeirão Pires	97.550 habitantes
Rio Grande da Serra	34.736 habitantes

A área atendida pela Agência abrange a UGRHI 06 - Alto Tietê (Bacia Billings, Bacia do Rio Tietê Alto - Zona Metropolitana e Bacia do Rio Tietê Alto - Cabeceiras) e parte da UGRHI 07 - Baixada Santista (Bacias do Rio Cubatão e do Rio Mogí).

A vocação da região é mista, havendo significativo desenvolvimento nas áreas de atividades industriais e de serviços.

A Agencia Ambiental de Santo André, conta como recursos humanos com 01 Gerente, 06 engenheiros, 06 técnicos, 01 socióloga, 06 funcionários administrativos, e como recursos materiais principais 07 veículos, 01 barco, além de equipamentos manuais destinados as avaliações ambientais de campo.
A equipe técnica acima relacionada, com 14 funcionários tem uma disponibilidade de 21.500 homens/hora/ano.

II. Diagnóstico Ambiental

II.1. Poluição do Ar

A região do ABC, apesar da transferência de muitas indústrias para outras regiões do Estado, ainda concentra um número expressivo de indústrias de grande porte, destacando-se o Pólo Petroquímico de Capuava constituído de doze grandes empresas, entre elas a Refinaria de Capuava e Petroquímica União, sete montadoras de veículos, um complexo Cloro Químico (Solvay), Pólo de Distribuidoras de Gás (cinco empresas) e um número muito grande de complexos químicos (aproximadamente 5% do total das indústrias cadastradas na região).

Após a implantação dos Programas de Controle de Poluição do Ar (Material Particulado e Dióxido de Enxofre) obteve-se reduções significativas nas emissões atmosféricas dessas fontes, o que pode ser verificado comparando-se as médias anuais do último ano, avaliadas nas estações medidoras de qualidade do ar, com os anos anteriores. Apesar dessas fontes estarem controladas devem ser mantidas sob vigilância permanente, considerando seu alto potencial poluidor.

Quanto as ações de controle de dióxido de enxofre, das 58 empresas que faziam parte do programa na região com emissão equivalente a 45.875 t/ ano de dióxido de enxofre, referente a cota CNP/81, devido a mudança e/ou encerramento das atividades de algumas indústrias e principalmente por alteração da matriz energética de óleo combustível para gás natural, temos uma emissão atual na ordem de 2.028 t/ano, ou seja redução da ordem de 99 % das emissões de óxidos de enxofre.

Também devem ser mencionados os incineradores de residuos perigosos e de residuos hospitalares, como fontes potenciais de poluição do ar, os quais devem ter fiscalizações rotineiras e amostragens em chaminé para avaliação dos sistemas de controle de poluentes.

Quanto as emissões veiculares por queima de óleo diesel, conforme constatações na fiscalização rotineira, tem-se verificado índice de inadimplência abaixo de 10 %.

II.2. Poluição das Águas

Como decorrência das ações de controle iniciadas através do Projeto Tietê obteve-se uma significativa redução da carga poluidora orgânica e inorgânica das fontes industriais, devendo as ações futuras estarem direcionadas para manutenção e ampliação dos resultados obtidos. Além do enquadramento dos efluentes das empresas inicialmente incluídas do Projeto Tietê, tidas como responsáveis pela geração de 90% da carga poluidora, varias outras fontes industrias foram da mesma forma controladas.

Atualmente, o principal contribuinte da poluição dos corpos d'água é lançamento de esgotos domésticos municipais ainda lançados sem tratamento. Da população total superior a 1.900.000 habitantes, menos de 4% sofrem tratamento através da Estação de Tratamento de Esgotos do ABC e dos sistemas isolados de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Nesse sentido, apesar do tratamento dos esgotos municipais da região estar contemplado no Plano Diretor de Coleta e Tratamento de Esgotos da Região Metropolitana, a agência autuou todos os 6 municípios (as respectivas autarquias municipais e a concessionária SABESP)

II.3. Poluição do Solo

A região do ABC não apresenta problemas quanto a disposição dos resíduos sólidos domiciliares gerados nos 06 (seis) municípios, tendo em vista que se encontram implantados e operando de forma adequada dois aterros sanitários, um pertencente a Prefeitura Municipal de Santo André que recebe exclusivamente resíduos gerados no município e um outro particular que recebe os resíduos gerados nos municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires, Mauá, Rio Grande da Serra e Diadema. Atualmente o aterro sanitário de Santo André recebe aproximadamente uma média de 18.500 t/mês de resíduos e o aterro do Lara recebe, em média, cerca de 40.800 t/mês.
Na última avaliação dos aterros realizada em Janeiro/2002 o aterro sanitário de Santo André obteve pontuação do I.Q.R = 9,3 e o aterro sanitário da Lara pontuação do I.Q.R = 9,7

Também a questão de disposição de resíduos sólidos de serviços de saúde R.S.S.S encontra-se equacionada na região, tendo em vista que se encontram em operação e funcionando adequadamente 03 unidades de incineração e 03 unidades de microondas, para tratamento de resíduos sépticos e 01 incinerador para incineração de carcaças de animais.

O controle dos resíduos sólidos industriais continua sendo realizado através da fiscalização das fontes geradoras e sistemática de emissão de CADRI, tendo sido alcançado resultados satisfatórios.
Porém devido as disposições inadequadas de resíduos industriais, principalmente no passado, em épocas até anteriores a criação dos órgãos ambientais no país, ultimamente tem se intensificado o surgimento de áreas contaminadas, podendo ser citada na nossa região a implantação de um conjunto residencial, com população estimada em cerca de 4.000 pessoas, sobre um aterro de resíduos industriais.

III. PROPEC – Programa Permanente de Controle

No Programa Permanente de Controle estarão contempladas as atividades de Licenciamento/Certificações, Fiscalização Programada e Atendimento à Comunidade.

III.1. Licenciamento Ambiental

No Licenciamento Ambiental estarão englobadas as atividades descritas abaixo, cuja meta de atendimento será de 100% da demanda total.

1 - Licença de Instalação
2 - Licença de Funcionamento
3 - Contravenção LI/LF/ETs
4 - Certificados de Dispensa
5 - Parecer GRAPROHAB
6 - Parecer de Desmembramento
7 - Parecer 1817
8 - Parecer 9714
9 - CADRI´s
10 - Respostas à “SPD”

Total de horas/ano = 11.618

III.2. Fiscalização Programada

III.2.1. Para a Fiscalização Programada foram definidas empresas classificadas em alta prioridade (Nível I), média prioridade (Nível 2) e aquelas que se encontram em fiscalização periódicas (Nível III).
Tempo Alocado:

- Nível I: 04 empresas, 6 retornos/ano, 8 hs/retorno- Total = 192 horas
- Nível II: 62 empresas, 3 retornos/ano, 6 hs/retorno- Total = 1.116 horas
- Nível III: 89 empresas, 1 retorno/ano, 4 hs/retorno- Total = 356 horas

III.2.2. Emissão veicular

Considerando que a emissão veicular contribui significativamente na alteração da qualidade do ar, por partículas inaláveis, será mantido o programa de fiscalização de rotina, tendo como meta a manutenção da inadimplência < 10% da frota.
A fiscalização será realizada durante o percurso das vistorias realizadas em fontes fixas e em operações especiais em ponto fixo.

- Tempo alocado: 576 hs.

Total de horas/ano = 2.240

III.3. Atendimento à Comunidade

No programa de atendimento à comunidade serão atendidas as seguintes atividades:

- Reclamações da população
- Atendimento às Solicitações de Órgãos Públicos/Entidades
- Atendimento aos meios de comunicação
- Atendimento de Emergência e Acidentes Ambientais

Total de horas/ano = 6.776

IV. Programa de Atuação Específica – PAE

Dentro do Programa de Atuação Específica - PAE foi estabelecido um conjunto de programas conforme especificado a seguir:

- Inventário de Fontes de Poluição
- Comitês de Bacias Hidrográficas
- Esgotos domésticos
- Resíduos sólidos domésticos
- Resíduos sépticos de serviços de saúde
- Áreas contaminadas

IV.1 - Inventário de Fontes de Poluição

Será realizado até o final de 2.002 o inventário de ar, água e solo de todas as empresas classificadas como alta prioridade (nível I) e média prioridade (nível II), tal.

- Universo = 66 empresas

Total de horas/ano = 528

IV.2 - Comitês de Bacias Hidrográficas

Considerando que a Agência Ambiental de Santo André possui representante no Sub-Comitê da Bacia do Alto Tietê Billings/Tamanduateí há participação nas reuniões mensais que são realizadas e demais atividades.

Total de horas/ano = 48

IV.3 - Esgotos domésticos

Na região do ABC os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e Mauá não possui nenhum tipo de tratamento para os esgotos sanitários, lançando-os “in natura” nos corpos d`água.

O município de São Caetano do Sul trata parte dos esgotos (20 %) na Estação de Tratamento de Esgotos na ETE-ABC, Ribeirão Pires trata parte dos esgotos coletados em reatores anaeróbicos de fluxo ascendente e Rio Grande da Serra trata parte dos esgotos coletados em lagoas facultativas.

Visando a minimização do lançamento de esgotos “in natura” nos corpos d`água todos os municípios citados foram autuados em 2001 para implantação de sistemas de tratamento, ação que terá continuidade no transcorrer de 2002, objetivando-se no âmbito de competência da CETESB a remoção de 50 % da carga remanescente até 2004 e 100 % da carga remanescente até 2010.
Total de horas/ano = 48

IV.4 - Resíduos sólidos domésticos
Considerando que os resíduos sólidos domésticos gerados na região são dispostos adequadamente em dois aterros sanitários implantados e em operação objetiva-se assegurar e manter a boa operação desses aterros com a realização de vistorias bimensais e realização de duas coletas, por ano, de efluentes das estações de tratamento de efluentes líquidos, para análise.
Universo = 2
Total de horas/ano = 96

IV.5 - Resíduos Sépticos de Serviço de Saúde
Considerando que existem 05 empresas instaladas e operando na região para tratamento de resíduos sépticos de serviços de saúde gerados nos municípios do ABC e que também recebem resíduos de outros municípios do estado, serão realizadas vistorias bimensais nesses empreendimentos objetivando-se garantir a operação adequada dos sistemas de controle de poluentes instalados e o tratamento adequado dos resíduos, com uma amostragem em chaminé anual em cada unidade e duas coletas, por ano, de efluentes das estações de tratamento de efluentes líquidos, para análise. Mensalmente será atualizado o controle dos resíduos recebidos em cada empreendimento.
Universo = 5
Total de horas/ano = 240

IV.6 - Áreas contaminadas
Para as áreas contaminadas identificadas foram desenvolvidas ações, em conjunto com as áreas de apoio da CETESB, para remediação das mesmas. Atualmente existem 07 casos que estão em atendimento e com trabalhos de recuperação os quais terão prosseguimento no transcorrer do ano.
Universo = 11

1. **Adesol Produtos Químicos** - Apresentada caracterização hidrogeoquímica do “site” contaminado em Ribeirão Pires. Exigida apresentação de estudo de recuperação/remediação do local.
2. **BASF S.A** - Apresentado estudo de caracterização e remediação da área contaminada do “site” de São Caetano do Sul.

3. **Condomínio Barão de Mauá** - Implantado sistema de tratamento para os gases gerados pela disposição de resíduos industriais. Realizada avaliação da qualidade do ar no ambiente externo ao condomínio e estão sendo feitas avaliações internas nos apartamentos. Realizado estudo detalhado da contaminação existente.
4. **DaimlerChrysler do Brasil Ltda**. (Mercedes Benz) - Apresentados projetos de remediação das áreas contaminadas onde se encontravam os antigos postos de combustíveis da rua 9 e banco de provas de motores.
5. **GULF Lubrificantes Brasil S.A - (Antiga PETROIL) -** Realizada caracterização da área e retirada de resíduos oleosos dispostos inadequadamente no local. Continuam os trabalhos de remediação no local.
6. **Indústrias Químicas Matarazzo** - A empresa, que encerrou suas atividades industriais em São Caetano do Sul, continua sendo autuada para remediação das áreas contaminadas com mercurio e B.H.C.
7. **Lixão do Alvarenga** - No transcorrer do ano de 2001 foram fechadas as estradas de acesso ao lixão, coibindo-se desta forma a disposição de qualquer tipo de resíduo no local. A continuidade de atendimento ao caso será dada através da exigência de apresentação de plano de recuperação ambiental da área.
8. **Mangels Indústria e Comércio Ltda**. - Continua em operação o sistema de extração e tratamento de águas subterrâneas contaminadas com ácido e metais pesados.
9. **Petróleo Brasileiro S.A - RECAP** - Realizada caracterização e retirada de 8.000 t de resíduos da antiga área de descarte de resíduos oleosos da refinaria (borreiro). Apresentada proposta de remediação através da técnica denominada biopilha, a qual foi indeferida. Solicitada a apresentação de nova proposta.
10. **Rua Cápua** - O Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE continua sendo autuado para solucionar o problema da área contaminada com B.H.C na Rua Cápua (7 células).
11. **Solvay Indupa do Brasil S.A** - Implantação de confinamento geotécnico e barreiras hidráulicas para as áreas dos diques de cal e caracterização e mapeamento da contaminação de toda área de diques e Rio Grande, em atendimento ao Termo de Acordo Procedimental assinado em 22.12.99 entre a empresa, Ministério Público, CETESB e Associação Civil GREENPEACE.

Total de horas/ano = 432

V. Programa de Trabalho.

Os trabalhos previstos no presente plano de ação para 2.002 estarão sendo desenvolvidos simultaneamente, considerando todos os programas estabelecidos conforme a demanda requerida e articulados entre si visando a adequação dos recursos disponíveis.

VI. Planilha Demanda X Disponibilidade (anexa)

VII. Conclusões

As ações de controle desenvolvidas pela Agência Ambiental de Santo André tem alcançado resultados satisfatórios no controle da poluição ambiental. Como fatos relevantes pode-se mencionar que todo o resíduo sólido urbano gerado nos seis municípios possui disposição adequada em aterros sanitários, todo o resíduo séptico de serviço de saúde gerado nos seis municípios possui disposição final adequada, quer seja através de incineração ou inertização por microondas.

Quanto a poluição do ar principalmente no Polo Petroquímico de Capuava e muitas empresas da região substituíram a matriz energética deixando de utilizar óleo como combustível substituindo-o por gás natural.
Com a substituição do óleo combustível por gás natural há uma redução de praticamente 99,9 % nas emissões de óxidos de enxofre, tendo em vista que o gás natural é isento de enxofre e redução também nas emissões de material particulado.

Através do relatório de qualidade do ar, editado anualmente, pode-se verificar a expressiva redução nas médias anuais relativas a dióxido de enxofre, partículas totais em suspensão e partículas inaláveis registradas nas seis estações da rede telemétrica instaladas na região do ABC.

Inquestionável também é o ganho ambiental com o controle das empresas inicialmente incluídas no Projeto Tietê, tidas como responsáveis pela geração de 90% da carga poluidora restando, no entanto, o controle dos esgotos domésticos gerados nos municípios e ainda lançados sem tratamento, para qual serão direcionadas as ações de controle.

Cumpre finalmente frisar que para o desenvolvimento deste Plano de Ação, através dos PROPEC´s e PAE‘s nele estabelecidos, a quantidade de homens/hora/ano que foram detalhadas na Planilha do ítem VI, mostra compatibilidade com o número de homens/hora disponíveis na Agência para o ano 2002.

VI. Quadro (Demanda x Disponibilidade) Ano 2002

AGENCIA AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ PLANO DE AÇÃO 2002/2003

PROGRAMAS	Número de Casos NEC.	Retorno por Ano NEC.	Horas por Retorno NEC.	Horas NEC.	Total Horas por Itens NEC.
III. PROPECs					**20.634**
III.1. Licenciamento Ambiental					
III.1.1. Licenças de Instalação	550	1	4	2200	
III.1.2. Licenças de Funcionamento Novas	550	1	6	3300	
III.1.3. Licenças de Funcionamento Estoque	134	1	6	804	
III.1.4. Contravenção LI/LF/Ets - Novas	165	3	4	1980	
III.1.5. Contravenção LI/LF/Ets - Estoque	74	3	4	888	
III.1.6. Certificado de Dispensa	130	1	2	260	
III.1.7. Parecer GRAPROHAB	20	1	4	80	
III.1.8. Parecer de Desmembramento	5	1	2	10	
III.1.9. Parecer 1817	15	1	2	30	
III.1.10. Parecer 9714	39	1	4	156	
III.1.11. CADRI	520	1	3	1560	
III.1.12. Respostas à SPD	350	1	1	350	
Sub-Total 1				**11618**	
III.2.Fiscalização Programada					
A. Prioritárias Nivel 1	4	6	8	192	
B. Prioritárias Nivel 2	62	3	6	1116	
C. Prioritárias Nível III	89	1	4	356	
D. Emissões Veiculares - Caça Fumaça	1	48	12	576	
Sub-Total 2				**2240**	
III.3. Atendimento à Comunidade					
III.3.1. Reclamações da população novas	480	1	6	2880	
III.3.2. Reclamações - contravenção estoque	24	3	4	288	
III.3.3. Reclamações - contravenção novas	160	3	6	2880	
III.3.3. Atendimento Sol. Órgãos Públicos/Entidade	130	1	4	520	
III.3.4. Atendimento aos meios de comunicação	12	1	4	48	
III.3.6. Atendimento-Emergencias e Acidentes Amb	10	2	8	160	
Sub-Total 3				**6776**	
IV. Programa de Atuação Específica - PAE					**1.152**
IV.1. Inventário de Fontes de Poluição	66	1	8	528	
IV.2. Comitês de Bacias Hidrográficas	12	1	4	48	
IV.3. Esgotos Domésticos	6	2	4	48	
IV.4. Resíduos Sólidos Domésticos	2	6	8	96	
IV.5. Resíduos Sépticos Serviços de Saúde	5	6	8	240	
IV.6. Àreas Contaminadas	11				
A - Inclusas no ítem III-2-A	2				
B - Inclusas no ítem III-2-B	8				
C - Condomínio Barão de Mauá	1	48	4	192	
Sub-Total 4				**1152**	
Total Geral					**21.786**

AGENCIA AMBIENTAL DO IPIRANGA – CT-I

PLANO DE AÇÃO 2002-2003

I. Introdução

A Agencia Ambiental do Ipiranga desenvolve suas atividades a Sul e Leste da Região Metropolitana de São Paulo, abrangendo uma área de 113,5 km2, sendo que 7,15 Km2 da área do município de Diadema encontra-se em Área de Proteção aos Mananciais.

Os municípios atendidos são Diadema e parte do munícipio de São Pàulo abrangida pelos CEP´s 015xx, 031xx, 032xx, 041xx, 042xx, sendo que a população da região é de aproximadamente 1.286.500 habitantes.

A área atendida pela agência abrange a UGRHI 06 - Alto Tietê (Bacia Billings, Bacia do Rio Tietê Alto - Zona Metropolitana e Bacia do Rio Tietê Alto - Cabeceiras).

A vocação da região é mista, com predominância de atividades do setor de serviços, havendo significativo desenvolvimento na região de atividades industriais de médio e pequeno porte, com ocupação intensa do solo.

A Agencia Ambiental do Ipiranga conta com os seguintes recursos humanos: 01 Gerente, 07 engenheiros, 02 técnicos, 02 sociólogas, 03 funcionários administrativos. Quanto aos recursos materiais, a unidade possui 06 veículos para os trabalhos de campo, 09 microcomputadores, 01 servidor de rede e 04 impressoras.

Considerando que as horas anuais disponíveis por cada técnico é de 1.500 e observando que pela relação acima descrita a Agência possui 12 funcionários
com essa qualificação (gerente, engenheiros, tecnólogos e sociólogos), existem 18.000 homens/hora/ano como disponibilidade total para o cumprimento das atividades deste Plano.

Diagnóstico Ambiental

II.1. Poluição do Ar

A região de atendimento da Agência do Ipiranga, apesar da transferência de muitas indústrias para outras regiões do Estado, ainda concentra um número expressivo de indústrias de médio e pequeno porte.

Após a implantação dos Programas de Controle de Poluição do Ar (Material Particulado e Dióxido de Enxofre) nos anos 80, obteve-se reduções significativas nas emissões atmosféricas dessas fontes, seja em virtude da desativação das fontes, da substituição de combustível por gás natural ou da instalação de equipamentos de controle de emissão de poluentes. Apesar dessas fontes estarem controladas, faz-se necessário o acompanhamento permanente, considerando o potencial poluidor.

Também deve ser destacado o incinerador de resíduos perigosos dos serviços de saúde – Incinerador Vergueiro - como fonte significativa de poluição do ar face às condições de operação atuais, exigindo o exercício de fiscalizações rotineiras.

A região, assim como todo o restante da Região Metropolitana de São Paulo, tem nas fontes móveis o principal contribuinte para a geração da poluição atmosférica. Nesse sentido, tem sido executado o programa de fiscalização de emissões veiculares por queima de óleo diesel, sendo que conforme constatações na fiscalização rotineira o índice de inadimplência tem-se mantido abaixo de 10%.

II.2. Poluição das Águas

Como decorrência das ações de controle iniciadas através do Projeto Tietê obteve-se uma significativa redução da carga poluidora orgânica e inorgânica emitidas pelas fontes industriais, devendo as ações futuras estarem direcionadas para manutenção e ampliação dos resultados obtidos. Além do enquadramento dos efluentes das empresas inicialmente incluídas do Projeto Tietê, tidas como responsáveis pela geração de 90% da carga poluidora, várias outras fontes industrias foram da mesma forma controladas.

Atualmente, o principal contribuinte da poluição dos corpos d'água é o lançamento de esgotos domésticos municipais ainda lançados sem nenhum tratamento.

Apenas uma pequena parcela dos esgotos domésticos gerados sofrem tratamento através da Estação de Tratamento de Esgotos do ABC e da Estação de Tratamento de Esgotos Jesus Neto. Nesse sentido, apesar do tratamento dos esgotos municipais da região estar contemplado no Plano Diretor de Coleta e Tratamento de Esgotos da Região Metropolitana, a agência está autuando as empresas responsáveis pela coleta e tratamento de esgotos (Sabesp e Saned) para a ampliação da carga de esgotos coletada e tratada.

II.3. Poluição do Solo

Os resíduos sólidos domésticos gerados na região de atendimento da Agência são encaminhados para o Aterro Bandeirantes quando provenientes de São Paulo e para o aterro do município de Mauá quando provenientes de Diadema. Estas unidades estão fora da área de atendimento da Agência.

Em relação a questão de disposição de resíduos sólidos de serviços de saúde, na região encontra-se o Incinerador Vergueiro da Prefeitura de São Paulo, o qual atualmente queima 4 ton/d de resíduos do Grupo B (químicos) dos serviços de saúde. Encontra-se em andamento uma licitação da Prefeitura do Município de São Paulo para terceirização do serviço de destruição deste resíduo, o que implicará na desativação desta unidade de tratamento.

O controle dos resíduos sólidos industriais continua sendo realizado através da fiscalização das fontes geradoras para a avaliação quanto ao armazenamento, reciclagem, tratamento e disposição de resíduos e por meio da sistemática de emissão de CADRI, tendo sido alcançado resultados satisfatórios.

A área de atendimento da unidade sofreu intenso processo de industrialização desde o início do século, portanto em épocas anteriores a criação dos orgãos ambientais no país. Devido a adoção de práticas de disposição inadequada de resíduos no solo, bem como a ocorrência de vazamentos, derrames, etc., principalmente no passado, tem se intensificado o surgimento de áreas contaminadas, existindo no momento cinco áreas em atendimento.

II.4. Ocupação do Solo

A Agência Ambiental do Ipiranga recebe em média 125 reclamações por mês. O número elevado de queixas da comunidade se deve principalmente pela história da ocupação do solo.

No auge do desenvolvimento industrial, empresas nacionais e multinacionais de grande e médio porte se instalaram na região, levando a que no passado, o maior número de reclamações da população eram registradas contra estas atividades industriais, e em menor número para aquelas de pequeno porte.

Com os Programas de Controle de Poluição da CETESB relativos a ar e águas, as empresas instalaram equipamentos de controle nas fontes poluidoras, alteraram suas fontes geradoras de poluentes, solucionando os problemas ambientais junto às comunidades vizinhas.

O crescimento urbano aliado à intensa e desordenada ocupação do solo, bem como ao crescimento industrial das empresas de pequeno porte, passou a gerar problemas ambientais localizados, tornando-se crescente os conflitos ambientais entre as partes, acarretando na intensificação do número de registros de reclamações de poluição de impacto local ou de vizinhança.

III. PROPEC – Programa Permanente de Controle

No Programa Permanente de Controle estarão contempladas as atividades de Licenciamento/Certificações, Fiscalização Programada e Atendimento à Comunidade, para as quais foi estabelecido um atendimento de 100% da demanda.

III.1. Licenciamento Ambiental

No Licenciamento Ambiental estarão englobadas as seguintes atividades:

1 - Licença de Instalação
2 - Licença de Funcionamento
3 - Contravenção LI/LF/ETs
4 - Certificados de Dispensa
5 - Parecer GRAPROHAB
6 - Parecer de Desmembramento
7 - Parecer 1817
8 - Parecer 9714
9 - CADRI´s
10 - Respostas à “SPD”
11 – Postos de Combustíveis - Existentes

Total de horas/ano = 11310

III.2. Fiscalização Programada

Na fiscalização programada estão englobadas as principais fontes de poluição, em termos de carga potencial ou remanescente, presentes na área de atendimento de Agência que, devido ao seu potencial poluidor, foram classificadas em termos de prioridade de acompanhamento em empresas com alta prioridade (Nível 1) e empresas de média prioridade (nível 2).
Alem disso são consideradas mais 87 fontes para fiscalização rotineira com um retorno mínimo por ano Nível 3.

Com esta atividade procura-se a manutenção ou ampliação dos resultados obtidos em programas de controle desenvolvidos pela Companhia, como os Programas de Controle de Material Particulado, de SO_x, Projeto Tietê e de Resíduos Sólidos Industriais, etc., porém nela serão abordados todos os aspectos ambientais do empreendimento

Tempo alocado:
Nível 1: 11 empresas, 6 retornos/ano, 8 horas/retorno - Total: 528 horas
Nível 2: 49 empresas, 3 retornos/ano, 6 horas/retorno - Total: 882 horas
Nível 3: 87 empresas, 1 retorno/ano, 4 horas/retorno - Total: 348 horas

Total de horas/ano = 1758

III.3. Atendimento à Comunidade

No programa de atendimento à comunidade serão atendidas as seguintes atividades:

- Reclamações da população
- Atendimento às Solicitações de Órgãos Públicos/Entidades
- Atendimento de Emergência e Acidentes Ambientais

Total de horas/ano (técnico) = 6830

IV. Programa de Atuação Específica – PAE

Dentro do Programa de Atuação Específica - PAE foi estabelecido um conjunto de programas conforme especificado a seguir:

- Inventário de Fontes de Poluição
- Esgotos domésticos
- Resíduos sólidos domésticos
- Resíduos sépticos de serviços de saúde
- Áreas contaminadas
- Emissões Veiculares - Caça Fumaça

IV.1 - Inventário de Fontes de Poluição

Será realizado até o final de 2.002 o inventário de ar, água e solo de todas as 11 empresas com maior potencial poluidor da unidade, as chamadas de alta prioridade, e também um mínimo de 24 (50%) das de média prrioridade. Para o período está pois planejado o levantamento em 35 fontes.

Total de horas/ano = 420

IV.2 - Esgotos domésticos

Na área de abrangência desta unidade está instalada uma das unidades de tratamento de esgotos da Sabesp, a ETE – ABC. Esta unidade vem operando com demanda reduzida de esgotos, uma vez que não foram interligados todos os interceptores necessários para atingir a vazão projetada.

Considerando esta situação, as ações que estão sendo desenvolvidas por esta Agência são:

- Avaliar periodicamente a eficiência de tratamento atual de operação;
- Solicitar da Sabesp, empresa responsável pela coleta, tratamento e disposição final dos despejos líquidos domésticos, um cronograma de interligação dos interceptores à ETE – ABC;
- Coletar e avaliar os despejos líquidos lançados pela Sabesp diretamente em corpo receptor, a fim de aplicar as sanções legais cabíveis por lançar despejos em corpo d'água alterando a qualidade do mesmo, como estratégia de agilizar o aumento do volume de despejos a serem tratados na região.

No município de Diadema, cuja responsabilidade pelo saneamento básico é da empresa Saned, não existem unidades de tratamento de esgotos domésticos, mesmo nos 7Km^2 de área de proteção aos mananciais. Assim, também foi realizada uma coleta e avaliação dos despejos coletados e lançados diretamente em corpo receptor, como meio de aplicar sanções cabíveis, a fim de provocar uma ação efetiva para o aumento dos volumes de despejos tratados e a consequente melhoria dos corpos d'água da região.
O tratamento dos despejos desse município está previsto para ser executado na ETE – ABC, cabendo à Saned a implantação das redes coletoras, coletores troncos e interceptores. Encontra-se em execução um projeto de bombeamento de despejos da área de mananciais para outro afluente externo à esta área, reduzindo, quando concluído, o volume de despejos infiltrados ou lançados diretamente na represa Billings.

Total de horas/ano = 96

IV.3 - Resíduos sólidos domésticos

Atualmente, os resíduos sólidos domésticos gerados na região são dispostos adequadamente em dois aterros sanitários implantados e em operação. Contudo, até 16/07/01, o município de Diadema realizava a disposição dos resíduos sólidos domésticos e inertes em local desprovido de condições adequadas para o recebimento de resíduos.
Nessa data houve o fechamento desse local, denominado como lixão do Alvarenga, pela própria Prefeitura, em função das condições inadequadas do local. Desde então, os resíduos do município estão sendo dispostos no aterro de Mauá, disposição considerada adequada pela Cetesb.
Assim, serão realizadas vistoriadas para a verificação da manutenção da situação de momento, bem como para a determinação de etapas seguintes para a adequação da área.

O sistema de disposição final de resíduos inclui unidades de transbordo, pelas quais os resíduos são transferidos de veículos de menor capacidade de carga para veículos de maior capacidade.

A unidade de transbordo Vergueiro requer acompanhamento periódico para manutenção e melhoria das operações de controle de odores, de remoção de resíduos do piso e de limpeza das dependências.

Total de horas/ano = 72

IV.4 - Resíduos Sépticos de Serviço de Saúde

O incinerador Vergueiro vem sendo autuado há anos pelas condições inadequadas de resíduos sólidos de serviços de saúde. Até o mês de abril de 2001, no local eram incinerados cerca de 50 toneladas por dia de resíduos.

Após a liberação da unidade de desinfecção da Cavo em caráter precário, situada no bairro do Jaguaré, os resíduos sólidos de serviços de saúde Classe A (resíduos patogênicos) passaram a ser encaminhados a essa unidade, com a consequente redução da quantidade de resíduos destinados ao incinerador Vergueiro.
Assim, esta unidade passou a receber cerca de 4 toneladas de resíduo por dia, resíduos estes não descontaminados por processo de desinfecção como remédios vencidos, os quais necessariamente devem sofrer destruição térmica. Assim, apesar do expressivo ganho ambiental já obtido, esta Agência manterá ações para a paralisação total desta unidade de tratamento face às suas condições precárias de operação.

No município de Diadema serão exercidas ações para levantamento das condições atuais de coleta, tratamento e disposição destes resíduos.

Total de horas/ano = 72

IV.5 - Áreas contaminadas

Atualmente existem 05 casos que estão em atendimento e com trabalhos de recuperação os quais terão prosseguimento no transcorrer do ano.

- **Shell Brasil S/A -** Realizada caracterização da área e retirada de mais de 900 toneladas de resíduos oleosos dispostos inadequadamente no local. Continuam os trabalhos de remediação no local.
- **Lixão do Alvarenga** - No transcorrer do ano de 2001 foram fechadas as estradas de acesso ao lixão, coibindo-se desta forma a disposição de qualquer tipo de resíduo no local. A continuidade de atendimento ao caso será dada através da exigência de apresentação de plano de recuperação ambiental da área.
- **Transtecnology** - Apresentado estudo de caracterização e remediação da área contaminada, o qual encontra-se em análise.
- **Esso** - Apresentada caracterização hidrogeológica da área, retirada de resíduos e tanques da área. Encontra-se em operação sistema de extração e tratamento de vapores e águas subterrâneas contaminados.

- **Federal Mogul** – Realizada caracterização da área. Encontra-se em fase de instalação de sistema de extração e tratamento de águas subterrâneas contaminadas com metais pesados.
- **Postos Revendedores de Combustíveis** – Existem atualmente em atendimento 22 casos de contaminação por vazamento de combustíveis com ações de caracterização e remediação das áreas.

Total de horas/ano = 688

IV.6 – Participação em Comitês de Bacia / Educação Ambiental

Participação da Cetesb nas decisões sobre as ações que alteram os impactos no âmbito da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e Represa Billings, bem como em Núcleos de Educação Ambiental para a comunidade. Universo: 2 fóruns; Retornos: 6 retornos/ano

Total de horas/ano = 96

IV.7 – Emissões Veiculares – Caça Fumaça

O Objetivo com esta ação é manter a inadimplência de emissões de fumaça preta < 10%.

Total de horas/ano = 288

IV.8 – Programa de Aperfeiçoamento de Atendimento ao Público

Visa aprimorar os procedimentos, melhorar a qualidade da informação, agilizar o atendimento ao público, de forma a oferecer melhores serviços aos usuários da Cetesb.

Total de horas/ano = 48

V. Programa de Trabalho.

Os trabalhos previstos no presente plano de ação para 2.002 estarão sendo desenvolvidos simultaneamente, considerando todos os programas estabelecidos conforme a demanda requerida e articulados entre si visando a adequação dos recursos disponíveis.

VI. Planilha Demanda X Disponibilidade (anexa)

VII. Conclusões

A elaboração do planejamento das ações a serem desenvolvidas pela unidade permite racionalizar o uso dos recursos disponíveis face às demandas previstas, orientar as prioridades ambientais e de prestação de serviços à população, informar as partes interessadas das ações delineadas, avaliar o desempenho da unidade frente aos seus indicadores, além de aproximar as ações de gerenciamento com aquelas desenvolvidas pelas demais unidades ambientais.
Com este instrumento será possível confrontar os resultados atingidos frente aos esperados, refinando as ações propostas para os próximos períodos.

Deve ser salientado que os homens/hora/ano previstos ao cumprimento do Plano, conforme detalhado na planilha do ítem VI, tem em relação à disponibilidade do quadro técnico da agência para o ano 2002, um déficit de 3.678 horas que correspondem a necessidade de dois profissionais técnicos.

VI. Quadro (Demanda x Disponibilidade) Ano 2002

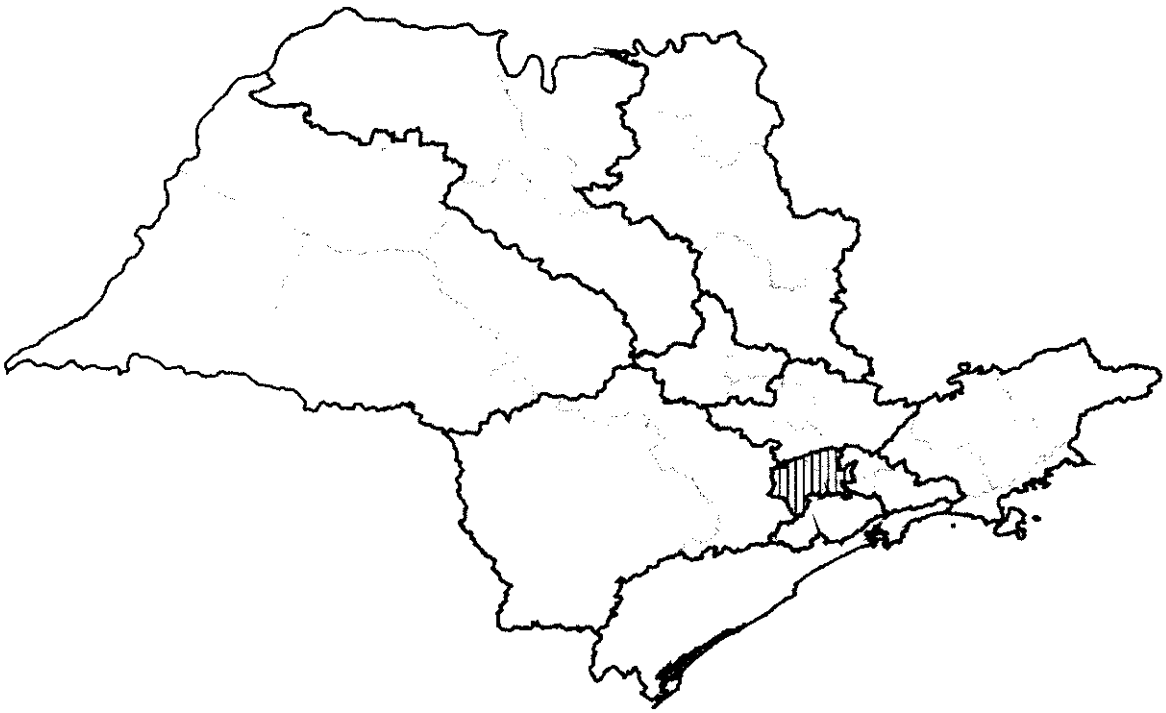
AGENCIA AMBIENTAL DO IPIRANGA **PLANO DE AÇÃO 2002/2003**

PROGRAMAS	Número de Casos	Retorno por Ano	Horas por Retorno	Horas	Total Horas por Itens
III. PROPECs					**19898**
III.1. Licenciamento Ambiental					
III.1.1. Licenças de Instalação	550	1	4	2200	
III.1.2. Licenças de Funcion.Novas-Estoque	792	1	6	4752	
III.1.3. Contravenção LI/LF/Ets - Novas	120	2	4	960	
III.1.4. Contravenção LI/LF/Ets - Estoque	214	2	4	1712	
III.1.5. Certificado de Dispensa	180	1	2	360	
III.1.6. Parecer GRAPROHAB	4	1	6	24	
III.1.7. Parecer de Desmembramento	6	1	3	18	
III.1.8. Parecer 9714	6	1	4	24	
III.1.9. CADRI	360	1	3	1080	
III.1.10. Respostas à SPD	36	1	1	36	
III.1.11. Postos Existentes	24	1	6	144	
Sub-Total 1				**11310**	
III.2.Fiscalização Programada					
A. Prioritárias Nível 1	11	6	8	528	
B. Prioritárias Nível 2	49	3	6	882	
C. Rotina Nível 3	87	1	4	348	
Sub-Total 2				**1758**	
III.3. Atendimento à Comunidade					
III.3.1. Reclamações novas					
Atendimento Comunitário	1250	1	1	1250	
Levantamento Comunitário	200	1	8	1600	
Novos casos	250	1	4	1000	
III.3.2. Reclamações - contravenção estoque	115	3	4	1380	
III.3.3. Reclamações - contravenção novas	75	2	4	600	
III.3.4. Orgãos Públicos e Entidades	140	1	6	840	
III.3.6. Emergencias e Acidentes Ambientais	10	2	8	160	
Sub-Total 5				**6830**	
IV. Programa de Atuação Específica - PAE					**1780**
IV.1. Inventário de Fontes de Poluição	35	1	12	420	
IV.2. Esgotos Domésticos	2	6	8	96	
IV.3. Resíduos Sólidos Domésticos	2	6	6	72	
IV.4. Resíduos Sépticos Serviços de Saúde	2	6	6	72	
IV.5. Áreas Contaminadas				0	
Deposição de resíduos	5	6	8	240	
Postos Combustíveis Existentes	22	2	8	352	
Novos Casos	6	2	8	96	
IV.6. Participação Comitês - Educ.Ambiental	2	6	8	96	
IV.7. Emissões Veiculares - Caça Fumaça	1	48	6	288	
IV.8. Melhoria de Atendimento Público	1	12	4	48	
Sub-Total 6				**1780**	
Total Geral					**21678**
Horas Disponíveis = 10 técnicos + 2sociólogos // Deficit					**18.000**

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CETESB

DIRETORIA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE AÇÃO 2002/2003



Regional da Bacia do Alto Tietê II (CTe)

Agência Ambiental de Osasco
Agência Ambiental de Pinheiros
Agência Ambiental de Santana

AGENCIA AMBIENTAL DE OSASCO - CTe-O

PLANO DE AÇÃO 2002-2003

I. INTRODUÇÃO

A Agência Ambiental de Osasco, subordinada à Gerência Regional da Bacia do Alto Tietê II, desenvolve as atividades de controle da poluição ambiental em 12 Municípios, sendo 10 pertencentes à Zona Oeste da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP e 02 pertencentes ao interior, abrangendo uma área de 1.365,30 km².
Os municípios atendidos da RMSP são : Barueri, Carapícuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. Os municípios do interior do Estado são Araçariguama e São Roque. A população, num total de 1.999.546 habitantes, está assim distribuída pelos municípios :

Araçariguama	11.135 habitantes
Barueri	208.028 habitantes
Carapicuiba	343.668 habitantes
Cotia	148.082 habitantes
Itapevi	162.421 habitantes
Jandira	91.721 habitantes
Osasco	650.993 habitantes
Pirapora do Bom Jesus	12.338 habitantes
Santana de Parnaíba	74.722 habitantes
São Roque	66.430 habitantes
Taboão da Serra	197.460 habitantes
Vargem Grande Paulista	32.548 habitantes

As UGRHIs atendidas pela Agência Ambiental de Osasco são :

- 06 - Alto Tietê (Alto Tietê Cabeceiras)
- 10 – Sorocaba / Médio Tietê

A Agência Ambiental de Osasco dispõe no seu corpo técnico e administrativo de 01 Gerente, 06 Engenheiros, 02 Químicos, 01 Técnico, 01 Socióloga, 01 Encarregada Administrativa, 01 Controladora de Serviço Administrativo, 01 Secretária, 01 Técnico de Serviço Administrativo, 02 Escriturárias e 02 Motoristas.
Os principais recursos materiais são 06 veículos, 01 servidor e 11 computadores, além de equipamentos manuais utilizados para avaliações ambientais em campo.

II. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

A vocação da região é mista, abrange desde condomínios residenciais e comerciais a centros industriais; engloba o sistema produtor de água do Alto e Baixo Cotia, bem como a maior estação de tratamento de esgotos do Estado de São Paulo, a E.T.E. – Barueri. A região possui solo que propicia a exploração minerária (areia, pedra e caolim), localizados principalmente nos Municípios de Araçariguama, Barueri, Pirapora do Bom Jesus e São Roque.
Existe uma concentração de base e depósitos de distribuição de combustíveis líquidos e gasosos, localizados no Município de Barueri que consideramos uma fonte potencial de risco. Estas fontes merecerão atenção conforme a sistemática de licenciamento em vigor, revendo as ações de controle.

II.1. Poluição do Ar

As estações medidoras de qualidade do ar localizadas nos Município de Osasco e Taboão da Serra têm apresentado índices acima do padrão estabelecido na legislação por partículas inaláveis. A esta ultrapassagem do padrão atribuímos a poluição veicular, uma vez que os programas de controle de poluição industrial por material particulado e dióxido de enxofre atingiram as reduções estabelecidas.
Da mesma forma, os veículos por queima de combustível a diesel, que mesmo havendo redução na inadimplência da emissão de fumaça preta, merecerão a devida fiscalização com ações de controle previsto na legislação.
Como fonte potencial de emissão atmosférica temos uma unidade de incineração de resíduos sólidos perigosos, devidamente controlada.

II.2. Poluição das Águas

Atualmente, o principal problema em termos de poluição das águas é o esgoto doméstico. Tendo em vista as ações já efetuadas, deverá ser dada continuidade de autuação contra a SABESP, visando a implantação de redes de coleta e tratamento de esgotos em todos os municípios.
Quanto às ETAs, será dado continuidade de atendimento às ações já desenvolvidas nas estações da SABESP do Alto e Baixo Cotia, que utilizam o Rio Cotia como fonte de água para abastecimento. Por esta razão, continuaremos também os estudos de mutagenicidade já iniciados e prevemos efetuar um levantamento das empresas por meio do cadastro da CETESB, realizando vistorias, que visam a adoção de medidas efetivas na Bacia do Cotia.
Nos municípios de Araçariguama, Pirapora do Bom Jesus e São Roque e temos atividade minerária como fonte de poluição das águas e, principalmente, degradadora do solo, que merecerá ação específica.

II.3. Poluição do Solo

A região gera aproximadamente 1.650 toneladas/dia de resíduos domiciliares, a maioria dispostos de forma inadequada em lixões municipais. Identificamos ainda algumas áreas contaminadas por disposição de resíduos industriais.

As ações de controle contra os responsáveis por estas áreas e as Prefeituras continuarão visando a recuperação e remediação das áreas contaminadas e destinação adequada nas condições de disposição dos resíduos.

Atualmente, temos o Aterro do Consórcio Araçariguama/São Roque em operação. Além disso, temos dois aterros privados que receberam Licenças ambientais para instalação, que poderão receber resíduos da região. Os mesmos quando em operação poderão solucionar o problema de disposição de resíduos domiciliares.

Para os resíduos sépticos de serviços de saúde, embora já tenhamos identificado todos os geradores da região e controlado parte da destinação destes resíduos, há necessidade de efetuar levantamento e quantificação da situação atual.

PROGRAMA DE CONTROLE PERMANENTE – PROPEC

III.1. Licenciamento Ambiental

- Meta : Análise prévia das fontes de poluição, de forma a minimizar sua interferência na região, com atendimento de 100% da demanda prevista, dentro dos prazos em vigor.
- Procedimentos : Análise de processos e elaboração de exigências técnicas, emissão de documentos de acordo com os dispositivos legais.

III.1.2. Licenças de Instalação – Novas

- Universo: 450 pedidos, 1 retorno/ano, 5 h/retorno.
- Tempo alocado: 2.250 horas.

III.1.3. Licenças de Instalação – Estoque

- Universo: 103 pedidos, 1 retorno/ano, 5 h/retorno
- Tempo alocado: 515 horas

III.1.4. Licença de Funcionamento – Novas

- Universo: 380 pedidos, 1 retorno/ano, 6 h/retorno.
- Tempo alocado : 2.280 horas.

III.1.5. Licença de Funcionamento – Estoque

- Universo – estoque: 276 pedidos, 1 retorno/ano, 6 h/retorno.
- Tempo alocado: 1.656 horas.

III.1.6. Contravenção LI/LF/ETs

- Universo: 311 autuações, 2 retornos/ano, 4 h/retorno.
- Tempo alocado: 2.488 horas.

III.1.7. Certificado de Dispensa e Parecer Técnico.

- Universo: 270 solicitações, 1 h/análise
- Tempo alocado: 270 horas.

III.1.8. GRAPROHAB

- Universo: 40 pedidos, 1 retorno/ano, 10 h/retorno.
- Tempo alocado: 400 horas

III.1.9. CADRI´s e SPDs

- Universo: 550 pedidos, 1 retorno, 1 h/retorno
- Tempo alocado: 550 horas

III.2. Fiscalização Programada

A Agência destaca 10 empresas como alta prioridade (Nível 1), 67 empresas de média prioridade (Nível 2) e 82 empresas que necessitam de verificação do potencial poluidor e as automonitoráveis (Nível 3) para fiscalização programada.

- Meta : melhoria no atendimento técnico dos casos
- Procedimento : nas vistorias deverão ser abordados todos os aspectos ambientais da empresa e aplicação da legislação.
- Nível 1 :
  - Universo : 10 empresas, 6 retornos/ano, 8 h/retorno
  - Tempo alocado: 480 horas
- Nível 2 :
  - Universo : 67 empresas, 3 retornos/ano, 6 h/retorno
  - Tempo alocado: 1.206 horas
- Nível 3 :
  - Universo : 82 empresas, 1 retorno/ano, 6 h/retorno
  - Tempo alocado: 492 horas.

III.3. Atendimento à Comunidade

- Meta : atingir a solução dos casos no prazo máximo de 02 (dois) anos
- Procedimentos : Análise de cada caso com inspeções técnicas, avaliações, autuações e informação e acompanhamento junto a comunidade.

III.3.1. Atendimento de Reclamações

- Casos em atendimento :
  - Universo : 73 empresas, 04 retornos/ano, 05 h/retorno
  - Tempo alocado 1.460 horas.

  Observamos que o total de empresas reclamadas é 133, das quais 60 fazem parte da Fiscalização Programada
- Casos Novos
  - Universo : 130 casos, 2 retorno/ano, 5 h/retorno
  - Tempo alocado: 1.300 horas

III.3.2. Atendimento às Solicitações de Órgãos Públicos/Entidades

- Meta : Atendimento ou encaminhamento de 100% das solicitações.
- Procedimentos : Identificação de cada caso, vistorias necessárias e preparação das informações técnicas.
- Universo : 100 pedidos, 1 retorno/ano, 4 h/retorno.
- Tempo alocado : 400 horas.

III.3.3. Atendimento a Emergência e Acidentes Ambientais

- Meta : Atendimento de todos os acidentes.
- Procedimentos : Constatação e adoção de ações técnicas e legais cabíveis.
- Universo : 10 ocorrências, 2 retornos/ano, 8 h/retorno.
- Tempo alocado : 160 horas.

IV. PROGRAMA DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA – PAE

IV.1. Caça Fumaça e Contagem de Veículos

- Meta : Manutenção da inadimplência < 10% da frota.
- Procedimentos : Fiscalização de rotina e atividades administrativas.
- Universo : 48 retornos/ano, 6 h/retorno e aproveitamento do tempo e do percurso das vistorias de fontes fixas.
- Tempo alocado : 288 horas.

IV.2. Mineradoras

- Meta : Verificação de lançamento de efluentes líquidos, PRAD e aspectos de licenciamento, segundo a Resolução SMA 04/99.
- Procedimento : Vistorias, atualização de dados
- Universo : 45 empresas, 02 retornos/ano, 04 h/retorno
- Tempo alocado : 360 horas

IV.3. Resíduos Domiciliares

- Meta : Exigir disposição/armazenamento adequado dos resíduos.
- Procedimentos : Fiscalização, acompanhamento e atualização de dados em sistema unificado.

IV.3.1. Locais de Disposição sem TAC

- Universo : 04 áreas, 3 retornos/ano, 5 h/retorno
- Tempo alocado : 60 horas

IV.3.2. Acompanhamento de TAC

- Universo : 05 áreas, 3 retornos/ano, 5 h/retorno
- Tempo alocado : 75 horas

IV.4. Atendimentos Específicos ou Casos Especiais

- Meta : Executar acompanhamento específico para os locais de disposição de resíduos e tratamento de esgoto e água, conforme as exigências estabelecidas
- Procedimento : vistorias e aplicação do dispositivo legal
- Universo : 04 empresas
  a) Tecipar Construções e Engenharia- aterro sanitário (Classe II e III)
  b) ESTRE Empresa de Saneamento de Resíduo: Aterro a ser construído
  c) SABESP – ETE – Barueri
  d) SABESP – ETA do Alto e Baixo Cotia
- Tempo alocado : 106 horas

IV.5. Inventário de Resíduos Industriais

- Meta : executar o cadastramento e levantamento da destinação dos resíduos Classe I das empresas de alta e média prioridade (Nível 1 e 2) .
- Procedimento : exigir e acompanhar a situação da destinação dos resíduos
- Tempo alocado : incluso no item III.2.

IV.6. Esgotos Domésticos

- Meta : Estabelecer remoção de 50% da carga orgânica potencial (97.975,47 kgDBO/dia), até 2004 e a remoção de 100%, até 2010.
- Procedimentos : coleta, análise e continuidade de autuação individual por município e por empresa responsável pelas ETA´s, que no caso da Agência estão todos sob responsabilidade da SABESP
- Universo : 12 municípios, 3 retornos/ano, 6 h/retorno
- Tempo alocado : 216 horas.

IV.7. Áreas Contaminadas

- Meta : remediação da área atingida.
- Procedimentos : exigir a apresentação do estudo do solo, aplicando a legislação
- Universo : 05 áreas, 2 retorno/ano, 6 h/retorno
- Tempo alocado : 60 horas

IV.8. Plano Cotia

- Meta : Melhoria da qualidade da água do manancial de modo a facilitar a operação da ETA – Baixo Cotia.
- Procedimentos : levantamento das fontes pelo Sipol, vistorias e amostragens nas empresas instaladas na Bacia.
- Universo : 50 empresas, 2 retornos /ano, 4 h/retorno
- Tempo alocado : 400 horas.

IV.9. Bases Distribuidoras de Combustível e GLP

- Meta : rever o atendimento enquadrando na sistemática em vigor
- Procedimentos : vistorias nas fontes potenciais de risco a segurança, verificando também a regularização perante a legislação ambiental.
- Universo : 6 empresas, 3 retornos/ano, 4 h/retorno.
- Tempo alocado : 72 horas.

IV.10. Atualização do Inventário

- Meta : atualização das empresas da fiscalização Nível 1 e Nível 2
- Procedimentos : obter dados de emissão de fontes de poluição, quantificando os valores, de acordo com as Diretrizes de Controle a ser editado em CD-Rom.
- Universo : 77 empresas, 1 retorno, 10 h/retorno
- Tempo alocado : 770 horas

IV.11. Subcomitê e Núcleo de Educação Ambiental

- Meta : Permitir a Companhia, por meio dos representantes legais, opinar sobre as questões e rumos referente às questões ambientais da Bacia.
- Procedimentos : participação ativa e efetiva nas reuniões.
- Universo : 24 reuniões, 4 h/reunião
- Tempo alocado : 96 horas.

V. PROGRAMA DE TRABALHO

As horas alocadas para o atendimento de todas as atividades são estimativas que a Agência tentará alcançar para o ano 2002, estão previstas no conjunto dos PROPEC´s ou PAE´s, são demostradas na Planilha do ítem VI e atingem o valor de 18.410 hs.
As horas disponíveis para atendimento foram estabelecidas em 1.500 horas/ano por técnico, incluindo as horas-homem da gerência, de 6 engenheiros, 2 químicos, 1 técnologo e 1 socióloga, totalizando assim 16.500 horas/ano.
Cumpre portanto ressaltar o deficit de 1.910 horas que corresponde à necessidade de mais um técnico para o quadro de recursos humanos da Agência.
Na diretriz da Diretoria, para atingir a meta de 100% do programa de licenciamento, dentro dos prazos já em vigor, consideramos como atendido os pedidos que são analisados, gerando ou não a emissão de documentos. Assim, assumimos um estoque de aproximadamente 80% dos pedidos referente ao licenciamento ambiental que permanecerão para o ano seguinte.

VI. PLANILHA DEMANDA X DISPONIBILIDADE (ANEXA)

VII. CONCLUSÕES

Ano após ano, verificamos um crescimento das demandas atendidas pela Companhia, sem contudo, haver um aumento efetivo do corpo técnico, o que tem afetado o desempenho no desenvolvimento das atividades da Agência. Portanto, para uma melhoria da qualidade de atendimento, é necessária a contratação de novos profissionais para complementação e renovação do quadro técnico atual.
Estamos cientes que resultados significativos demandarão um esforço maior por parte dos corpos técnico e administrativo e que, eventualmente, deverá ser necessário rever a sistemática de ação junto às fontes de poluição, de modo a atingir as metas citadas neste plano.
O atendimento dos postos de combustível cadastrados no ano anterior não foi previsto no plano atual, que será revisto por ocasião das diretrizes para tal ação, o que certamente prejudicará parte de algum programa do Plano.

ANEXO - Quadro (Demanda x Disponibilidade)

AGÊNCIA AMBIENTAL DE OSASCO - PLANO DE AÇÃO 2002/2003					
PROGRAMAS	Número de Casos	Retorno por Ano	Horas por Retorno	Total de Horas	Total Horas por Itens
		NEC.	NEC.	NEC.	NEC.
III. PROPECs					**15.907**
III.1. Licenciamento Ambiental					
III.1.1. Licenças de Instalação	450	1	5	**2250**	
III.1.2. Licenças de Instalação - Estoques	103	1	5	**515**	
III.1.3. Licenças de Funcionamento Novas	380	1	6	**2280**	
III.1.4. Licenças de Funcionamento Estoque	276	1	6	**1656**	
III.1.5. Contravenção LI/LF/ETs	311	2	4	**2488**	
III.1.6. Certificado de Dispensa e Parecer Técnico	270	1	1	**270**	
III.1.7. GRAPROHAB	40	1	10	**400**	
III.1.8. CADRIs e SPDs	550	1	1	**550**	
III.2.Fiscalização Programada					
A. Alta Prioridade Nível 1	10	6	8	**480**	
B. Média Prioridade Nível 2	67	3	6	**1206**	
C. Automonitoráveis Nível 3	82	1	6	**492**	
III.3. Atendimento à Comunidade					
III.3.1. Reclamações em Atendimento	73	4	5	**1460**	
Reclamações novas	130	2	5	**1300**	
III.3. 2. Atendimento a Orgãos Publicos/Entidades	100	1	4	**400**	
III.3.3. Atendimento-Emergencias e Acidentes Amb.	10	2	8	**160**	
IV. PAEs					**2.503**
IV.1. Caça Fumaça e Contagem de Veiculos	1	48	6	**288**	
IV.2. Mineradoras	45	2	4	**360**	
IV.3. Residuos Domiciliares					
IV.3.1. Locais de Disp. de Res. sem TAC	4	3	5	**60**	
IV.3.2. Acompanhamento de TACs	5	3	5	**75**	
IV.4. Atendimento Específicos ou Especiais					
TECIPAR Construções e Engenharia Ltda.	1	4	8	**32**	
ESTRE - Empresa de Saneamento de Resíduos	1	4	8	**32**	
SABESP - E.T.E. Barueri	1	3	6	**18**	
SABESP - E.T.A. Alto Cotia e Baixo Cotia	2	3	4	**24**	
IV.5. Inventário de Resíduos Industriais					
A. Prioritárias Nível 1	10				
B. Prioritárias Nível 2	52				
IV.6. Esgotos Domésticos	12	3	6	**216**	
IV.7. Áreas Contaminadas	5	2	6	**60**	
IV.8. Plano Cotia	50	2	4	**400**	
IV.9. Bases Distrib. Combustíveis e GLP	6	3	4	**72**	
IV.10. Atualização de Inventário	77	1	10	**770**	
IV.11. Subcom. e Nucleos de Educ. Ambiental	24	1	4	**96**	
Total Geral					**18.410**
Horas Disponíveis (11 técnicos x 1500h/ano)					**16.500**
Déficit					**-1.910**

PLANO DE AÇÃO 2002/2003 – CTe-P

AGÊNCIA AMBIENTAL DE PINHEIROS

1. INTRODUÇÃO

A Agência Ambiental de Pinheiros situa-se na Bacia Hidrográfica 02-Alto Tietê Zona Metropolitana, UGRHI-06 Alto Tietê. Atua nas Regiões Oeste, Central e parte da Sul do município de São Paulo, numa área de 230 Km^2 com aproximadamente 2,1 milhões de habitantes, possuindo um cadastrado de 8.540 fontes industriais e 3.265 fontes não industriais.

A Agência conta com os seguintes recursos humanos: 01 Gerente, 12 Agentes Credenciados (sendo que no momento 02 exercem atividades em outra área), 03 Analistas de Educação Ambiental, 01 Encarregado Administrativo, 01 Secretaria, 03 Auxiliares Administrativos .

Como recursos materiais principais conta com 07 veículos, 12 micros e aparelhos de avaliação ambiental de campo.

2. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Na cidade de São Paulo a ocupação do solo se deu, e ainda ocorre, de forma desorganizada e sem planejamento, mesclando numa mesma vizinhança industrias, comércios, residências e serviços, gerando conflitos ambientais diversos de difícil solução.
As edificações, as instalações industriais e de serviços urbanos (redes de gás, esgotos, elétricos, etc.) são muito antigas causando freqüentes problemas ambientais tais como vazamentos, entupimentos, contaminação de solo, etc.
A região apresenta poucas industrias de grande porte havendo o predomínio de médias e pequenas, que normalmente não possuem conceito algum de gestão ambiental.
Possui também a maior densidade demográfica do pais e grande movimentação de transeuntes e veículos, além também da maior concentração de renda e massa critica, levando a um grande número de denuncias ambientais de pequena monta.
Concentra o maior número de postos de serviços automotivos (estimado em mais de 500), sendo a grande maioria com instalações antigas e muitas com vazamento de tanques de combustível.

2.1. – Poluição do Ar

Dada a transferência, no decorrer dos anos, das grandes fontes industriais de poluição do ar para fora da Região Metropolitana de São Paulo e a atual tendência de ocupação do solo da região por residências, atividades comerciais e de prestação de serviços, os principais problemas de poluição do ar (material particulado, odores, ruído, vibração, fumaça preta) restringem-se a casos de poluição localizada, causados por pequenas e médias empresas, responsáveis pelo grande número de reclamações da população registrados na Agência.

As fontes móveis, constituídas por veículos em geral, representam o problema mais significativo de poluição do ar na região. As fontes industriais grandes geradoras de emissão de material particulado e dióxido de enxofre estão controladas, contudo as de maior potencial permanecem com o acompanhamento da CETESB, sendo prevista ações prioritárias para tais empresas.

Verificamos para as estações de monitoramento da região, que desde 1998, a qualidade do ar para os parâmetro SO2 e material particulado encontra-se com concentração abaixo dos padrões primários e secundários de qualidade do ar.

2.2. – Poluição das Águas

Com relação à poluição das águas, os principais corpos d'água que cortam a região (Rios Tietê, Pinheiros, Tamanduatei e Córrego Pirajussara) são classificados com classe 4, servem como transportadores de esgotos predominantemente domésticos.

Estão seriamente comprometidos pela alta carga orgânica neles lançada, situação que tende a melhorar com a ampliação das redes de coleta e tratamento de esgotos, no entanto não visualizamos na região lançamentos de esgotos "in natura" nos corpos d'água.

Praticamente toda região e servida de coleta de esgotos e os lançamentos ocorrem fora desta região, próximos às cabeceiras dos referidos rios e nas galerias de águas pluviais.

Com relação aos efluentes industriais, as principais fontes geradoras encontram-se controladas e sob fiscalização periódica, objetivando garantir o atendimento aos padrões legais de lançamento, através da adequação manutenção e operação das estações de tratamento implantadas nas indústrias.

2.3. – Poluição do Solo

Quanto à poluição do solo, os resíduos domiciliares gerados na região são dispostos nos Aterros Sanitários e Usinas de Compostagem operados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, assim como os resíduos não perigosos provenientes das indústrias.

Os resíduos industriais classe I, pela existência de poucos locais adequados para disposição final, encontram-se ainda em grande parte estocados nas próprias fontes geradoras, com acompanhamento por parte da CETESB.
Na área de atuação da Agência encontra-se uma unidade de desinfecção eletrotérmica de resíduos de serviços de saúde, que praticamente trata todo o lixo de origem hospitalar do município de São Paulo (100 ton./dia).
Há ainda dois transbordos de lixo e uma usina de compostagem, unidades estas que apresentam problemas ambientais especialmente de poluição do ar. Encontram-se em atendimento 53 áreas contaminadas por vazamento de combustível e outras 04 com contaminações diversas.

3. – PROPECs – PROGRAMAS PERMANENTES DE CONTROLE

3.1. – Licenciamento Ambiental

3.1.1 – Licença de Instalação

- Metas: Atender a 100 % da demanda, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, com qualidade para o cliente e ambiental.
- Procedimentos: Compatibilização das atividades com suas áreas de implantação, dispositivos legais e exigências específicas para o controle ambiental.
- Universo 430 pedidos, 1 retorno/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 1.720 hs.

3.1.2. – Licença de Funcionamento Novas

- Metas: Atender a 100% da demanda, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, com qualidade para o clientes e ambiental.
- Procedimento: Verificação e análise do processo produtivo e sistemas de controle de poluição.
- Universo: 430 pedidos, 1 retorno/ano, 6 hs/retorno.
- Tempo alocado: 2.580 hs.

3.1.3. – Licença de Funcionamento – Estoque

- Metas: Manutenção do estoque que encontra-se em nível mínimo
- Procedimentos: Compatibilizar o licenciamento em função do controle ambiental implantado.
- Universo: 113 pedidos, 1 retorno/ano, 6 hs/retorno.
- Tempo alocado: 678 hs.

3.1.4. – Contravenção LI/LF/ETs

- Metas: Adequação à legislação vigente e cumprimento de exigências técnicas.
- Procedimento: Verificação de cumprimento de ETs e padrões legais.
- Universo: 170 autuações, 3 retornos/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 2.040 hs.

3.1.5. – Certificados de Dispensas, Graprohab e Desmembramento

- Metas: Atender 100% da demanda, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.
- Procedimentos: Análise das conformidades legais, emissão do documento.
- Universo: 400 solicitações, 2 hs/análise
- Tempo alocado: 800 hs

3.1.6. – Cadri's e SPD's

- Metas: Atender 100% da demanda, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, adequação de disposição para os resíduos especificados.
- Procedimentos: Emissão do documento em conformidade com a destinação.
- Universo: 1000 pedidos, 1 retorno/ano, 2 hs/retorno.
- Tempo alocado: 2.000 hs.

3.2. – FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA

Os empreendimentos com maiores potenciais poluidores dos meios ar, água e solo (resíduos), a partir de Curvas A, B, e C; foram divididos em três grupos, quais sejam, alta prioridade, media prioridade e automonitoraveis, tendo como metas a manutenção do controle ambiental já atingido, atualização dos inventários e melhoria continua na qualidade das inspeções de rotina e sistemas de controle.

- Procedimentos: Vistorias, amostragens e atualização de inventários.
- Universo: Alta Prioridade: 14 empresas, 6 retornos/anos, 6 hs retorno.
- Tempo alocado: 504 hs.
- Universo: Média Prioridade: 25 empresas, 3 retornos/ano, 6 hs retorno.
- Tempo alocado: 450 hs.
- Universo: Automonitoraveis: 81 empresas, 2 retornos/ano, 4 hs retorno.
- Tempo alocado: 648 hs.

3.3. – ATENDIMENTO À COMUNIDADE

3.3.1. – Atendimento de Emergência à Acidentes Ambientais

- Metas: Atendimento imediato, encaminhamento da solução.
- Procedimentos: Providenciar a remoção do contaminante.
- Universo: 30 ocorrências/ano, 1 retorno/ano, 6 hs/retorno.
- Tempo alocado: 180 hs.

3.3.2. – Atendimento a Reclamações Novas

- Metas: Solução de 90% dos casos no período máximo de 01 (um) ano, atendimento técnico em 20 (vinte) dias.
- Procedimento: Atendimento telefônico, triagem, Realização de Levantamento Comunitário, inspeção técnica, avaliação, autuação, informação e acompanhamento junto a comunidade.
- Universo: 1300 registros, 1 retornos/ano, 3 hs/retorno.
- Tempo alocado: 3.900 hs.
- Universo: 250 casos novos/ano, 3 retornos/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 3.000 hs.

3.3.3. – Reclamações em Atendimento

- Metas: Solução de 90% dos casos no período de 01 (um) ano.
- Procedimento: Inspeções, autuações, informação e acompanhamento junto a comunidade.
- Universo: 198 empresas em atendimento, 3 retornos/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 2.376 hs.

3.3.4. – Atendimento às Solicitações de Órgãos Públicos / Entidades

- Metas: Atendimento ou encaminhamento de 100% das solicitações no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- Procedimentos: Identificação de cada caso, vistorias necessárias e preparação das informações técnicas.
- Universo: 300 pedidos, 1 retorno/ano, 6 hs/retorno.
- Tempo alocado: 1.800 hs.

4. – PROGRAMA DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA - PAE

4.1. – Fumaça Preta e Contagem de Veículos

- Metas: Manutenção da inadimplência <10% da frota.
- Procedimentos: Fiscalização em percurso.
- Universo: Veículos diesel.
- Fiscalização: 1 técnico, 200 retornos/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 800 hs.
- Contagem: 4 técnicos, 6 retornos/ano, 3 hs/retorno.
- Tempo alocado: 72 hs.

4.2. – Automonitoramento Águas

- Metas: Autocontrole dos S.T.A.R s.
- Procedimentos: Análise de relatórios (vistorias previstas no programa de águas).
- Universos: 63 empresas, 4 relatórios/ano, 1h/relatório.
- Tempo alocado: 252 hs.

4.3. – Automonitoramento Resíduos

- Metas: Autogestão da destinação de resíduos.
- Procedimentos: Análise de relatórios (vistorias previstas no programa de resíduos).
- Universo: 92 empresas, 2 relatórios/ano, 1 h/relatório
- Tempo alocado: 184 hs.

4.4. – Resíduos Sólidos Urbanos

- Metas: Equacionar 100% das pendências ambientais do Transbordo da PMSP Ponte Pequena e Usina de Compostagem da Vila Leopoldina da PMSP.
- Procedimentos: Fiscalização e autuações, tentativa de celebração de TAC junto ao Ministério Público ou proposta de interdição.
- Universo: 2 locais, 6 retornos/ano, 6 hs/retorno.
- Tempo alocado: 72 hs.

4.5. – Resíduos de Serviços de Saúde – ETD Cavo

- Metas: Garantir o tratamento adequado de todos os resíduos de serviço de saúde gerados no município, na unidade de desativação eletrotérmica da Cavo (100 ton./dia).
- Procedimentos: Inspeções, relatórios de acompanhamento e realização de testes de eficiência da unidade.
- Universo: 1 local, 6 retornos/ano, 6 hs/retorno.
- Tempo alocado: 36 hs.

4.6. – Áreas Contaminadas – Postos de Combustíveis

- Metas: Garantir a implantação e o desenvolvimento dos planos de remediação em 90% dos casos.
- Procedimentos: Vistorias, amostragens, avaliação dos planos de remediação e dos relatórios de monitoramento e denuncia dos inadimplentes ao Ministério Público.
- Universo: 53 Postos de gasolina, 2 retornos/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 424 hs.

4.7. – Efluentes Industriais – EEE – Piqueri

- Metas: Acompanhar e monitorar o recebimento de efluentes não domésticos na EEE Piqueri.
- Procedimentos: Vistorias, amostragem, rígido controle na liberação de Cadri's.
- Universo: 1 EEE, 4 retornos/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 16 hs.

4.8. – Áreas Contaminadas

- Metas: Garantir a implantação e o desenvolvimento dos planos de remediação em 100% dos casos.
- Procedimentos: Vistorias, amostragens, avaliação dos planos de remediação e relatórios de monitoramento, denuncia dos inadimplentes ao Mistério Público.
- Universo: 4 locais, 3 retornos/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 48 hs.

4.9. – Atualização de Inventário

- Metas: 100% de atualização das cargas poluidoras das empresas de alta e média prioridade, conforme procedimentos do sistema eletrónico (CD).
- Procedimentos: Levantar dados nas inspeções de rotina e lançar em bancos de dados.
- Universo: 39 empresas, 1 retorno/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 156 hs.

4.10. – Esgotos Domésticos

- Metas: Conhecer as malhas das redes coletoras da região e promover ligações estratégicas, objetivando reduzir em 50% a carga orgânica lançada nos rios da região até 2004 e 100% até 2010
- Procedimentos: Reunião com representantes da SABESP análise de documentos vistorias, coletas, autuações.
- Tempo alocado: 50 hs.

4.11. – Participação no Comitê de Bacia e Núcleo de Educação Ambiental

- Metas: Participações e posicionamento efetivo da CETESB nas decisões.
- Procedimento: Estreitar relacionamento com as entidades envolvidas nas questões ambientais.
- Universo: 20 reuniões/ano, 8 hs/reunião.
- Tempo alocado: 160 hs.

4.12. – Reciclagem de Conhecimentos Técnicos e Avaliação dos Programas de Trabalho

- Metas: Uniformização dos procedimentos de controle avaliação da aderência das ações desenvolvidas com as propostas no Plano de Ação.
- Procedimentos: Reuniões mensais de avaliação e palestras informativas sobre tecnologias de controle.
- Universo: 16 técnicos, 12 reuniões/ano, 4 hs/reunião.
- Tempo alocado: 768 hs.

5. – PROGRAMA DE TRABALHO

Ressaltamos a participação de todos os funcionários da Agência nas ações propostas no presente Plano objetivando conduzirem seus atendimentos de forma a cumprir na integra, o que ora está sendo proposto.

Para as fiscalizações de rotina e para os PAEs será elaborado uma planilha na qual constará o nome da empresa o técnico responsável e os eventos previstos no decorrer do ano, a fim de termos uma programação das atividades, acompanharmos o previsto e realizado, e apontarmos os ganhos ambientais obtidos.

Serão promovidas reuniões mensais verificando o desenvolvimento do previsto e redirecionando as ações.

6. CONCLUSÕES

Realçamos que foram contados como disponíveis dois técnicos que hoje encontram-se emprestados em outra área que acreditamos retornarem para os trabalhos nesta Agência no inicio de fevereiro, assim sendo foram disponibilizadas 24.000 homens/hora/ano, considerando-se um quadro de 16 profissionais técnicos.

Caso surjam novos programas ou tenhamos prejuízos no corpo funcional, projeta-se que parte dos programas propostos poderão ser prejudicados não alcançando-se plenamente os resultados desejados, assim face os resultados já alcançados nos programas desenvolvidos ao longo do tempo para ar, água e solo, e considerando-se as características de ocupação da área será priorizado o atendimento ao Licenciamento Ambiental e as Reclamações da Comunidade.

O número de inspeções previstas no presente plano é de 2925, para 12 agentes o que resulta uma média de 244 inspeções/técnico, considerando 11 meses trabalhados por técnico temos 22,2 inspeções/técnico.mês, que é um número extremamente audacioso
visto que temos a média histórica da Agência em 16 inspeções/técnico.mês.

O Quadro de Alocação de Horas, apresentado a seguir, detalha os recursos humanos necessários ao cumprimento dos PROPEC´s e PAE´s deste Plano, que comparados com a disponibilidade da Agência para o ano 2002 mostra o relativo equilíbrio, com um pequeno déficit de horas técnicas, o que ressalta a importância de otimizar ainda mais a utilização desses recursos.

Quadro de Alocação de Horas Ano 2002

AGENCIA AMBIENTAL DE PINHEIROS **PLANO DE AÇÃO 2002/2003**

PROGRAMAS	Número de Casos	Retorno por Ano	Horas por Retorno	Horas	Total Horas por Itens	
III. PROPECs					**22676**	
III.1. Licenciamento Ambiental						
III.1.1. Licenças de Instalação	430	1	4	**1720**		
III.1.2. Licenças de Funcionamento Novas	430	1	6	**2580**		
III.1.3. Licenças de Funcionamento Estoque	113	1	6	**678**		
III.1.4. Contravenção LI/LF/ETs	170	3	4	**2040**		
III.1.5. C.Dispensa, GRAPROHAB,Desmembram.	400	1	2	**800**		
III.1.6. CADRIs e SPDs	1000	1	2	**2000**		
III.2.Fiscalização Programada						
A. Alta Prioritáridade	14	6	6	**504**		
B. Média Prioridade	25	3	6	**450**		
C. Automonitoraveis	81	2	4	**648**		
III.3 Atendimento a Comunidade						
III.3.1. Atendimento-Emergencias Amb.	30	1	6	**180**		
III.3.2 Registros Novos.	1300	1	3	**3900**		
III.3.2 Casos Novos.	250	3	4	**3000**		
III.3.3 Rec. Em Atendimento.	198	3	4	**2376**		
III.3.4. Atendimento a Orgãos Publicos/Ent.	300	1	6	**1800**		
IV. PAEs					**1622**	
IV.1 Fumaça Preta						
Autuações	1	200	4	**800**		
Contagem	4	6	3	**72**		
IV.2 Automonitoramento Águas	63	4	1	**252**		
IV.3 Automonitoramento Resíduos	92	2	1	**184**		
IV.4 Res. Sol. Urbanos	2	6	6	**72**		
IV.5 Res. Serviços de Saúde	1	6	6	**36**		
IV.6 Areas Contam. Postos Comb.	53	2	4	**424**		
IV.7 Ef. Ind. EEE Piqueri	1	4	4	**16**		
IV.8. Areas Contam.	4	3	4	**48**		
IV.9 Atualização de Inventario	39	1	4	**156**		
IV.10 Esgotos Domesticos	1	10	5	**50**		
IV.11 Comites e Nucleo de Ed. Amb.	1	20	8	**160**		
IV.12 Rec. De Conhec. e Avaliação	16	12	4	**768**		
Total Geral					**24298**	
Horas Disponiveis/Déficit					**24.000**	**-298**

PLANO DE AÇÃO 2002/2003 – CTe-S

AGÊNCIA AMBIENTAL DE SANTANA

I. Introdução

A Agência Ambiental de Santana tem como região de atuação a Zona Norte do Município de São Paulo e os municípios de Caieiras, Cajamar, Francisco Morato e Franco da Rocha, os quais perfazem uma área de 722 Km² e população de 2 milhões de habitantes, possuindo cerca de 9000 atividades cadastradas.

A região pertence à bacia hidrográfica 02 - Alto Tietê Zona Metropolitana, UGRHI 06 Alto Tietê.

Como recursos humanos disponíveis temos:

- Agentes credenciados: 11
- Técnicos não credenciados: 02
- Gerente: 01
- Analistas de educação ambiental: 02
- Administrativos: 06
- Estagiários: 02

II. Diagnóstico Ambiental

II.1.Poluição do Ar

Material particulado: Apesar de o programa de controle de emisssão de material particulado desenvolvido pela CETESB ter atingido os resultados esperados em termos de atividades industriais, este ainda é um poluente atmosférico que freqüentemente se apresenta acima dos padrões estabelecidos para qualidade do ar. Embora os casos significativos da região apresentem-se sob controle da Agência, as que apresentam maior potencial poluidor devem ser fiscalizadas periodicamente para verificação da eficiência dos equipamentos e/ou medidas de controle adotados.

Fumaça preta: Verificou-se, nos últimos anos, que os índices de inadimplência da frota a diesel vem decrescendo. Na região de atuação desta Agência, o índice vem mantendo-se abaixo de 10%.

Atividades minerárias: A extração de granito é uma atividade importante na região, devido ao potencial de emissão de material particulado, além dos impactos locais relativos a ruído e vibração. Portanto, essa atividade merece prioridade na Agência, estando as mineradoras incluídas nas listagens de alta prioridade e média prioridade da agência.

II.2. Poluição das águas:

Esgotos domésticos: Já há algum tempo, os efluentes líquidos de origem industrial deixaram de ser os grandes poluidores dos corpos d'água da região. Atualmente, a principal carga poluidora provem de esgotos domésticos. Portanto, é necessário que cobremos ações das empresas responsáveis pelo serviço de coleta e tratamento de esgotos.

Nenhum dos municípios da região possui estação de tratamento de esgotos. O esgoto é parcialmente coletado pela SABESP (Caieiras, 60%; Cajamar, 62%; Franco da Rocha, 48%; Francisco Morato, 16%), e descartado nos corpos d'água da região.

Encontra-se nessa área de atuação a Estação de Tratamento de Esgotos Parque Novo Mundo da SABESP, que, porém, atualmente só recebe e trata os esgotos domésticos provenientes da Zona Leste do Município de São Paulo.

Efluentes industriais: Com o Programa de Despoluição do Rio Tietê, as principais empresas geradoras de efluentes industriais encontram-se atendendo aos padrões estabelecidos nos artigos 18 e 19-A da legislação ambiental. No entanto, é necessário manter as ações de controle (vistorias e amostragens) para garantir os ganhos obtidos.

II.3. Resíduos Sólidos

Resíduos domésticos: Os resíduos sólidos urbanos coletados na maior parte dos municípios da região continuam sendo dispostos de forma inadequada, a saber:

- Caieiras: 22 t/dia; dispostos inadequadamente em lixão;
- Cajamar: 25 t/dia, dispostos no aterro CDR- Pedreira, em São Paulo, devidamente aprovado e licenciado;
- Francisco Morato: 53 t/dia, disposto inadequadamente em lixão;
- Franco da Rocha: 40 /dia, disposto inadequadamente em lixão.

Nessa área de atuação encontra-se o Aterro Sanitário Bandeirantes da Prefeitura do Município de São Paulo, o qual recebe resíduos domésticos e industriais do município.

A região conta também com o Aterro Industrial Itaberaba, da empresa Essencis Soluções Ambientais Ltda. e o aterro de codisposição CDR-Pedreira da empresa ESTRE Empresa de Saneamento e Tratamento de Resíduos Ltda.

Resíduos de Serviço de Saúde: Os quatro municípios destinam seus resíduos de serviços de saúde, coletados pelas prefeituras, a incineradores de terceiros, licenciados pela CETESB.

Resíduos industriais: As maiores fontes de geração de resíduos industriais perigosos encontram-se sob controle, com seus resíduos perigosos destinados a locais adequados, aprovados pela CETESB.

III. PROPEC - Programa Permanente de Controle

III.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

III.1.1. Licenças de Instalação Novas
- Meta: atender 100% das solicitações
- Procedimentos: inspeções, análise do processo, elaboração de relatórios.
- Universo: 350 pedidos, 1 retorno/ano, 8 h/retorno.
- Tempo Alocado = 2800 h.

III.1.2. Licenças de Funcionamento Novas
- Meta: atender 100% das solicitações
- Procedimentos: inspeções, análise do processo, elaboração de relatórios.
- Universo: 450 pedidos, 1 retorno/ano, 7 h/retorno.
- Tempo Alocado = 3150 h.

III.1.3. Licenças em Atendimento (LI e LF)
- Meta: atender 100% das solicitações
- Procedimentos: inspeções, análise do processo, elaboração de relatórios.
- Universo: 150 pedidos, 1 retorno/ano, 7 h/retorno.
- *Tempo Alocado = 1050 h.*

III.1.4. Certificados de Dispensa e Outros Pareceres
- Meta: atender 100% das solicitações
- Procedimentos: emitir documentação de acordo com os dispositivos legais e eventuais inspeções.
- Universo: 150 pedidos, 1 retorno/ano, 3 h/retorno.
- Tempo Alocado = 450 h.

III.1.5. Contravenção LI/LF
- Procedimentos: inspeções, elaboração de relatórios, autuações.
- Universo: 150 autuações, 3 retornos/ano, 6 h/retorno.
- Tempo Alocado = 2700 h.

III.1.6. CADRIs e SPDs
- Procedimentos: consultar Agência de referência e emitir documento.
- Universo: 400 pedidos, 1 retorno/ano, 3 h/retorno.
- *Tempo Alocado = 1200 h.*

III.2. FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA

III.2.1. Alta prioridade (nível 1)
- Procedimentos: inspeções, elaboração de relatórios, autuações.
- Universo: 05 empresas, 6 retornos/ano, 8 h/retorno.
- Tempo alocado = 240 h.

III.2.2. Média prioridade (nível 2)
- Procedimentos: inspeções, elaboração de relatórios, autuações.
- Universo: 32 empresas, 3 retornos/ano, 8 h/retorno.
- Tempo alocado = 768 h.

III.2.3. Automonitoráveis (nível 3)
- Procedimentos: inspeções, elaboração de relatórios, autuações.
- Universo: 70 empresas, 1 retornos/ano, 8 h/retorno.
- Tempo alocado = 560 h.

III.3. ATENDIMENTO À COMUNIDADE

III.3.1. Reclamações Novas
- Procedimentos: resposta à comunidade em 48 h, atendimento em 30 dias.
- Universo: 300 casos, 1 retorno/ano, 8 h/retorno.
- Tempo Alocado = 2400 h.

III.3.2. Reclamações em Atendimento
- Procedimentos: fiscalização e autuação.
- Universo: 300 casos, 3 retorno/ano, 6 h/retorno.
- Tempo Alocado = 5400 h.

III.3.3. Atendimento de Emergência a Acidentes Ambientais
- Procedimentos: inspeções e acompanhamento das ações emergenciais.
- Universo: 20 ocorrências, 2 retorno/ano, 8 h/retorno.
- Tempo Alocado = 320 h.

III.3.4. Atendimento a Solicitações de Órgãos Públicos / Entidades
- Procedimentos: inspeções e elaboração de Informação Técnica.
- Universo: 180 pedidos, 1 retorno/ano, 6 h/retorno.
- Tempo Alocado = 1080 h.

III.3.5. Participação nos Comitês de Bacias e Núcleos de Educação Ambiental

- Procedimentos: Participação nas reuniões do Subcomitê da Bacia do Rio Juqueri. e no Núcleo de Educação Ambiental da região
- Universo: 2 reuniões, 10 retornos/ano (2 funcionários/retorno), 4 h/retorno
- Tempo Alocado = 160 h.

IV. PAE – Programa de Ação Específica

IV.1. Acompanhamento de TAC

- Procedimentos: fiscalização, acompanhamento de cronogramas, banco de dados
- Universo: 4 municípios, 4 retornos/ano, 8 h/retorno
- Tempo alocado: 128 h
- Municípios: São Paulo, Francisco Morato, Caieiras e Franco da Rocha.

IV.2. Esgotos Sanitários

- Meta: Remoção de 50% da carga remanescente até 2004
- Procedimentos: autuação, acompanhamento.
- Universo: 4 Municípios, 3 retornos/ano, 8 h/retorno.
- Tempo Alocado = 96 h.
- Municípios: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato e Franco da Rocha.

IV.3. Monitoramento do Ribeirão dos Cristais

- Procedimentos: vistorias, acompanhamento, autuações.
- Universo: 4 empresas, 4 retornos/ano, 8 h/retorno.
- Tempo Alocado = 128 h.

IV.4. Caça Fumaça e Contagem de Veículos

- Procedimentos: fiscalização 3 vezes/semana em pontos fixos e/ou percurso.
- Universo: 1 equipe, 156 retornos/ano, 6 h/retorno.
- Tempo Alocado = 936 h.

IV.5. Atualização do Inventário (CD-ROM)

- Procedimentos: entrega e recebimento dos CDs, orientação às empresas.
- Universo: 37 empresas (100% das de alta e média), 1 retorno/ano, 16 h/retorno.
- Tempo Alocado = 592 h.

IV.6. Áreas Contaminadas

- Procedimentos: vistorias, amostragens, autuações.
- Universo: 5 casos, 3 retornos/ano, 8 h/retorno
- Tempo Alocado = 120 h
- Casos: Diamond, INPQ Inds. Químicas Ltda., Prefeitura de Cajamar, Tognato e Complexo Hospitalar do Juqueri.

V. Conclusões

O universo estimado de casos por item baseou-se nos números de 2001 e nas novas demandas previstas para esse ano (licenciamento de postos de gasolina e atualização de inventário). Foram consideradas 24000 h disponíveis (16 técnicos x 1500 h) para uma necessidade de 24198 h.

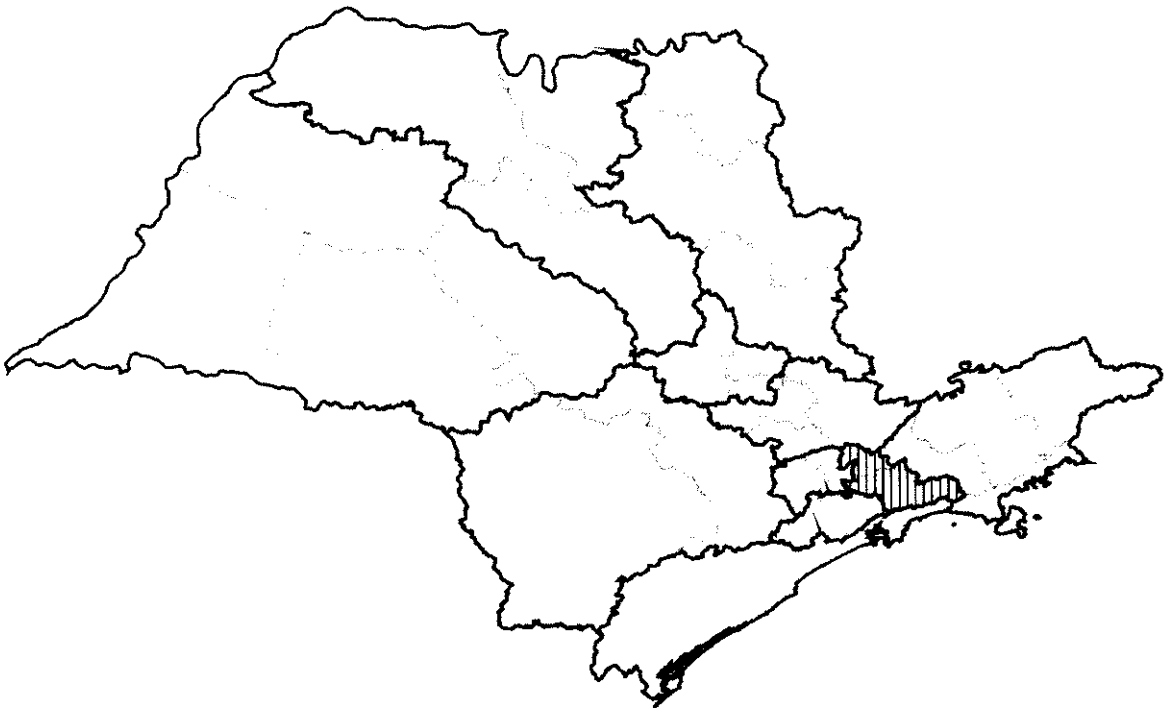
O Quadro a seguir detalha o número de homens/hora necessários para o cumprimento de todos os PROPEC´s e PAE´s estabelecidos pelo Plano, cumprindo observar que existe um equilíbrio entre Demanda x Disponibilidade para o quadro técnico de recursos humanos da Agência para o ano de 2002.

PROGRAMAS	UNIVERSO	RETORNOS POR ANO	HORAS POR RETORNO	HORAS NECESSÁRIAS
III. PROPEC´s				
III.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL				**11350**
III.1.1. Licenças de Instalação Novas	350	1	8	2800
III.1.2. Licenças de Funcionamento Novas	450	1	7	3150
III.1.3. Licenças em Atendimento	150	1	7	1050
III.1.4. Certificados de Dispensa/pareceres	150	1	3	450
III.1.5. Contravenção LI/LF	150	3	6	2700
III.1.6. CADRI's e SPDs	400	1	3	1200
III.2. FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA				**1568**
III.2.1. Alta Prioridade (nível 1)	5	6	8	240
III.2.2. Média Prioridade (nível 2)	32	3	8	768
III.2.3. Automonitoráveis (nível 3)	70	1	8	560
III.3. ATENDIMENTO A COMUNIDADE				**9360**
III.3.1. Reclamações Novas	300	1	8	2400
III.3.2. Reclamações em Atendimento	300	3	6	5400
III.3.3. Atendimento de Emergência	20	2	8	320
III.3.4. Atendimento à Solicitações de Órgão	180	1	6	1080
III.12. Participação nos Comitês de Bacias	2	20	4	160
IV. PAEs				**1920**
IV.1. Acompanhamento de TACs	4	4	8	128
IV.2. Esgotos sanitários	4	3	8	96
IV.3. Ribeirão dos Cristais	4	4	8	128
IV.4. Caça Fumaça e Contagem	1	156	6	936
IV.5. Atualização de Inventário	37	1	16	592
IV.6. Áreas Contaminadas	5	3	8	120
TOTAL GERAL				**24278**
Horas disponíveis				24000

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CETESB

DIRETORIA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE AÇÃO 2002/2003



Regional da Bacia do Alto Tietê III (CTt)

Agência Ambiental de Guarulhos
Agência Ambiental de Mogi das Cruzes
Agência Ambiental de Tatuapé

AGÊNCIA AMBIENTAL DE GUARULHOS – CTt-G

PLANO DE AÇÃO 2.002/2.003

Introdução

A Agência Ambiental de Guarulhos tem sua atuação na região nordeste da Região Metropolitana de São Paulo, abrangendo os Municípios de Guarulhos, Arujá, e Mairiporã; é uma área de 1.100 Km², (30% de área urbana e 70% de proteção de mananciais) e uma população de mais de 1 milhão de habitantes.

As UGHRIs atendidas pela Agência são:
01 Alto Tietê Cabeceiras, UGRHI 06 Alto Tietê;
02 Alto Tietê Zona Metropolitana, UGRHI 06 Alto Tietê ;
61 Paraíba do Sul, UGRHI 02 Rio Paraíba;
13 Rio Jundiaí, UGRHI 05 Piracicaba, Capivari, Jundiaí

A Agencia conta com os recursos humanos de: 01 Gerente, 11 técnicos, 01 encarregada administrativa, 01 secretária, 01 controlador administrativo, 03 técnicos em processo administrativo, 01 motorista, 01 coletor de amostras. Como recursos materiais principais: 06 veículos, 12 micro computadores, além de equipamentos portáteis destinados as avaliações ambientais de campo.

Pelo quadro técnico acima relacionado (gerente e 11 técnicos) a Agência tem uma disponibilidade de 18.000 homens/hora/ano para realização dos programas estabelecidos neste Plano.

Diagnóstico Ambiental

Trata-se de uma região com enormes contrastes sociais e ambientais onde se concentra uma grande população de baixa renda distribuída em torno e dentro das áreas industriais, muitas vezes vizinhas a condomínios de alto padrão para moradia ou lazer.

A região abriga um dos mais antigos pólos industriais do estado, tendo, ao mesmo tempo, 70% de sua área classificada como “Proteção aos Mananciais” e parte da antiga Zona Industrial está inserida na APA do Rio Tietê.

De acordo com o inventário original desenvolvido pela Cia a Agência possui empresas com altos potenciais poluidores do ar, água e solo, e as ações de controle desenvolvidas pela Agência, ao longo dos anos, resultaram na implantação de sistemas de controle de poluição de grande eficiência, por parte das indústrias, mas, que necessitam de vistorias periódicas para avaliação de seu desempenho e verificação da manutenção dos mesmos.

O perfil industrial existente na área de jurisdição da Agência revela preponderância de atividades metalúrgicas/ mecânicas/ químicas/ matérias plásticas e minerárias, requerendo acompanhamento constante dos técnicos da Agência, por serem empresas de grande porte.

Esgotos Domésticos:
Grande número de corpos d'água existentes na região promoveram uma situação muito peculiar de lançamentos de esgotos sanitários *"in natura"*, mantidos até esta data, pelo próprio serviço autônomo municipal, no caso de Guarulhos.

O Plano Diretor estimava que os esgotos municipais seriam encaminhados às estações da SABESP já em operação, no entanto, ainda não existem os sete coletores tronco nem a interligação dos mesmos ao interceptor da SABESP. O município está sob autuação (procedimento de multa) pela CETESB.

Os municípios de Guarulhos (através do SAAE) e de Arujá (através da SABESP) realizam a Coleta/Transporte e Afastamento de 69% e 84% dos esgotos domésticos, respectivamente. Os dois Municípios geram 58 ton. DBO/dia, lançados diretamente em corpos receptores, sem tratamento, que deságuam no Rio Tietê.

O Município de Mairiporã apresenta-se com 43% dos esgotos sanitários, coletados e tratados na ETE da SABESP, cujo efluente vem sendo lançado em águas de classe 1. Nas áreas onde não dispõe de coleta pública são utilizados os sistemas de infiltração ou lançamentos domésticos em valas. A ETE de Mairiporã deverá ser adequada pela SABESP no biênio 2.002/ 2.003.

Resíduos Sólidos Domésticos:
Muitas indústrias metalúrgicas e de plásticos são de recuperação, induzindo, por assim dizer o aparecimento de sucateiros e catadores que fornecem a matéria prima necessária ao seu funcionamento. Esta mesma característica aliada à existência de grandes áreas desocupadas e fácil acesso rodoviário, gera um dos maiores problemas da Agência e do Município, a grande quantidade de lixões e pontos clandestinos de desova de tambores.

Município de Guarulhos (800 t/dia): dispostos no Aterro Sanitário de Guarulhos, da empresa Quitaúna , que está em operação com a devida LF a Título Precário da CETESB e a área anterior em fase de recuperação ambiental.
Município de Arujá (30 ton./dia): dispostos no Aterro Sanitário Pajoan (CIPAS Itaquá).
Município de Mairiporã (25 ton./dia): encaminhados à unidade de transbordo de Terra Preta e dispostos no Aterro Sanitário Anaconda em Santa Isabel, com CADRI aprovado pela Agência Ambiental de Jacareí (CPb-JA)

Não existe qualquer proposta de recuperação da área do Lixão do Mimi, em Mairiporã, sendo que a ação administrativa da Agência está esgotada e o caso está em processo no Ministério Público.

Resíduos de Serviços de Saúde:
Município de Guarulhos: 3,7 ton./dia, coleta e transporte pela empresa Quitaúna e incineração na SILCON em Paulínia
Município de Arujá: 0,25 ton./dia, coleta e transporte pela empresa Tetralix e incineração na SILCON de Mauá
Município de Mairiporã: 0,2 ton./mês Coleta feita pela Prefeitura. Transporte e Disposição sob responsabilidade da M.B. Engª. E Meio Ambiente, de Campinas.

3 Programas Desenvolvidos pela Agência

3.1 PROPEC - Programa Permanente de Controle

3.1.1 Licenciamento Ambiental

3.1.1.1 Licenças de Instalação.
Metas: Melhoria contínua no atendimento aos pedidos de Licença
Procedimentos: Emitir documentação de acordo com os dispositivos legais
Universo: 360 pedidos, 1 retorno/ano, 5 hs./retorno
Tempo Alocado = 1.800 hs.

3.1.1.2 Licenças de Funcionamento
Metas: Melhoria contínua no atendimento aos pedidos de Licença
Procedimentos: Emitir documentação de acordo com os dispositivos legais
Universo: 360 pedidos (Licenças Novas), 1 retorno/ano, 5 hs./retorno
217 pedidos (Licenças em Estoque), 1 retorno/ano, 5 hs./retorno
Tempo Alocado = 1.800 hs. (Novas) e 1085 hs. (Estoque) = 2.885 hs. (Total)

3.1.1.3 Contravenção LI/LF

Metas: Reduzir o estoque mantendo o atendimento à Lei
Procedimentos: Verificar o atendimento à exigências
Universo: 390 autuações, 3 retornos/ano, 6 hs./retorno
Tempo Alocado = 7.020 hs.

3.1.1.4 Certificados de Dispensa/GRAPROHAB, Pareceres Técnicos

Metas: Restringir o número de pendências
Procedimentos: Emitir documentação de acordo com os dispositivos legais
Universo: 190 pedidos, 2 retornos/ano, 3hs./retorno
Tempo Alocado = 1.140 hs.

3.1.1.5 SPD's/CADRI's

Metas: Eliminar pendências
Procedimentos: Consultar Agência de referência e emitir documento após resposta.
Universo: 630 pedidos, 1 retorno/ano, 2 hs./retorno
Tempo Alocado = 1.260 hs.

3.1.2 Fiscalização Programada

3.1.2.1 Alta Prioridade

Objeto: Empresas com fontes prioritárias de: Ar/água/Solo/Reclamação
Metas: Manutenção do Controle e Atualização Obrigatória dos Inventários
Procedimentos: Vistorias, Amostragens
Universo: 10 empresas, 6 retornos/ano, 6 hs./retorno.
Tempo Alocado =360 hs.

3.1.2.2 Média Prioridade

Objeto: Empresas com fontes prioritárias de: Ar/água/Solo/Reclamação
Metas: Manutenção do Controle e Atualização Obrigatória dos Inventários
Procedimentos: Vistorias, Amostragens
Universo: 29 empresas, 3 retornos/ano, 6 hs./retorno.
Tempo Alocado = 522 hs.

3.1.2.3 Automonitoráveis

Objeto: Empresas com fontes prioritárias de: Ar/água/Solo/Reclamação
Metas: Manutenção do Controle
Procedimentos: Vistorias, Amostragens e Atualização de Inventários.
Universo: 17 empresas, 1 retorno/ano, 8 hs./retorno.
Tempo Alocado = 136 hs.

3.1.3 Atendimento à Comunidade

3.1.3.1 Reclamações – Novas e em Atendimento

Reclamações de: Ar, Águas, Solo
Metas: Solução em até 2 anos de 100% dos casos
Procedimentos: Resposta à comunidade em 48 hs., atendimento em 30 dias
Universo: 250 casos (Reclamações Novas), 2 retornos/ano, 2 hs./retorno
267 casos (Reclamações em Atendimento), 2 retornos/ano, 2 hs./ retorno
Tempo Alocado = 1.000 hs.(Novas) e 1.068 (em Atendimento) = 2.068 hs. (Total)

3.1.3.2 Solicitações de Órgãos Públicos/Entidades

Metas: 100% de Atendimento e equacionamento em 15 dias
Procedimentos: Identificar o problema, relatar e dar encaminhamento para a solução.
Universo: 170 pedidos, 2 retornos/ano, 2 hs./retorno
Tempo Alocado = 680 hs.

3.1.3.3 Participação em Comitês de Bacias

Metas: Participação ativa e efetiva nas reuniões dos Comitês
Procedimentos: Inserir a Agência nos Comitês.
Universo: 3 casos, 4 retornos/ano, 6hs./retorno
Tempo Alocado = 72 hs.

3.1.3.4 Atuação em Núcleos de Educação Ambiental

Metas: Participação ativa e efetiva nas reuniões dos Núcleos Regionais
Procedimentos: Acompanhar o desenvolvimento de propostas e programas das entidades envolvidas.
Universo: 2 casos, 4 retornos/ano, 6hs./retorno
Tempo Alocado = 48 hs.

3.1.3.5 Atendimento de emergência a acidentes ambientais

Metas: 100% de Atendimento em 6 hs.
Procedimentos: Identificar contaminante, providenciar remoção.
Universo: 2 ocorrências, 2 retornos/ano, 8 hs./retorno
Tempo Alocado = 32 hs.

3.2 PAE - Programa de Atuação Específica

3.2.1 Inventário de Fontes

Metas: 100% de execução para fontes altas e média prioridade
Procedimentos: Preparação e entrega da documentação aos interessados, conferência dos dados e aplicação de estimativas e/ou análise das fontes com a tabulação dos dados.
Universo: 10 empresas (Alta Prioridade), 2 retornos/ano, 8 hs./retorno
29 empresas (Média Prioridade), 2 retornos/ano, 8hs./retorno
17 empresas (Automonitoráveis), 1 retorno/ano (h/h incluidos nas fiscalizações)
Tempo Alocado = 160 hs. (Alta Prioridade) e 464hs (Média Prioridade) = 624 hs

3.2.2 Ganhos Ambientais

3.2.1.1 Caça Fumaça

Metas: Manutenção da Inadimplência da Frota < 10%
Procedimentos: Fiscalização: 1 período, 10vezes/ mês em percurso
Universo: 1 equipe/vez, 120 retornos/ano, 5 hs./retorno, N.º de Autuações: 1.200 multas.
Tempo Alocado = 600 hs.

3.2.1.2 Contagem de Veículos

Metas: Manutenção da Inadimplência da Frota < 10%
Procedimentos: Fiscalização: 2 períodos, 1 vez/semestre em pontos fixos pré - determinados
Universo: 2 equipes, 2 retornos/ano, 8 hs./retorno, Veículos Diesel = 2.500,00 e Veículos Diesel Inadimplentes < 250,00.
Tempo Alocado = 32 hs.

3.2.1.3 TAC – Prefeitura de Mairiporã

Metas: Atendimento às exigências estabelecidas.
Procedimentos: O Lixão do Mimi encerrado, deve ter início o projeto de recuperação da área degradada..
Universo: 2 locais (antigo e usina de transbordo atual), 2 retornos/ano, 5 hs./ retorno
Tempo Alocado = 20 hs.

3.2.1.4 Sistemas de Tratamento de Esgotos

Metas: 50% de esgotos sanitários tratados até 2.004 e 100% de esgotos sanitários tratados até 2.010, por UGHRI
Procedimentos: Fiscalização e implementação de dados no banco.
Universo: 3 Municípios, 2 retornos/ano, 5 hs./retorno
Tempo Alocado = 30 hs.

3.2.1.5 Resíduos Sólidos Urbanos

Metas: Guarulhos e Arujá já possuem aterros para disposição adequada dos resíduos urbanos; acompanhar os dados de coleta para verificar a abrangência e efetividade dos serviços, de competência das municipalidades. 03 Municípios, incluso Mairiporã.
Procedimentos: Fiscalização e implementação de dados no banco.
Universo: 3 Municípios, 2 retornos/ano, 3 hs./retorno
Tempo Alocado = 18 hs.

3.2.1.6 Resíduos de Serviços de Saúde e Controle Endêmico

Metas: 100% de Manutenção dos Controles Implementados
Procedimentos: Verificação contínua das coletas municipais e vistorias ao incinerador da Infraero.
Universo: 4 Pontos, 3 retornos/ano, 5 hs./retorno
Tempo Alocado = 60 hs.

3.2.1.7 Áreas Contaminadas

Metas: 100% de recuperação das áreas ou da implantação dos Programas de Recuperação
Procedimentos: Vistorias, Amostragens
Universo: 7 Pontos, 3 retornos/ano, 3 hs./retorno
Tempo Alocado = 63 hs.

3.2.1.8 Atividades Industriais Concentradas de Maior Potencial Poluidor

Metas: Reduzir a inadimplência e melhorar os controles de emissão.
Procedimentos: Vistorias/amostragens/avaliações para a melhoria do controle.
Universo: 1 ponto, 4 retornos/ano, 2hs. /retorno
Tempo Alocado = 8 hs.

3.2.1.9 Condições Particulares de Regiões ou Cidades – Localização de Lixões

Metas: Localizar e adotar medidas que induzam a extinção ou regularização da atividade.
Procedimentos: Seleção de áreas e verificação do levantamento fotográfico; vistoria ao local e autuação necessária.
Universo: 20 pontos, 4 retornos/ano, 2hs. /retorno
Tempo Alocado = 160 hs.

3.2.1.10 Situação de Plantas com Elevado Índice de Risco: Terminais e Distribuidoras de Combustíveis

Metas: Detectar e adotar medidas para regularizar a atividade, face aos vários riscos.
Procedimentos:Seleção de áreas/verificação de levantamento fotográfico/ vistoria/ autuação Universo: 7 pontos, 4 retornos/ano, 2hs. /retorno Tempo Alocado = 56 hs.

3.2.1.11 Monitoramento - AR

Metas: 100% de Manutenção dos Controles Implementados nas Fontes Poluidoras, acompanhamento dos índices de qualidade do ar.
Procedimentos: Fiscalização e implementação de dados no banco.
Universo: 1 Estação , 220 retornos/ano, 0,25 hs./retorno
Tempo Alocado = 55 hs.

3.2.1.12 Monitoramento Águas

Metas: 100% de Manutenção dos Controles Implementados nas Fontes Poluidoras, acompanhamento do IQA.
Procedimentos: Acompanhamento e análise dos dados de qualidade.
Universo: 3 Pontos, 24 retornos/ano, 0,5 hs./retorno
Tempo Alocado = 36 hs.

4 TABELA : ATIVIDADES X TEMPOS (ANEXA)

5 Conclusão

As conclusões do presente plano reafirmam as vantagens indicadas no ano anterior como base para o atendimento das metas previstas, ou seja:

5.1 Vantagens

- Equalização das Ações de Gerenciamento
- Potencialização dos Recursos da Agência
- Prioridade no Atendimento à População.
- Aumento de Conhecimento e Implementação de Tecnologia
- Melhoria na Confiabilidade da Informação

5.2 Considerações

- Todos os planos da Cia., pela sua própria finalidade devem considerar sempre as interfaces População x Empresas x Municípios
- auxilio da população, sempre indicado como um ponto forte no desenvolvimento de ações da CETESB, poderá mais uma vez ser utilizado pela abrangência das ações propostas
- Resta ainda o elo fraco de todo o desenvolvimento que é a dependência do atendimento, pois apesar de ações coercitivas, o cumprimento efetivo só é possível com a conscientização e decisão do responsável pela fonte.

Deve-se ainda ressaltar que para o atendimento das metas pretendidas em 2002 teremos uma defasagem de 01 técnico, o que pode ser observado na comparação entre os homens/hora da Tabéla do ítem 4 e a disponibilidade atual da Agência.

Observando, no entanto, as vantagens da programação e seu acompanhamento, para as melhorias apresentadas, as proposições anteriormente indicadas conduzirão as ações da Agência aos avanços necessários ao trato das questões ambientais, considerando os vários atores envolvidos.

CTt - G AGÊNCIA AMBIENTAL DE GUARULHOS

Tabela 1 Atividades e Tempos

PROGRAMAS		Casos	Ret./ano	Hs./Ret.	Hs./ano
PROPEC'S					**18.023**
Licenciamento					**14.105**
LI		360	1	5	1800
LF	Novas	360	1	5	1800
	Estoque	217	1	5	1085
Contravenção LI/LF		390	3	6	7020
Certif. de Licença, Graprohab, PT		190	2	3	1140
SPD's/Cadri's		630	1	2	1260
Fiscalização Programada					**1.018**
Alta Prioridade		10	6	6	360
Média Prioridade		29	3	6	522
Automonitoráveis		17	1	8	136
Atendimento à Comunidade					**2.900**
Reclamações	Novas	250	2	2	1000
	Em Atendimento	267	2	2	1068
Solicitações de Órgãos Pub. e Entidades		170	2	2	680
Participação em Comitês de Bacias		3	4	6	72
Atuação em Núcleos de Educação Amb.		2	4	6	48
Emergências e Acidentes Ambientais		2	2	8	32
PAE'S					**1.762**
Inventários					**624**
Inventários de Fontes	Alta Prioridade	10	2	8	160
	Média Prioridade	29	2	8	464
Ganhos ambientais					**1.138**
TAC's		2	2	5	20
Esgotos Sanitários		3	2	5	30
Resíduos Sólidos Urbanos		3	2	3	18
Resíduos de Serviços de Saúde		4	3	5	60
Áreas Contaminadas		7	3	3	63
Ativ.Indus.Conc.de Maior Pot.Poluidor		1	4	2	8
Lixões e Pontos de Desova		20	4	2	160
Terminais e Distrib.de Combustíveis		7	4	2	56
Monitoramento Ar		1	220	0,25	55
Monitoramento das águas		3	24	0,5	36
Caça Fumaça		1	120	5	600
Contagem de Veiculos		2	2	8	32
Horas Necessárias					19.785
Horas Disponíveis					18.000
Déficit em horas					1.785
Déficit de Técnicos					1

AGENCIA AMBIENTAL DE MOGI DAS CRUZES – CTt-M

PLANO DE AÇÃO 2002-2003

I. Introdução

A Agencia Ambiental de Mogi das Cruzes, desenvolve suas atividades na Zona Leste da Região Metropolitana de São Paulo, abrangendo uma área de 1.887 km2 com 71 % em Área de Proteção aos Mananciais, onde se localizam os Reservatórios do Taiaçupeba, Jundiaí, Ponte Nova, Paraitinga e Biritiba Mirim compondo o SPAT – Sistema Produtor Alto Tietê.

A Agencia é responsável pelo atendimento de sete municípios, quais sejam: Salesópolis, Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos, cuja população, num total de 1.107.095 habitantes é distribuída conforme quadro abaixo:

Mogi das Cruzes	329.680 habitantes
Suzano	228.439 habitantes
Poá	95.724 habitantes
Ferraz de Vasconcelos	141.939 habitantes
Itaquaquecetuba	272.416 habitantes
Biritiba Mirim	24.567 habitantes
Salesópolis	14.330 habitantes

A vocação da região é mista, havendo significativo desenvolvimento nas áreas de atividades agrícolas (horti-fruti-granjeiras), minerárias, industriais e de serviços.

As URGHIs atendidas são UGRHI 06 Alto Tietê (Alto Tietê Cabeceiras) e Parte da UGRHI 06 Rio Paraíba do Sul.

A Agencia Ambiental de Mogi das Cruzes conta como recursos humanos 01 Gerente, 09 engenheiros, 02 técnicos, 01 encarregado administrativo, 01 secretária, 01 controlador administrativo e como recursos materiais principais 06 veículos, 01 barco, além de equipamentos manuais destinados as avaliações ambientais de campo.

A equipe técnica de 12 profissionais (gerente, engenheiros e tecnólogos tem disponibilidade de 16.500 homens/hora/ano, considerando-se 1.500 horas/ano para cada um deles.

IV. Diagnóstico Ambiental

II.1. Poluição do Ar

Em face dos Programas de Controle de Poluição do Ar (Material Particulado e Dióxido de Enxofre) obteve-se reduções significativas nas emissões junto às fontes potencialmente poluidoras, resultado este monitorado através dos valores obtidos abaixo dos Padrões Primários e Secundários de Qualidade do Ar, mediante a Estação Medidora Tipo OPS-OMS instalada em Mogi das Cruzes.

Quanto as ações de controle de dióxido de enxofre, já com redução da ordem de 92 % será mantido o acompanhamento bimestral através das planilhas de consumo de óleo combustível das 17 empresas do programa.

O grande número de fundições de metais não ferrosos existente na região e as reclamações recebidas demonstra a necessidade de intensivas ações fiscalizadoras de modo a assegurar condições adequadas de controle para essas fontes.

Deverão ser mantidas fiscalizações no incinerador de residuos perigosos da Clariant (capacidade licenciada de 7,5 t/dia e no incinerador de residuos hospitalares da Coletora Pioneira (capacidade licenciada de 4,8 t/ dia),ambos em fase de amostragem.

Quanto as emissões veiculares por queima de óleo diesel, conforme os levantamentos efetuados, tem-se verificado índice de inadimplência abaixo de 10 %.

II.2. Poluição das Águas

Como decorrência das ações de controle de poluição das águas já desenvolvidas pela CTt-M, alcançou-se uma redução significativa nas cargas orgânicas e inorgânicas dos efluentes líquidos das industrias, e desta forma as ações deverão estar direcionadas à manutenção dos resultados obtidos.

Considerando-se a existência de grande numero de mineradoras na região, deverá ser mantida a ação fiscalizadora para assegurar o nível de controle já alcançado para os efluentes líquidos, sendo que atualmente tais ações se revestem de importância significativa face aos interesses da região quanto a recuperação das áreas degradadas, devendo a ação da CETESB ser integrada com os demais órgãos ambientais.

O principal problema em termos de poluição das águas vem sendo o esgoto doméstico. Atualmente é tratado somente a nível de 30 % da contribuição total da região.

Tendo em vista as ações já efetuadas, deverá ser dado continuidade de autuação para obtenção da conclusão da estação de tratamento pela SABESP em Biritiba Mirim, para a obtenção do tratamento complementar dos esgotos gerados por Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos, atualmente atendidos pela estação da SABESP de Suzano e obtenção de plano por parte do SEMAE para o tratamento dos esgotos de Mogi das Cruzes.
Quanto as ETAs, será dado continuidade de atendimento às ações já desenvolvidas sobre a SABESP nas 02 unidades de Biritiba Mirim, Salesópolis e de Suzano (ETA do Alto Tietê) e sobre o SEMAE referente a unidade de Mogi das Cruzes, estando as mesmas já autuadas pelo lançamento de lodo nos corpos d'àgua em desacordo com a legislação.

II.3. Poluição do Solo

A ação fiscalizadora e o controle da destinação final dos resíduos sólidos industriais através da sistemática de emissão de CADRI, tem alcançado resultados satisfatórios, porém, em face de disposições inadequadas de resíduos industriais, principalmente em épocas anteriores, deverão ter continuidade as ações visando a recuperação e remediação das áreas contaminadas, já identificadas como prioritárias.

Face aos resultados já obtidos pela ação da CETESB, para adequação do aterro CIPAS-Biritiba Mirim, para o aterro CIPAS-Itaquaquecetuba, bem como para a destinação dos residuos domésticos de Mogi das Cruzes, tais casos deverão ter continuidade de atendimento de forma sistemática, objetivando a solução para os residuos domiciliares da região.

Para os resíduos de serviços de saúde (hospitalares), embora já tenhamos identificado todos os geradores da região e controlado parte da destinação destes resíduos, há necessidade de efetuar levantamento e quantificação da situação atual.

III. PROPEC – Programa Permanente de Controle

III.1. Licenciamento Ambiental

III.1.1. Licença de Instalação

- Metas: Análise prévia das fontes de poluição e de legislações específicas.
- Procedimentos: Compatibilização das atividades com suas áreas de implantação e dispositivos legais e exigências específicas de controle ambiental.
- Universo: 250 pedidos, 1 retorno/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 1.000 hs.

III.1.2. Licença de Funcionamento Novas

- Metas: Verificação e análise do processo e sistemas de controle de poluição.
- Procedimento: Compatibilizar o licenciamento em função do controle ambiental implantado.
- Universo: 250 pedidos, 1 retorno/ano, 6 hs/retorno.
- Tempo alocado: 1.500 hs.

III.1.3. Licença de Funcionamento – Estoque

- Metas: Redução do estoque
- Procedimentos: Compatibilizar o licenciamento em função do controle ambiental implantado.
- Universo: 80 pedidos, 1 retorno/ano, 6 hs/retorno.
- Tempo alocado: 480 hs.

III.1.4. Contravenção LI/LF/ETs

- Metas: Adequação à legislação vigente ou cumprimento de exigências técnicas.
- Procedimento: Verificação de cumprimento de ETs e padrões legais.
- Universo: 250 autuações, 3 retornos/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 3.000 hs.

III.1.5. Certificados de Dispensa, GRAPROHAB, ParecerAPM, Desmembramento

- Metas: Análise das conformidades legais
- Procedimentos: Emissão do documento
- Universo: 480 solicitações, 2 h/análise
- Tempo alocado: 960 hs.

III.1.6. CADRI´s e SPD´s

- Metas: Adequação de disposição para os resíduos especificados.
- Procedimentos: Emissão do documento em conformidade com a destinação. Universo: 370 pedidos, 1 retorno/ano, 3 hs/retorno.
- Tempo alocado: 1.110 hs.

III.2. Fiscalização Programada

Para a fiscalização programada, na qual serão abordadas todos os aspectos ambientais das empresas, foram destacadas 14 empresas com alta prioridade (Nível 1), 52 empresas de média prioridade (Nível 2) e 55 empresas consideradas como automonitoráveis (Nível 3) .
Tempo Alocado:

- Nível 1: 14 empresas, 6 retornos/ano, 8 hs/retorno- Total de Horas: 672 horas
- Nível 2: 52 empresas, 3 retornos/ano, 6 hs/retorno- Total de Horas: 936 horas
- Nível 3: 56 empresas, 2 retorno/ano, 4 hs/retorno - Total de Horas: 448 horas

III.3. Atendimento à Comunidade

III.3.1. Atendimento às Reclamações

- Metas: Soluções de 100% dos casos com período máximo de 02 (dois) anos.
- Procedimentos: Análise de cada caso com inspeções técnicas, avaliações, autuações e informação e acompanhamento junto a comunidade.
- Universo:
- 33 empresas (Nível 2), 03 retornos/ano, 06 hs/retorno
- 500 casos novos, 2 retorno/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado:
- 33 empresas (Nível 2) : Considerado no item III.2.B do Quadro (item VI).
- Casos novos: 4.000 hs.

III.3.2. Atendimento às Solicitações de Órgãos Públicos/Entidades

- Metas: Atendimento ou encaminhamento de 100% das solicitações.
- Procedimentos: Identificação de cada caso, vistorias necessárias e preparação das informações técnicas.
- Universo: 300 pedidos, 1 retorno/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado: 1200 hs.

III.3.3. Atendimento de Emergência e Acidentes Ambientais

- Metas: Atendimento de todos os acidentes.
- Procedimentos: Constatação e adoção de ações técnicas e legais cabiveis. Universo: 24 ocorrências, 2 retornos/ano, 8 hs/retorno.
- Tempo alocado: 384 hs.

VI. Programa de Atuação Específica – PAE

IV.1. Fundições

- Metas: Assegurar a operação e manutenção adequadas dos sistemas de controle de poluentes instalados para as referidas fontes e destinação dos residuos gerados.
- Procedimento: Vistorias e atualização de dados.
- Universo: 31 empresas (02 empresas de Nível 2 e 29 empresas de fiscalização periódica com 02 retornos/ano, 04 hs/retorno)
- Tempo alocado:
- 29 empresas : 232 hs
- 02 empresas (Nível 2) : Considerado no item III.2.B do Quadro (item VI).

IV.2. Caça Fumaça e Contagem de Veículos

- Metas: Manutenção da inadimplência < 10% da frota.
- Procedimentos: Fiscalização e atividades administrativas.
- Universo: Aproveitamento do tempo e o percurso das vistorias de fontes fixas.
- Tempo alocado: 480 hs.

IV.3. Mineradoras

- Metas: Verificação de lançamento de efluentes e aspectos de licenciamento.
- Procedimento : Vistorias, atualização de dados
- Universo: 115 empresas
- Empresas em funcionamento: 34 empresas, 03 retornos/ano, 04 hs/ retorno
- Empresas paralisadas : 81 empresas, 01 retorno/ano, 02 hs/ rtorno
- Tempo alocado total: 570 hs

IV.4. Resíduos Sólidos

- Metas: Exigir disposição/armazenamento adequado dos resíduos.
- Procedimentos: Fiscalização, acompanhamento e atualização de dados em sistema unificado.
- Universo: 12 empresas
- Nível 1: 05 empresas, 6 retornos/ano, 8 hs/retorno, Total de Horas: 240 hs
- Nível 2: 07 empresas, 3 retornos/ano, 6 hs/retorno, Total de Horas: 126 hs
- Tempo alocado: Considerado nos itens III.2.A e III.2.B. do Quadro (item VI).

IV.5. Acompanhamento dos TAC´s

- Metas: Verificação do cumprimento das exigências estabelecidas.
- Procedimentos: Fiscalização e tomada de ações legais.
- Universo: 04 empresas (03 empresas de Nível 1 e 01 empresa de mineração com 3 retornos/ano, 4 hs/retorno.
- Tempo alocado:
- 03 empresas de Nível 1: Considerado no item III.2.A do Quadro (item VI).
- 01 empresa mineradora: Considerado no item IV.3.1.

IV.6. Atendimentos Específicos ou Casos Especiais:

- Metas

a) CIPAS/Itaquaquecetuba: Assegurar operação adequada do aterro e atender a determinação judicial mediante vistorias diárias.
b) CIPAS/Biritiba Mirim: Adequar as condições de operação do aterro sanitário.
c) Vazadouro de Mogi : Assegurar o cumprimento do TAC assinado com o Ministério Público Estadual.
d) Incinerador Clariant : Assegurar as condições adequadas de controle ambiental.
e) Incinerador Pioneira: Assegurar as condições adequadas de controle ambiental.

- Procedimentos: Fiscalização, amostragens e análise de dados específicos.
- Tempo Alocado:

a) CIPAS Itaquaquecetuba : 360 retornos/ano, 4 hs/retorno.
b) CIPAS Biritiba Mirim e Vazadouro de Mogi: 04 retornos/ano, 8 hs/retorno.
c) Incineradores Clariant/Pioneira: Considerado no Item III.2.A da Planilha - item VI

IV.7. Resíduos de Serviços de Saúde

- Metas: Levantamento dos resíduos coletados pelo serviço público e disposição.
- Procedimentos: Fiscalização das empresas de coleta.
- Universo: 7 municípios, 3 retornos/ano, 8 hs/retorno.
- Tempo alocado: 168 hs.

IV.8. Esgotos Municipais e Disposição de Lodo das ETA´s da Região

- Metas: Estabelecer remoção de 50% da carga remanescente (22.836 kgDBO/dia), até 2004 e remoção de 100%, (45.672 kgDBO/dia), até 2010.
- Procedimentos: coleta, análise e continuidade de autuação individual por município e por empresa responsável pelas ETA´s.
- Universo: 7 municípios, 5 ETA´s, 2 retornos/ano, 8 hs/retorno. (7 +5) x 2 x 8
- Tempo alocado: 192 hs.

IV.9. Áreas Contaminadas

- Meta: Alcançar a recuperação/remediação ambiental de áreas contaminadas.
- Procedimentos: Solicitar planos de avaliação, acompanhar a sua execução.
- Universo: 08 empresas (02 empresas de Nível 1, 02 empresas de Nível 2 e 4 empresas de fiscalização de rotina com 03 retornos/ano, 08 hs/retorno)
- Termpo alocado:
- Empresas de Nível 1 e Nível 2: Considerado nos itens III.2.A e III.2.B do Quadro (item VI). Empresas de fiscalização de rotina: 96 horas

IV.10. Atualização do Inventário

- Metas: Atualização de 100% das empresas definidas como de alta prioridade e mais 11 (20%) das de média prioridade.
- Procedimentos: Identificação dos dados já disponíveis e atualização.
- Universo: 25 empresas, 1 retorno/ano, 16 hs/retorno
- Tempo alocado: 400 hs.

IV.11. Participação nos Comitês de Bacias e Núcleos de Educação Ambiental.

- Metas: Posicionamento efetivo da CETESB nas decisões.
- Procedimentos: Desencadear ações para os casos prioritários da região.
- Universo: 36 reuniões/ano, 8 hs/reunião.
- Tempo alocado: 288 hs.

VI. Planilha Demanda X Disponibilidade (anexa)

VIII. Conclusões

As ações de controle desenvolvidas pela Agencia Ambiental de Mogi das Cruzes tem alcançado resultados que podem ser considerados como ganhos ambientais significativos, porém a continuidade dos resultados demandarão um esforço maior no alcance das metas citadas neste plano, principalmente com as iniciativas já tomadas e em curso para os esgotos municipais, resíduos domiciliares, automonitoramento, áreas contaminadas e um controle efetivo da situação das mineradoras.

Cumpre observar que para o cumprimento das demandas previstas neste Plano haverá necessidade de mais um técnico para o quadro de profissionais da Agência, conforme demonstrado na Planilha Demanda x Disponibilidade do ItemVI.

VI. Quadro (Demanda x Disponibilidade) Ano 2002

AGENCIA AMBIENTAL DE MOGI DAS CRUZES **PLANO DE AÇÃO 2002/2003**

PROGRAMAS	Número de Casos	Retorno por Ano	Horas por Retorno	Horas por Item	Total Horas
III. PROPECs					**15690**
III.1. Licenciamento Ambiental					
III.1.1. Licenças de Instalação	250	1	4	**1000**	
III.1.2. Licenças de Funcionamento Novas	250	1	6	**1500**	
III.1.3. Licenças de Funcionamento Estoque	80	1	6	**480**	
III.1.4. Contravenção LI/LF/ETs	250	3	4	**3000**	
III.1.5. C.Dispensa, GRAPROHAB,PT APM.Desmembramento	480	1	2	**960**	
III.1.6. CADRIs e SPDs	370	1	3	**1110**	
III.2.Fiscalização Programada				**0**	
A. Prioritárias Nivel 1	14	6	8	**672**	
B. Prioritárias Nivel 2	52	3	6	**936**	
C. Prioritárias Nivel 3(automonitoraveis)	56	2	4	**448**	
III.3. Atendimento à Comunidade					
III.3.1. Atendimento- Reclamações da Comunidade	533				
Nível 2 (vide item III.2.B)	33				
Casos Novos	500	2	4	**4000**	
III.3. 2. Atendimento a Orgãos Publicos e outras Entidades	300	1	4	**1200**	
III.3.3. Atendimento a Emergencias e Acidentes Ambientais	24	2	8	**384**	
IV. PAEs					**3930**
IV.1. Fundições	31				
Nível 2 (vide item III.2.B)	2				
Fiscalização periódica	29	2	4	**232**	
IV.2. Caça Fumaça e Contagem de Veiculos	1	48	10	**480**	
IV.3. Mineradoras	115				
IV.3.1. Em funcionamento	34	3	4	**408**	
IV.3.2. Paralisadas	81	1	2	**162**	
IV.4. Residuos	12				
Nível 1 (vide item III.2.A)	5				
Nivel 2 (vide item III.2.B)	7				
IV.5. Acompanhamento de TACs	4				
Nível 1 (vide item III.2.A)	3				
Fiscalização (vide item IV.3.1.)	1				
IV.6. Atendimento Específicos ou Especiais	5				
CIPAS Itaquaquecetuba	1	360	4	**1440**	
CIPAS Biritiba Mirim	1	4	8	**32**	
Vazadouro de Mogi das Cruzes	1	4	8	**32**	
Incineradores Clariant/Pioneira (vide item III.1.A)	2				
IV.7. Residuos Serviço de Saude	7	3	8	**168**	
IV.8. Esgotos Municipais e Lodos de ETAs	12	2	8	**192**	
IV.9. Areas contaminadas	8				
Nível 1 (vide item III.2.A.)	2				
Nível 2 (vide item III.2.B.)	2				
Empresas adicionais	4	3	8	**96**	
IV.10. Atualização de Inventário	25	1	16	**400**	
IV.11. Subcomite e Nucleos de Educ. Ambiental	36	1	8	**288**	
Total Geral					**19620**
Horas Disponíveis					**18.000**
Déficit					**-1.620**

AGÊNCIA AMBIENTAL DO TATUAPÉ – CTt-T

PLANO DE AÇÃO 2002-2003

I. Introdução

A Agência Ambiental do Tatuapé tem como região de atuação a zona leste da cidade de São Paulo, com área de 293 Km² e população de 3,35 milhões de habitantes, distribuída entre os Bairros de Ermelino Matarazzo, Guaianazes, Itaquera, Tatuapé, Penha, São Miguel Paulista, Sapopemba, e São Matheus.

A Agencia Ambiental do Tatuapé conta com um corpo técnico de 13 funcionários (incluindo a Gerencia da Agência), 07 funcionários administrativos e 01 socióloga.

IV. Diagnóstico Ambiental

II.1. Poluição do Ar

Considerando a transferência, no decorrer dos anos, das grandes fontes de poluição do ar para outros locais e a tendência atual de ocupação do solo da região por residências, atividades comerciais e de prestação de serviços, os principais problemas de poluição do ar (material particulado, odores, ruído, vibração, fumaça preta) restringem-se a casos de poluição localizada, causados por pequenas e médias empresas, responsáveis pelo grande número de reclamações da população registrados na Agência.

As fontes móveis, constituídas pelos veículos pesados e ônibus urbanos, representam outro problema significativo de poluição do ar (fumaça preta) na região, devido ao grande número de vias de circulação que interligam as rodovias de acesso à Região Metropolitana, presentes na área de atuação da Agência.

II.2. Poluição das Águas

Com relação à poluição das águas, os principais corpos d'água que cortam a região estão seriamente comprometidos pela carga orgânica proveniente dos efluentes sanitários, situação que tende a melhorar com a operação da ETE São Miguel e a ampliação das áreas com coleta e tratamento de esgotos.

Com relação aos efluentes industriais, as principais fontes geradoras encontram-se controladas e sob fiscalização periódica, objetivando garantir o atendimento aos padrões legais de emissão, através da adequada manutenção e operação das estações de tratamento implantadas.

II.3. Poluição do Solo

Quanto à poluição do solo, os resíduos domiciliares gerados na região são dispostos nos Aterros Sanitários e Usinas de Compostagem operados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, assim como os resíduos não perigosos provenientes das indústrias. Os resíduos industriais Classe I, pela existência de poucos locais adequados para disposição final, encontram-se ainda em grande parte estocados nas próprias fontes geradoras.

Na área de atuação da Agência existem ainda grandes áreas não ocupadas, principalmente na região de Sapopemba, as quais estão sendo utilizadas para disposição clandestina de resíduos, o que requer uma atuação específica objetivando a solução do problema e a recuperação dessas áreas, em conjunto com outros órgãos, como a Ministério Público e a Prefeitura Municipal.

V. PROPEC – Programa de Controle Permanente

III.1. Licenciamento Ambiental

Este programa contempla todos os licenciamentos obrigatórios, tais como Licenças de Instalação, Funcionamento, CADRIs, SPDs, Pareceres, bem como a redução de estoques e atendimento aos processos de contravenção por funcionamento ilegal.

A meta para este programa é o atendimento integral das demandas externas, redução dos estoques, e atendimento no menor prazo possível.

Foram alocadas 12.574 horas para a execução dessas atividades, distribuídas como a seguir.

III.1.1. Licença de Instalação

- Metas: Análise prévia das fontes de poluição e de legislações específicas.
- Procedimentos: Compatibilização das atividades com suas áreas de implantação e dispositivos legais e exigências específicas para o controle ambiental.
- Universo: 470 pedidos, 1 retorno/ano, 4 horas/retorno.
- Tempo alocado: 1.880 horas.

III.1.2. Licença de Funcionamento Novas

- Metas: Verificação e análise do processo e sistemas de controle de poluição.
- Procedimento: Compatibilizar o licenciamento em função do controle ambiental implantado.
- Universo: 470 pedidos, 1 retorno/ano, 6 horas/retorno.
- Tempo alocado: 2.820 horas.

III.1.3. Licença de Funcionamento – Estoque

- Metas: Redução do estoque
- Procedimentos: Compatibilizar o licenciamento em função do controle ambiental implantado.
- Universo: 226 pedidos, 1 retorno/ano, 4horas/retorno.
- Tempo alocado: 904 horas.

III.1.4. Contravenção LI/LF/ETs

- Metas: Adequação à legislação vigente ou cumprimento de exigências técnicas.
- Procedimento: Verificação de cumprimento de ETs e padrões legais.
- Universo: 350 processos, 3 retornos/ano, 3 horas/retorno.
- Tempo alocado: 3.150 horas

III.1.5. Certificados de Dispensa,GRAPROHAB, Desmembramento

- Metas: Análise das conformidades legais
- Procedimentos: Emissão do documento
- Universo: 210 solicitações, 1 hora/análise
- Tempo alocado: 420 horas

III.1.6. CADRI´s e SPD´s

- Metas: Adequação de disposição para os resíduos especificados.
- Procedimentos: Emissão do documento em conformidade com a destinação. Universo: 200 pedidos, 0,5 horas/atendimento
- Tempo alocado: 100 horas.

III.1.7. Licenciamento Postos de Combustível

- Metas: Verificação e análise do processo e sistemas de controle de poluição.
- Procedimento: Compatibilizar o licenciamento em função do controle ambiental implantado.
- Universo: 351 postos cadastrados, 10 horas/empreendimento (tempo meramente estimativo, uma vez que esta atividade não era executada anteriormente e, portanto não se dispõem de valores históricos).
- Tempo alocado: 3510 horas.

III.2. Fiscalização Programada

Os empreendimentos com maior potencial poluidor, obtido a partir das Curvas ABC atualmente existentes para os meios ar, águas e solo (resíduos sólidos), foram divididos em três grupos, quais sejam, alta prioridade, média prioridade e automonitoráveis, tendo-se como meta a manutenção do controle ambiental já atingido e melhoria das necessárias.

Foram alocadas 1.032 horas para o atendimento de 67 empreendimentos, como abaixo distribuídos:

- Alta prioridade: 16 empresas, 6 retornos/ano, 6 hs/retorno- Total: 576 horas
- Média prioridade:18 empresas, 3 retornos/ano, 6 hs/retorno- Total: 324 horas
- Automonitoráveis: 33 empresas, 1 retornos/ano, 4 hs/retorno- Total: 132 horas

III.3. Atendimento à Comunidade

III.3.1. Atendimento de Reclamações

III.3.1.1 Casos Novos (1° registro em 2002)

- Metas: Atendimento de 100% dos casos e solução em até 2 anos de 50%.
- Procedimentos: Análise de cada caso com inspeções técnicas, avaliações, autuações e informação e acompanhamento junto à comunidade.
- Universo: 430 empresas 3 retornos/ano, 3 horas/retorno
- Tempo alocado: 3.870 horas.

III.3.1.2 Casos em Estoque (registradas antes de 2002 e não atendidas)

- Metas: Redução de 100% do estoque de reclamações registradas antes de 2002 e ainda não atendidas por vistoria, e solução em até 2 anos de 60% dos casos.
- Procedimentos: Análise de cada caso com inspeções técnicas, avaliações, autuações e informação e acompanhamento junto à comunidade.
- Universo: 122 empresas 3 retornos/ano, 3 hs/retorno
- Tempo alocado: 1.098 horas.

III.3.1.3 Casos em Atendimento (em atendimento antes de 2002 e não resolvidas)

- Metas: Solução em até 2 anos de 70% dos casos.
- Procedimentos: Análise de cada caso com inspeções técnicas, avaliações, autuações e informação e acompanhamento junto à comunidade.
- Universo: 417 empresas 3 retornos/ano, 3 horas/retorno
- Tempo alocado: 3.753 horas.

III.3.2. Atendimento às Solicitações de Órgãos Públicos/Entidades

- Metas: Atendimento ou encaminhamento de 100% das solicitações.
- Procedimentos: Identificação de cada caso, vistorias necessárias e preparação das informações técnicas.
- Universo: 120 pedidos, 1 retorno/ano, 4 horas/retorno.
- Tempo alocado: 480 horas.

III.3.3. Atendimento de Emergência e Acidentes Ambientais

- Metas: Atendimento de todos os acidentes.
- Procedimentos: Constatação e adoção de ações técnicas e legais cabíveis. Universo: 24 ocorrências, 1 retornos/ano, 8 horas/retorno.
- Tempo alocado: 192 horas.

VI. Programa de Atuação Específica – PAE

VI.1 Disposição Inadequada de Resíduos

- Metas: Coibir a prática comum no extremo leste da região atendida
- Procedimentos: Juntamente com outros órgãos envolvidos, realizar vistorias periódicas com o objetivo de coibir a prática de disposições clandestinas.
- Tempo Alocado: 200 horas

VI.2 Áreas Contaminadas

- Metas: Identificar e implementar cadastro de áreas contaminadas e alcançar a recuperação/remediação ambiental das já conhecidas.
- Procedimentos: Levantamento das bases já existentes, vistorias para atualização e inclusão de novos pontos. Solicitar planos de avaliação, acompanhar a sua execução.
- Universo: 6 pontos conhecidos
- Tempo Alocado: 200 horas.

VI.3 Resíduos de Serviço de Saúde

- Metas: Aplicação da Resolução Conjunta SS/SMA/SLDC-1, redução da geração e adequação da destinação.
- Procedimentos: Identificação das principais fontes geradoras, quantificação da geração e destinação e posterior exigência de adequação da destinação final.
- Tempo Alocado: 200 horas

VI.4 Resíduos Domésticos

- Metas: Garantir a operação do Aterro e da usina de compostagem em condições adequadas, segundo os critérios de avaliação do IQR e IQC.
- Procedimentos: Vistorias e acompanhamento de relatórios periódicos
- Universo: 3 unidades
- Tempo Alocado: 100 horas (adicionais as 108 horas previstas no Item III.2 – Fiscalização Programada).

VI.5 Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários

- Metas: Exigir o atendimento aos padrões de emissão estabelecidos no artigo 18 do Decreto 8468
- Procedimentos: Vistorias, Amostragem, Acompanhamento da implantação das unidades fase sólida.
- Universo: 1 ETE,
- Tempo Alocado: 50 horas (adicionais as 36 horas previstas no Item III.2 – Fiscalização Programada)

VI.6 Empresas Processadoras de Chumbo

- Metas: Adequar a empresa as diretrizes estabelecidas na Instrução Técnica 16.
- Procedimentos: Acompanhar o plano de atendimento a IT 16 apresentado em 2001
- Universo: 1 empresa
- Tempo Alocado: 50 horas (adicionais as 36 horas previstas no Item III.2 – Fiscalização Programada).

VI.7 Fundições Secundárias de Alumínio

- Metas: Assegurar a operação e manutenção adequada dos sistemas de controle de poluentes instalados e destinação final adequada dos resíduos gerados.
- Procedimento: Definição de universo, vistorias e atualização de dados.
- Tempo alocado: 200 horas

VI.8 Atualização do Inventário

- Metas: Atualização das informações para 100% das empresas de alta e média prioridade num total de 34 empresas.
- Procedimentos: Identificação dos dados já disponíveis e atualização.
- Tempo alocado: 340 horas (10 horas/empreendimento).

VI.9 Caça Fumaça e Contagem de Veículos

- Metas: Manutenção da inadimplência < 10% da frota.
- Procedimentos: Fiscalização de rotina e atividades administrativas.
- Tempo alocado: 480 horas.

IV.10 Participação no Conselho Consultivo da APA do Carmo e Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste

- Metas: Posicionamento efetivo da CETESB nas decisões.
- Procedimentos: Representação dos interesses da empresa nos diversos eventos.
- Universo: 24 reuniões/ano, 6 hs/reunião.
- Tempo alocado: 144 horas.

V. Programa de Trabalho.

Serão continuadas as rotinas implementadas no período anterior (2001) e elaboradas e implementadas novas rotinas, visando aferir a eficiência e a eficácia do presente plano, isto é, pretende-se acompanhar os procedimentos propostos, concomitantemente com os resultados atingidos. Para tanto serão estabelecidos indicadores de procedimentos e resultados dos programas previstos, com acompanhamento permanente e marcos semestrais para análise crítica.

VI. Planilha Demanda X Disponibilidade (anexa)

VII. Conclusões

Os tempos usualmente utilizados para determinação de horas técnicas necessárias para a execução das atividades foram adequados em função das prioridades locais e dos recursos atualmente disponíveis.

Mesmo assim a Agência permanece com um déficit de horas técnicas maior que do ano anterior em função da previsão de 3.510 horas destinadas ao licenciamento de postos de combustíveis.

Para a execução dos programas previstos foi estimada a utilização de 27.963 horas, o que com a disponibilidade atual de 21.000 horas (correspondente a 12 técnicos, 01 gerente e 01 socióloga) implica em um déficit de 6.963 horas, correspondente a cerca de 5 técnicos, ou cerca de 2 técnicos se desconsiderada a atividade de licenciamento de postos.

Pelas razões acima, prevê-se que para o cumprimento integral do Plano como previsto será necessário, mais uma vez, o usual comprometimento do corpo técnico da agência, bem como o desenvolvimento de ferramentas/ procedimentos que minimizem o déficit de horas.

VI. Quadro (Demanda x Disponibilidade) Ano 2002

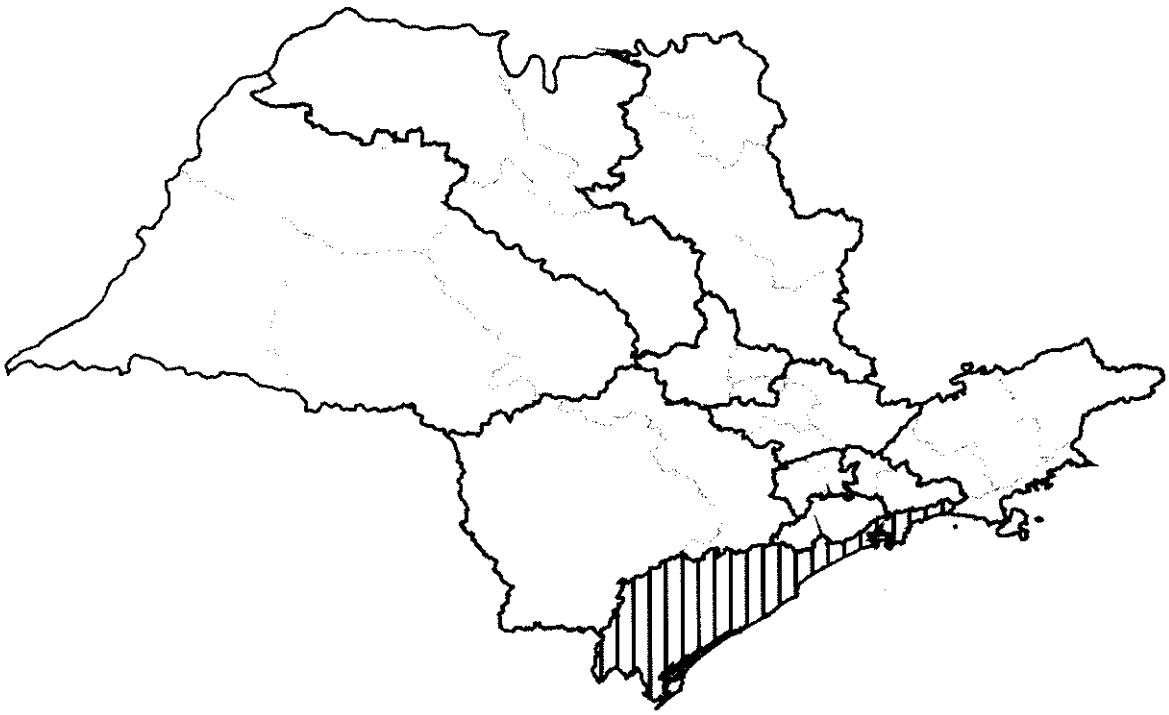
AGENCIA AMBIENTAL DO TATUAPÉ - PLANO DE AÇÃO 2002/2003

PROGRAMAS	Universo	Retorno por Ano	Horas por Retorno	Horas	Total Horas por Itens
PROPECs					**25.999**
III.1. Licenciamento Ambiental					**12.574**
III.1.1. Licenças de Instalação	470	1	4	**1.880**	
III.1.2. Licenças de Funcionamento Novas	470	1	6	**2.820**	
III.1.3. Licenças de Funcionamento Estoque	226	1	4	**904**	
III.1.4. Contravenção LI/LF/ETs	350	3	3	**3.150**	
III.1.5. Cert.Dispensa, GRAPROHAB, Desmemb.	210	1	1	**210**	
III.1.6. CADRIs e SPDs	200	1	0,5	**100**	
III.1.7. Licenciamento Postos de Abastecimento	351	1	10	**3.510**	
III.2.Fiscalização					**1.032**
A. Alta Prioridade	16	6	6	**576**	
B. Média Prioridade	18	3	6	**324**	
C. Automonitoráveis	33	1	4	**132**	
III.3. Atendimento- Demandas da Comunidade					**12.393**
III.3.1. Atendimento a Reclamações					
III.3.1.1 Casos Novos	430	3	3	**3.870**	
III.3.1.2 Casos em Estoque	122	3	3	**1.098**	
III.3.1.3 Casos em Atendimento	417	3	3	**3.753**	
Triagem, levantamento comunitário, elab.resposta				**1.500**	
III.3.2. Atendimento a Orgãos Publicos/Entidades	120	1	4	**480**	
III.3.3. Atendimento-Emergencias e Acidentes Amb	24	1	8	**192**	
III.3.4. Atendimento ao Público				**1.500**	
PAEs					**1.964**
IV.1. Disposição Inadequada de Resíduos				**200**	
IV.2. Áreas contaminadas (6 pontos)				**200**	
IV.3. Residuos Serviço de Saude				**200**	
IV.4. Resíduos Domésticos	3			**100**	
IV.5. Coleta e Trat. de Esgotos Sanitários	1			**50**	
IV.6. Empresas Processadoras de Chumbo	1			**50**	
IV.7. Fundições Secundárias de Alumínio				**200**	

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CETESB

DIRETORIA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE AÇÃO 2002/2003



Regional da Baixada Santista (CBx)

Agência Ambiental de Cubatão
Agência Ambiental de Santos

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE CUBATÃO – CBx-C

1 – INTRODUÇÃO

A área de atuação da Agência Ambiental de Cubatão está compreendida na UGRHI 7 – Baixada Santista – município de Cubatão e Santos (terminal marítimo da indústria de fertilizantes Ultrafértil S/A e parte da usina da Cosipa). O município de Cubatão possui uma população urbana fixa de 107.904 habitantes, é uma região que congrega um dos mais importantes pólos industriais do país e já foi conhecida, em todo o mundo, antes do Programa de Controle empreendido pelo Governo do Estado, como "Vale da Morte". Dados obtidos por meio do SIPOL (ano base 2002) indicam o cadastramento de 286 (duzentos e oitenta e seis) empreendimentos no municipio.

A Agência dispõe no seu corpo técnico e administrativo de 01 Gerente, 04 Engenheiros, 01 Químico, 04 Técnicos, 01 Administrativo e 02 Atendentes Operacionais. Os principais recursos materiais são: 08 Computadores e 05 Veículos.

2 – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

2.1- Poluição do Ar

A região de Cubatão sempre foi conhecida como uma área afetada por problemas sérios de poluição, em sua maioria derivados emissões de poluentes industriais aliados à topografia desfavorável. Os atuais níveis de concentração de poluentes na atmosfera, caracterizam a região de Cubatão-Centro e Cubatão-Vila Parisi, como saturadas, para os poluentes Ozônio (oxidante fotoquímico) e Material Particulado, respectivamente.

Esses poluentes são, na sua grande totalidade, provenientes de atividades industriais que englobam:

11 Indústrias químicas/ petroquímicas
06 Fábricas de fertilizantes
01 Fábrica de gesso
01 Fábrica de cimento
01 Siderúrgica
01 Fábrica de papel

Foram consideradas fontes de alta prioridade (nível 1), as indústrias abaixo listadas, em razão de seus potenciais e também por apresentarem unidades industriais onde restam fontes de poluição ainda sem controle. Para estas, desenvolvem-se procedimentos para a assinatura de Termos de Compromisso, inclusive com a participação do Ministério Público Estadual, objetivando o controle da totalidade das fontes de poluição ambiental.

Empresa	Ramo Industrial
1- Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA	Siderúrgica e elaboração de produtos siderúrgicos
2- Petróleo Brasileiro- Petrobras- RPBC	Refinação de petróleo
3- Ultrafértil S/A- Piaçaguera	Fabricação de fertilizantes

2.2 – POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Dentre as empresas da região foram consideradas de alta prioridade (nível 1), as relacionadas neste ítem , no tocante ao potencial poluidor das águas, em razão da inexistência e/ou ineficácia de sistemas de tratamento de efluentes nessas unidades fabris.

Os resultados da Rede de Monitoramento da Cetesb, demonstram que as águas dos rios Mogi e Piaçaguera continuam apresentando concentrações de nitrogênio e fósforo bastante elevadas e há comprometimento também do rio Piaçaguera, quanto ao nível de oxigênio dissolvido. Além disso, a conclusão do estudo de contaminação do estuário de Santos demonstrou a contribuição de poluentes por parte das indústrias da região.

Empresa	Ramo Industrial
1- Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA	Siderúrgica e elaboração de produtos siderúrgicos
2- Petróleo Brasileiro- Petrobras- RPBC	Refinação de petróleo
3- Ultrafértil S/A- Piaçaguera	Fabricação de fertilizantes

Na região abrangida pela Agência Ambiental de Cubatão, a Sabesp é a concessionária responsável pela coleta, tratamento e disposição de esgotos urbanos. Segundo seus dados o município apresenta uma parcela de 40% da população atendida por rede de esgoto e sistema de tratamento.

A Estação de Tratamento de Esgotos implantada vem apresentando desempenho aquém do necessário, com constantes extrapolações dos padrões de lançamento exigidos pelas legislações em vigor.

A Cetesb estabeleceu exigências à Sabesp, que realizou significativos investimentos na implantação de medidas para melhorar a eficiência do tratamento.

2.3 – POLUIÇÃO DO SOLO

2.3.1 – DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS

Os resíduos sólidos de natureza doméstica calculados em função da população urbana fixa de Cubatão é de 179 t/dia, os quais, após coleta, são dispostos em aterro sanitário do município, objeto de TAC, assinado para regularização.

2.3.2 – RESÍDUO SÉPTICO DE SERVIÇO DE SAÚDE

Os resíduos de serviços de saúde de Cubatão, após a desativação do incinerador municipal, são encaminhados a aterros e sistemas de incineração terceirizados. O acompanhamento rotineiro desta atividade se dá por meio da emissão de CADRI's.

2.3.3 – ÁREAS CONTAMINADAS

As áreas de disposição inadequada de resíduos de origem industrial, caracterizadas pela Agência como áreas contaminadas, são: Rhodia (site Perequê), Petrobrás-DTCS e Pilões (CIESP).
As áreas industriais contaminadas, onde desenvolvem-se estudos hidrogeológicos, são: Alba, Carbocloro, Estireno (CBE) e, áreas de disposição de resíduos industriais, sob avaliação: Ultrafértil e Copebrás.

Relação dos empreendimentos industriais de alta prioridade (nivel 1), no que diz respeito à poluição do solo:

Empresa	*Ramo Industrial*
1- Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA	*Siderúrgica e elaboração de produtos siderúrgicos*
2- Rhodia Brasil	*Indústria química*
3- Companhia Brasileira de Estireno	*Produção de monômero de estireno*
4- Copebras	*Produção de fertilizantes*
5- Ultrafértil S/A-Piaçaguera	*Produção de fertilizantes*
6- Carbocloro S/A Ind. Química	*Produção de cloro e soda caústica*

3- PROPEC- PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE

3.1- LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Meta: Atendimento de 100% da demanda com implementação de medidas para melhoria contínua no atendimento ao licenciamento ambiental (Licenças de Instalação e Funcionamento, Pareceres Técnicos de Viabilidade de Localização, Certificados de Dispensa e Certificados de Aprovação de Resíduos Industriais).

3.1.1- Licenças de Instalação- Novas

- Universo: 82 pedidos, 2 retornos/ano, 8 h/retorno
- Tempo Alocado: 1312 horas

3.1.2- Licenças de Instalação- Estoque

- Universo: 36 pedidos, 3 retorno/ano, 6 h/retorno
- Tempo Alocado: 648 horas

3.1.3- Licenças de Funcionamento- Novas

- Universo: 57 pedidos, 3 retornos/ano, 8 h/retorno
- Tempo Alocado: 1368 horas

3.1.4- Licença de Funcionamento- Estoque

- Universo: 42 pedidos, 2 retornos/ano, 6 h/retorno
- Tempo Alocado: 504 horas

3.1.5- Contravenção

- Universo: 88 autuações, 3 retornos/ano, 6 h/retorno
- Tempo Alocado: 1584 horas

3.1.6- Certificado de Dispensa e Parecer Técnico

- Universo: 16 solicitações, 3 h/análise
- Tempo Alocado: 48 horas

3.1.7- CADRI's

- Universo: 105 pedidos, 3 retornos, 5 h/retorno
- Tempo Alocado: 1575 horas

3.2- FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA

3.2.1- Metas: Fiscalizar e monitorar os sistemas de controle de poluição do ar, de forma a verificar as condições operacionais dos mesmos e solicitar medidas corretivas se necessárias, objetivando a manutenção e/ou redução da concentração de poluentes atmosféricos (material particulado, fluoreto, amônia e SOx) na região de Cubatão-Centro e Cubatão-Vila Parisi;

3.2.2- Metas: Fiscalizar e monitorar periodicamente os sistemas de controle de poluição das águas, de forma a verificar as condições operacionais dos mesmos e solicitar medidas corretivas se necessários;

3.2.3- Metas: Fiscalizar sistematicamente as unidades industriais com objetivo de exigir a disposição adequada dos resíduos sólidos gerados;

3.2.4- Metas: Acompanhar os sistemas de tratamento operados pela Sabesp:

a) implantação das melhorias para adequação dos lançamentos da ETE-Cubatão, realizando também uma periódica avaliação da eficiência desse tratamento;
b) operação do sistema de tratamento de lodo da ETA-3, com destinação adequada do lodo gerado.

3.2.5- Metas: Fazer cumprir/implementar programas de recuperação de áreas degradadas por disposição inadequada de resíduos, sejam domésticos, hospitalares ou industriais.

Alta Prioridade - Nível 1:

- Universo: 8 empresas, 12 retornos/ano, 8 h/retorno
- Tempo Alocado: 768 horas

Média Prioridade - Nível 2:

Universo: 17 empresas, 6 retornos/ano, 6 h/retorno

- Tempo Alocado: 612 horas

Automonitoráveis - Nível 3:

- Universo: 30 empresas, 1 retorno/ano, 6 h/retorno
- Tempo Alocado: 180 horas

3.3- ATENDIMENTO À COMUNIDADE

3.3.1- Atendimento à reclamação

Meta: Atender às reclamações o mais breve possível, identificando a fonte de poluição ambiental, reduzindo o tempo de desconforto da população em relação aos incômodos causados. Na continuidade dos procedimentos do atendimento, encaminhar as medidas administrativas cabíveis.
Universo: 253 casos, 2 retorno/ano, 4 h/retorno
Tempo Alocado: 2024 horas

3.3.2- Atendimento a acidentes ambientais

Meta: Atender prioritariamente aos acidentes/emergências ambientais, que possam trazer danos ou riscos ao meio ambiente ou à saúde pública;
Universo: 11 ocorrências, 2 retornos/ano, 8 h/retorno
Tempo Alocado: 176 horas

3.3.3- Atendimento as solicitações de Órgãos Públicos e Entidades

Meta: Atender às solicitações de órgãos públicos, sejam eles federais, estaduais ou municipais.
Universo: 142 pedidos, 2 retorno/ano, 6 h/retorno
Tempo Alocado: 1704 horas

4.- PAE - PROGRAMA DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA

4.1- Amostragem em chaminé

Meta: Acompanhamento das amostragens em chaminé, de acordo com o programa anual elaborado pela Agência Ambiental, visando a verificação das condições operacionais do processo produtivo e dos sistemas de controle de poluição do ar instalados;
Universo: 100 coletas, 2 retornos/ano, 8 h/retorno
Tempo Alocado: 1600 horas

4.2-Amostragem de efluentes líquidos

Meta: Desenvolvimento do programa anual de coleta de efluentes líquidos, elaborado pela Agência Ambiental, com objetivo de revisar os parâmetros analisados e verificar o atendimento aos padrões legais vigentes;
Universo: 101 coletas, 1 retorno/ano, 4 h/retorno
Tempo Alocado: 404 horas

4.3- Operação Inverno
Meta: Elaborar, coordenar e desenvolver o programa da "Operação Inverno 2002- Cubatão", no período de maio a setembro. Tal atividade visa coibir episódios agudos de poluição do ar, protegendo, dessa forma, a saúde da população contra agravos causados pelo aumento da concentração de poluentes na atmosfera;
Universo: 13 empresas, 3 retornos/ano, 4 h/retorno
Tempo Alocado: 156 horas

4.4- Qualidade das águas dos Rios Piaçaguera e Mogi
Meta: Elaborar programa de recuperação da qualidade das águas dos rios Mogi e Piaçaguera, visando o enquadramento desses rios na classificação legal. Inclui-se nesta atividade o acompanhamento das etapas e medidas mitigadoras (preventivas e/ou corretivas) previstas nos estudos hidrogeológicos exigidos das indústrias circunvizinhas, objetivando a identificação de eventuais fontes de contaminação do solo e das águas subterrâneas da região;
Universo: 9 empresas, 6 retornos/ano, 6 h/retorno
Tempo Alocado: 324 horas

4.5- Acompanhamento de TAC's
Meta: Acompanhar as atividades relativas aos TAC's – Termos de Ajustamento de Conduta, firmados ou a serem firmados com indústrias desta região;
Universo: 15 existentes, 3 retorno/ano, 4 h/retorno
Tempo Alocado: 180 horas

4.6- Inventário
Meta: Atualizar e/ou revisar os inventários das fontes de poluição do ar, das águas e do solo, para as empresas de alta e média prioridade (25 fontes), de acordo com metodologia por meio eletrônico(CD).
Tempo Alocado: 2000 h/ano, sendo previstas 80 horas por fonte.

4.7- Atendimentos Específicos ou Casos Especiais
Meta: Realizar acompanhamento específico para os locais de disposição de resíduos e tratamento de esgoto e água.
Universo: 9 empresas
Áreas Contaminadas
Sabesp ETE
Sabesp ETA
Tempo Alocado: 216 horas

5. CONCLUSÃO

As demandas e cargas horárias referentes aos PROPEC's e PAE's, bem como o número de homens/hora/ano disponíveis na Agência, para o ano de 2002, estão demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO- (Demanda x Disponibilidade)

Agência Ambiental de Cubatão – Plano de Ação de 2002/2003					
Programas	Universo	Retorno por Ano	Horas por Retorno	Total de Horas	Total Horas Por Itens
3-PROPECs					12503
3.1.Licenciamento Ambiental					
3.1.1.Licenças de Instalação- Novas	82	2	8	1312	
3.1.2.Licenças de Instalação – Estoques	36	3	6	648	
3.1.3.Licenças de Funcionamento Novas	57	3	8	1368	
3.1.4.Licenças de Funcionamento Estoque	42	2	6	504	
3.1.5.Contravenção	88	3	6	1584	
3.1.6.Certificado de Dispensa e Parecer Técnico	16	1	3	48	
3.1.7.CADRIs e SPDs	105	3	5	1575	
3.2.Fiscalização Programada					
A. Alta Prioridade Nível 1	8	12	8	768	
B. Média Prioridade Nível 2	17	6	6	612	
C. Automonitoráveis Nível 3	30	1	6	180	
3.3.Atendimento à Comunidade					
3.3.1.Reclamações	253	2	4	2024	
3.3.2.Atendimento-Emerg. E Acidentes Amb.	11	2	8	176	
3.3.3.Atendimento a Órgãos Públicos/Entidades	142	2	6	1704	
4.PAEs					4880
4.1. Amostragem em chaminé	100	2	8	1600	
4.2. Amostragem de efluentes líquidos	101	1	4	404	
4.3. Operação Inverno	13	3	4	156	
4.4. Qualidade dos Rios Piaçaguera e Mogi	9	6	6	324	
4.5. Acompanhamento de TACs	15	3	4	180	
4.6. Inventário	25			2000	
4.7. Atendimentos Específicos ou Casos Especiais					
Sabesp ETE	1	3	8	24	
Sabesp ETA	1	3	8	24	
Áreas Contaminadas	7	3	8	168	
Total Geral					17383
Horas Disponíveis (10 técnicos x 1500 h/ano)					15000
Déficit					2383

Cumpre pois observar que para o completo desenvolvimento deste Plano, existe um déficit de horas equivalente a praticamente dois técnicos.

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE SANTOS – CBx-S

1. INTRODUÇÃO

A área de atuação da Agência Ambiental de Santos compreende 8(oito) municípios da UGRHI 7 – Baixada Santista – Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, que ocupam uma área territorial de 2.225 Km2 e possuem população urbana fixa total de 1.361.031 habitantes e, 14 (quatorze) municípios da UGRHI 11 Ribeira de Iguape e Litoral Sul – Ilha comprida, Juquiá, Miracatú, Cajati, Jacupiranga, Pedro de Toledo, Sete Barras, Pariquera-Açu, Iguape, Eldorado, Itariri, Registro, Cananéia e Barra do Turvo, que ocupam uma área territorial de 12.211 Km2 e possuem uma população 175.240 habitantes.

Dados obtidos junto ao SIPOL (ano base: 2002) indicam o cadastramento de 4.910 (quatro mil novecentos e dez) empreendimentos.

A Agência Ambiental de Santos dispõe no seu corpo técnico e administrativo de 01 Gerente, 07 Engenheiros, 01 Químico, 07 Técnicos, 01 Arquiteto, 01 Biólogo, 01 Socióloga e 01 Comunicóloga, 01 Encarregada Administrativa, 01 Controladora de Serviços Administrativos, 01 Secretária, 01 Escriturário, 01 Motorista, 01 Analista Administrativo.
Pela relação descrita pode-se observar que a disponibilidade atual dos recursos humanos técnicos da Agência se eleva a 30.000 horas, correspondendo a 20 profissionais, a serem utilizados no cumprimento das atividades constantes dos vários programas estabelecidos neste Plano.

Os principais recursos materiais são 09 veículos, 02 servidores e 15 computadores, além de equipamentos manuais utilizados para avaliações ambientais em campo.

2. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Inicialmente importa comentar que a Agência possui algumas peculiaridades, destacando-se as fontes não convencionais de poluição, como os terminais marítimos que se constituem em focos de elevada potencialidade de riscos ambientais, somando-se com a atividade degradadora minerária existente no Vale do Ribeira.

2.1. DRAGAGEM DO PORTO DE SANTOS

A dragagem e a disposição final do material dragado, notadamente quando quimicamente contaminado, constitui um dos mais importantes problemas no gerenciamento de zonas costeiras, estando, portanto, sujeitas a uma série de regulamentações legais nos países possuidores de instituições oficiais atuantes na área de meio ambiente.

Realizada no Estuário de Santos desde a instalação do porto no ano de 1892, a dragagem é atividade fundamental para garantir a navegação no maior porto do País, cabendo a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP a manutenção das profundidades do canal de acesso e berços de atracação, dragando e dispondo no mar, anualmente, em torno de 4.000.000 m3 de sedimentos.

A Cetesb, entretanto, em virtude da constatação de elevação do grau de contaminação do local de disposição dos sedimentos dragados, suspendeu, temporariamente, a dragagem do porto de Santos até a realização, por parte da CODESP, da avaliação da extensão da contaminação havida no estuário e apresentação de alternativas de dragagem e disposição dos sedimentos contaminados.

2.2. PORTO DE SANTOS

A área abrangida pelo chamado Porto Organizado de Santos é aquela onde se desenvolvem as atividades portuárias mais imediatas, assim entendido o canal de navegação, os berços de atracação e os armazéns e terminais contíguos ao cais.

As relações entre o órgão estadual de controle de poluição ambiental e os responsáveis pela operação do Porto de Santos sempre foram difíceis. Enquanto a encarregada da operação portuária foi a Companhia Docas de Santos, empresa privada, as prioridades do órgão de controle não atingiam as operações portuárias.

Em um natural processo de revisão das prioridades de controle, as operações portuárias passaram a ser vistas como prioritárias a partir da segunda metade da década de 90, ocasião em que a

operação portuária já vinha sendo exercida pela CODESP – Companhia Docas do Estado de São Paulo- empresa de economia mista, de capital majoritário da União, uma vez que o término do período legal de concessão da exploração do porto, pela antiga Companhia Docas de Santos, havia ocorrido em 1980.

A despeito das exigências de controle formuladas pela CETESB, impedimentos de ordem econômica e a ausência de consciência ambiental levaram a CODESP a postergar a implementação das melhores soluções ambientais para o Porto de Santos.

A elaboração de três planos diretores para tratamento e disposição dos resíduos gerados na área portuária – ECOPAM – 1978, MKR – 1992 e ETEP – 1995 – e a não implementação de nenhum deles, é apenas um exemplo da ausência de prioridade dada às questões ambientais por parte da CODESP.

A partir do ano de 1999, com a retirada gradativa da CODESP das operações portuárias e suas transferências para empresa privadas, por meio de contratos de arrendamento, a CETESB redirecionou mais uma vez sua estratégia de ação e passou a atuar diretamente junto a esses novos entes que passaram a ser os novos atores do porto de Santos.

2.3. TERMINAIS

2.3.1. LÍQUIDOS A GRANEL

Os terminais de armazenagem de granéis líquidos tem como finalidade principal o apoio logístico para o transporte de produtos químicos e petroquímicos, colocando à disposição do importador e/ou exportador seus serviços de carga e descarga de navios, armazenagem, carga e descarga de caminhões, entamboramento e etc.

Tais operações constituem-se em fontes de emissão de vapores e odores para a atmosfera, gerando também efluentes líquidos que são lançados no Estuário de Santos e resíduos sólidos industriais.

2.3.2. GASES LIQUEFEITOS

Os terminais de armazenagem de gases não se constituem em fontes ordinárias de poluição por operarem com sistemas fechados. Entretanto, possuem elevado potencial de riscos ambientais, face a inflamabilidade dos gases armazenados.

2.3.3. GRANÉIS SÓLIDOS

A armazenagem de sólidos apresenta potencial poluidor do ar, especificamente por material particulado e odores, sendo estes extremamente incômodos às populações circunvizinhas.

2.4. ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS DOMÉSTICOS

A poluição advinda pelo lançamento de esgotos sanitários in natura constitui um dos mais importantes problemas ambientais e de saúde pública, principalmente em regiões costeiras.

Entre os problemas ocasionados por estes despejos sem tratamento, destacamos a influência direta na qualidade das praias, trazendo impactos significativos, não só do ponto de vista ambiental, mas também social e econômico, face às características da região.

Na região abrangida pela Agência a SABESP é a empresa concessionária responsável pela coleta, afastamento, tratamento e disposição dos esgotos.
Apesar do significativo investimento na implantação de várias ETEs nos municípios atendidos pela Agência Ambiental, há bolsões de total inexistência de rede coletora e tratamento de esgotos, em especial Vicente de Carvalho (Guarujá), área continental de São Vicente, parte do município de Praia Grande e áreas dos municípios do Litoral Sul e Vale do Ribeira.

2.5. DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS E DE SERVIÇOS DE SAÚDE

2.5.1. RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS

Na Baixada Santista, a geração total de lixo, calculada em função da população urbana fixa e de coeficientes de geração per capita é de 814,00 toneladas/dia, ou 0,55 kg/

hab./dia. Cerca de 56% (cinquenta e seis por cento) dos resíduos sólidos domésticos é destinada de maneira inadequada, sendo que os municípios de Santos, São Vicente e Praia Grande representam a maior parcela desta inadequação.

No Vale do Ribeira e Litoral Sul a quantidade de lixo domiciliar gerada é da ordem de 93,6 t/dia, correspondendo a uma média de 0,4 kg/hab./dia. Em nenhum dos 14(quatorze) municípios há disposição adequada.

No âmbito da Agência, dos 22 (vinte e dois) municípios apenas o município do Guarujá (cerca de 159 t/dia – 17,5% do total) dispõe seus resíduos em aterro sanitário.

2.5.2. RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

A Agência não dispõe de dados precisos quanto as quantidades e formas de disposição dos resíduos sólidos de serviços de saúde.
De maneira geral, os municípios da Baixada Santista e Litoral Sul terceirizaram a coleta e disposição final dos mesmos, diferentemente do que acontece no Vale do Ribeira, onde os resíduos são coletados e dispostos pelas Prefeituras Municipais juntamente com os resíduos sólidos domésticos.

2.6. ÁREAS CONTAMINADAS

São de conhecimento da Agência Ambiental de Santos, as seguintes áreas de disposição inadequada de resíduos, as quais, por consequência, tornaram-se contaminadas:

Município de Santos:

- Lixão da Codesp
- Áreas externas à empresa Dibal

Município de São Vicente

- Rhodia S/A (PI 05, PI 06, Km 67e Km 69 da Rodovia Pe Manoel da Nóbrega e Quarentenário)

Município do Guarujá

- Área interna da empresa Dow Química S/A

Município de Itanhaém

- Rhodia S/A (km 1.8, 5.0 e 6. 2 da Estrada do Rio Preto e Sítio do Coca)

3. PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE - PROPEC

3.1. Licenciamento Ambiental

- Meta: Promover a melhoria contínua no atendimento aos pedidos de Licença de Instalação, Licenças de Funcionamento, Certificados de Dispensa, Cadris e SPDs, garantindo o atendimento a 100% da demanda prevista, emitindo os documentos de acordo com os dispositivos legais;
- Meta: Reduzir em 50% (cinquenta por cento) – data base 01.01.2002 – o estoque de documentos a serem emitidos existentes na Agência e que não dependam da manifestação de órgãos externos.

3.1.1. Licenças de Instalação – Novas

- Universo: 114 pedidos

3.1.2. Licenças de Funcionamento – Novas

- Universo:139 pedidos

3.1.3. Licenças de Instalação e Funcionamento – Em Andamento

- Universo: 253

3.1.4. Contravenção LI/LF/ETs

- Universo: 13

3.1.5. Certificado de Dispensa e Parece Técnico

- Universo: 29

3.1.6. GRAPROHAB

- Universo: 23

3.1.7. CADRI´s

- Universo: 79 pedidos

3.2. Fiscalização Programada

A Agência destaca 55(cinquenta e cinco) empresas como de alta prioridade (Nível 1), 50 (cinquenta) empresas de média prioridade (Nível 2) e 50 (cinquenta) empresas que necessitam de verificação

do potencial poluidor as chamadas automonitoráveis (Nível 3); para fiscalização programada.

Meta: melhoria no atendimento técnico dos caso

Procedimento: nas vistorias deverão ser abordados todos os aspectos ambientais das empresas e da aplicação da legislação vigente.

- Nível 1 :
  - Universo : 55 empresas
  - Mínimo de 06 retornos/ano
  - Tempo alocado : 2640 h
- Nível 2 :
  - Universo : 50 empresas
  - Mínimo de 03 retornos/ano
  - Tempo alocado : 800 h
- Nível 3 :
  - Universo : 50 empresas
  - Mínimo de 01 retorno/ano
  - Tempo alocado : 400 h

3.3.Atendimento à Comunidade

- **3.3.1. Reclamações** – atender a 100% (cem por cento) da demanda, no prazo máximo de 30 (trinta) dias , sendo que ao final do ano corrente as inadimplências não devem ser superiores a 1% (um por cento) do total de reclamações.
  Tempo alocado: 2400 hs

- **3.3.2. Acidentes Ambientais –** pronto atendimento a 100% (cem por cento) dos acidentes ambientais.
  Tempo alocado: 1600 hs

- **3.3.3. Ministério Público Federal/Estadual e outros –** garantir o atendimento a demanda, dentro dos prazos legais.
  Tempo alocado: 1600 hs

4. PAE – PROGRAMA DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA

4.1 Programa de Dragagem Porto de Santos

Fiscalizar de forma continuada as operações de dragagem no Porto de Santos, avaliando anualmente, no mínimo, a extensão da contaminação dos sedimentos ao longo do Estuário e no local de lançamento do material dragado. A Agência deverá manter participação ativa e efetiva no grupo de trabalho que elabora a nova lei de dragagens.

4.2 Programa de Controle Porto de Santos

Continuidade da implementação de procedimentos preventivos e corretivos em toda a área de extensão do Porto de Santos, visando entre outros, a substancial melhoria das operações de carga e descarga de sólidos pulverulentos, a desativação do atual local de disposição de resíduos do Porto e o enquadramento ambiental do TEFER – Terminal de Fertilizantes.

4.3 Programas de Controle de Emissões Atmosféricas e Gerenciamento de Riscos

Continuidade dos procedimentos preventivos e corretivos estabelecidos pelo Programa de Aprimoramento de Controle de Emissões Atmosféricas e do Programa de Prevenção e Gerenciamento de Riscos dos Terminais.

4.4 Programa de Remoção Bacteriana ETE´s Sabesp

Avaliar dentro do Programa de amostragens sistemáticas, a necessidade de implantação de controle de remoção bacteriana ao final do tratamento biológico por lagoas operadas pela SABESP.

4.5 Programa de Resíduos Sólidos ETE´s Sabesp

Implementar, no biênio 2002/2003, procedimentos corretivos visando que, pelo menos 50% (cinquenta por cento) das ETE´s da SABESP, destinem de forma adequada os resíduos sólidos gerados no processo de tratamento.

4.6 Programa de Resíduos Sólidos de Saúde

Implementar procedimentos para inventariar a geração, a coleta e a disposição de resíduos sólidos de serviços de saúde.

4.7 Programa Áreas Contaminadas

Continuidade dos procedimentos preventivos e corretivos visando 100% (cem por cento) de recuperação das áreas contaminadas ou a implantação de programas de recuperação.

4.8 Programa de Inventário de Fontes

Elaboração de inventário de fontes potencialmente poluidoras do ar, das águas e dos solos, de acordo com as diretrizes de controle e implementado por meio eletrônico (CD), contemplando 100% das fontes de alta e 50% das de média prioridade.

4.9 Participação em Comitês

Manter a participação da Agência nos Comitês de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista e do Vale do Ribeira e Litoral Sul, com participação ativa e efetiva na Câmara Técnica de Saneamento.

4.10 Programa de Acompanhamento de TAC´s

Acompanhar o cumprimento dos TACs – Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

5. CONCLUSÃO

Pela observação do Quadro Demandas x Disponibilidades a seguir anexado nota-se que a Agência pode cumprir integralmente as atividades previstas em toda relação de Prope´s e Pae´s estabelecidos no Plano de Ação, no transcorrer do ano de 2002, restando ainda uma reserva da ordem de 4.500 horas de técnicos, equivalentes a 03 profissionais, a serem utilizadas em novos programas ou em ampliações ou adequações dos já definidos.

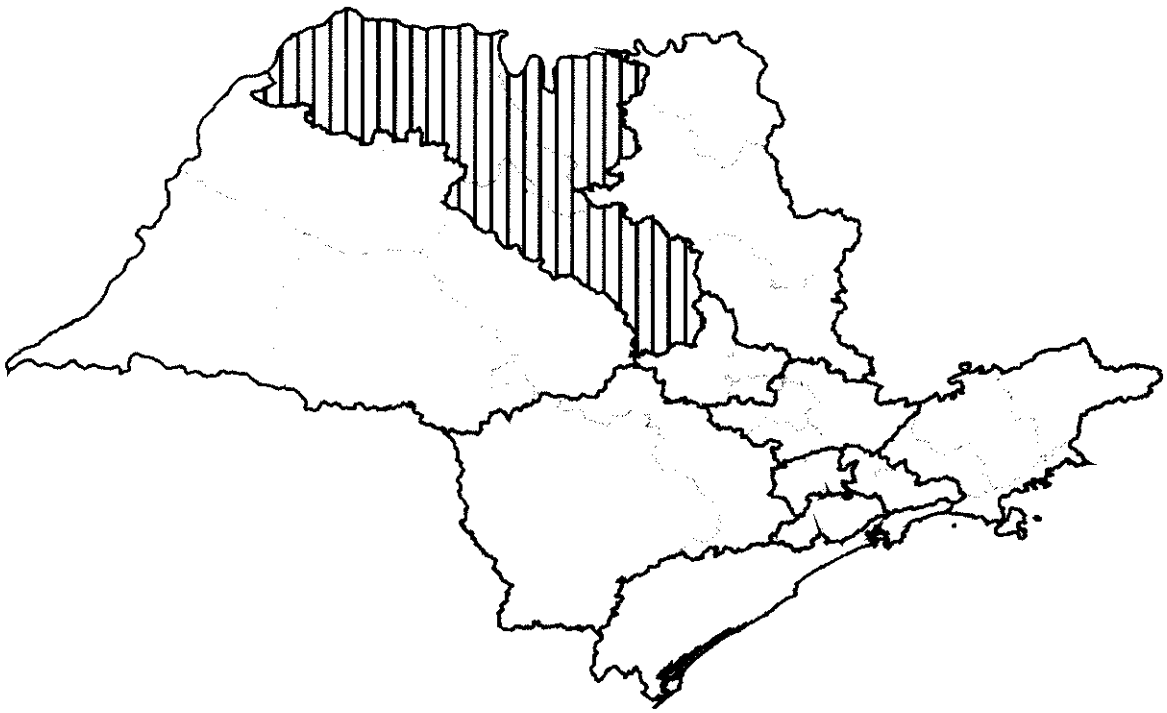
QUADRO - DEMANDA X DISPONIBILIDADE
ANO 2002

AGÊNCIA AMBIENTAL DE SANTOS – PLANO DE AÇÃO 2002/2003					
PROGRAMAS	**Número de Casos**	**Retorno por Ano**	**Horas por Retorno**	**Total de Horas**	**Total Horas por Itens**
		NEC.	**NEC.**	**NEC.**	**NEC.**
3. PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE					**17772**
3.1. **Licenciamento Ambiental**					
3.1.1. Licenças de Instalação Novas	114	2	8	1824	
3.1.2.. Licenças de Funcionamento Novas	139	2	8	2224	
3.1.3. Licença de Instalação/ Funcionamento em estoque	253	2	8	4048	
3.1.4. Contravenção LI/LF	13	2	5	130	
3.1.5. Certificado de Dispensa e Parecer Técnico	29	2	2	116	
3.1.6. GRAPROHAB	23	3	8	552	
3.1.7. CADRI´s/SPD´s	79	1	2	158	
3. 2. Fiscalização Programada					
A. Alta Prioridade Nível 1	55	6	8	2640	
B. Média Prioridade Nível 2	50	3	8	1200	
C. Automonitoráveis Nível 3	50	1	8	400	
3. 3. Atendimento à Comunidade					
3.3.1 Reclamações	300	2	4	2400	
3.3.2. Acidentes Ambientais	30	2	8	480	
3.3.3. Atendimento MPF/MPE/Outros	100	2	8	1600	
4. PROGRAMA DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA					8104
4 1. Programa de Dragagem Porto de Santos				1300	
4 2. Programa de Controle Porto de Santos	20	5	6	600	
4.3. PACEA/PGR				1300	
4.4.Programa de Remoção Bacteriana ETE`s SABESP	17	3	8	408	
4.5. Programa de Resíduos Sólidos ETE´s SABESP	17	3	8	408	
4.6. Programa de Resíduos Sólidos de Saúde	22	2	8	352	
4.7 Programa Áreas Contaminadas	12	5	8	480	
4.8 Programa de Inventário de Fontes	80	2	10	1600	
4.9. Participação em Comitês	1	12	8	96	
4.10 Programa de Acompanhamento de TAC´s	10	12	8	960	
4.11.Programa Caça-Fumaça e Contagem de Veículos	2	50	6	600	
Total Geral					25.876
Horas Disponíveis (20 técnicos x 1500h/ano)					30.000
Reserva					4.124

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CETESB

DIRETORIA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE AÇÃO 2002/2003



Regional da Bacia do Grande e Turvo (CGd)

Agência Ambiental de Araraquara
Agência Ambiental de Barretos
Agência Ambiental do S. J. Rio Preto

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE ARARAQUARA – CGd-AR

I – INTRODUÇÃO

Objetivo

Estabelecer o planejamento e o gerenciamento contínuo das ações de prevenção e controle da poluição ambiental na área de abrangência da Agência Ambiental de Araraquara.

Caracterização da Área de Atuação

A Agência Ambiental de Araraquara tem sua sede localizada na Região Central do Estado de São Paulo e abrange uma área de 14.325 km^2, com uma população total de 875.839 habitantes (Censo do IBGE/2000), distribuída em 34 municípios e 14 distritos, integrantes da UGRHI 13 – Tietê-Jacaré, UGRHI 16 – Tietê-Batalha e UGRHI 9 – Mogi-Guaçu. A relação destes municípios e respectivos distritos é a seguinte: Adolfo, Américo Brasiliense, Araraquara (dist. Bueno de Andrada), Boa Esperança do Sul, Borborema (dist. Vila Orestina), Brotas, Dobrada, Dourado, Elisiário, Gavião Peixoto, Ibaté, Ibirá (dist. Termas de Ibirá), Ibitinga (dist. Cambaratiba), Irapuã, Itajobi, Itápolis (dist. Nova América, Tapinas), Itirapina, Marapoama, Matão (dist. São Lourenço do Turvo), Mendonça, Motuca, Nova Europa, Novo Horizonte, Ribeirão Bonito (dist. Guarapiranga), Rincão, Sales, Santa Ernestina, Santa Lúcia, São Carlos (dist. Água Vermelha, Santa Eudóxia), Tabatinga (dist. Curupá), Taquaritinga (dist. Jurupema, Guariroba, Vila Negri), Torrinha, Trabijú e Urupês.

As atividades cadastradas junto à Agência Ambiental de Araraquara, segundo dados extraídos no SIPOL, somam 3.895 empreendimentos (jan. / 2002), sendo que 25 são considerados fontes de alta prioridade (nível 1) e 90 de média prioridade (nível 2).

Recursos Humanos

O quadro atual de recursos humanos constitui-se de:

- 01 (um) Gerente de Agência
- 10 (dez) Agentes Credenciados
- 04 (quatro) Administrativos
- 01 (um) Estagiário

Estarão disponibilizados 16.500 homens hora/ano para o desenvolvimento das atividades da Agência [base de 1500 horas/ano x (10 agentes credenciados + 1 gerente)].

Recursos Materiais

Veículos – 02 VW Gol / 87, 02 VW Gol / 90, 01 CHEVROLET Camionete S10 / 97.

Informática – 01 servidor, 10 computadores e 05 impressoras.

II – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Poluição do Ar

O grande problema de poluição do ar na região atendida pela Agência Ambiental de Araraquara é relacionado a queima de palha de cana-de-açúcar, que acontece todos os anos no período de maio a novembro, em uma área plantada estimada de 180.615 ha, com cerca de 68% do corte realizado com a queima da palha, causando incômodos à população atingida.

Podem também ser citados como poluição do ar as emissões de substâncias odoríferas provenientes das atividades desenvolvidas nas indústrias cítricas, abatedouros, frigoríficos e indústrias sucroalcooleiras.

Os outros problemas de poluição do ar têm características pontuais e as emissões de poluentes, quando ocorrem, atingem apenas a vizinhança mais próxima, não comprometendo a qualidade do ar da região.

Poluição das Águas

. Fontes Industriais

As principais fontes industriais de poluição das águas instaladas na região são constituídas de agroindústrias, indústrias alimentícias, mecânicas, metalúrgicas, frigoríficos, abatedouros e químicas, que têm instalado e em operação sistemas de tratamento e disposição de águas residuárias e, desta maneira, reduzem aos padrões legalmente estabelecidos as cargas orgânica e inorgânica lançadas nos cursos hídricos.

. Esgotos Sanitários

Dos 34 municípios e 14 distritos atendidos pela Agência, apenas 15 municípios (Adolfo 100%, Araraquara 100%, Brotas 90%, Elisiário 100%, Ibaté 30%, Ibirá 100%, Irapuã 100%, Itirapina 90%, Mendonça 100%, Motuca 100%, Nova Europa 100%, Novo Horizonte 100%, Sales 100%, Santa Lúcia 30% e Trabijú 100%) e 4 distritos (Água Vermelha 100%, Bueno de Andrada 100%, Santa Eudóxia 100% e Termas de Ibirá 100%) possuem ETEs implantadas e em funcionamento (total ou parcialmente).

Os demais 19 municípios (Américo Brasiliense, Boa Esperança do Sul, Borborema, Dobrada, Dourado, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itajobi, Itápolis, Marapoama, Matão, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Ernestina, São Carlos, Tabatinga, Taquaritinga, Torrinha e Urupês) e 10 distritos (Cambaratiba, Curupá, Guarapiranga, Guariroba, Jurupema, Nova América, São Lourenço do Turvo, Tapinas, Vila Negri e Vila Orestina) estão desprovidos de sistema de tratamento de esgotos sanitários ou em fase de implantação (Boa Esperança do Sul, Borborema e Itápolis) e continuam lançando esses esgotos “in natura” nos cursos d’água, comprometendo a qualidade dos mesmos.

Poluição do Solo

. Fontes Industriais

Os resíduos classe I gerados nas atividades industriais da região estão sendo adequadamente estocados nas indústrias geradoras que, de acordo com o volume acumulado, providenciam as aprovações legais para enviá-los ao destino final.

Os resíduos classe II gerados nas atividades industriais têm sua solução adequadamente equacionada para algumas atividades industriais, enquanto que em outras necessitam de novos estudos e ações de controle para que a disposição final seja feita de maneira a atender aos padrões técnicos legalmente estabelecidos.

Na região de atuação da Agência Ambiental de Araraquara identificamos 04 (quatro) áreas contaminadas:

- IQG Indústria Química Guarapiranga Ltda, município de Ribeirão Bonito, onde estão sendo aplicadas as sanções legais cabíveis por armazenamento e disposição inadequada de resíduos perigosos, exigindo-se medidas de remediação do solo e das águas subterrâneas;

- MPL Motores S/A, município de Ibaté, onde estão sendo aplicadas as sanções legais cabíveis, exigindo-se medidas de remediação, referente à disposição diretamente no solo de mais de 160.000 m^3 de areia de fundição;

- Assentamento Monte Alegre, município de Motuca, onde a Agência de Araraquara está caracterizando os resíduos sólidos (150 t de aparas de couro) dispostos clandestinamente na área, bem como analisando o solo e as águas subterrâneas, para a adoção das sanções legais cabíveis às empresas infratoras;

- Fazenda Santa Madalena, município de São Carlos, inserida na APA – Área de Proteção Ambiental (Corumbataí), onde estão sendo adotadas ações de controle junto a Prefeitura Municipal referente à disposição final de resíduos sólidos domiciliares, durante aproximadamente 20 anos (1970 a 1990), sem medidas saneantes, em área próxima a nascente de corpo d'água contribuinte do Ribeirão do Feijão, utilizado como manancial de abastecimento de água para o consumo humano.

. Resíduos Sólidos Domiciliares

A última avaliação do índice de qualidade dos resíduos IQR indicou 18 municípios com IQR > 6, a saber: Américo Brasiliense, Araraquara, Borborema, Brotas, Dobrada, Dourado, Gavião Peixoto, Ibirá, Irapuã, Itajobi, Matão, Mendonça, Sales, Santa Ernestina, Santa Lúcia, São Carlos, Torrinha e Urupês.

A Agência Ambiental de Araraquara vem trabalhando com vistas a enquadrar todos os locais de disposição final às normas ambientais, sendo que os 16 municípios restantes, com IQR < 6, são os seguintes: Adolfo, Boa Esperança do Sul, Elisiário, Ibaté, Ibitinga, Itápolis, Itirapina, Marapoama, Motuca, Nova Europa, Novo Horizonte, Ribeirão Bonito, Rincão, Tabatinga, Taquaritinga e Trabijú.

. Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde

Na região existem instalados 4 incineradores de resíduos sólidos de serviço de saúde. Atualmente apenas 2 encontram-se em operação, sem a devida Licença de Funcionamento, aguardando adequação ao teste de queima.

. Ruído e Vibração

A Agência Ambiental de Araraquara tem se empenhado na solução das demandas crescentes da população e do Ministério Público referentes aos problemas ambientais gerados pela emissão de ruídos e vibração.

III – PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE – PROPEC

O Programa Permanente de Controle – PROPEC da Agência Ambiental de Araraquara deverá abranger as seguintes atividades:

III.1 Licenciamento Ambiental

A ação preventiva é importante porque disciplina e ordena a instalação de fontes de poluição dentro das normas e diretrizes locais, orientando os interessados através das exigências técnicas com relação às medidas que devem ser tomadas e aos equipamentos que devem ser instalados visando, principalmente, preservar a qualidade de vida da população.

As análises das licenças ambientais solicitadas, bem como as análises dos Certificados de Dispensa e Parcelamentos do Solo deverão ser feitas por todos os técnicos, obedecendo aos mesmos procedimentos e normas da Companhia, e deverão estar concluídas num intervalo de tempo mínimo, compatível com o nível de complexidade da fonte de poluição envolvida, atingindo 100% da demanda prevista, dentro dos prazos em vigor.

III.2 Fiscalização Programada

. Ações de Controle nas Fontes de Alta Prioridade (nível 1)

As ações de controle serão desenvolvidas nas 25 indústrias de alta prioridade através de 06 (seis) inspeções ao ano, no mínimo, em cada fonte, com as seguintes estratégias: realização de levantamentos industriais, caracterizações quantitativas e qualitativas dos despejos líquidos e sua influência nos corpos d'água receptores, emissões gasosas, ruídos, vibrações e de resíduos sólidos, avaliações dos sistemas de controle de poluição instalados e dos sistemas de armazenamento, tratamento e destinação de resíduos, além dos licenciamentos.

Elencamos como metas manter os padrões de lançamentos de poluentes de acordo com a legislação vigente, reduzir incômodos às comunidades, buscar soluções para os problemas mais graves através da manutenção, operação e adequação de sistemas de controle existentes e/ou implantação de novos sistemas de controle de poluição ambiental.

. Ações de Controle nas Fontes de Média Prioridade (nível 2)

As ações de controle serão desenvolvidas nas 90 indústrias de média prioridade através de 03 (três) inspeções ao ano, no mínimo, em cada fonte, mantendo-se as mesmas estratégias e metas para as fontes de nível 1.

. Outras Fontes de Poluição

Será mantida pelo menos 01 (uma) inspeção ao ano nas 350 fontes de poluição não enquadradas como de alta ou de média prioridade, que apresentam problemas de poluição ambiental, até o equacionamento final do problema, ou para avaliação da performance dos sistemas de controle implantados.

III.3 Atendimento à Comunidade

No atendimento à comunidade estão previstas as seguintes demandas:

. Atendimento às Reclamações da População

Será priorizado o atendimento às reclamações da população, sempre dentro da área de competência da CETESB, realizando as avaliações necessárias e mantendo contato com os reclamantes, no sentido de se esclarecer os fatos.

. Atendimento a Emergências e Acidentes Ambientais

Atendimento a emergências e acidentes ambientais, identificando as fontes de poluição com vistas ao cumprimento dos diplomas legais existentes.

. Atendimento ao Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacias de Polícia e Outros Órgãos do Governo

Atendimento adequado às solicitações do Poder Judiciário, Ministério Público e Delegacias de Polícia, em cumprimento aos dispositivos legais cabíveis, visando alcançar os objetivos da ação de controle, em 100% da demanda.

Atendimento às solicitações de Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, Assembléia Legislativa e demais órgãos, visando alcançar os objetivos da ação de controle, ou seja, o atendimento dos diplomas legais vigentes.

. Atendimento ao Público

Manter e aprimorar o atendimento ao público pelo setor administrativo e área técnica, dando orientações de modo a facilitar o posterior fluxo de documentações e divulgações dos trabalhos da CETESB.

IV – PROGRAMA DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA – PAE

Os PAE´s estabelecidos pela Agência abrangerão as seguintes atividades:

Atualização do Inventário de Fontes de Alta Prioridade

Atualização do inventário das 25 fontes consideradas de alta prioridade e de no mínimo 50% (45 fontes) das de média prioridade, objetivando atualizar os dados de produção, processos industriais e de emissões de poluentes, de acordo com as diretrizes da Diretoria de Controle de Poluição Ambiental, através da utilização de meio eletrônico (CD).

Participação de Comitês de Bacias Hidrográficas

A Agência Ambiental de Araraquara tem participado ativamente dos seguintes Comitês de Bacias:

- Comitê da Bacia do Tietê-Jacaré como membro do Comitê, Coordenação da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão e participação da Câmara Técnica de Saneamento;
- Comitê da Bacia do Tietê-Batalha como membro suplente.

A proposta para o biênio 2002/2003 é a continuidade da participação da Agência nas mesmas funções que já vem ocupando.

Sistemas de Destinação de Resíduos Sólidos Domésticos e de Serviços de Saúde

Atuação em todos os municípios e distritos atendidos pela Agência, através da fiscalização nos municípios que possuem TACs consignados, mas que ainda não cumpriram integralmente as cláusulas dos mesmos, priorizando-se aqueles cuja disposição vem sendo realizada de maneira inadequada (com IQR < 6) e os não licenciados (Boa Esperança do Sul, Elisiário, Ibaté, Itápolis, Nova Europa, Ribeirão Bonito, Rincão e Taquaritinga).

Promover a assinatura de TACs e/ou ações de controle nos municípios que dispõem inadequadamente seus resíduos sólidos domiciliares e/ou resíduos de serviços de saúde (Adolfo, Ibitinga, Itirapina, Marapoama, Motuca, Novo Horizonte, Tabatinga e Trabiju).

Será dada continuidade nas ações de controle junto aos municípios contemplados por verbas do Governo do Estado, que estabeleceu que 80% dos municípios com população inferior a 25.000 habitantes, deverão dar disposição sanitariamente adequada aos seus resíduos sólidos domiciliares e aos de serviços de saúde.

Sistemas Tratamento de Esgotos Sanitários

Fiscalização nos 34 municípios e respectivos distritos, componentes da área de atuação da Agência, em especial naqueles que lançam os esgotos sanitários sem tratamento, estabelecendo-se planos que visam a implantação de coleta, transporte e tratamento desses esgotos em ETEs e o cumprimento da legislação vigente. A estratégia de ação será feita através de gestões junto à SABESP e municipalidades, objetivando a implantação de ETEs, de modo a propiciar a redução da carga orgânica de origem doméstica.

. Promover assinatura de Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta – TAC e Acompanhamento dos TACs assinados

Deverão ser acompanhados todos os cronogramas apresentados quando da assinatura dos termos de ajustamento de conduta firmados entre a CETESB e as Prefeituras Municipais, visando a implantação adequada dos sistemas de tratamento de esgotos sanitários, bem como promover a assinatura e/ou aditamento de TACs para 100% dos municípios que não o fizeram (Américo Brasiliense, Dobrada, Dourado, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itajobi, Marapoama, Matão, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Ernestina, São Carlos, Tabatinga, Taquaritinga, Torrinha e Urupês).

. Controle Operacional e Regularização/Licenciamento das ETEs Implantadas

Todas as ETEs implantadas ou em fase de implantação deverão ser inspecionadas periodicamente para que a operação do sistema seja feita de maneira adequada e o tratamento apresente a eficiência preconizada pela legislação ambiental vigente (Adolfo, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Brotas, Elisiário, Ibaté, Ibirá, Irapuã, Itápolis, Itirapina, Mendonça, Motuca, Nova Europa, Novo Horizonte, Sales, Santa Lúcia e Trabijú)

Queima de Palha de Cana-de-Açúcar

Realização de inspeções de rotina nas 12 fontes de poluição sucroalcooleiras durante o período de safra, bem como a realização de roteiros de viagens com freqüência de 01 vez por semana e atendimento à reclamações, visando o cumprimento dos diplomas legais existentes.

Recuperação de Áreas Degradadas

As ações de controle terão continuidade objetivando a remediação das quatro áreas contaminadas, da IQG Indústria Química Guarapiranga Ltda, MPL Motores S/A, do Assentamento Monte Alegre e da Fazenda Santa Madalena, em atendimento a legislação ambiental vigente.

Rede Básica de Monitoramento

Realização das amostragens previstas no programa de monitoramento da qualidade das águas interiores e das subterrâneas.

Avaliação da Qualidade do Ar

Dar continuidade às amostragens OPS-OMS, localizadas em Araraquara e São Carlos, para poeira e material particulado e, ainda, amostragens de passivos de SO_2 em Araraquara, São Carlos, Itirapina e Matão.

Fiscalização de Veículos a Diesel

Avaliação dos índices de fumaça emitida pelos veículos a diesel, visando atender aos padrões estabelecidos na legislação vigente

V – PROGRAMA DE TRABALHO

Para a execução do presente plano, as ações deverão ser desenvolvidas simultaneamente, considerando-se todos os programas estabelecidos, PROPEC e PAE, conforme a demanda requerida e articulados entre si, visando a adequação dos recursos disponíveis.

VI – QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREVISÃO HOMENS/HORAS

Para a execução dos programas PROPEC e PAE previstos, vide planilha anexa.

VII – CONCLUSÃO

Tendo em vista o total de Atividades/Homens/Horas, verificamos que para o desenvolvimento dos programas alocados, comparativamente à disponibilidade de 16.500 homens hora/ano, observamos a existência de um déficit de 1.604 homens hora/ano, ou seja, de 01 (um) agente credenciado.

Entretanto o quadro de Atividades/Homens/Horas estará sujeito a ajustes e adequações entre as demandas previstas e as realizadas, em razão de priorização das ações de controle nas fontes de poluição ou ainda face ao aumento de demandas não previstas nos itens anteriores, por exemplo, os postos de combustíveis e sistemas retalhistas, que deverão constituir-se em significativo incremento nas demandas da Agência Ambiental de Araraquara.

PROGRAMAS			UNIVERSO	RETORNO / ANO	HORAS	TOTAL / HORAS
PROPEC	Licenciamento Ambiental		700	1	7	4900
	Fiscalização Programada	Ações de Controle nas Fontes de Alta Prioridade (nível 1)	25	6	8	1200
		Ações de Controle nas Fontes de Média Prioridade (nível 2)	90	3	6	1620
		Controle de Fiscalização em outras Fontes de Poluição (ar, água, solo)	400	1	3	1200
	Atendimento à Comunidade	Atendimento a Reclamação da População	250	2	3	1500
		Atendimento a Emergências e Acidentes Ambientais	24	1	8	192
		Atendimento ao Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacias de Polícia e Outros Órgãos de Governo	300	1	10	3000
		Atendimento ao Público	2112	1	1	2112
					SUB TOTAL / HORAS PROPEC	**15724**
PAE	Inventário de Fontes de Alta e parte das de Média Prioridade		70	2	4	560
	Participação de Comitês de Bacias Hidrográficas		1	10	8	80
	Resíduos Sólidos Domésticos e de Serviços de Saúde		34	3	4	408
	Sistemas de Tratamento de Esgotos Sanitários		34	3	6	612
	Queima de Palha de Cana		12	7	6	504
	Recuperação de Áreas Degradadas		4	4	8	128
	Rede Básica de Monitoramento		11	2	6	132
	Avaliação da Qualidade do Ar		2	110	1	220
	Fiscalização de Veículos a Diesel		24	1	4	96
					SUB TOTAL / HORAS PAE	**2740**
TOTAL / HORAS						**18464**

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE BARRETOS – CGd-BA

I. INTRODUÇÃO:

Objetivo:

Estabelecer o planejamento e o gerenciamento contínuo das ações de controle e de prevenção à poluição na área de abrangência desta Agência Ambiental de Barretos.

Caracterização da área de atuação:

Inserida na Região Administrativa de Barretos (13ª Região Administrativa), a Agência atende à 19 municípios, que compõem as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs) do Baixo Pardo-Grande, Sapucaí-Grande e Turvo-Grande, cuja relação é a seguinte: Altair, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colina, Colômbia, Guaíra, Guaraci, Icem, Jaborandi, Monte Azul Paulista, Olímpia, Pirangi, Severínia, Taiaçú, Taiuva, Terra Roxa, Viradouro e Vista Alegre do Alto

Estes municípios, segundo os dados preliminares do censo IBGE/2000, tem uma população urbana de 394.535, ocupando uma área territorial de 8.528 Km^2.

As atividades cadastradas junto à Agência, segundo dados extraídos do **SIPOL**, somavam 1002 empreendimentos, sendo que 19 são considerados fontes de alta prioridade e 36 médias prioritárias.

Recursos Disponíveis:

O quadro atual de recursos humanos constitui-se de:

- 01 Gerente de Agência e 04 Agentes Credenciados
- 03 Funcionários Administrativos e 02 estagiários

Estarão disponibilizadas 7.500 horas/homens/ano para o desenvolvimento das atividades da Agência (base de 1.500 horas/ano x (04 agentes credenciados) + gerente).

A Agência também possui

- Veículos - 01 Fiat SX 1997, 01 Fiat SX 1998, 01 VW Gol 1987.
- Informática - 01 servidor; 06 micro computadores; 01 impressora, tipo laser;
  04 impressoras tipo jato de tinta.

II. Diagnóstico Ambiental

Poluição do ar

- A queima de palha de cana de açúcar é uma prática ainda usual para o corte de cerca de 50% da cana plantada na região, acarretando poluição do ar, causadora de incômodos às populações atingidas, no período de maio à dezembro.
- Podem, também, serem citados como problemas de poluição do ar as emissões de odores provenientes das atividades desenvolvidas nos, abatedouros, frigoríficos, beneficiamento de latex, curtumes, indústrias sucroalcooleiras, entre outras.
- Os outros problemas de poluição do ar tem características pontuais e as emissões de poluentes, quando ocorrem, atingem apenas a vizinhança mais próxima, não comprometendo a qualidade do ar da região.

Poluição das águas

- **Fontes industriais**

- As principais fontes industriais de poluição das águas, instaladas na região, são constituídas de agroindústrias, indústrias alimentícias, mecânicas, metalúrgicas, curtumes, frigoríficos e abatedouros, que têm instalados e em operação sistemas de tratamento e disposição de águas residuárias, reduzindo as cargas poluidoras lançadas nos corpos receptores a padrões legalmente estabelecidos.

- **Esgotos sanitários**

- Dos 19 municípios e 12 distritos atendidos pela Agência Ambiental de Barretoss estão implantadas e em funcionamento (total ou parcial) ETEs em 12 sedes municipais (Altair 100%, Barretos 50%, Cajobi 100%, Guaíra 100%, Icem 100%, Jaborandi 100%, Monte Azul Paulista 30%, Olímpia 30%, Severínia 100%, Taiaçú 100%, Taiuva 100%, Viradouro 65% e Vista Alegre do Alto 100%) e em 07 distritos (Alberto Moreira, Baguaçu, Laranjeiras, Marcondésia, Monte Verde, Ribeiro dos Santos, São José do Albertópolis).
- Encontram-se em fase de implantação 02 ETEs nas sedes municipais (Barretos 50%, Terra Roxa 100%), bem como em processo de licenciamento 04 ETEs nos municípios de Colina, Colombia, Guaraci e Pirangi.
-Restando ainda o município de Bebedouro que lança 100% dos efluentes sanitários in-natura e parciais os municípios de Monte Azul Paulista e Olímpia que não tomaram nenhuma iniciativa no intuito de tratar os efluentes doméstico lançados in-natura.

Poluição do Solo

- **Fontes Industriais**

- Os resíduos classe I gerados nas atividades industriais da região, estão sendo adequadamente estocados nas industrias geradoras que em função do volume acumulado providenciam as aprovações legais para a destinação final adequada.

- Quanto aos resíduos classe II, o seu destino final está equacionado na maioria das fontes, nas demais necessitamos estabelecer diretrizes de ações de controle para o seu tratamento, reutilização e/ou disposição, como por exemplo, areias de fundição.

- **Resíduos sólidos domiciliares**

-A última avaliação do índice de qualidade dos resíduos IQR indicou 12 municípios (Altair, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colina, Colômbia, Icém, Jaborandi, Pirangi, Taiaçú, Taiuva e Vista Alegre do Alto) com disposições adequadas e controladas e 07 municípios em condições consideradas inadequadas, principalmente em função do levantamento ter sido efetuado em períodos de fortes chuvas e os sistemas de disposição não atenderem as técnicas recomendadas (Guaíra, Guaraci, Monte Azul Paulista, Olímpia, Severínia, Terra Roxa e Viradouro).

- **Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde**

- Considerando que a disposição inadequada de resíduos sépticos de serviços de saúde causam riscos à saúde pública e que os municípios, em sua maioria, não estão equipados com incineradores tecnicamente recomendados e nem sistemas de disposição temporário e emergencial, foi criado o “Programa de Ação Específica (PAE)” para eqüacionamento do problema.

Ruído e Vibração

- A Agência Ambiental apresenta uma demanda crescente de reclamações da população e solicitações de avaliações para o Ministério Público referentes as emissões de ruído e vibrações, devido principalmente que em sua maioria os municípios não possuem legislação de uso e ocupação do solo e aqueles que a possuem não estão atualizadas às normas específicas.

III. PROGRAMAS PERMANENTES DE CONTROLE - PROPECs

III.1 Licenciamento Ambiental

- Estão aquí incluidas as Licenças de Instalação, Licenças de Funcionamento, Certificado de Dispensa de Licença de Instalação, Certificado de Aprovação Destinação de Resíduos Industriais, Pareceres Técnicos, etc para as quais foi estabelecido o atendimento de 100% da demanda.

Previsão: 2.300 horas/homem/ano

III.2 Fiscalização Programada

- **Ações de Controle Empresas Prioridade(Nível I) :**

Universo: 19 empreendimentos

Objetivos:

- equacionamento das desconformidades ambientais e de licenciamento, de

forma a que estas empresas desenvolvam suas atividades segundo os condicionantes estabelecidos pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente,

- dar continuidade às ações de controle de forma a manter as empresas em

conformidade com a legislação ambiental vigente.

Estratégias de ação:

- inspeções com a freqüência indicada, estando prevista 06 inspeções/ ano para cada fonte;
- equacionamento do licenciamento ambiental, quando necessário;
- caracterização qualitativa e quantitativa dos sistemas de controle de poluição, de forma a atender aos padrões de emissão e de qualidade estabelecidos;
- caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos sólidos industriais e - equacionamento da sua destinação final, quando necessário.

Previsão: 912 horas/homem/ano.

- **Ações de Controle Empresas de Média Prioridade (nível II)**

Universo: 36 empreendimentos

Objetivos:

- equacionamento das desconformidades ambientais e de licenciamento, de

forma a que estas empresas desenvolvam suas atividades segundo os condicionantes estabelecidos pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente,

- dar continuidade às ações de controle de forma a manter as empresas em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Estratégias de ação:

- inspeções com a freqüência indicada, , estando prevista 03 inspeções/ano para cada fonte;
- equacionamento do licenciamento ambiental, quando necessário;
- caracterização qualitativa e quantitativa dos sistemas de controle de poluição, de forma a atender aos padrões de emissão e de qualidade estabelecidos;
- caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos sólidos industriais e

equacionamento da sua destinação final, quando necessário.

Previsão: 648 horas/homem/ano.

- **Ações de Controle e Fiscalização em outras Fontes de Poluição.**

Inspeções nas fontes de poluição não enquadradas como indústrias de alta e média prioridade, estimadas em 300 e que serão visitadas no mínimo 01 vez por ano.

Previsão: 600horas/homem/ano.

III.3 Atendimento à Comunidade

- **Atendimento às Reclamações da População**

Atender 100 % das reclamações de modo que as fontes poluidoras enquadrem dentro dos padrões previstos na legislação ambiental vigente de modo a cessar os incômodos gerados a população, com um universo previsto de 100 reclamações/ano.

Previsão: 960 horas/homem/ano.

- **Atendimento a Acidentes Ambientais**

Atender acidentes ambientais de modo a minimizar efeitos de episódios críticos através de orientações e acompanhamento da ocorrência, sendo previstos 10 atendimentos no ano.

Previsão: 100 horas/homem/ano.

- **Atendimento a Ministério Público, Poder Judiciário, Prefeituras, Câmaras Municipais, Assembléia Legislativa, Delegacias de Policia, ONG's, etc...)**

Atender às solicitações de informações técnicas de modo a subsidiar os órgãos no cumprimento de suas atribuições.

Previsão: 960 horas/homem/ano.

- **Atendimento ao público**

manter o atendimento ao público pelo setor administrativo e área técnica área técnica, dando orientações de modo a facilitando a posterior andamento de documentações e divulgações dos trabalhos da CETESB.

Previsão: 800 horas/homem/ano.

IV. PROGRAMAS DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA - PAEs

- **Atualização do Inventário de Fontes Prioritárias de Poluição Ambiental**

Universo: 37 fontes

Objetivos:

- Atualização do inventário de fontes de acordo com as diretrizes da CETESB, através de processo eletrônico informatizado (CD), das 19 indústrias consideradas de alta prioridade e de pelo menos 50% das de média prioridade, modo a atualizar dados de produção e emissões de poluentes.

Previsão: 740 horas/homem/ano

- **Sistemas de Destinação de Resíduos Sólidos Domésticos e de Serviços de Saúde**

Universo: Todos os 19 municípios da área de abrangência da Agência Ambiental de Barretos.

Objetivos:

- equacionamento das desconformidades existentes e/ou necessidade de licenciamento com relação aos atuais locais de destinação final destes resíduos (Barretos, Bebedouro, Guaíra e Olímpia);

- equacionamento da disposição final dos resíduos gerados nos municípios contemplados pelos Decretos mencionados, de forma a atender à meta do Governo do Estado que, mediante liberação de verbas, estabeleceu que 80% dos municípios, com população inferior a 25.000 habitantes, deverão dar tratamento adequado para os resíduos sólidos urbanos .

Estratégias de ação:

- inspeções Quadrimestrais , com elaboração de IQR;
- acompanhamento dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta -TACs assinados;
- aplicação de penalidades;
- proposição de medidas mitigadoras e soluções técnicas (ofícios/ reuniões);
- licenciamento ambiental, quando couber.

Previsão: 399 horas/homem/ano.

- **Tratamento de Esgoto**

Acompanhamento e/ou promoção de assinatura dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta para Estações de Tratamento de Esgotos para os municípios de: Colina, Viradouro e Pirangi (TACs assinados), Bebedouro(TAC em tratativas), Colômbia, Guaraci, Monte Azul Paulista e Olímpia (promover assinatura de TACs).

Previsão: 288 horas/homem/ano.

- **Queima de palha de cana-de-açúcar**

Realização de inspeções de rotina nas 08 fontes de poluição durante o período de safra, bem como a realização de roteiros de viagens com freqüência de 01 vez por semana.

Previsão: 528 horas/homem/ano.

- **Comitês de Bacia Hidrográfica**

A CETESB participa CBH - BPG - Comitê da Bacia Hidrográfica Baixo Pardo/ Grande, e também em sua Coordenadoria de Câmaras Técnicas.

Objetivo: fortalecimento da atuação da CETESB no Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de São Paulo, permitindo, inclusive, que situações de conflito, envolvendo ações de controle da poluição, sejam solucionadas.

Estratégias de Ação:

- continuidade das ações ora desenvolvidas junto ao CBH-BPG, mantendo sua participação na Coordenadoria de Câmaras Técnicas.
- participação do processo de formalização dos Projetos de Lei relativos à criação da Agência de Bacia e da Cobrança pelo Uso da Água.

Previsão: 180 horas/homem/ano.

- **Rede Básica de monitoramento**

Realização de amostragens nos meses pares no Rio Pardo.

Previsão: 48h/h/ano

Fiscalização de veículos à diesel

- Avaliação dos índices de fumaça nos veículos à diesel, visando atender aos padrões estabelecidos na legislação vigente

Previsão: 156 horas/homem/ano

V - Quadro Demonstrativo Previsão Homens/Hora – 2002

Para o desenvolvimento das atividades estabelecidas nos PROPEC´s e PAE´s deste Plano de Ação, apresentamos a seguir o quadro que mostra as necessidades reais para execução de cada um deles.

Observando-se o total de Homens/Hora/Atividade previstos para o desenvolvimento dos programas alocados, comparativamente à disponibilidade atual de 7.500 Horas/homem disponíveis na Agência, nota-se um déficit de 2.119 horas , indicando a necessidade de mais 01 (um) agente credenciado.

Ressaltamos também que durante o decorrer do ano vigente poderá haver alterações entre as demandas previstas e as realizadas de acordo com a evolução da sistemática de controle da fiscalização e aquecimento da economia do país.

QUADRO DE HOMENS/HORA/ATIVIDADES

PROGRAMAS			UNIVERSO	RETORNO / ANO	HORAS	TOTAL / HORAS
PROPEC	Licenciamentos Ambiental		230	2	5	2300
	Fiscalização Programada	Ações de Controle nas Fontes de Alta Prioridade (nível 1)	19	6	8	912
		Ações de Controle nas Fontes de Média Prioridade (nível 2)	36	3	6	648
		Controle de Fiscalização em outras Fontes de Poluição (ar, água, solo)	300	1	2	600
	Atendimento à Comunidade	Atendimento a Reclamação da População	80	2	6	960
		Atendimento a Emergências e Acidentes Ambientais	10	1	10	100
		Atendimento ao Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacias de Polícia e Outros Órgãos de Governo	80	1	12	960
		Atendimento ao Público	800	1	1	800
	SUB TOTAL / HORAS PROPEC					**7280**
PAE	Atualização do Inventário de Fontes de Alta Prioridade		37	2	10	740
	Resíduos Sólidos Domésticos		19	3	6	342
	Resíduos de Serviço de Saúde		19	3	1	57
	Sistemas de Tratamento de Esgotos Sanitários		24	2	6	288
	Queima de Palha de Cana Roteiro		4	6	6	144
	Queima de Palha de Cana Inspeção		8	8	6	384
	Participação de Comitês de Bacias Hidrográficas		3	12	5	180
	Monitoramento		1	6	8	48
	Fiscalização de Veículos a Diesel		52	1	3	156
	SUB TOTAL / HORAS PAE					**1979**
TOTAL / HORAS						**9619**

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - CGd-S

1. Introdução

A Agência Ambiental tem sua sede localizada na cidade de São José do Rio Preto, região noroeste do Estado de São Paulo. Atende 86 municípios, numa extensão territorial de aproximadamente 22.000 km², integrantes da UGRHI 15 - Turvo-Grande (56 municípios), UGRHI 18 - São José dos Dourados (23 municípios), UGRHI 16 – Tietê Batalha (04 municípios) e UGRHI 19 – Baixo Tietê (03 municípios). O Censo do IBGE/2000 uma população urbana de 1.060.000 habitantes.

Nosso cadastro aponta o registro de 5.000 fontes de poluição, das quais 29 são consideradas de alta prioridade (nível I) , 31 de média (nível II), e 80 que exigem acompanhamento anual.

1.1 Recursos Humanos

Para desenvolver as atividades da Agência, o quadro funcional é constituído por:

- 01 (um) Gerente de Agência
- 12 (doze) Agentes Credenciados
- 01 (um) Agente Credenciado para amostragem
- 01 (uma) Socióloga
- 03 (três) Administrativos
- 02 (dois) Estagiários

Foi adotado como valor de referência, 1.500 horas/homem/ano, o que implica na disponibilização de 22500 horas.

1.2 Recursos Materiais

- Veículos – 03 Fiat Uno
  01 Fiat Fiorino
  01 VW Gol

- Informática – 01 servidor
  09 computadores
  04 impressoras

2. Diagnóstico Ambiental

2.1 - Poluição do ar

A queima ao ar livre de palha de cana-de-açúcar, realizada anualmente entre os meses de maio a novembro, é a maior fonte de poluição do ar. Além dos danos ambientais que provocam, têm sido motivo de preocupação em função de que a região é atravessada por 03 (três) grandes linhas de transmissão de energia elétrica, provenientes das hidrelétricas de Marimbondo, Ilha Solteira e Água Vermelha, as quais podem ser afetadas quando tais queimadas são realizadas nos limites de suas áreas de segurança.

Apesar da localização rural das indústrias sucro-alcooleiras, a magnitude das emissões de material particulado proveniente da utilização de bagaço de cana-de-açúcar como combustível para geração de vapor em caldeiras é relevante, havendo tendência de aumento significativo em decorrência da co-geração de energia elétrica (instalação de novas termoelétricas).
Cidades como Catanduva e Monte Aprazível podem ser afetadas pelas emissões gasosas provenientes das usinas situadas nas suas respectivas áreas de influência, caso não se assegure controle eficaz destas fontes.

As substâncias odoríferas geradas nas áreas de fertirrigação cítrica e sucro-alcooleira têm se constituído em fontes significativas de poluição do ar.

Em se tratando de empreendimentos potencialmente perigosos, encontra-se em operação grande fundição de chumbo (Frey & Stuchi Ltda.) que, em virtude da natureza tóxica e acumulativa de suas emissões, se constitui na mais complexa indústria de nossa região, porém, suas pendências encontram-se equacionadas.

Merecem ainda referência as emissões veiculares de motores a diesel em função do tráfego de caminhões procedentes deste e de outros estados e que transitam pelas Rodovias Washington Luiz (SP 310) e BR-153, cujo entroncamento se dá nas proximidades da área urbana de São José do Rio Preto.

2.2 - Poluição das águas

A região Noroeste do Estado de São Paulo chama atenção pelas suas características de baixa precipitação pluviométrica, temperaturas altas, alta taxa de evapotranspiração.
Aliado a estes fatores, deve ser incluído ainda que, via de regra, as áreas urbanas e as grandes indústrias citro-sucro-alcooleiras se localizam nas proximidades dos espigões, nos quais se verifica pouca disponibilidade superficial de águas.

A conseqüência desta conjugação se traduz na má qualidade das águas superficiais dos principais Rios (São Domingos, Rio Preto, Turvo, Rio da Onça, Piedade, Marinheiro, etc.), receptores de esgotos sanitários “in natura” lançados, principalmente, pelas cidades de Catanduva, Santa Adélia, Pindorama, Uchoa, São José do Rio Preto, Palmares Paulista, Mirassol, Votuporanga, Tanabi e Cardoso, que perfazem 657.000 habitantes, isto é, aproximadamente 77% da carga orgânica remanescente de origem doméstica.

Dos 86 municípios atendidos pela Agência Ambiental de São José do Rio Preto, 54 têm seus serviços públicos de água e esgotos sob concessão ã SABESP, sendo que destes, apenas as cidades de Cardoso, Fernando Prestes, Catiguá e Palmares Paulista não possuem sistema público de tratamento. Em relação aos sistemas municipais (32) há tratamento em apenas 12, a saber : Magda, Santa Fé do Sul, Santa Rita do Oeste, S. João de Iracema, Bady Bassitt, Nova Aliança, Cedral, Jaci, Parisi, Neves Paulista, Nova Castilho e Suzanápolis. Encontram-se em implantação as E.T.E’s. de Cosmorama e Potirendaba, cidades que, juntas, perfazem 16.000 habitantes.

O Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo, aponta valores desconformes para os parâmetros ferro, alumínio e manganês, possivelmente causados por práticas agrícolas.

Em relação à qualidade das águas subterrâneas, o monitoramento realizado pela CETESB nos poços da formação Bauru/Adamantina revelou valores desconformes para o parâmetro cromo total, fato preocupante em função da possibilidade de utilização destas águas para consumo humano.
Não é contemplada, a avaliação da qualidade do aqüífero Guarani (formação Botucatu-Pirambóia), que em nossa região é a maior fonte explotada para fins de abastecimento publico das cidades de Catanduva, São José do Rio Preto, Fernandópolis, Estrela do Oeste, Jales, Auriflama, Votuporanga e Mirassol.

2.3 - Poluição do solo

Não há inventário atualizado quanto a geração e condições de armazenamento/ disposição final dos resíduos industriais Classe I e classe II. Preocupa, entretanto, a forma inadequada de disposição dada atualmente por alguns curtumes. Encontram-se em andamento, os trabalhos técnicos necessários a avaliação de possível contaminação do solo provocada pela disposição a céu aberto de 25.000 toneladas de escórias de fundição de chumbo, havidas em importante indústria de reciclagem de baterias e produção de lingotes.

Avaliação feita por grande indústria cítrica e apresentada sob a forma de Relatório Ambiental Preliminar (RAP) ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA/SMA), identificou elevada concentração de Sódio em área usada para disposição de efluentes líquidos no solo, provocando sodificação e, consequentemente, riscos de desestruturação/colmatação, caracterizando poluição do solo. Esta situação exige da agência acompanhamento do plano de remediação, bem como a adoção de rígido controle da aplicação de efluentes líquidos cítricos no solo, visto o seu potencial degradador.

No que diz respeito a utilização do solo para disposição da vinhaça gerada pelas destilarias, estima-se que são utilizados cerca de 50.000 hectares, fato que aliado às demais características exigirá dos empreendedores controle ambiental apurado.

Nos últimos anos a agência vem desenvolvendo intensiva ação frente a disposição final do resíduos sólidos domiciliares, conseguindo melhoria significativa, principalmente na maioria dos municípios com população urbana abaixo de 15.000 habitantes. Ressalta-se que o grande ganho ambiental foi a eliminação dos "lixões" em áreas de preservação permanente e próximos a núcleos urbanizados.

Para os municípios com população superior a 15.000 habitantes, há necessidade de se implantar e operar adequados sistemas municipais de gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos, compreendendo não somente aqueles de origem domiciliar, bem como os resíduos infectantes, podas de árvores, entulhos de construção civil e resíduos industriais inertes. Incluem-se nessa situação os municípios de Catanduva, São José do Rio Preto, Mirassol, Votuporanga, Jales, Tanabi, Santa Fé do Sul e Fernandópolis, que representam, aproximadamente, 70% dos resíduos sólidos urbanos gerados.

3. Programa Permanente de Controle – PROPEC

Os Programas Permanentes de Controle – PROPEC´s da Agência Ambiental de São José do Rio Preto abrangerá os seguintes pontos principais:

3.1 - Licenciamento Ambiental

O presente item refere-se às emissões de Licenças de Instalação, Funcionamento, Desmembramentos, Dispensas, Pareceres e CADRIs que deverão ter 100% de atendimento.

Existe expectativa do licenciamento de aproximadamente 100 Postos de Combustíveis entre novos e cadastrados.

3.2 - Fiscalização Programada

3.2.1- Fontes de alta prioridade

As ações de controle serão desenvolvidas nas 32 fontes de alta prioridade através de uma média anual de 06 (seis) inspeções em cada fonte, efetuando-se levantamentos industriais, caracterizações quantitativas e qualitativas dos despejos líquidos e sua influência nos corpos d'água receptores, emissões gasosas, ruídos, vibrações e de resíduos sólidos, avaliações dos sistemas de controle de poluição instalados e do sistemas de armazenamento, tratamento e destinação de resíduos, além da indispensável atualização dos licenciamentos.

Os grandes empreendimentos, nos quais sejam identificados desconformidades de elevada relevância, poderão ser objeto de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta para as devidas correções.

3.2.2-Fontes de média prioridade

As ações de controle serão desenvolvidas nas fontes de média prioridade, através de uma média anual de 03 (três) inspeções, mantendo-se a sistemática de controle nos mesmos moldes das fontes de alta prioridade. Atualmente encontram-se assim definidas cerca de 31 (trinta e uma) fontes.

3.2.3 - Fontes potenciais

Através da realização de (01) inspeção anual, serão inicialmente avaliadas 80 (oitenta) fontes providas de adequados sistemas de controle de poluentes

3.3 - Atendimento à Comunidade

3.3.1- Ministério Público / Outros órgãos

As requisições do Ministério Público, Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública, Prefeituras Municipais e outros órgãos, serão atendidas observando-se os prazos legais, com eficácia de forma a não haver solicitações repetitivas.

3.3.2 - Reclamações da População

A expectativa em relação ao número previsto de reclamações efetuadas diretamente pela população é que este deverá manter-se dentro das médias anteriores com tendência de redução.

3.3.3 - Emergências Ambientais

O número de atendimento de emergências ambientais tem apresentado um aumento em face da região servir como rota de transporte de combustíveis, agravado pelas vias alternativas para fuga de pedágios e aumento do roubo de cargas perigosas.

Preocupantes encontram-se as condições de transporte ferroviário e armazenamento/distribuição de derivados de petróleo, cujo complexo, localizado em área urbana de S. J. do Rio Preto, movimenta mensalmente cerca de 100.000 m^3 .

3.3.4 - Comunicação / Educação Ambiental

Tendo em vista o elevado número de municípios atendidos, a extensa área territorial abrangida, a quantidade e diversidade de serviços prestados, (reclamações e requisições) , a Agência manterá o atendimento público, através de funcionários administrativos, técnicos e da área de comunicação, de forma a aumentar o grau de satisfação da população atendida, principalmente no que se refere aos registros de episódios críticos de poluição, emergências ambientais, e otimização do tempo necessário para atendimento.

Simultaneamente, deverá ser promovida integração com os demais agentes do sistema de meio ambiente, institutos de pesquisas, entidades não governamentais representativas, de forma a agilizar equacionamento de pendências comuns.

A comunicação social desenvolvida, interna e externamente, objetivará a conscientização da importância das ações da CETESB na promoção da qualidade ambiental.

4. Programa de Atuação Específica - PAE

4.1 - Implantação de estrutura destinada ao atendimento de emergências e acidentes ambientais

Objetivando o atendimento imediato, durante 24 horas (inclusive em fins de semana e feriados), de emergências e acidentes ambientais que possam colocar em risco o meio
ambiente e/ou a população, e visando prevenir e minimizar os seus efeitos, através de articulação com os demais órgãos, entidades afins e a defesa civil.
A Agência implementará uma coordenação multiínstitucional, especialização técnica/administrativa dos profissionais envolvidos, tudo de forma a, progressivamente, operacionalizar todas as ações requeridas.

4.2 - Participação em Comitês de Bacias Hidrográficas

A Agência Ambiental de São José do Rio Preto dará continuidade na participação efetiva junto aos Comitês das Bacias Hidrográficas do Turvo/ Grande e São José dos Dourados no biênio 2001/2002, enfatizando a necessidade de implantação de sistemas públicos de Tratamento de Esgotos nos 24 (vinte e quatro) municípios desprovidos de E.T.E.s, dos quais 04 (quatro) operados pela SABESP. Especial atenção deverá ser reservada às questões atinentes às bacias dos Rios São Domingos e Rio Preto.

4.3 - Resíduos Sólidos Urbanos

Fomentar e promover a implantação de sistemas municipais integrados de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos (resíduos domiciliares, infectantes, podas de árvores, entulhos de construção civil e industriais inertes) em 09 (nove) municípios que correspondem a 70% do total gerado, a saber: São José do Rio Preto, Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis, Mirassol, Jales, Santa Fé do Sul , Monte Aprazível e Tanabi.

Manter a fiscalização nos municípios que obtiveram Licenças de Funcionamento para os respectivos aterros (67) e o acompanhamento das cláusulas dos Termos de Ajustamento de Conduta consignados, nos municípios que ainda não cumpriram integralmente as mesmas, priorizando-se aqueles cuja disposição vem sendo realizada de maneira inadequada (com IQR < 6) e os não licenciados (19).

4.4 - Sistemas públicos de esgotos sanitários

4.4.1 Fomentar e promover, a implantação de Sistemas Públicos de Tratamento de Esgotos Sanitários em 20 (vinte) sistemas municipais e em 04 (quatro) operados pela SABESP, lançando mão, inclusive, dos meios coercitivos previstos na legislação vigente.

4.4.2 Licenciamento de 27 (vinte e sete) ET.E.(s) existentes da SABESP que, não atendem aos padrões de emissão e/ou qualidade, mediante possível celebração de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental ou outro dispositivo que viabilize as adequações necessárias.

4.6 - Recuperação de áreas degradadas / contaminadas

Acompanhar a implementação do plano de remediação proposto pela indústria cítrica Citrovita de Catanduva, para recuperação do solo degradado pela sodificação provocada pelo contínuo descarte de efluentes industriais em área de 200 hectares.

Submeter ao licenciamento e rígido monitoramento ambiental, nova área proposta pela mesma indústria para descarte no solo dos efluentes líquidos industriais, conforme exigências e padrões a serem fixados pelo DAIA/CETESB.

Equacionar pendências apresentadas pela indústria cítrica Bascitrus de Mirassol em situação semelhante.

Em relação ao depósito a céu aberto de aproximadamente 25 mil toneladas de escórias de fundição de chumbo, mantido pela empresa Frey & Stuchi Ltda., a
Agência deverá acompanhar a implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Industriais elaborado pela mesma.

Acompanhar os trabalhos necessários à retirada e remediação de contaminação havida com vazamento de 10m³ de óleo díesel (LUWASA/Catanduva).

Acompanhar as medidas previstas no plano de remediação apresentado pelo curtume Bartos de Fernandópolis, bem como exigir a apresentação de planos do Curtume Monte Aprazível, Curtidora Catanduva e Couroquímica de Fernandópolis que se encontram nas mesmas condições

4.7 - Controle ambiental da disposição de vinhaça no solo

A agência deverá atualizar o conhecimento técnico adquirido de forma a fomentar a implementação de novas técnicas, controles mais rígidos, tais como: adoção de impermeabilização de tanques e canais de distribuição, otimização das condições de transporte e tempo de aplicação, e monitoramento da qualidade do solo e águas subterrâneas, harmonizando-se o uso agronômico com a manutenção da qualidade ambiental do solo e águas subterrâneas. Deverão ser objeto deste controle, grandes projetos de irrigação no momento em fase de estudos e concepção, além das áreas existentes, representando um equivalente populacional em termos de carga orgânica, da ordem de 4.000.000 habitantes.

4.8 – Fiscalização da queima de palha de cana-de-açúcar

A agência realizará a fiscalização, conforme diretrizes da Diretoria de Controle.

4.9 - Inventário de fontes

Objetivando a realização da atualização das informações acerca das emissões, dados cadastrais, processos, licenciamentos, áreas construídas, etc. , a Agência executará inventário das fontes de alta (32) e média prioridade (31), cujo número total poderá ser redefinido.

4.10 - Rede básica de monitoramento / águas subterrâneas

Realização das amostragens previstas no programa de monitoramento da qualidade as águas interiores e das subterrâneas, bem como, acompanhamento , interpretação e divulgação dos resultados

4.11 - Controle das emissões gasosas de veículos díesel

Serão intensificadas, sistematizadas, as ações de prevenção, fiscalização de forma a manter reduzida a porcentagem de veículos inadimplentes com o padrão legal de emissão (Escala de Ringelman).

5. Conclusão

O presente plano estabelece a forma de atuação da agencia ambiental de São José do Rio Preto considerando as suas peculiaridades, extensão territorial, recursos disponíveis, demanda de serviços, prevendo-se avaliação e acompanhamento constantes, situação que poderá implicar em correções/adequações.

Cumpre notar nos dados apresentados no quadro a seguir, que as horas necessárias ao cumprimento das demandas estabelecidas neste Plano, no total de 22.226 para o ano de 2.002, mostra-se em equilíbrio com a disponibilidade de 22.500 que possui a Agência.

QUADRO DE ATIVIDADES / HOMENS / HORAS

	ITENS	Universo	Retorno/Ano	Horas	Horas/Total
	3.1-Licenciamento Ambiental	800	02	05	8.000
P	3.2-Fiscalização Programada				
R	3.2.1-Fontes Prioritárias	32	06	10	1.920
O	3.2.2-Fontes Média Prioridade	31	03	06	558
P	3.2.3-Fontes Potenciais	80	01	04	320
E	3.3-Atendimento à Comunidade				
C	3.3.1-Atendimento M.P./ outros	300	02	05	3.000
	3.3.2-Reclamação da População	200	02	04	1.600
	3.3.3-Emergências Ambientais	24	02	10	480
	3.3.4-Comunicação/Educação	01			1.500
	SUB – TOTAL				**17.378**
	4.1-Impl.Atend.Emerg./Acid.	01			480
P	4.2-Participação em Comitês	02	12	08	192
	4.3-Resíduos sólidos urbanos	86	02	03	516
	4.4.1-Esgotos sanitários	24	02	06	288
A	4.4.2-Esgotos sanitários	27	02	06	324
	4.5-Recup. Áreas degradadas	09	03	06	162
	4.6-Controle / vinhaça no solo	07	03	06	126
	4.7-Queima de palha	24	01	40	960
E	4.8-Inventário de fontes	63	01	20	1.260
	4.9-Rede de Monitoramento	02	06	40	240
	4.10-Controle / emissões diesel	300		01	300
	SUB – TOTAL				**4.848**
	TOTAL				**22.226**

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CETESB

DIRETORIA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE AÇÃO 2002/2003



Regional da Bacia do Mogi Guaçu e Pardo (CMg)

Agência Ambiental de Franca
Agência Ambiental de Pirassununga
Agência Ambiental do Ribeirão Preto

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE FRANCA – CMg-FR

I INTRODUÇÃO

A Agência Ambiental de Franca (CMg-FR) tem sua sede localizada na cidade de Franca e está situada na região Nordeste do Estado de São Paulo, é composta por 20 municípios, com área de drenagem de 9937 Km² tendo como principais corpos d'água o Rio Sapucaí -Mirim, Ribeirão do Bagres, Rio do Carmo e Rio Grande.
A área total da região é de 9.937 km², onde vivem cerca de 569.278 habitantes, segundo o censo de 2000.
Tem como principais atividades industriais: curtumes, calçadistas, sucroalcooleiras, laticínios, abatedouros , frigoríficos.

RECURSOS HUMANOS
Para desenvolver as atividades da Agência, o quadro funcional é constituído das seguintes categorias profissionais:
01 (um) gerente de agência ambiental
06 (seis) agentes credenciados
01 (um) técnico em processo administrativo
03 (três) administrativos
03 (três) estagiários de engenharia
04 (quatro) estagiários administrativos
Considerando os critérios relacionados:
11 meses ao ano
20 dias ao mês
08 horas ao dia
85% das horas de produção
7 agentes credenciados incluindo-se o gerente, e 1 técnico de processo administrativo para o atendimento de público, resulta a disponibilidade de 12.000 horas homem/ano para a Agência Ambiental de Franca.

RECURSOS MATERIAIS
Os recursos materiais estão dimensionados entre veículos e material de informática, desconsiderando os materiais de apoio para medição, coletas e análises de campo.
04 (quatro) veículos
07 (sete) computadores e 01 (um) servidor
01 (uma) Impressora Laser e 03 (três) Impressoras Jato de Tinta

II. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

POLUIÇÃO DO AR

O principal problema são as emissões de odores provenientes das atividades industriais dos curtumes, a maioria deles concentrada no Distrito Industrial de Franca.
A queima de palha de cana constitui fonte significativa de poluição do ar, gerando incômodos a população e riscos quando realizada em áreas não autorizadas e de restrição.
As emissões de ruídos e vibrações das atividades industriais calçadistas, embora pontual, são responsáveis por grande demanda de reclamação da população devido aos incômodos causados.
As demais fontes de poluição do ar, não geram grande demanda de atendimento, têm também características pontuais e não comprometem a qualidade do ar da região.

POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Fontes Industriais

As indústrias que geram efluentes industriais dispõem de sistemas de tratamento em operação cujas atividades principais são: Curtumeiras, Sucro-Alcooleiras e Alimentícias.
A operação destes sistemas, tem possibilitado o atendimento aos padrões legais, na redução das cargas poluidoras e na manutenção da qualidade dos corpos d'água receptores.

Esgotos Domésticos

Dos 20 municípios atendidos pela Agência Ambiental de Franca 50% possuem ETE's implantadas e em operação, que corresponde ao tratamento de cerca de 60% da carga poluidora gerada na sua área de controle.
Com relação aos municípios que não dispõem de tratamento, dois deles, Nuporanga e São José da Bela Vista, encontram-se com suas ETE's em implantação. O município de Igarapava, está implantando emissários e interceptores e solicitou Licença de Instalação para implantação da ETE com cronograma físico das obras.
Os municípios de Patrocínio Paulista e São Joaquim da Barra firmaram TAC com previsão para implantação e operação de ETE no prazo de 3 anos e de Batatais que possui TAC firmado com o Ministério Público está em atraso no cumprimento das cláusulas.
Os municípios de Guará, Ituverava, Miguelópolis e Rifaina não possuem tratamento e não apresentaram proposta para solução do problema.

POLUIÇÃO DO SOLO

Fontes Industriais
Os resíduos classe 1 gerados nas atividades industriais estão sendo adequadamente armazenados nas indústrias geradoras.
O destino final dos resíduos classe 2 é a demanda que requer ação específica visto que:
- a aplicação de lodo de curtume em áreas rurais deverá atender as normas Cetesb;
- o aterro industrial de resíduos Classe 2, estará esgotado até o final de 2002 e a nova área requer licenciamento ambiental.

Resíduos Sólidos Domésticos
A ação de controle será implementada visando adequar aqueles vazadouros de resíduos domiciliares, que apresentam desconformidade, de modo que sejam classificados como áreas de disposição adequada e ou controlada.

Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde
A regularização dos sistemas de tratamento desses resíduos será através da definição de locais provisórios para sua destinação temporária em valas, minimizando os riscos de poluição e de contaminação do solo.

III. PROGRAMAS PERMANENTES DE CONTROLE - PROPEC'S

III.1 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

É previsto 100% de atendimento à demanda referente às análises das solicitações de: emissões de Pareces Técnicos (GRAPROHAB, Certificados de Dispensa), de Licença de Instalação, de Licença de Funcionamento, de Licenciamento de Funcionamento a Título Precário e/ou Parcial, de Licença de Instalação de Desmembramento, CADRI, CDLI e Licenciamento de posto de combustível. A previsão de solicitação é de 700 documentos por ano.
Trata-se de ação preventiva de controle da poluição visando a manutenção dos níveis ambientais atuais, quanto ao aumento de emissões de poluentes e coordenar a ocupação harmônica do solo urbano. O dimensionamento previsto para emissão dos documentos esta apresentado no quadro demanda x disponibilidade.

III.2 FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA

III.2.1 Fontes de Alta Prioridade

São consideradas empresas de alta prioridade, 18 indústrias, previsto 6 inspeções/ ano para realização de levantamentos industriais, caracterizações quantitativas e qualitativas dos despejos e sua influência nos corpos d'água receptores.
Avaliações dos sistemas de controle de poluição instalados, do sistema de armazenamento, tratamento e destinação de resíduos, emissões gasosas, ruídos, vibrações e licenciamentos.

III.2.2 Fontes de Média Prioridade
Das fontes cadastradas na Agência, 35 indústrias foram consideradas fontes de média prioridade, estando prevista 3 inspeções/ano para cada fonte.
A ação tem por objetivo manter os atuais níveis de qualidade ambiental, na área de abrangência da Agência de Franca, visando a manutenção e a melhoria dos sistemas de tratamento e de controle de poluição implantados.
Tempo médio previsto: 08 horas/inspeção. Total de 9000Km percorridos no ano.

III.3 ATENDIMENTO À COMUNIDADE

III.3.1 Esclarecimento ao Público:
Atividade permanente, de suma importância para avaliar os resultados alcançados na efetiva ação de controle de poluição, realizada através de informações aos clientes; cerca de 4200 previsto para 2002, gasto médio de 20 minutos por atendimento referente ao registro de reclamação e informações as indústrias quanto ao andamento dos processos de controle de poluição e de licenciamento; por telefone ou em campo aos reclamantes e as fontes de poluição. Trata-se de ação especifica do Técnico que atende ao público.

III.3.2 Atendimento à Reclamações:
Previsão de 300 registros/ano para prestar os esclarecimentos devidos. O atendimento propriamente dito as reclamações será efetivado através de inspeções técnicas e aplicações da legislação em vigor prevendo-se atender todas as reclamações registradas e encaminhá-las para soluções no decorrer do ano. Previsão 300 reclamações, 2 inspeções em média por ano e 6 horas por inspeção, prevemos ainda percorrer 15000 Km.

III.3.3 Atendimento às Solicitações do Ministério Público, Poder Judiciário, Prefeituras, Câmaras, Secretarias, Conselhos e Coordenadorias Municipais, Secretarias Estaduais e Federais, Assembléia Estadual e Federal, Delegacias de Policia, DEPRN, Policia Florestal, Ong's e Outros:
A ação tem a finalidade de informar a sistemática de controle de poluição e de apoiar tecnicamente as ações das instituições de forma que os resultados sejam alcançados rapidamente. A previsão no período é de 200 solicitações, com inspeções técnicas, informações, pareceres e respostas aos solicitantes (10 horas por solicitação).

III.3.4 Atendimento à Emergências e Acidentes Ambientais:
Ação para minimizar a poluição causada nos episódios críticos, e avaliar os danos causados nestas ocorrências. Será previsto 10 ocorrências em 2002 e uma demanda de 20 horas por atendimento e 1000 Km.

IV. PAE'S

IV.1 INVENTÁRIO DE FONTES
Atualização do inventário de 100% das fontes de poluição de alta e média prioridade, até fim de 2002, de forma a obter um diagnóstico dos seus reais impactos ao meio ambiente com intuito de estabelecer novas diretrizes na área de atuação da Agência. Previsão de 2 inspeções nas 53 fontes prioritárias, 10 horas por inspeção e 2400 Km/ano.

IV.2 FISCALIZAÇÃO DE FUMAÇA PRETA
Fiscalização de emissão de fumaça de veículos Diesel quinzenalmente, perfazendo 24 avaliações (4 horas por avaliação e 250 Km/ano) em pontos fixos, além das avaliações de percurso.

IV.3 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO AR
Atualmente é realizada a cada 6 (seis) dias através de uma estação medidora da qualidade do ar tipo OPS – OMS localizada em Franca, a amostragem do ar para poeira e material particulado em suspensão e taxas de sulfatação em um amostrador passivo de SO_2 (60 avaliações 1 hora/avaliação e 500 Km no total)

IV.4 RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS E DE SERVIÇO DE SAÚDE
Fiscalização para manter as condições de disposição dos resíduos domiciliares, classificada como adequadas e controladas, e conduzir os casos críticos, condições inadequadas para uma significativa melhora.
Os municípios com passivo ambiental, Ituverava, Ipuã, São José da Bela Vista e São Joaquim da Barra e os municípios de Cristais Paulista, Jeriquara, Nuporanga, Pedregulho e Rifaina que se apresentam com condições inadequada terão uma ação rígida para corrigir ambientalmente os atuais locais de disposição.
Será acompanhado a análise do projeto da nova área de disposição dos resíduos do município de Franca, cujo RAP foi apresentado e, sendo aprovado, dependerá da apresentação do EIA/RIMA. Além de intensificar a fiscalização aos municípios quanto a produção e destinação dos resíduos de serviço de saúde de forma a diminuir os riscos de poluição e/ou contaminação devido a sua inadequada disposição.
Nesta ação de controle está previsto 3 inspeções/município/ano e 10 horas/ inspeção e 3000 Km/ano.

IV.5 TRATAMENTO DE ESGOTOS DOMÉSTICOS

Intensificar a fiscalização nos municípios que não possuem TAC's consignados (Guará, Igarapava, Ituverava, Miguelópolis, Nuporanga, Rifaina, São Joaquim da Barra e São José da Bela vista) ou aqueles que possuem TAC's consignados (Batatais e Patrocínio Paulista) que estejam com cláusulas vencidas, lançando esgotos domésticos in-natura nos corpos d'água, inadequadamente, com conseqüentes aplicações das penalidades previstas na legislação vigente. Para os municípios (Aramina, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Ipuã, Itirapuã, Jeriquara, Pedregulho, Restinga e Ribeirão Corrente) que possuem ETEs implantadas efetuar fiscalização sistemática de acompanhamento e avaliação para manter ou melhorar as atuais condições de lançamento de seus efluentes. Para tanto realizaremos 2 inspeções/ano (5 horas/inspeção e 1500 Km/ano) aos municípios visando o atendimento proposto.

IV.6 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

A ação de controle para avaliar a possível contaminação do solo, devido a disposição de resíduos sólidos industriais em Franca, Aterro das Maritacas, terá continuidade com a análise dos planos apresentados, referente aos poços de monitoramento e de avaliação. Definindo a contaminação, a direção e a extensão da pluma definir-se-á as medidas de correção e remediação. Previsto 4 inspeções/10 horas e 100 Km/ano.

IV.7 QUEIMA DE PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR.

As 5 fontes de poluição estarão recebendo fiscalização freqüente através de inspeções como fonte prioritária e por atendimento a reclamação também já dimensionado , em Roteiros fixos efetuado 2 vezes ao mês, 10 horas por percurso (3 roteiros – 200Km/roteiro), incluindo-se atividades de escritório na análise dos casos de aplicação de penalidades e recursos (Maio à Dezembro).

A ação tem o objetivo de reduzir o inconveniente causado pela prática da Q.P.C., reduzindo os registros de reclamação e diminuindo a emissão de poluentes na atmosfera. Sendo previsto o percurso total de 4800 Km/ano.

IV.8 COMITÊ DE BACIA

Objetiva a manutenção de priorizar os projetos e obras de tratamentos de esgoto doméstico, disposição de resíduos sólidos e prevenção de contaminação de lençol subterrâneo. Para atender a presente demanda está previsto 700 horas/ano.

IV.9 REDE BÁSICA DE MONITORAMENTO E PERFIL SANITÁRIO

Participação nas amostragens bimestrais, efetuadas nos principais mananciais da região, Rios Sapucaí Mirim e Grande e Ribeirão dos Bagres integrando a Rede Básica de Monitoramento.

Também no programa de coletas da Agência do Rio Sapucaí-Mirim e Ribeirão dos Bagres nos meses de Maio, Julho, Setembro e Novembro, para obtenção de dados na avaliação da qualidade e no ganho ambiental. No atendimento da presente demanda prevemos a aplicação de 196 horas e 5000 Km.

IV.10 ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Participação da Agência Ambiental de Franca, no Projeto de Águas Subterrâneas do Aqüífero Guarani que vem sendo elaborado pela Secretaria do Meio Ambiente e CETESB, sendo previsto 2 amostragens nos meses de Março e Setembro em 5 Poços da Região de Franca (10 amostragens/6 horas por amostragem e 1400 Km).

IV.11 ATIVIDADE INDUSTRIAL CONCENTRADA - DISTRITO INDUSTRIAL DE FRANCA.

No Distrito Industrial de Franca concentram-se 13 industrias cuja atividade principal é curtimento , recurtimento, e acabamento de couro.

O funcionamento destas fontes de poluição, cujos efluentes líquidos industriais são tratados em conjunto, na etapa secundária, são responsáveis por episódios críticos de emissão de odores, principalmente proveniente da operação inadequada do STAR, ocasionando vários registros de reclamação da população.

Visando cessar o incômodo apontado e considerando o TAC assinado entre as Indústrias e o Ministério Público em Dezembro de 2001, a Agência de Franca, estabelece as seguintes metas:

- revisão das unidades de tratamento de efluentes líquidos industriais;
- otimização operacional;
- adequação da armazenagem dos resíduos sólidos industriais (classe 1);
- definição de projetos de aplicação de lodo de curtume na lavoura com beneficio agronômico e de acordo com a Norma Cetesb;
- acompanhamento sistemático do TAC.;
- implementação de estudos iniciais para desenvolver Projeto de Tecnologias Mais Limpas (P2), junto a estas atividades industriais e
- implementação de ação no sentido de viabilizar a instalação de sistema de tratamento dos esgotos domésticos gerados no Distrito Industrial de Franca que vem sendo lançados sem tratamento no Córrego dos Bagres e/ou interligação a ETE de Franca.

Para atendimento desta demanda será realizado inspeções e coletas de amostras a cada 90 dias, além das previstas no controle de poluição industriais. Previsão de 52 inspeções e 6 horas por inspeção e 1000 Km/ano.

V. PROGRAMA DE TRABALHO

A proposta apresentada neste Plano de Ação 2002/2003, através de seus vários Propec´s e Pae´s tem por objetivo dirigir as ações de controle de poluição, para obter melhoria da condições ambientais da água, do ar e do solo, almejando significativos ganhos ambientais, quais sejam:

Poluição das Águas –
Redução das cargas industriais lançadas pelas empresas instaladas no Distrito Industrial de Franca, visando melhor a qualidade do corpo receptor Córrego dos Bagres , classe 4 , bem como seu novo enquadramento tendo em vista que a meta de remoção de 50% da carga remanescente doméstica já foi atendida, sendo proposto o acompanhamento periódico aos sistemas implantados, visando a manutenção da eficiência definidas em projeto.
Estão previstas ações efetivas nos municípios, cujas ETEs não contemplam tratamento de 100% do esgotos domésticos coletados. Esta Agência tem como meta atual ampliar em 10 % a remoção da carga total remanescente lançada nos corpos d' águas de sua área de atuação .
Estão previstos também os acompanhamentos de cronograma de obras em atendimento aos TAC assinados pelos municípios de São Joaquim da Barra e Patrocínio Paulista e de Batatais que possui TAC assinado com o Ministério Público.

Poluição do Ar –
Reduzir sensivelmente as reclamações contra as indústrias classificadas no níveis 1 e 2 por emissão de poluentes na atmosfera e das fontes pontuais, através da ação preventiva, quando da Instalação e Funcionamento de atividades industriais de pequeno e médio porte.

Poluição do Solo –
Priorizar as fiscalizações aos vazadouros de resíduos sólidos domiciliares dos municípios da região, cuja disposição vem sendo realizada de forma inadequada , com o objetivo de encerramento destas áreas .
Dos 20 municípios atendidos pela Agência , 7 dispõem adequadamente os seus resíduos domésticos, 8 de forma controlada e 5 de forma inadequada. Portanto, a Agência tem como meta ações de controle rigorosas visando a adequação desta disposição inadequada.
Intensificar a fiscalização aos municípios quanto a produção e destinação dos resíduos de serviços de saúde, de forma a diminuir os riscos de poluição e/ou contaminação devido a sua inadequada disposição .
Quanto aos resíduos sólidos industriais classe1, estes continuam sendo armazenados em áreas das empresas .
A disposição dos resíduos sólidos industriais, classe 2, está equacionada para a maioria das fontes.
O licenciamento de aterro industrial na área da Agência, deverá equacionar a disposição de quantidade significativa de resíduos, classe 2 , areia de fundição e de indústrias do setor coureiro-calçadista.
A disposição adequada dos resíduos sólidos classe 2, lodo de curtume, aguarda aprovação dos projetos apresentados para uso em áreas agrícolas.

V. QUADRO – DEMANDA X DISPONIBILIDADE

		Demanda	Universo	Retorno / Ano	Horas / Homem	Total Horas	Total Km
PROPEC's	Licenciamento	Licença de Instalação	310	1	3	930	
		Licença de Funcionamento	310	3	4	2790	9300
		CADRI	5	1	3	15	200
		GRAPROHAB	20	3	3	180	1000
		CDLI	35	1	2	70	350
		Postos de Combustível	20	1	7	140	1000
		SubTotal				**4125**	**11850**
	Fisc.Prog.	Alta Prioridade	18	6	8	864	4000
		Média Prioridade	35	3	8	840	5000
		SubTotal				**1704**	**9000**
	Atend.Comunidade	Esclarecimento ao Público	4200	1	0,33	1386	
		Atendimento a Reclamação	300	2	6	3600	15000
		Atend. a MP e Outras Inst.	200	1	10	2000	6000
		Atend. Emerg. Ambientais	10	1	20	200	1000
		SubTotal				**7186**	**22000**
PAE's	Programas	Inventário de Fontes	53	2	10	1060	2400
		Fisc. Fumaça Preta	1	24	4	96	250
		Aval. Qualidade do AR	1	60	1	60	500
		Res. Sól. Dom/Serv.Saúde	20	3	10	600	3000
		Trat. Esgotos Domésticos	20	2	5	200	1500
		Recup. Áreas Degradadas	1	4	10	40	100
		Q.P.C. – Roteiro	3	16	10	480	4800
		Comitê de Bacia	1	1	700	700	
		Rede Básica Monitoramento Perfil Sanitário	11	6	3	196	5000
		Águas Subterrâneas	5	2	6	60	1400
		Distr. Indl. Franca	13	4	6	312	1000
		SubTotal				**3804**	**19950**
		Total Geral				**16819**	**62800**

Assim sendo:

- levando-se em conta a disponibilidade de 12.000 horas/homem da agência, para o ano de 2002, demonstrada no item I,
- observando-se as demandas previstas para a execução dos vários programas (Propec´s e Pae´s) estabelecidos neste Plano de Ação e detalhados no Quadro acima,
- verifica-se a necessidade de aumentar em 03 funcionários os recursos humanos da área técnica da Agência. para o atendimento completo do mesmo.

PLANO DE AÇÃO – 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE PIRASSUNUNGA – CMg-P

1. INTRODUÇÃO

1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA AGÊNCIA

- *A Agência Ambiental de Pirassununga encontra-se instalada no município de Pirassununga. É responsável pelo atendimento às demandas de 22 municípios dos 38 componentes da Bacia 73-Mogi Guaçú, da UGRHI 09-Mogi Guaçú.*
- Estes 22 municípios, elencados no quadro referente ao **ANEXO 3**, segundo dados fornecidos pelo censo de 01.08.2000, colaboram com uma população total residente de 918.973 habitantes.
- O Rio Mogi Guaçú tem a sua nascente, e a de alguns de seus principais tributários, localizadas no território de Minas Gerais. Após atravessarem parcelas do referido Estado, drenam para o Alto Mogi Guaçú no denominado "circuito das águas", formado pelos municípios de Socorro, Serra Negra, Lindóia e Águas de Lindóia.

  Neste compartimento da bacia do Rio Mogi Guaçú evidencia-se o turismo como sendo a atividade sócio-econômica de maior relevância, aliada à atividade de extração de água mineral, de areia em leito de rios, bem como algumas outras atividades industriais de transformação.

- Após o município de Lindóia, o Rio do Peixe, um dos principais tributários do Rio Mogi Guaçú, flui para o município de Itapira, juntando-se ao Rio Mogi Guaçú, imediatamente a montante da barragem da CESP no município de Mogi Guaçú.

  A partir do município de Mogi Guaçú, até o município de Porto Ferreira, a bacia do Rio experimenta um processo de industrialização alto e crescente, aliado também às atividades extrativas de areia, usos consumptivos e recreação. Considere-se também que, vazões críticas do Rio estão, ao longo dos anos, diminuindo.

- A partir do município de Porto Ferreira, as características do tipo de uso e ocupação do solo são aquelas relacionadas às indústrias sucro-alcooleiras.

1.2. RECURSOS DISPONÍVEIS

Para atender às demandas, a Agência dispõe do seguinte quadro funcional:

- 01 (um) Gerente de Agência;
- 06 (seis) Agentes Credenciados;
- 01 (um) Analista de Educação Ambiental;
- 01 (um) Estagiário Administrativo;
- 01 (um) Técnico de Laboratório;
- 07 (sete) Estagiários Técnicos; e
- 08 (oito) Funcionários Administrativos

Considerando-se que a Diretoria de Controle "C" e as Agências Ambientais estabeleceram conjuntamente a quantia de 1.500 horas/técnico/ano, teremos, para a quantidade de Agentes Credenciados, inclusive o Gerente, e o Analista de Educação Ambiental um total disponível de 12.000 horas.

Dispõe também dos seguintes recursos materiais para a exercer suas atividades:

01 (um) Fiat SX 1997;
01 (uma) Ranger 1998;
01 (um) Gol 1992.
08 (oito) computadores;
01 (uma) impressora a laser;
04 (quatro) impressoras a jato de tinta.

2. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

2.1. Poluição do Ar

A qualidade do ar na Região como um todo não chega a níveis comprometedores.

O número de reclamações da população, relativo à incômodos causados pela queima de palha de cana-de-açúcar, teve uma extraordinária diminuição, desde a instalação desta Agência da Cetesb em Pirassununga.

Existem casos locais, mais complexos, tais como a International Paper do Brasil Ltda. e a ELFUSA Geral de Eletrofusão Ltda., os quais esta Agência vem conduzindo, através de ações corretivas junto às fontes fixas industriais relevantes.

Entretanto, há a necessidade de se realizar a avaliação da qualidade do ar em microregiões, nas quais existem atividades produtivas com potencial de geração de poluentes atmosféricos, como o que ocorre nos municípios de Estiva Gerbi, Porto Ferreira e São João da Boa Vista.

2.2. Poluição das Águas

2.2.1. Fontes Industriais.

As principais fontes na bacia estão concentradas naquele compartimento mais industrializado da mesma, ou seja, o trecho compreendido o município de Mogi Guaçú e Pirassununga.

No compartimento destacam-se indústria de papel e celulose, alimentícias, metalúrgicas, químicas, papel e papelão, fecularias, cítricas, açúcar e álcool.

As ações da Agência, preventivas e corretivas, deverão ser implementadas e, em alguns casos, com o auxílio do Ministério Público Estadual.

2.2.2. Fontes Domésticas.

Também, no trecho mais crítico do Rio Mogi Guaçú, ou seja, o compartimento citado no item anterior, estão localizados os municípios mais populosos da bacia.

Atualmente, somente os municípios de Itapira, Espírito Santo do Pinhal, Águas da Prata, Santo Antônio do Jardim e São João da Boa Vista coletam e tratam cerca de 100 (cem) por cento dos esgotos domésticos gerados, lançando os efluentes, direta ou indiretamente nas águas do Mogi.

O município de Mogi Guaçú, o mais populoso do trecho crítico do Rio, trata somente 50% de seus esgotos domésticos. O município de Araras, o segundo mais populoso, trata, precariamente, 100% dos esgotos, com uma redução de 74% da carga orgânica.

Já os demais municípios (Pirassununga, Porto Ferreira, Santa Cruz da Conceição, Leme, Santa Cruz das Palmeiras, Mogi Mirim, Conchal, Descalvado, Santa Rita do Passa Quatro, Estiva Gerbi, Serra Negra, Socorro, Lindóia, Águas de Lindóia e Aguai), cuja contribuição representa, em termos de população, cerca de 50%, não têm nenhum tipo de tratamento.

2.3. Poluição do Solo

2.3.1. Resíduos Sólidos Industriais.

A destinação dos resíduos sólidos classe I, gerados pelas atividades industriais na bacia, estão sendo devidamente controladas, porém, a partir do presente ano, serão implementadas medidas de controle mais rigorosas. As principais fontes localizam-se no compartimento mais industrializado da bacia.

Quanto aos resíduos classe II, estão sendo dispostos em aterros sanitários, aterros em valas, ou, encaminhados à sistemas de reprocessamento, reaproveitamento , compostagem, no entanto, deverão também ser incluídos no projeto “Resíduos Sólidos”.

2.3.2. Resíduos Sólidos Domésticos.

Na bacia há municípios com sistemas de destinação licenciados e em operação (Mogi Guaçú, Espírito Santo do Pinhal e Leme).

Há também, municípios que dispõem seus resíduos domésticos em outros municípios ou em outro Estado (Santa Cruz da Conceição, Águas da Prata, Águas de Lindóia, Serra Negra, Lindóia e Socorro).

Existem também, municípios sendo autuados por disposição inadequada (Estiva Gerbi, Descalvado, Conchal, Pirassununga, Porto Ferreira e Aguai).

Os demais (Araras, Santa Cruz das Palmeiras, Mogi Mirim, Itapira, São João da Boa Vista, Santo Antônio do Jardim e Santa Rita do Passa Quatro), estão recebendo auxílio técnico da CETESB para escolha de nova área, pelo fato da vida útil do aterro atual encontrar-se em sua fase terminal.

2.3.3. Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde.

Estes resíduos, quando não são recolhidos por empresas especializadas para a devida destinação final, são dispostos em aterro, seguindo as recomendações emergenciais pertinentes.

3. PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE – PROPEC

O Programa Permanente de Controle da Agência Ambiental de Pirassununga deverá abranger os seguintes pontos principais:

3.1. Fiscalização Programada.

3.1.1. Industrias de Alta Prioridade

Está prevista a realização de **6** (seis) **inspeções**, no mínimo, durante o ano, em cada uma destas fontes (28), visando a devida solução dos problemas significativos de poluição ambiental (ar, água, solo e ruído e vibração).

3.1.2. Indústrias de Média Prioridade

Realizações de inspeções nessas fontes (37). Está prevista um mínimo de **03** (três) **inspeções** anuais nas mesmas.

3.2. Licenciamento Ambiental.

Os procedimentos técnico – administrativos em todo o processo burocrático de licenciamento, para emissão de Licenças, Pareceres, Certificados e toda a documentação pertinente continuarão a ser emitidos em 100 % de suas solicitações.

Quanto ao licenciamento de Postos de Serviços (comércio varejista de combustíveis), dois técnicos desta Agência já receberam treinamento para esse fim.

3.3. Atendimento à Comunidade.

3.3.1. Esclarecimentos ao Público

Serão melhoradas as instalações físicas da área destinada ao atendimento ao público, bem como os atendentes receberão treinamento para atualização em uniformidade de procedimentos.

Deverá ser implantado um banco de dados informatizado, o qual, ao final do expediente de cada dia, será atualizado, com as principais informações a respeito do andamento dos processos e documentos solicitando serviços e/ou informações à Cetesb, para podermos atender o pedido de informações do cliente com melhor eficácia.

3.3.2. Atendimento ao Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacias de Polícias, Prefeituras e Câmaras Municipais , e demais Órgãos.

Os procedimentos técnicos e administrativos serão mantidos, buscando o atendimento à100% das demandas.

3.3.3. Atendimento à Emergências e Acidentes Ambientais

Serão mantidos os procedimentos atuais, com a melhoria no apoio.

O Agente atendente estará sempre acompanhado.

Além disso, deverão estar disponíveis na Agência, pelo menos, dois conjuntos (“kit”) de coletas de amostras de águas, para aqueles casos de ocorrências com provável comprometimento de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos.

3.3.4. Atendimento à Reclamações.

Foi implantado e será melhorado a TRIP – Triagem de Reclamação de Incômodo Público.

4. PROGRAMA DE AÇÃO ESPECÍFICA – PAE

4.1. Resíduos Sólidos Domiciliares e de Serviços de Saúde.

Realização de inspeções nos locais onde estão sendo realizadas as disposições destes resíduos, independentemente de estarem licenciados ou com T.A.C., para a elaboração do I.Q.R. ou I.Q.C. e tomada das ações legalmente cabíveis.

Auxiliar, na medida do possível, as Prefeituras nas alternativas e na escolha de novas áreas.

4.2. Tratamento de Esgotos Domésticos

Aqueles municípios que não tratam seus esgotos, ou que ainda não firmaram T.A.C., deverão ser devidamente autuados, imediatamente após o recebimento dos Boletins de Análises das amostras coletadas dos esgotos.

4.2.1. Termo de Ajustamento de Conduta – T.A.C..

Deverão ser acompanhados os cronogramas estabelecidos nos Termos de Ajustamento de Conduta já firmados.

4.2.2. E.T.E. Implantadas.

Naquelas que encontram-se devidamente licenciadas, deverá ser realizada inspeção, para constatação das condições de operação e da eficiência do sistema.

Para aquelas que encontram-se em processo de licenciamento, de posse da L.I. e com L.F. solicitada, será dada continuidade normal no processo, de acordo com o que cada caso exige.

Por exemplo, existem sistemas que foram projetados para atender à grandes parcelas da população, assim como vários sistemas isolados, para atender à parcelas bem menores que aquelas.

Para aqueles casos que contam atualmente com solicitações de L.I., os procedimentos seguirão os cursos de rotina.

4.3. Inventário Industrial.

Será elaborado para todo o elenco de Fontes Industriais de Alta e Média Prioridade (em número de 65) estabelecidas no PA, observando os resultados obtidos, com vistas ao estabelecimento de ações futuras, bem como incluir ou excluir fontes potencialmente significativas.

O trabalho será executado pelo sistema eletrônico de obtenção de dados, através do CD preparado para essa finalidade.

4.4. Recuperação de Áreas Contaminadas

Dar continuidade nas ações estabelecidas pela Agência, com a colaboração do Ministério Público Estadual, para a resolução dos casos (SULFABRAS e IBRASOL). Serão acelerados trabalhos na Produtos Químicos Guaçú Ltda. e International Paper do Brasil Ltda.

4.5. Comitê de Bacia

A Agência da Cetesb de Pirassununga participa como membro da Câmara Técnica de Gestão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçú, tendo como Coordenador um dos nossos Agentes Credenciados.

A Secretaria Executiva está a cargo do Analista de Educação Ambiental, também funcionário da Cetesb, lotado nessa Agência.

4.6. Queima de Palha de cana-de-açúcar

Serão adotados os procedimentos estabelecidos pela Diretoria de Controle, para o cumprimento dos diplomas legais vigentes em 100% das fontes poluidoras potenciais.

4.7. Fiscalização de Fontes Móveis

Serão realizadas campanhas em todos os municípios, de acordo com a programação já elaborada.

4.8 Resíduos Industriais

Serão levantados todos os passivos e as fontes produtoras destes resíduos, para destinação adequada, nas empresas elencadas como prioritárias (65).

4.9 Projeto Carga Orgânica Industrial

Levantamento das cargas orgânicas industriais no trecho crítico do Rio Mogi Guaçu versus padrão de qualidade do corpo d'água.

5. CONCLUSÃO

- Para a previsão das horas necessárias ao cumprimento de todos os programas estabelecidos no PA 2002-2003, considerou-se o total de horas efetivamente aplicadas em cada uma das demandas do PA 2001-2002, o que resultou no Quadro Demonstrativo das Demandas a seguir.
- No rodapé do referido Quadro , verifica-se que essa Agência, para cumprir a previsão, necessita de mais 5 (cinco) Agentes Credenciados.

6. QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DEMANDAS:

ITEM	D E M A N D A S	UNIVERSO	RET. / ANO	HORAS	TOTAL
3.1	**FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA**				**2232**
3.1.1.	INDUSTRIAIS DE ALTA PRIORIDADE	28	6	8,0	1344
3.1.2.	INDUSTRIAIS DE MEDIA PRIORIDADE	37	3	8,0	888
3.2.	**LICENCIAMENTO AMBIENTAL.**	836	1	7,0	**4196**
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO/DESMEMBRAMENTO	338	1	4,0	1352
	LICENÇA DE FUNCIONAMENTO/ LF PRECÁRIA	270	2	4,0	2160
	CADRI	60	1	3,0	180
	PARECER TÉCNICO GRAPROHAB	35	1	3,0	105
	CERTIFICADO DE DISPENDA DE L.I.	133	1	3,0	399
3.3	**ATENDIMENTO À COMUNIDADE**				**8761**
3.3.1	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	3429	1	1,0	3429
3.3.2	ATENDIMENTO AO PJ, MP, DP, PM, CM E OUTROS	140	1	12,0	1680
3.3.3	ATEND. À EMERG. E ACID. AMB.	29	1	8,0	232
3.3.4	ATENDIMENTO À RECLAMAÇÕES.	380	3	3,0	3420

TOTAL DO PROPEC	**15189**

4.1	RES. SOL. DOMICIL./ SERVIÇOS DE SAÚDE	17	2	6,0	210
4.2	ESGOTOS SANITÁRIOS DOMÉSTICOS	42	1	6,0	252
4.3	INVENTÁRIO. INDUSTRIAL	65	1	6,0	390
4.4	RECUP. DE ÁREAS CONTAMINADAS	25	1	5,0	125
4.5	FISCALIZAÇÃO DE QUEIMA DE PALHA DE CANA	25	1	8,0	200
4.6	COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA	30	10	8,0	2400
4.7	FISCALIZAÇÃO DE FONTES MÓVEIS	22	9	2,0	396
4.8	RESÍDUOS INDUSTRIAIS	65	1	4,0	260
4.9	PROJETO CARGA ORGANICA INDUSTRIAL X CALHA TRECHO MÉDIO MOGI	31	2	4,0	248

TOTAL DO PAE	**4481**
TOTAL GERAL	**19670**

Disponibilidade da Agência .....12.000 horas

Déficit (19.670 – 12.000).....7.670 horas

Equivalente a.....05 técnicos

PLANO DE AÇÃO – 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE RIBEIRÃO PRETO– CMg-R

1 - Introdução

Objetivo:

- Planejar e gerenciar as ações preventivas e corretivas de controle de poluição na área de atuação da Agência Ambiental de Ribeirão Preto, com o comprometimento de continuidade das sistemáticas de ações de controle previstas e a utilização do plano de ação como um instrumento de gestão das atividades a serem desenvolvidas.

Caracterização da área de atuação:

- Região de Ribeirão Preto - Nordeste do Estado de São Paulo. 18.000 Km^2 de área, população de 1.400.000 habitantes (censo 2000), 38 municípios, nas UGRHIS do Pardo, Baixo-Pardo e Turvo-Grande.

Recursos Humanos:
- 01 gerente de agência ambiental
- 14 profissionais técnicos
- 04 administrativos

Recursos Materiais
Veículos:
- 03 Fiat SX 1997
- 01 Fiat Fiorino 1997
- 01 Ford Ranger 1998
- 02 VW Gol 1990

Informática:
- 12 computadores
- 01 impressora laser
- 04 impressoras jato de tinta

2 - Diagnóstico Ambiental

Poluição do Ar

- Queima de palha de cana - cerca de 60% da cana plantada na região, tem seu corte realizado com a utilização da queima da palha.
- Relatório qualidade do ar - média aritmética anual: 77% em condições boas e 23 % em condições regulares (abril a outubro)

Poluição das Águas

- Fontes industriais: agroindústrias, indústrias alimentícias, mecânicas, metalúrgicas, curtumes, papel, celulose, frigoríficos, abatedores; com sistemas de tratamento e disposição, respondendo por menos de 10% da carga orgânica remanescente lançada em corpos d'água.
- Fontes domésticas: 38 municípios - 15 sedes e 08 distritos com ETE's (func. total ou parcial); 14 ETE's em sedes (em implantação); 01 ETE em distrito (em implantação).

Poluição do Solo

- Fontes industriais: resíduos classe I armazenados adequadamente e tratados ou destinados a sistemas licenciados ou aprovados em outras regiões.
- Fontes domésticas: o principal impacto ocorre na deposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e de serviços de saúde. O IQR indica 15 municípios em condições adequadas e controladas; e 23 municípios em condições inadequadas.

Ruído e Vibração

- Demanda crescente da população e do Ministério Público, principalmente devido à inexistência de Plano Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo na maioria dos municípios.

3 – Programas Permanentes de Controle – PROPEC´s

3.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

- Inspeções, análises e emissões de Pareceres Técnicos, LI, LF, LF Título Precário e/ou Parcial, LI de Loteamento e/ou Distrito Industrial, LI de Desmembramento, Cadris, Pareceres de Dispensa.
- **Previsão:** 870 solicitações/ano com um total de 5.720 h/h/ano.

3.2. FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA:

- **Indústrias de alta prioridade (41 empresas)**

  - Objetivo: manter os padrões de lançamentos; reduzir incômodos à comunidade; equacionar inconformidades e licenciamentos; acompanhar manutenção, operação e adequação de sistemas de controle implantados.
  - Estratégia de ação: média anual de pelo menos 06 inspeções por fonte; manter atualizado o licenciamento; caracterizar e avaliar qualitativa e quantitativamente os sistemas de controle de poluição do ar, água, ruído, vibração e resíduos sólidos.
  - Acompanhamento: inspeções, licenças, penalidades, evolução no ganho ambiental.
  - **Previsão:** 2.952 h/h/ano

- **Indústrias de média prioridade (120 empresas)**

  - Pelo menos 03 inspeções por fonte, mantendo os mesmos objetivos e estratégias de ação e acompanhamentos das fontes prioritárias.
    Previsão: 3.240 h/h/ano.

- Auto Monitoramento (04 empresas)

  - Como fontes auto monitoráveis, não somente pelo seus retrospectos de atuação, mas também considerando seus potenciais poluidores e exigências técnicas de planos de monitoramento.
    Previsão: 30 relatórios de auto monitoramento/ano – 168h/h/ano

3.3. ATENDIMENTO À COMUNIDADE

- Solicitações de órgãos públicos:
  Atendimento a Ministério Público, Câmaras Municipais, Poder Judiciário, Prefeituras, Secretarias Federais, Estaduais e Municipais, Conselhos, Coordenadorias, Delegacias de Policia e outros.
  Previsão: 600 solicitações/ano, totalizando 3000h/h/ano

- **Esclarecimento para o público:**
  Informações técnicas, orientações, andamento de documentação, divulgação dos trabalhos da CETESB, visando aperfeiçoar e agilizar o atendimento.
  Previsão: 5000 atendimentos pessoais e 15800 por telefone ao ano totalizando 3290h/h/ano

- **Atendimento às reclamações:**
  Registros, confirmações, levantamentos comunitários, fiscalizações, retorno de informações.
  Previsão: 400 atendimentos/ano, totalizando 3600h/h/ano

- **Atendimento à acidentes ambientais:**
  Atendimento 24 horas, inclusive fins de semana e feriados, visando minimizar efeitos através de ação conjunta com outros órgãos da sociedade civil.
  Previsão: 20 atendimentos/ano totalizando 400h/h/ano

- **Atendimento à meios de comunicação e ONGs:**
  Divulgação e esclarecimentos à sociedade dos trabalhos desenvolvidos pela CETESB, atendimentos à acidentes ambientais, monitoramentos, educação ambiental e outros.
  Previsão: 300 atendimentos totalizando 150h/h/ano

- **Atividades de colaboração em ensino, educação ambiental e pesquisa:**
  Participação nos núcleos regionais de educação ambiental, realização de palestras, cursos e reuniões técnicas com universidades e comunidades científicas.
  Previsão: 36 participações/ano, totalizando 288h/h/ano

4 – Programas de Atuação Específica - PAE´s

4.1. RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS E DE SERVIÇOS DE SAÚDE

- Dar continuidade na fiscalização dos vazadouros de resíduos sólidos domiciliares nos municípios que estão atendendo as exigências técnicas e mantendo condições adequadas.
- Manter a fiscalização e acompanhar o cumprimento dos TAC´s nos municípios que ainda não os realizaram integralmente.
- Intensificar a fiscalização nos vazadouros de lixo nos municípios que não possuem TAC‘s consignados e não atendem as exigências técnicas legais.
- Dar continuidade ao plano de implantação de aterros em valas nos municípios que foram contemplados.
- Intensificar a fiscalização quanto à coleta, tratamento e disposição de resíduos nos 38 municípios da região.

Previsão: 4 inspeções/município/ano, totalizando 1064/h/h/ano
Objetivo: Adequação de 70% dos resíduos gerados na região até 2004.

4.2. ESGOTOS DOMÉSTICOS

- Dar continuidade na fiscalização das estações de tratamento de esgotos nos municípios que estão atendendo as exigências técnicas e mantendo condições adequadas.
- Manter a fiscalização e acompanhar o cumprimento dos TAC‘s nos municípios que ainda nãos os realizaram integralmente.
- Intensificar a fiscalização no vazadouros de esgotos nos municípios que não possuem TAC‘s consignados e não atendem as exigências técnicas legais.
- Dar continuidade no acompanhamento e fiscalização nas ETE‘s que se encontram em processo de implantação.

Previsão: 4 inspeções/município/ano, totalizando 1064/h/h/ano
Objetivo: Remoção de cerca de 70% da carga orgânica gerada até 2004.

4.3. ÁREAS CONTAMINADAS

- Dar continuidade as estratégias de ação para recuperação da área localizada na Rodovia Alexandre Balbo, SP 344, utilizada para destinação de aproximadamente 30.000m³ de borra ácida e torta de filtro, desativada desde abril de 1995.
- Dar continuidade às estratégias de ação para monitoramento e recuperação da área localizada no Km 1,5 da Rodovia Abraão Assed, bem como das áreas do Jardim Juliana A e Palmeiras II, utilizadas para disposição de resíduos sólidos domésticos pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

Previsão: 4 inspeções/ano, totalizando 160h/h/ano

4.4. QUEIMA DE PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR

- Fiscalização junto às 29 fontes principais em inspeções de rotina, roteiros de viagens e atendimento à reclamações.

Previsão: 348 inspeções, totalizando 1740h/h/ano.

4.5. INVENTÁRIO DE FONTES PERMANENTES

- *Inventário de fontes, nas 41 indústrias de alta prioridade, mais 20% das indústrias de média prioridade, totalizando 65 fontes, conforme diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Controle de Poluição, através de sistema informatizado (CD), objetivando atualizar os dados de produção, processos industriais, licenciamentos, emissão de poluentes, etc..*

Previsão: 2 inspeções/ano/fonte, totalizando 520 h/h/ano.

4.6. ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

- Participação no Projeto de Águas Subterrâneas do Aqüífero Guarani, visando a preservação da qualidade do aqüífero, que é a mais importante fonte de captação da região.

Previsão: *50 inspeções e levantamentos em fontes de poluição e amostragem em 19 poços 02 (duas) vezes ao ano, com previsão de 276h/h/ano.*

4.7. COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

- Participação nas Câmaras Técnicas (Outorga e Licenciamento; Agenda 21; Saneamento e Planejamento) e reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo e reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu.

Previsão: 36 participações totalizando 288h/h/ano.

4.8. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO AR

- Dar continuidade à amostragem OPS-OMS, localizada em Ribeirão Preto, para poeira e material particulado e, ainda, amostragem de passivos de SO_2 em Ribeirão Preto e Sertãozinho.
- Reestruturar a localização da atual estação OPS-OMS, prever a instalação de uma Estação Automática ou de Rede Telemétrica.

Previsão: 74 amostragem/ano totalizando 144h/h/ano.

4.9. REDE BÁSICA DE MONITORAMENTO

- Amostragens bimestrais nos principais mananciais da região, Rio Pardo e Mogi- Guaçu.

Previsão: 24 amostragens/ano totalizando 192h/h/ano

4.10. FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULO À DIESEL

- Avaliação dos índices de fumaça nos veículos à diesel, visando atender aos padrões estabelecidos na legislação vigente.

Previsão: 50 campanhas/ano totalizando 300 h/h/ano

5 – PROGRAMA DE TRABALHO

Os programas desenvolvidos dentro do plano de ação tiveram as suas atividades definidas procurando fundamentalmente o resgate da essencialidade, ou seja, as ações de fiscalização e licenciamento das fontes de poluição e ganhos ambientais, estando em cada uma das atividades estabelecidas tanto no PROPEC, como no PAE, o seu respectivo programa de trabalho que será utilizado como ferramenta para execução e avaliação dos mesmos.

6 – QUADRO DEMONSTRATIVO PREVISÃO HOMENS/HORA – Ano 2002

	DEMANDAS	UNIVERSO	RETORNO/ ANO	HORAS	TOTAL/ HORAS
PROPEC	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	350	1	4	1400
	LICENÇA DE FUNCIONAMENTO	350	2	5	3500
	CERTIFICADO DE APROV.DEST.RES.INDUST.	50	1	2	100
	CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENÇA	60	2	2	240
	PARECERES TÉCNICOS	60	2	4	480
	INDÚSTRIAS ALTA PRIORIDADE	41	6	12	2952
	INDÚSTRIAS MÉDIA PRIORIDADE	120	3	9	3240
	AUTO MONITORAMENTO	4	7	6	168
	ATENDIMENTO À SOLIC. ÓRGÃOS PÚBLICOS	600	1	5	3000
	ATENDIMENTO PESSOAL DE PÚBLICO	5000	1	0,5	2500
	ATENDIMENTO DE PÚBLICO P/TELEFONE	15800	1	0,05	790
	ATEND/TO À RECLAMAÇÃO DA POPULAÇÃO	400	3	3	3600
	ATENDIMENTO ACIDENTES AMBIENTAIS	20	2	10	400
	ATENDIMENTO À MEIOS COMUN. E ONGs	300	1	0,5	150
	ATIVIDADES EM ENSINO ED. AMBIENTAL	36	1	8	288
	SUB TOTAL/HORAS/PROPEC				**22808**
PAE	RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES	**38**	**4**	7	**1064**
	TRAT. DE ESGOTOS DOMÉSTICOS	38	4	7	1064
	ÁREAS CONTAMINADAS	4	4	10	160
	QUEIMA DE PALHA DE CANA	29	12	5	1740
	INVENTÁRIO DE FONTES	65	2	4	520
	ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	69	2	2	276
	COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	6	6	8	288
	AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DO AR	2	72	1	144
	REDE BÁSICA DE MONITORAMENTO	4	6	8	192
	FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS À DIESEL	50	1	6	300
	SUB TOTAL/HORAS/PAE				5748
	TOTAL/HORAS				**28556**

A Agência Ambiental dispõe de 12 (doze) agentes credenciados, 1 técnico de ação comunitária e 2 técnicos , para exercer as atividades definidas no plano de ação 2002/2003, totalizando 22.500h/h/ano disponíveis.

7 - CONCLUSÃO

Conforme demonstrado no Quadro do ítem anterior serão necessárias 28556 h/h/ano, para o desenvolvimento das atividades estabelecidas nos PROPEC´s e nos PAE´s, entretanto, a disponibilidade é de 22500 h/h/ano, o que configura o déficit de 6.116h/h/ano, ou seja, de 4 (quatro) profissionais técnicos.

Poderá ser reavaliada a distribuição das horas/homens/ano, sempre em função da priorização da fiscalização e do licenciamento das fontes de poluição visando ganhos ambientais e melhoria na qualidade de vida.

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CETESB

DIRETORIA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE AÇÃO 2002/2003



Regional da Bacia do Paraíba do Sul e Litoral Norte (CPb)

Agência Ambiental de Aparecida
Agência Ambiental de Jacareí
Agência Ambiental de Taubaté
Agência Ambiental de Ubatuba

PLANO DE AÇÃO 2002 – 2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE APARECIDA – CPb-AP

I - INTRODUÇÃO

A Agência Ambiental de Aparecida atende parte da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI - 02, última região do Alto Vale do Paraíba fazendo divisa com os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, com uma área de 6.189 km². Tem uma população de 421.897 habitantes, sendo 90,06% na zona urbana e 9,94% na zona rural.

Abrange os seguintes municípios: Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Canas, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Lavrinhas, Lorena, Piquete, Potim, Queluz, Roseira, São José do Barreiro, Silveiras.

Os municípios de Cruzeiro, Guaratinguetá e Lorena destacam-se, além das tradicionais atividades agropecuárias da região, como sendo os municípios com maior número de habitantes e fontes significativas de poluição.
A cidade de Aparecida tem a característica peculiar de cidade turística, onde se localiza a Basílica Nacional, sede da Padroeira do Brasil.
Os outros municípios, em termos de número de habitantes e fontes de poluição, são menores, desenvolvendo principalmente as atividades agropecuárias, além de outras como ecoturísticas, comerciais e de pequenas empresas.

Destaca-se, também, que esta região é cortada pela Rodovia Presidente Dutra, com tráfego intenso de veículos de transporte de cargas perigosas, onde se tem origem a maioria dos atendimentos emergenciais.

A Agência Ambiental de Aparecida conta com 10 (dez) colaboradores, assim distribuídos: 01 (um) gerente, 04 (quatro) agentes credenciados para fiscalização, 01 (um) coletador de amostras, e 04 (quatro) funcionários da área administrativa.
Com esse quadro a agência possui uma disponibilidade de 7.500 técnicos/hora/ano para serem utilizadas na execução das diversas atividades estabelecidas neste Plano.
Os equipamentos principais de trabalho disponíveis são 02 (dois) veículos para fiscalização, modelo Gol do ano 1988 e 1990, 01 (um) veículo para coleta de amostras, Fiat 1997, e 04 (quatro) computadores em boas condições de uso.

II - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

A região Paulista do Vale do Paraíba, administrada pela Agência Ambiental de Aparecida, de um modo geral, tem boa qualidades de ar, , sendo que os problemas de poluição causam efeitos locais (lixo e esgotos sanitários), com tendência de incrementar a problemática regional, no que se refere à degradação do Rio Paraiba, cujas águas são consumidas por mais de 60% da população do Rio de Janeiro.

Com relação aos resíduos líquidos, todas as indústrias possuem sistemas de tratamento de efluentes os quais são constantemente avaliados através da fiscalização e coleta de amostras para análises laboratoriais.

As fontes de poluição do ar, na sua grande maioria, são devido à queima de combustível, que normalmente utilizam óleos de baixo teor de enxofre. A região dispõe de uma ramificação da linha de gás natural beneficiando algumas das indústrias com maior consumo de combustível. Existem, também, fontes de poluição do ar por unidades de processo, que são poucas e possuem equipamentos de controle de poluentes, cuja manutenção e operação são acompanhadas.

Com relação aos resíduos sólidos, fontes de poluição do solo de origem industrial, pode-se dizer que todas as suas atividades de geração, armazenamento e destino final são acompanhadas constantemente e estão sob controle.

Como mencionado acima, as atividades industriais com alto potencial de poluição estão localizadas nos municípios de Cruzeiro, Guaratinguetá e Lorena, destacando-se, as seguintes empresas de grande porte: 01 indústria química, 02 indústrias mecânicas com fundição, 01 indústria de beneficiamento de papel, 02 indústrias de fabricação de explosivos, 01 indústria de fabricação de coberturas metálicas especiais, 01 indústria de fabricação de condutores elétricos com fundição, e 02 indústrias alimentícias.

Nesta região estão localizadas, também, várias outras entidades com médio potencial de poluição, entre indústrias de médio e pequeno porte, dos mais variados gêneros, e atividades de extração mineral, ou seja, empresas que devem ser fiscalizadas periodicamente.

Finalmente, constituindo os principais problemas de poluição da região, tem-se a situação dos serviços públicos de infra-estrutura sanitária a saber:

Com relação à coleta e tratamento de esgoto sanitário, informa-se que 06 municípios possuem tais sistemas para a maioria do esgoto sanitário gerado, e os demais não, lançando o esgoto sanitário sem tratamento, “in natura”, nos corpos receptores, em especial, no Rio Paraíba do Sul.

Os resíduos sólidos urbanos de 07 municípios são destinados adequadamente para aterro sanitários e os demais municípios destinam inadequadamente seus resíduos para locais denominados “lixões”.

Os resíduos sólidos de serviços de saúde de apenas 02 municípios são destinados adequadamente, os demais destinam inadequadamente tais resíduos.

III – PROGRAMAS PERMANENTES DE CONTROLE - PROPEC´s

Os programas permanentes de controle estão divididos em três atividades principais como mostrado a seguir, com suas respectivas subdivisões:

1.Licenciamento Ambiental

A atividade de Licenciamento Ambiental é uma demanda crescente que envolve todas as fontes de poluição cujo controle é atribuído à CETESB, desde empresas de grande porte, sistemas públicos de saneamento, postos de abastecimento até microempresas. Essa atividade, geralmente, demanda análise de documentos, elaboração de relatórios e pareceres, além de vistorias, através das quais é verificada a veracidade das informações apresentadas, bem como, o atendimento à legislação com relação ao controle de fontes de poluição do ar, da água e/ou do solo. Destaca-se que, as pequenas empresas representam o maior número de solicitações de licenças e/ou certificados.

1.1. Licenças Prévia, de Instalação e de Funcionamento

Meta: Atendimento de 100% das demandas.
Procedimentos: Verificação da veracidade das informações apresentadas quando da solicitação de licenças e atendimento às exigências técnicas, ambas descritas nos processos de licenciamento.
Universo: 192 licenças por ano, 6 horas por licença.
Tempo: 1152 horas homem ano.

1.2. Certificados de Dispensa e Parecer Técnico

Meta: Desenvolver as atividades de análise / elaboração / emissão dos respectivos documentos necessários.
Procedimentos: A análise, elaboração e emissão de documentos serão executadas conforme sistemática desta Companhia.
Universo: 24 certificados/parecer por ano, 4 horas por documento.
Tempo: 96 horas homem ano.

1.3. CADRI e SPD

Meta: Desenvolver as atividades de análise / elaboração / emissão dos respectivos documentos.
Procedimentos: A análise, elaboração e emissão de documentos serão executadas visando o adequado tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos.
Universo: 96 documentos por ano, 2 horas por documento.
Tempo: 192 horas homem ano.

1.4. Atendimento ao Público: Balcão, Telefone e Reuniões

Meta: Atender prontamente as pessoas que procurarem informações na Agência referentes ao licenciamento de empreendimentos.
Procedimento: O atendimento ao público no balcão será das 08:00 às 16:00 horas, conforme orientações da direção desta Companhia.
Universo: 1200 atendimentos ao ano, 2 horas por atendimento.
Tempo: 2400 horas homem ano.

2.Fiscalização Programada

As atividades de Fiscalização Programada são desenvolvidas principalmente nas empresas com significativo potencial de poluição, tais como, empresas de nível 1, empresas de nível 2. Informa-se, também, que a freqüência na fiscalização será diretamente proporcional ao potencial de poluição da fonte, ou seja, quanto maior o potencial de poluição maior será o número de vistorias anuais.

2.1. Empresas de Nível 1

Meta: Manter as principais fontes potenciais de poluição sob controle e um mínimo de seis inspeções ao ano.
Procedimentos: Desenvolver as atividades relativas à fiscalização e trabalhos de escritório para atender a meta estabelecida visando manter as principais fontes de poluição sob controle.
Universo: 10 empresas nível 1, 10 retornos / ano, 8 horas por retorno.
Tempo: 800 horas homem ano.

2.2. Empresas de Nível 2

Meta: Manter as fontes secundárias de poluição sob controle e um mínimo de três inspeções ao ano.
Procedimentos: Desenvolver as atividades relativas à fiscalização e trabalhos de escritório para atender a meta estabelecida visando manter as fontes secundárias de poluição sob controle.
Universo: 37 empresa nível 2, 3 retornos por ano, 6 horas por retorno.
Tempo: 666 horas homem ano.

3. Atendimento à Comunidade

As atividades relativas ao Atendimento à Comunidade foram baseadas em previsões devido ao ocorrido no ano anterior. Atendimento à emergência e o atendimento à reclamação da população, normalmente exigem vistorias e encaminhamento de documentos para o devido acompanhamento e fechamento do caso. O atendimento às solicitações de Órgãos Públicos podem exigir atividades diversas, como vistorias, elaboração de relatórios, análises de situações e documentos, levantamento de informações, elaboração de correspondências e demais atividades auxiliares, como por exemplo, ligações telefônicas para melhor esclarecimento. As palestras são efetuadas quando o conhecimento a ser repassado possa ser de grande utilidade ao público ouvinte.

3.1. Atendimentos às Emergências Ambientais

Meta: Atender 100% dos episódios de emergência ambiental.
Procedimentos: Estima-se um atendimento de 02 emergências ambientais por mês baseado no registro do ano de 2001. As ocorrências durante o horário de trabalho serão atendidas pelo técnico disponível, conforme orientação da Gerência. As ocorrências fora do horário de trabalho serão atendidas pelo plantonista.
Universo: 12 atendimentos ao ano, 10 horas por atendimento.
Tempo: 120 horas homem ano.

3.2. Atendimento às Reclamações

Meta: Atender 100% das reclamações no menor prazo possível..
Procedimentos: Atender as reclamações com cumprimento da legislação, através da vistoria das entidades reclamadas, emissão de documentos, orientação aos reclamantes sobre as ações da CETESB, e acompanhamento do desfecho do caso.
Universo: 120 reclamações ao ano, 2 retorno por reclamação, 3 horas por retorno.
Tempo: 720 horas homem ano.

3.3. Atendimento aos Órgãos Públicos

Meta: Atender 100% dos pedidos de órgãos públicos dentro do prazo de 15 dias.
Procedimentos: Realizar a vistoria, e elaborar os documentos necessários para responder à solicitação, podendo ser informação técnica, ofício ou carta. Estima-se o atendimento de 02 solicitações de órgãos públicos a cada mês. Deve ser destacado que a maioria dos pedidos são referentes à avaliação de níveis de ruído gerados por estabelecimentos comerciais, principalmente danceterias, ou templos religiosos.
Universo: 48 solicitações por ano, 4 horas por solicitação.
Tempo: 192 horas homem ano

3.4. Palestras

Meta: Proferir as palestras solicitadas pela comunidade sem comprometimento do andamento dos trabalhos rotineiros da Agência.
Universo: 6 palestras ao ano, 4 horas por palestra.
Tempo: 24 horas homem ano.

IV – PROGRAMA DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA - PAE´s

1. Esgoto Sanitário

Meta e Procedimentos: Acompanhar a implantação dos novos sistemas de tratamento de efluentes. Fiscalizar os sistemas implantados, para garantir a operação e a manutenção adequadas. Executar as atividades necessárias, de acordo com as ferramentas disponíveis, para que haja uma redução mínima de 18% da carga de esgoto sanitário lançado sem tratamento aos corpos receptores locais, através do desenvolvimento, implantação, operação e manutenção de sistemas de tratamento de efluentes.
Estima-se um total de 05 vistorias em municípios sem tratamentos, e/ou em sistemas de tratamentos municipais, em implantação ou implantados, a cada mês, visando o atendimento da meta descrita acima.
Universo: 17 municípios, 3 retorno ao ano, 6 horas por retorno.
Tempo: 306 horas homem ano.

2. Resíduos Sólidos Urbanos

Meta e Procedimentos: Acompanhar a implantação dos novos aterros sanitários. Fiscalizar os aterros implantados, para garantir a operação e a manutenção adequadas. Executar as atividades necessárias, de acordo com as ferramentas disponíveis, para que haja uma redução mínima de 30% dos resíduos sólidos urbanos dispostos inadequadamente , através do desenvolvimento, implantação, operação e manutenção de aterros sanitários. Estima-se um total de 05 vistorias em municípios, com a disposição final dos resíduos sólidos urbanos, adequada e/ou inadequada, com aterro sanitário em implantação e/ou implantado, a cada mês, visando o atendimento da meta descrita acima.
Universo: 17 municípios, 3 retorno ao ano, 6 horas por retorno.
Tempo: 306 horas homem ano.

3. Resíduos de Serviços de Saúde

Meta e Procedimentos: Certificar e acompanhar novos destinos finais de resíduos de serviço de saúde.. Fiscalizar as entidades receptoras, para garantir a operação e a manutenção adequadas dos sistemas implantados. Executar as atividades necessárias, de acordo com as ferramentas disponíveis, para que haja uma redução mínima de 30% dos resíduos sólidos de serviços de saúde dispostos inadequadamente, através da adoção das medidas necessárias para adequação da disposição final desses resíduos.
Universo: 17 municípios, 3 retorno ao ano, 6 horas por retorno.
Tempo: 306 horas homem ano.

4. Atividades Minerárias

Meta: Manter as atividades minerárias sob controle com um mínimo de três inspeções ao ano.
Procedimentos: Desenvolver as atividades relativas à fiscalização e trabalhos de escritório para atender a meta estabelecida visando manter essas fontes de poluição sob controle.
Universo: 25 empresas, 3 retornos ao ano, 4 horas por retorno.
Tempo: 300 horas homem ano.

5. Postos de Abastecimento

Meta: Manter as atividades de abastecimento de combustíveis sob controle com um mínimo de três inspeções ao ano.
Procedimentos: Desenvolver as atividades relativas à fiscalização e trabalhos de escritório para atender a meta estabelecida visando manter essas fontes de poluição sob controle.
Universo: 120 postos de abastecimentos, 1 retorno ao ano, 3 horas por retorno.
Tempo: 360 horas homem ano.

6. Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas

Meta: Atender as convocações para participação nos comitês de bacias hidrográficas.
Procedimentos: Estima-se a participação em uma reunião a cada três meses no comitê da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, de acordo com o ocorrido no ano anterior, deve ser destacado que o representante desta Agência participa da Câmara Técnica para Assuntos Institucionais, deste modo, há uma participação indireta nos ganhos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. São desenvolvidos, também, trabalhos na elaboração de atas e convocação dos participantes para reuniões.
Universo: 4 participações por ano, 8 horas por participação.
Tempo: 32 horas homem ano.

7. Inventário de Fontes de Poluição

Meta: Fazer a atualização do inventário de 100% das empresas nível 1 e 15% das empresas nível 2, utilizando sistema eletrônico a ser implantado pela Companhia (CD).
Universo: 16 empresas, 1 retorno ao ano, 6 horas por retorno.
Tempo: 96 horas homem ano.

8. Operação Caça-Fumaça

Meta: Realizar a operação Caça-fumaça pelo menos 01 (uma) vez ao mês.
Estima-se que será realizada uma Operação Caça-Fumaça a cada mês, conforme o estabelecido no ano anterior pela Coordenadoria Técnica.
Universo: 12 operações ao ano, 8 horas por operação.
Tempo: 96 horas homem ano.

9. Contagem de Veículos

Meta: Executar o número de contagem de veículos determinado pela Companhia.
Estima-se que será realizada quadrimestralmente uma Contagem de Veículos, conforme o estabelecido no ano anterior pela Coordenadoria Técnica.
Universo: 3 contagens ao ano, 8 horas por contagem.
Tempo: 24 horas homem ano.

10. Participação em Cursos

Meta: Participar dos cursos disponibilizados pela Companhia e/ou outros cursos de interesse disponibilizados por outras entidades sem comprometimento do andamento dos trabalhos rotineiros da Agência.
Universo: 5 técnicos na Agência, 2 cursos ao ano, 40 horas por curso.
Tempo: 400 horas homem ano.

V – PROGRAMA DE TRABALHO

A programação das atividades desta agência serão executadas para que todos os episódios de emergência sejam atendidos de imediato, as reclamações da população em curto prazo, devendo ser priorizadas, para atendimento de imediato, àquelas com envolvimento de empresas nível 1. As solicitações aos órgãos públicos atendidas no prazo de 15 dias.

Os pedidos de Licenças e Certificados atendidos no prazo máximo de 30 dias. As empresas de nível 1, serão fiscalizadas no mínimo 06 vezes ao ano. As empresas nível 2, sistemas públicos municipais de saneamento e atividades minerárias fiscalizadas no mínimo 3 vezes ao ano. Não estão contabilizadas as fiscalizações objetivando a coleta de amostras para análises laboratoriais, entretanto, baseado no ocorrido do ano anterior estima-se 10 coletas mensais. A Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas foi estimada em 4 vezes ao ano. A Operação Caça Fumaça será realizada mensalmente, enquanto que a Contagem de Veículos quadrimestralmente.

VI – CONCLUSÕES

Considerando que: as previsão dos números de inspeções nas indústrias de nível 1 e 2 apresentadas foram baseadas no mínimo estipulado, conforme orientações das bases para elaboração deste PA. as previsões de emergências, atendimento aos órgãos públicos, reclamações e licenciamentos foram baseadas nas demandas do ano anterior, e que a tendência é um aumento da demanda de trabalho, espera-se que as atividades prioritárias sejam todas atendidas, mas pode acontecer um atendimento incompleto, principalmente, com relação ao número de inspeções das entidades consideradas de menor prioridade, vistos a disponibilidade e a demanda.

Conforme quadro de demanda apresentado se faz necessário, para que haja um atendimento completo com um número confortável de vistorias e acompanhamentos, visando o atendimento da legislação vigente e o bem-estar público a contratação de mais um funcionário para atuar na área de fiscalização.

Assim sendo, deve-se observar que no detalhamento de todas as atividades constantes neste Plano, foi demonstrada a necessidade de 8.804 homens/hora para o ano de 2002, em contraposição à disponibilidade de 7.500 h/h, caracterizando portanto o déficit de 1.304, equivalente a mais um técnico.

VII – QUADRO – DEMANDA E DISPONIBILIDADE

AGÊNCIA AMBIENTAL DE APARECIDA - QUADRO DE DEMANDAS	
Disponibilidade de Horas/Homem	**7500**
PROPEC´s	Horas Ano
1. Licenciamento Ambiental	
1.1. Licenças Prévia, Instalação e Funcionamento.	1.368
1.2. Certificados de Dispensa e Parecer Técnico	96
1.3. CADRI e SPD	192
1.4. Atendimento ao Público, Balcão, Tel e Reuniões	2.400
Sub-total	4.056
2. Fiscalização Programada	
2.1. Empresas de Nível 1	800
2.2. Empresas de Nível 2	666
Sub-total	1.466
3. Atendimento à Comunidade	
3.1. Atendimentos às Emergências Ambientais	120
3.2. Atendimento às Reclamações da População	720
3.3. Atendimento aos Órgãos Públicos	192
3.4. Palestras	24
Sub-total	1.056
Total PROPEC	6.578
PAE´s	
1. Esgoto Sanitário	306
2. Resíduos Sólidos Urbanos	306
3. Resíduos de Serviços de Saúde	306
4. Atividades Minerárias	300
5. Postos de Abastecimento	360
6. Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas	32
7. Inventário de Fontes de Poluição	96
8. Operação Caça-Fumaça	96
9. Contagem de Veículos	24
10. Participação em Cursos	400
Total PAE	2.226
Total GERAL PROPEC + PAE em Horas/Homem	**8.804**

AGÊNCIA AMBIENTAL DE JACAREÍ – CPb-JA

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

I. INTRODUÇÃO

A) Localização

A Agência atende a Região do Alto e Médio Vale do Paraíba, composta pelos 7 municípios, a seguir relacionados: Paraibuna, Jambeiro, Santa Branca, Guararema, Santa Isabel, Igaratá e Jacareí.

A área total da Região é de 2.609 km², com população estimada em 299.015 habitantes, localizada na bacia do Rio Paraíba do Sul (UGRHI 02), que possui características industriais. Nesta região estão localizadas as represas; Jaguari e Santa Branca, de múltiplos usos como a regularização de vazão, geração de energia, lazer e turismo.

A Agência possui, além do Gerente, 5 técnicos, 2 funcionários administrativos e 1 estagiário, para os trabalhos de controle preventivo e corretivo da poluição.

Esses recursos humanos estabelecem uma disponibilidade de 9.000 horas técnicas para a execução das atividades do Plano para o ano de 2002.

A frota da Agência é constituída por 2 veículos e para os trabalhos técnicos e administrativos são utilizados 6 micro computadores.

II. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Na área de atuação da Agência Ambiental de Jacareí, encontram-se instalados complexos industriais, com uma grande diversificação dos processos produtivos (químicos, metalúrgicos, papel celulose, cervejarias, recuperadora de chumbo, terminal de transferência de petróleo e derivados). Há também uma intensa atividade mineraria, desenvolvida por extratoras de areia nos municípios de Guararema e Jacareí, e pedreiras nos municípios de Jambeiro, Santa Isabel e Igaratá.

Nessas indústrias, há uma série de fontes potenciais de poluição do ar, com equipamentos de controle instalados, que necessitam ser auditados e monitorados constantemente e são objeto de reclamações da população.

Considerando o perfil do Rio Paraíba do Sul, os municípios sob coordenação desta Agência, encontram-se localizados no final da seção denominada curso superior.

A maior fonte poluidora das águas no trecho é proveniente da carga orgânica dos municípios. Para reverter este quadro teremos que ter ações junto as prefeituras, serviços autônomos de água e esgoto, SABESP, além de atuação junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul e CEIVAP.
O restante da carga orgânica é representada pelo remanescente dos tratamentos das indústrias.

Apesar dos níveis de eficiência já obtidos, na redução das cargas orgânica e inorgânica das industrias, faz-se necessária a continuidade da fiscalização e as amostragens das fontes, para no mínimo manter a situação de controle já alcançada.

A implantação de aterros industriais na região desde os anos 80, proporcionou o equacionamento da disposição dos grandes estoques de resíduos industriais classe I e II. Entretanto, temos uma industria que continua apresentando problemas quanto ao armazenamento e destinação de seus resíduos, caso da Tonolli de Jacareí, que mantém cerca de 106.000 t dispostas inadequadamente no solo, tendo sido motivo de interdição pela CETESB/SMA e também pelo Poder Judiciário.

III. PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE – PROPEC

1) Licenciamento Ambiental

- Licença de Instalação
Universo: Estimativa de 102 solicitações
1 retorno/ano, 5 h./retorno - Tempo Alocado = 510 h.
Meta: Melhoria Contínua na Prevenção da Poluição Ambiental, atendendo 100% da demanda
Procedimento: Emitir documentação de acordo com os dispositivos legais

- Licenças de Funcionamento
Universo: Estimativa de 149 solicitações
1 retorno/ano, 6 h./retorno - Tempo Alocado = 894 h.
Meta: Melhoria Contínua na Prevenção da Poluição Ambiental, atendendo 100% da demanda
Procedimento: Emitir documentação de acordo com os dispositivos legais

- Contravenção LI/LF
Universo: 20 autuações
2 retorno/ano, 6 h./retorno - Tempo Alocado = 240 h.
Meta: Coibir a implantação de fontes de poluição industriais ilegais
Procedimento: Inspecionar e autuar

- Certificados de Dispensa

Universo: 167 pedidos

1 retorno/ano, 2 h./retorno - Tempo Alocado = 334 h.

Meta: Atender as solicitações de dispensa de licenciamento, conforme demanda

Procedimento: Emitir documentação de acordo com os dispositivos legais

- CADRI's e SPD's

Universo: Estimativa de 274 pedidos

1 retorno/ano, 2 h./retorno - Tempo Alocado = 548 h.

Meta: Atender demanda conforme procedimento de disposição de resíduo da Companhia.

Procedimento: Emissão de documentos conforme sistemática

- Parecer Técnico

Universo: 28 pedidos

1 retorno/ano, 12 h./retorno - Tempo Alocado = 336 h.

Meta: Melhoria Contínua na Prevenção da Poluição Ambiental

Procedimento: Atendimento aos pedidos de pareceres GRAPROHAB e Viabilidade de Localização.

2) Fiscalização Programada

- Fiscalização de Fonte – Nível 1 - Alta Prioridade

Universo: 19 empresas

06 retornos/ano, 6 horas por retorno - Total Horas homem = 684 h

Meta: Manutenção do Controle da Poluição Ambiental do ar, água e solo.

Procedimento: Inventário das fontes**,** auditagem de amostragem de fontes, inspeções , autuações de acordo com a legislação**.**

- Fiscalização de Fonte - Nível 2 - Média Prioridade

Universo: 78 empresas

4 retornos/ano - 3 horas por retorno - Total horas homem = 936 h

Meta: Manutenção do Controle da Poluição Ambiental do ar, água e solo.

Procedimento: Inventário das fontes**,** auditagem de amostragem fontes, inspeções , autuações de acordo com a legislação**.**

3) Atendimento a Comunidade

- Reclamações da População

Universo: 250 reclamações

2 retornos/ano - 4 horas por retorno - Total horas homem = 2000 h

Meta: Dar pleno atendimento à demanda.

Procedimento: Inspeções / autuações.

- Atendimentos a Organismos e Entidades Públicas

Universo: 150 atendimentos

8 horas por atendimento - Total horas homem = 1200 h

Meta: Dar pleno atendimento à demanda.

Procedimento: Inspeções e elaboração de Informações Técnicas.

- Atendimento a Acidente Ambiental

Universo: 8 atendimentos

2 retornos/ano - 8 horas por retorno - Total horas homem = 128 h

Meta: Dar pleno atendimento à demanda, de forma a atenuar danos ambientais.

Procedimento: Trabalho conjunto com a Defesa Civil e outros Órgãos.

IV. PROGRAMA DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA - PAE

1) Inventário de Fontes de Poluição

Universo: 19 (100% - alta prioridade) + 39 (50% - média prioridade) = 58

Alta prioridade: 4 retornos/ano, 6 horas por retorno = 456

Média prioridade: 3 retornos/ano, 4 horas por retorno =468

Total horas homem = 924 h

Meta: Inventariar 100% das fontes priorizadas

Procedimento: Levantamentos industriais através de inspeções, visando auditar as informações fornecidas pelas indústrias por sistema eletrônico – CD's

2) Fiscalização em Atividades Minerarias

Universo: 45 empresas

3 retornos/ano, 3 h por retorno - Total horas homem = 405 h

Meta: Manter as áreas de mineração de acordo com as exigências do Licenciamento.

Procedimento: Inspeções e autuações.

3) Fiscalização de Fontes Móveis/Contagem de Veículos à Diesel

Freqüência mensal em 2 pontos fixos

12 retornos - 4h por retorno – 2 técnicos - Total horas homem = 192 h

Meta: Manutenção da inadimplência < 10% da frota

Procedimento: Inspeção em vias de intenso tráfego.

4) Participação em Atividade de Comitês de Bacia Hidrográficas

Universo: 15 Reuniões
6 horas por reunião - Total horas homem = 90 horas
Meta: Manter a Agência inserida nos Comitês de Bacia para solução de problemas ambientais

Procedimento: Participação de Câmaras Técnicas.

5) Fiscalização em Áreas Contaminadas

Relação de Fontes:
Tonolli do Brasil Industria e Comercio de Metais Ltda. e Rohm and Haas Química Ltda.
Universo: 2 empresas
4 retornos/ano, 6 horas por retorno - Total horas homem = 48h
Meta: Descontaminação de área da Tonolli e acompanhamento do monitoramento na Rohm and Haas.

Procedimento: Inspeções/acompanhamento da evolução dos trabalhos.

6) Monitoramento da Qualidade das Águas

Universo: 7 Pontos
3 retornos/ano, 4 h./retorno - Tempo Alocado = 84 h.
Meta: Manter e Melhorar a qualidade dos Recursos Hídricos
Procedimento: Acompanhamento e análise dos dados de monitoramento dos rios e preservação da qualidade da água de abastecimento dos municípios
Identificação dos mananciais: Represa do Santa Branca; Represa do Jaguari; Rio Paraíba; Rio Parateí e Rio Capivari.

7) Esgotos Domésticos

Universo: 7 Municípios, 3 retornos/ano, 3 h./retorno
Universo: 65 loteamentos, 1 retorno/ano, 2 h/retorno - Tempo Alocado = 193h.
Meta: Melhoria da qualidade dos corpos d'água da região.

Procedimento: Inspeções/amostragens/autuações.

8) Resíduos Sólidos Domiciliares

Universo: 7 Locais de Disposição
3 retornos/ano, 4 h./retorno - Tempo Alocado = 84 h.
Meta: Disposição adequada dos resíduos domiciliares em todos os municípios

Procedimento: Verificação contínua das disposições de resíduos domiciliares.

9) Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde

Universo: 7 Pontos, 2 retornos/ano, 2 h./retorno
Universo: 1 empresa, 5 retorno/ano, 2 h/retorno - Tempo Alocado = 38 h.
Meta: Disposição adequada dos resíduos hospitalares em todos municípios
Procedimento: Verificação contínua da coleta e locais de tratamento e disposição dos resíduos

10) Capacitação Técnica

Universo: 6 técnicos, 80 h/ano - Tempo Alocado = 480 h
Meta: Aprimoramento técnico
Procedimento: Participação em cursos programados da Companhia e em cursos não previstos.

V. PROGRAMA DE TRABALHO

Os trabalhos previstos nos PROPECs serão desenvolvidos concomitantemente com aqueles previstos nos PAEs, com prioridade para o inventário das fontes de poluição nível 1, que subsidiarão os trabalhos de fiscalização dessas fontes.

A prioridade no desenvolvimento dessas atividades é plenamente justificada, considerando-se que as fontes nível I representam mais de 80% da poluição gerada na região, havendo portanto a necessidade de aperfeiçoamento contínuo na fiscalização dessas fontes.

Será ainda dado prioridade para os atendimentos às reclamações da comunidade, bem como, de acidentes ambientais e atendimento as solicitações do Ministério Público que envolve muitas vezes inquéritos e processos judiciais, e devem ser feito com a máxima prioridade e, muitas vezes, dentro de curtos prazos fixados pelos interessados.

Da mesma forma o atendimento as reclamações da comunidade deve ser agilizado e aperfeiçoado, pois reflete a imagem da CETESB, perante a opinião pública, uma vez que cada reclamante é um fator de multiplicação na divulgação positiva ou negativa dos trabalhos desta Companhia.

A priorização no atendimento a acidentes ambientais é necessária devido aos elevados riscos ao meio ambiente e, muitas vezes, à saúde pública, causados por esses acidentes, e ainda ao grande interesse da mídia na divulgação dos trabalhos corretivos desenvolvidos no controle desses acidentes.

As ações previstas nos PROPEC´s, serão implementadas conforme descrito a seguir:

Inspeções e amostragens completas de todos os efluentes líquidos, auditagem de amostragens em chaminé, cujas empresas serão convocadas, ou já estão realizando estes trabalhos, serão implementadas no 1º e 2º quadrimestre/02.

Com os resultados obtidos, serão deflagrados os conjuntos de exigências de melhorias, que deverão ser implementadas, nos 2º e 3º quadrimestres do corrente ano, buscando a meta de manutenção e/ou melhorias no controle.

Estaremos aumentando os atendimentos às demandas de emissão de licença de funcionamento, face o programa de enquadramento dos postos de gasolinas e as emissões de certificados de dispensa, cadri´s e spd´s, pois tiveram previsões a menor no ano passado.

No que se refere ao atendimento de reclamações quando se tratar de fontes prioritárias, serão abordadas nas ações contempladas acima.

As reclamações de fontes não prioritárias quando atendidas, propiciarão, ou não, seu reenquadramento, em função das pendências ambientais diagnosticadas.

As demais ações apontadas nos PROPEC´s, terão seu desenvolvimento atrelado à demanda.

No que diz respeito aos PAE´s, o desenvolvimento dos trabalhos ao longo do ano, prevê as seguintes etapas.

Os inventários das fontes de poluição, serão desencadeados no início de abril/02, com a previsão aproximada de se elaborar 6 inventários/mês, desde que as informações sejam fornecidas por sistema eletrônico - CDs.

Será dada prioridade de atendimento aos processos mais antigos de licença de funcionamento ou de certificação.

A atuação prevista nas Câmaras Técnicas dos Comitês de Bacia, nos Grupos de Gestão das Sub-Bacias, estará atrelada à agenda do Comitê para o ano.

As áreas contaminadas apontadas no PAE, se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento dos trabalhos. As ações a serem implementadas prevêem a o início do processo de descontaminação na Tonolli do Brasil e conclusão na Rohm and Haas.

O monitoramento de qualidade das águas conforme descrito, visa respaldar os programas cujas ações previstas nos PROPEC´s (fiscalização de fontes nível 1 e 2, fiscalização da atividade mineraria) e dos PAE´s (Comitê de Bacia, e Esgotos Domésticos).

As ações no programa de fiscalização do lançamento de esgotos domésticos, “in natura”, bem como, dos sistemas existentes , visa obter a redução mínima adicional de 17% (atingir 40%) da carga remanescente em 2002, hoje estimada em 72% em todo o trecho da bacia, prevendo-se 50% no mínimo até 2004.

A meta deverá ser atingida , atuando ao longo do ano, junto aos Serviços Autônomos e SABESP, cobrando solução de tratamento dos esgotos nos municípios de, Jacareí, Santa Isabel, Guararema, Santa Branca e Paraibuna.

Quanto aos programas de fiscalização dos resíduos domésticos, estão previstas ações específicas em Jacareí acompanhando o alteamento do aterro que deverá ser licenciado. Serão ainda fiscalizados a implantação dos aterros nos municípios de Santa Branca e Guararema. Efetuaremos gestões junto aos municípios para disciplinarem e licenciarem as áreas de disposição de entulhos.

No programa relacionado aos Serviços de Saúde, deverá ser consolidado a parceria com as Prefeituras Municipais e Secretarias de Saúde, na quantificação de resíduos sépticos e implantação da Resolução Conjunta. SS/SMA/SJDC de gerenciamento de resíduos sépticos.

VI.CONCLUSÕES

O plano de ação 2002/2003 foi elaborado, de forma a corrigir desvios de objetivos considerados fundamentais para o resgate da essencialidade do controle da poluição, baseado nos princípios de perenidade e da liberdade com comprometimento e de forma a ser utilizado como instrumento de gestão.

Neste plano foram acrescentadas novas atividades, bem como, repetidas ou redirecionadas atividades, que certamente contribuirão para aumentar a eficiência dos trabalhos da Agência e consequentemente, melhorar a qualidade do Meio Ambiente com reflexos na qualidade de vida da população, na Região do Alto e Médio Vale do Paraíba.

Cabe observar que o total de horas disponíveis para execução dos programas, explicitado no ítem I Introdução, apresenta um déficit de 15%, ou seja, 1348 horas, necessitando desta forma de mais 1 técnico no quadro de funcionários da Agência.

O detalhamento das demandas para o cumprimento das atividades deste Plano, para o ano de 2002, esta demonstrada detalhadamente no quadro a seguir.

VII. QUADRO DE DEMANDAS

PROPEC	Horas
1- Licenciamento Ambiental	
Licenças de Instalação	510
Licenças de Funcionamento	894
Contravenção LI / LF	240
Certificado de Dispensa de Licenças	334
Emissão de CADRI e SPD	548
Pareceres Técnicos	336
2- Fiscalização Programada	
Fiscalização Fontes Nível 1	684
Fiscalização Fontes Nível 2	936
3- Atendimento a Comunidade	
Reclamações da População	2000
Atendimento a Organismos e Entidades Públicas	1200
Atendimento Acidentes Ambientais	128
Sub-Total	7810
PAE	**Horas**
1- Inventário de Fontes de Poluição	924
2- Fiscalização Atividades Minerárias	405
3- Fiscalização e Contagem de Fontes Móveis	192
4- Comitês de Bacia	90
5- Áreas Contaminadas	48
6- Monitoramento da Qualidade das Água	84
7- Fiscalização Esgotos Domésticos	193
8- Fiscalização Resíduos Domiciliares	84
9- Fiscalização Resíduos Serviços de Saúde	38
10- Capacitação Técnica	480
Sub-Total	2538
DISPONIBILIDADE HORAS/HOMEM	**9000**
TOTAL DE HORAS DOS PROGRAMAS	**10348**

AGÊNCIA AMBIENTAL DE TAUBATÉ – CPb-T

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

I. INTRODUÇÃO

A Agência atende a Região do Médio Vale do Paraíba, composta pelos 13 municípios, a seguir relacionados: Caçapava, Campos do Jordão, Lagoinha, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé.

A área total da Região é de 7.048,7 km², com população estimada em 1.030.000 habitantes, constituída pelas bacias da Serra da Mantiqueira (UGRHI 01), com vocação turística e do Rio Paraíba do Sul (UGRHI 02), com vocação industrial.

A Agência possui, além do Gerente, 11 técnicos, 1 comunicólogo, 3 funcionários administrativos e 3 estagiários para os trabalhos de controle preventivo e corretivo da poluição.

Esse quadro técnico, composto por 13 profissionais, estabelece uma disponibilidade atual de 19.500 homens/hora para o cumprimento de todas as atividades estabelecidas nos programas integrantes deste Plano de Ação.

A frota da Agência é constituída por 7 veículos e para os trabalhos técnicos e administrativos são utilizados 10 micro computadores.

II. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

A Bacia do Rio Paraíba está sujeita aos efeitos da poluição gerada pelo grande número de empresas implantadas e em fase de implantação, com as mais diversas atividades industriais, tais como: Químicas, Petroquímicas, Farmacêuticas, Alimentícias, Espacial, Mecânicas, Automobilísticas, Eletroeletrônicas, Refino de Petróleo etc.

O principal problema de poluição da bacia está relacionado aos lançamentos de esgotos “in natura” a corpos d’água, e ao Rio Paraíba de municípios da Região, tais como Taubaté e Tremembé e parte de São José dos Campos, com a perda da qualidade desses corpos d’água e afetando a qualidade do Rio Paraíba.

O potencial poluidor dos efluentes industriais da região é significativo, mas vem sendo mantido sob controle pela Agência.

Da mesma forma as emissões atmosféricas de fontes fixas e a geração de resíduos industriais, vem sendo mantidas rigorosamente controladas pela Agência.

A Região sofre ainda os efeitos da poluição atmosférica gerada pela frota significativa de veículos existentes em seus municípios, acrescida do tráfego intenso na Via Dutra, de veículos de outras Regiões do Estado e do Brasil.

A Bacia da Serra da Mantiqueira sofre os efeitos da poluição gerada pela intensa atividade de turismo, que ocorre em maior escala no município de Campos do Jordão, seguido pelos municípios de Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí.

Estes problemas de poluição se resumem basicamente, no aumento da quantidade de esgotos domésticos e de lixo gerados pela população flutuante, aliada à falta de estrutura dos municípios da bacia, para tratamento desses resíduos, com conseqüente poluição de corpos d'água, como vem ocorrendo em Campos do Jordão, se tratando de uma área de preservação permanente do Estado de São Paulo, que já apresenta córregos de classe III com tendência para classe IV.

III. PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE – PROPEC

A) Licenciamento Ambiental

1. <u>Licenças de Instalação</u>

Universo: 350 solicitações
1 retorno/ano – 6 horas por retorno - Total horas homem = 2100h
Meta: Atendimento de 100% da demanda.
Procedimentos: Análises de Processos , Inspeções, Autuações

2. <u>Licenças de funcionamento</u>

Universo: 500 solicitações
2 retornos/ano - 4 horas por retorno - Total de horas homem = 4000h
Meta: Atendimento de 100% da demanda.
Procedimentos: Análises de Processos , Inspeções, Autuações

3.<u>Certificados de Dispensa de Licença de Instalação</u>

Universo: 80 solicitações
1 retorno/ano - 2 horas por retorno - Total horas homem = 160h
Meta: Atendimento de 100% da demanda
Procedimentos: Emissão de documentos atendendo dispositivos legais.

4. **Emissão de CADRIs e SPDs**

Universo = 400 emissões

Tempo necessário análise = 2 h -Total horas homem = 800h

Meta: Atendimento de 100% da demanda.

Procedimentos: Emissão de Documentos e Pareceres técnicos.

5. **Pareceres Técnicos GRAPROHAB**

Universo: 20 solicitações

1 retorno/ano - 13 horas por retorno - Total horas homem = 182h

Meta: Atendimento de 100% da demanda

Procedimentos: Emissão de Pareceres técnicos.

B) Fiscalização Programada

1. **Fontes de Alta Prioridade - Nível 1**

Universo: 37 fontes

06 retornos/ano, 6 horas por retorno - Total Horas homem = 1.332h

Meta: Manutenção do controle da poluição ambiental do ar, das águas e do solo.

Procedimento: Auditagem de amostragem fontes, inspeções , autuações de acordo com a legislação.

2. **Fontes de Média Prioridade - Nível 2**

Universo: 142 empresas

2 retornos/ano - 3 horas por retorno - Total horas homem = 852h

Meta: Manutenção do Controle da Poluição Ambiental do ar, água e solo.

Procedimento: Auditagem de amostragem fontes, inspeções , autuações de acordo com a legislação.

C) Atendimento à Comunidade

1. **Reclamações da População**

Universo: 300 reclamações

2 retornos/ano - 4 horas por retorno - Total horas homem = 2400h

Meta: Atendimento de 100% da demanda.

Procedimentos: Inspeções / autuações.

2. **Atendimentos a Organismos e Entidades Públicas**

Universo: 300 atendimentos

8 horas por atendimento - Total horas homem = 2400h

Meta: Atendimento de 100% da demanda.

Procedimentos: Inspeções e elaboração de Informações Técnicas.

3. <u>Atendimento a Acidente Ambiental</u>

Universo: 12 atendimentos

2 retornos/ano - 8 horas por retorno - Total horas homem = 192h

Meta: Atendimento de 100% da demanda.

Procedimentos: Trabalho conjunto com a Defesa Civil e outros Órgãos.

IV. PROGRAMA DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA – PAE

A) Inventário de Fontes de Poluição

1. <u>Fontes Nível 1 - Alta Prioridade</u>

Universo: 37 empresas

6 retornos/ano, 6 horas por retorno - Total horas homem = 1332h

Meta: Inventariar 100% das fontes prioritárias.

Procedimentos: Levantamentos industriais através de inspeções

2. <u>Fontes Nível 2 - Média Prioridade</u>

Universo : 50 empresas

2 retornos/ano, 4 horas por retorno - Total horas homem = 400h

Meta: Inventariar 33% das empresas de média prioridade.

Procedimentos: Levantamentos industriais através de inspeções

B) Participação em Atividade de Comitês de Bacia Hidrográficas

Universo: 10 Reuniões

4 retornos/ano, 6 horas por retorno - Total horas homem = 240 horas

Meta: Manter a Agência inserida nos Comitês de Bacia para solução de problemas ambientais**.**

Procedimentos: Participação de Câmaras Técnicas.

C) Fiscalização em Áreas Contaminadas

Relação de Fontes:

- Faé S/A Indústria e Comércio de Metais (massa falida); Gerdau S/A; Ciquine Companhia Petroquímica; Monsanto do Brasil; IQT - Indústria Química Taubaté

  Universo: 5 empresas

  4 retornos/ano, 6 horas por retorno - Total horas homem = 120h

  Meta: Descontaminação de áreas da Gerdau e Monsanto até dezembro/2002 e acompanhamento dos trabalhos de remediação das demais indústrias.

  Procedimentos: Inspeções/acompanhamento da evolução dos trabalhos.

D) Monitoramento da Qualidade do Ar

Relação das Estações de Monitoramento:

– Estação Telemétrica de São José dos Campos (03, SO_2, e PI);
Estação OPS/OMS de São José dos Campos /Taubaté(fumaça);
Estação de Amostragem passiva de SO_2 de Pindamonhangaba/ Taubaté/São José dos Campos
Universo : 6 estações
06 retornos/ano, 02 horas por retorno - Total horas homem = 72 horas
Meta: Acompanhar a evolução da qualidade do ar, visando o direcionamento de ações de controle.
Procedimentos: Operação das Estações e elaboração de banco de dados.

E) Monitoramento da Qualidade das Águas

Relação dos Pontos de Monitoramento no Rio Paraíba e Rio Sapucaí Guaçu.

– Captação de São José dos Campos; Ponte de Caçapava; Ponte de Tremembé; Ponte de Campos do Jordão.
Universo: 4 Pontos
2 retornos/ano - 6 horas por retorno - Total horas homem = 48 horas
Meta: Acompanhar a evolução da qualidade da água para direcionamento de ações de controle.
Procedimentos: Inspeção nos pontos de amostragem.

F) Fiscalização em Estações de Tratamento de Águas de Abastecimento da SABESP para controle de Lodo lançado à corpos d'água.

Relação das ETAs:

– Pindamonhangaba; Campos do Jordão; São Bento do Sapucaí; Santo Antonio do Pinhal; Taubaté - ETA 1; Taubaté - ETA 2; Tremembé; Lagoinha; São Luiz do Paraitinga; Redenção da Serra; Monteiro Lobato; São José dos Campos - ETA II; São José dos Campos - Urbanova; São José dos Campos - Pararangaba; São José dos Campos - Buquirinha. Universo : 15 ETAs
2 retornos/ano, 3 horas por retorno - Total horas homem = 90 horas
Meta: Eliminar 100% do lodo descartado ao Rio Paraíba.
Procedimentos: Fiscalização/amostragem/autuações.

G) Esgotos Domésticos

Universo: 19 sistemas
12 retornos/ano, 3 horas por retorno - Total horas homem = 684h
Meta: Melhoria da qualidade dos corpos d'água da região.
Procedimentos: Inspeções/amostragens/autuações.

H) Resíduos Sólidos Domiciliares

Universo: 09 municípios

12 retornos/Ano, 3 horas por retorno - Total horas homem = 324h

Meta: Manutenção do controle implantação e adequação de sistemas irregulares.

Procedimentos: Inspeções/autuações.

I) Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde

Universo: 13 municípios

04 retornos/ano - 2 horas por retorno - Total horas homem = 104h

Meta: Manutenção do sistema implantado e adequação dos sistemas irregulares.

Procedimentos: Inspeções/autuações

J) Programa de Gestão Ambiental em Fontes Fixas e Móveis

Meta: redução da emissão de poluentes em frotas de ônibus, no município de São José dos Campos.

Duração: 4 meses - Universo: 6 empresas

4 retornos/semana, 4 horas por retorno - Total horas homem = 256h

K) <u>Fiscalização em Atividades Minerárias</u>

Universo: 85 empresas

4 retornos/ano, 2 h por retorno - Total horas homem = 680h

Meta: Manter as áreas de mineração de acordo com as exigências do Licenciamento.

Procedimentos: Inspeções e autuações**.**

L) <u>Fiscalização de Fontes Móveis/Contagem de Veículos à Diesel</u>

Freqüência mensal em 2 pontos fixos

24 retornos - 4h por retorno - Total horas homem = 192h

Meta: Manutenção da inadimplência < 10% da frota

Procedimentos: Inspeção em vias de intenso tráfego.

<u>M) Apoio Operação Verão no Litoral Norte</u>

Universo: 04 Municípios

Horas/Homem -= 900h

Meta: Apoio Técnico à Agência de Ubatuba.

Procedimentos: Inspeções e Autuações em empreendimentos industriais/ comerciais e residenciais.

<u>N) Capacitação Técnica</u>

Universo: 12 técnicos

Horas/homem = 960h

Meta: Aperfeiçoamento técnico

Procedimentos: Participação em cursos

V. PROGRAMA DE TRABALHO

Os trabalhos previstos nos PROPECs serão desenvolvidos concomitantemente com aqueles previstos nos PAEs, com prioridade para o inventário das fontes de poluição Nível 1, que subsidiarão os trabalhos de fiscalização dessas fontes.

Será ainda dado prioridade para os atendimentos às solicitações do Ministério Público e o atendimento às reclamações da comunidade, bem como, de acidentes ambientais.

A prioridade no desenvolvimento dessas atividades é plenamente justificada, considerando-se que as fontes Nível I representam mais de 80% da poluição gerada na região, havendo portanto a necessidade de aperfeiçoamento contínuo na fiscalização dessas fontes.

O atendimento ao Ministério Público envolve muitas vezes inquéritos e processos judiciais, e deve ser feito com a máxima prioridade e, muitas vezes, dentro de curtos prazos fixados pelos interessados.

Da mesma forma o atendimento as reclamações da comunidade deve ser agilizado e aperfeiçoado, pois reflete a imagem da CETESB, perante a opinião pública, uma vez que cada reclamante é um fator de multiplicação na divulgação positiva ou negativa dos trabalhos desta Companhia.

A priorização no atendimento a acidentes ambientais é necessária devido aos elevados riscos ao meio ambiente e, muitas vezes, à saúde pública, causados por esses acidentes, e ainda ao grande interesse da mídia na divulgação dos trabalhos corretivos desenvolvidos no controle desses acidentes.

As ações previstas nos PROPEC´s, serão implementadas conforme descrito a seguir:

Inspeções e amostragens completas de todos os efluentes líquidos, auditagem de amostragens em chaminé, cujas empresas estão sendo convocadas, ou já realizando estes trabalhos, serão implementadas no 1º quadrimestre/02.

Com os resultados obtidos, serão deflagrados os conjuntos de exigências de melhorias, que deverão ser implementadas, nos 2º e 3º quadrimestres do corrente ano, buscando a meta de manutenção e/ou melhorias no controle.

No que se refere ao atendimento de reclamações quando se tratar de fontes prioritárias, serão abordadas nas ações contempladas acima.

As reclamações de fontes não prioritárias quando atendidas, propiciarão, ou não, seu reenquadramento, em função das pendências ambientais diagnosticadas.

As demais ações apontadas nos PROPEC´s, terão seu desenvolvimento atrelado à demanda.

No que diz respeito aos PAE´s, o desenvolvimento dos trabalhos ao longo do ano, prevê as seguintes etapas:

O programa de gestão em fontes fixas e móveis compreende o inventário simplificado das fontes que queimam combustível no município de São José dos Campos, até maio/02, possibilitando o desencadeamento de ações corretivas direcionadas, com vistas à reversão da incidência de partículas inaláveis, no período de inverno.

Compreende ainda a intensificação no 1º Quadrimestre, na fiscalização de fumaça preta em São José dos Campos, com aplicações de Multas, com vistas à propiciar a implementação do auto-controle, nas empresas de ônibus, nos moldes definidos no Protocolo-Cetesb, com ganhos ambientais para o próximo período de inverno.

Os inventários de fontes nível 1 e 2, serão desencadeados no início de março/02, com a previsão de elaboração média de 4 inventários/mês, Nível 1 e 5 inventários/mês, Nível 2.

A atuação prevista nas Câmaras Técnicas dos Comitês de Bacia, nos Grupos de Gestão das Sub-Bacias, estará atrelada à agenda do Comitê para o ano.

As áreas contaminadas apontadas no PAE, se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento dos trabalhos. As ações a serem implementadas prevêem a conclusão do processo de descontaminação na Gerdau e Monsanto até dez/02.

O monitoramento da qualidade do ar em São José dos Campos, é parte do processo de aferição do programa de gestão ambiental em fontes fixas e móveis do município, acima definido, com acompanhamento diário pela estação telemétrica (PI, SO_2 e Ozônio) e semanal (SO_2 e Fumaça).

O monitoramento de qualidade das águas conforme descrito, visa respaldar os programas cujas ações previstas nos PROPEC´s (fiscalização de fontes nível 1 e 2, fiscalização da atividade minerária) e dos PAE´s (Comitê de Bacia, ETAs-SABESP, Esgotos Domésticos).

O programa de fiscalização das ETAs-SABESP, a ser continuado no corrente ano, visa fazer cumprir a exigência de tratamento do lodo descartado diretamente no Rio Paraíba, (15 ETAs) com inspeções e amostragens pontuais (2 fontes por mês), de fevereiro à dezembro.

As ações no programa de fiscalização do lançamento de esgotos domésticos, "in natura", bem como, dos sistemas existentes , visa obter a redução mínima adicional de 17% (atingir 40%) da carga remanescente em 2002, hoje estimada em 72% em todo o trecho da bacia, prevendo-se 50% no mínimo até 2004. A meta deverá ser atingida , atuando ao longo do ano, junto a SABESP, cobrando solução de tratamento dos esgotos nos grandes municípios, como São José dos Campos e Taubaté.

Quanto aos programas de fiscalização dos resíduos domésticos, estão previstas ações específicas em São José dos Campos, na avaliação de novas áreas para implantação de aterros e Taubaté cujo aterro deverá ser legalizado. Serão ainda fiscalizados os entulhódromos ao longo das rodovias e terreno vagos, para adoção de medidas corretivas de controle.

No programa relacionado aos Serviços de Saúde, deverá ser consolidado a parceria com as Prefeituras Municipais e Secretarias de Saúde, na quantificação de resíduos sépticos, licenciamento do sistema de autoclave de São José dos Campos e atuação conjunta com a Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde, para implantação da Resolução Conjunta. SS/SMA/SJDC de gerenciamento de resíduos sépticos.

VI. CONCLUSÕES

O plano de ação 2002/2003 foi elaborado, de forma a corrigir desvios de objetivos considerados fundamentais para o resgate da essencialidade do controle da poluição, baseado nos princípios de perenidade e da liberdade com comprometimento e de forma a ser utilizado como instrumento de gestão.

Neste plano foram acrescentadas novas atividades, bem como, repetidas ou redirecionadas atividades, que certamente contribuirão para aumentar a eficiência dos trabalhos da Agência e consequentemente, melhorar a qualidade do Meio Ambiente com reflexos na qualidade de vida da população, na Região do Médio Vale do Paraíba.

Tendo em vista a disponibilidade atual da Agência de 19.500 técnicos/hora, explicitada no ítem I Introdução e a demanda das atividades previstas nos PAEs e PROPECs para o ano 2002, demonstrada no quadro a seguir, e que alcança 20.870 técnicos/hora; haverá necessidade de mais um profissional técnico, para o completo cumprimento deste Plano de Ação.

	PROPEC´s	
Licenciamento Ambiental	1- Licenças de Instalação	2100
	2- Licenças de Funcionamento	4000
	3- Certificado de Dispensa de Licenças	160
	4- Emissão de CADRI e SPD	800
	5- Pareceres técnicos Graprohab	260
Fiscalização Programada	1- Nível I	1296
	2- Nível II	852
Atendimento à Comunidade	1- Reclamações da População	2400
	2- Atendimento a Organismos e Entidades Públicas	2400
	3- Atendimento Acidentes Ambientais	192
	Total	14.460
	PAE´s	
	1- Inventário de Fontes - Nível I e II	1732
	2- Comitês de Bacia	240
	3- Áreas Contaminadas	120
	4- Monitoramento - Ar	48
	5- Monitoramento - água	48
	6- Fiscalização ETAs - SABESP	90
	7- Fiscalização Esgotos Domésticos	684
	8- Fiscalização Resíduos Domésticos	324
	9- Fiscalização Resíduos Serviços de Saúde	104
	10- Gestão Ambiental em Fontes Fixas e Móveis	288
	11- Fiscalização de Atividades Minerárias	680
	12- Fiscalização de fontes Móveis	192
	13- Apoio na Operação Verão - Litoral Norte	900
	14- Capacitação Técnica	960
	TOTAL	6.410
	TOTAL GERAL (PROPEC´S + PAE´S)	20.870

PLANO DE AÇÃO 2002/2003
AGÊNCIA AMBIENTAL DE UBATUBA – CPb-UB

I - Introdução

A área de atuação da Agência Ambiental de Ubatuba corresponde à Região do Litoral Norte - UGRHI 03, formado pelos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela. Tem como principal vocação econômica o veranismo e o turismo.

Segundo o levantamento do IBGE de 01.08.2000, a região possui uma população fixa de 223.914 habitantes e flutuante, com cerca de 1.567.000 habitantes no pico da temporada de verão. A região possui uma área territorial de 1977 Km² (1592 Km² de áreas continentais e 385 Km² de áreas insulares), sendo que 19.25 % de área urbana e 80.75% de áreas de preservação ambiental (parques, estações ecológicas, terras indígenas, áreas sob proteção especial).

O quadro de recursos humanos da Agência é composto, atualmente, por:
- 01 Gerente de Agência
- 03 Agentes Credenciados
- 01 Socióloga (Secretaria Executiva do Comitê de Bacias Hidrográficas)
- 06 Funcionários Administrativos
- 04 Estagiários

Assim sendo estão disponibilizadas 7.500 tecnicos/hora, para a execução das atividades estabelecidas para o ano 2002, no Plano de Ação da Agência.

II - Diagnóstico Ambiental

O Litoral Norte é a região que apresenta a maior taxa de crescimento populacional do Estado. Além disso há um aumento significativo da população flutuante nos períodos de temporada, a qual se eleva a cada ano.
Esta situação acarreta a ocorrência de diversos problemas ambientais, principalmente levando-se em conta que 80% da área é de preservação ambiental, gerando uma maior cobrança por parte da população, bem como dos diversos segmentos da sociedade organizada e de outros órgãos.

A região, dada a sua fisiografia, com praticamente todas as drenagens chegando ao oceano, torna-se bastante vulnerável. As administrações municipais apresentam-se com modestas estruturas, necessitando da assistência do Estado em questões técnicas ambientais.

Destaca-se prioritariamente na região o Terminal Marítimo Almirante Barroso - TEBAR, o qual movimenta em torno de 60% de petróleo e derivados utilizados no território nacional, o Porto de São Sebastião (DERSA), o qual está em vias de ser ampliado, as Estações de Tratamento de Esgotos da SABESP, algumas já em funcionamento e outras em fase de acabamento e os lixões municipais.

A região possui pequenas indústrias ligadas à construção civil (fábricas de blocos, marmorarias, madeireiras, marcenarias, serralherias etc.), indústrias alimentícias (pescado, mandioca, doces, sorveterias), fábricas de gelo, fábrica de artefatos de fibra de vidro e plástico e usinas de concreto asfáltico.
Podemos citar ainda, atividades com potencial poluidor, como as garagens náuticas/ marinas e postos de gasolina.

As atividades minerarias, vem se desenvolvendo de maneira desordenada, devido à grande utilização de aterros na construção civil, demandando uma ação de fiscalização permanente, principalmente devido ao assoreamento dos corpos d'água, provocados pela extração de terra.

A balneabilidade das praias vem se destacando como uma ação de imensurável importância quanto à saúde pública, sendo também instrumento de conscientização dos moradores e freqüentadores da região para as questões de saneamento básico em geral, além de atuar como um "certificador de qualidade" para as praias impolutas.

Devido ao pequeno índice de áreas cobertas por rede coletora de esgotos, são adotados, como solução, os sistemas individuais de tratamento e disposição final dos esgotos para as áreas não atendidas

A Cetesb presta assessoria técnica aos municípios, análisado projetos, emitindo pareceres técnicos e vistoriando a implantação de sistemas de tratamento de esgotos para empreendimentos pluri-habitacionais e comerciais com grande potencial de geração de esgotos (condomínios, hotéis, restaurantes, etc.).
Cumpre notar que cerca de 2500 desses sistemas já foram analisados e implantados, com o acompanhamento da CETESB, no Litoral Norte.

III - Programas Permanentes de Controle - PROPEC'S

1 – Licenciamento Ambiental

1.1 - Licenças Prévia, de Instalação e Funcionamento

- Metas: Atendimento de 100% da demanda
- Procedimentos: Atendimento aos pedidos de Licença e emissão de documentação de acordo com os dispositivos legais
- Universo: 70 pedidos, 1 retorno/ano, 10 h/retorno
- Tempo Alocado = 700 h

1.2 - Contravenção LI/LF
- Metas: Reduzir o estoque mantendo o atendimento à Lei
- Procedimentos: Verificar o atendimento
- Universo: 20 autuações, 3 retorno/ano, 3 h/retorno
- Tempo Alocado = 180 h

1.3 - Certificados de Dispensa
- Metas: Emitir o Certificado no menor prazo possível
- Procedimentos: analisar documentação de acordo com os dispositivos legais
- Universo: 70 pedidos, 1 retorno/ano, 2 h/retorno
- Tempo Alocado = 140 h

1.4 - CADRI's
- Metas: Controlar a destinação final/tratamento de resíduos
- Procedimentos: Consultar agência de referência e emitir documento após resposta.
- Universo: 5 pedidos, 1 retorno/ano, 6 h/retorno
- Tempo Alocado = 30 h

1.5 - Parecer Técnico GRAPROHAB
- Metas: Atendimento às solicitações dentro dos prazos estabelecidos
- Procedimentos: Análise do processo e emissão do Parecer Técnico
- Universo: 5 pedidos, 1 retorno/ano, 10h/retorno
- Tempo Alocado = 50 h

2 - Fiscalização Programada

2.1 – Fontes de Alta Prioridade - Nível 1
- Metas: Manutenção das Ações de Controle.
- Procedimentos: Vistorias de rotina, amostragens , aplicação das sanções cabíveis e implementação do inventário.
- Universo: 19 fontes, 6 retornos/ano, 6 h/retorno
- Tempo Alocado = 684 h.

2.2 – Fontes de Média Prioridade - Nível 2
- Metas: Manutenção das Ações de Controle.
- Procedimentos: Vistorias de rotina, amostragens, aplicação das sanções cabíveis e implementação de inventário.
- Universo: 53 empresas, 3 retornos/ano, 6 h/retorno, incluindo as atividades minerarias
- Tempo Alocado = 954 h.

Observação: não estão alocadas as horas para a fiscalização de fumaça preta, por ser realizada pelos técnicos, quando em trânsito.

3. Atendimento à Comunidade

3.1. Reclamações Ar, Águas, Solo

- Metas: Exercer ações corretivas nos casos de competência da CETESB
- Procedimentos: Atendimento em no máximo 30 dias, com resposta à comunidade em até 48 h.
- Universo: 150 ocorrências, 1 retorno/ano, 4 h/retorno
- Tempo Alocado = 600 h

3.2 . Reclamações Ruído e Vibração

- Metas: Exercer ações corretivas nos casos de competência da CETESB e elaboração de Parecer Técnico em atendimento às solicitações do Ministério Público e Poder Judiciário
- Procedimentos: Atendimento em no máximo 30 dias ou no prazo estipulado.
- Universo: 20 ocorrências, 2 retorno/ano, 4 h/retorno
- Tempo Alocado = 160 h

3.3 . Atendimento à Emergências e Acidentes Ambientais

- Metas: Atendimento a 100% dos casos no menor tempo possível
- Procedimentos: Identificar contaminante, supervisionar os trabalhos de contenção e remoção do mesmo, aplicando as ações corretivas procedentes
- Universo: 12 ocorrências, 4 retornos/ano, 8 h/retorno
- Tempo Alocado =384 h

3.4 . Atendimentos à Solicitações de Órgãos Públicos e Entidades

- Metas: Responder às solicitações o mais breve possível, conforme as demandas da Agência.
- Procedimentos: Realizar inspeções e elaborar Informação Técnica
- Universo: 280 pedidos, 1 retorno/ano, 5 h/retorno
- Tempo Alocado = 1400 h

3.5 . Atendimento para esclarecimentos ao público

- Metas: Esclarecer os questionamentos da população.
- Procedimentos: Atendimento imediato.
- Universo: 3000 atendimentos/ano; 15 min/atendimento
- Tempo Alocado: 750 h

IV - Programas de Atuação Específica - PAE's

1. Atualização do inventário

- Metas: Cobrir a totalidade das fontes alta prioridade e no mínimo 25% das fontes de média prioridade com maior potencial poluidor.
- Procedimentos: O desenvolvimento desta atividade será executado de acordo com o sistema eletrônico a ser implantado (CD).
- Universo: 34 empresas, 2 retorno/ano, 4 h/retorno
- Tempo Alocado = 272 h

2. Esgotos Sanitários

2.1. Estações de Tratamento de Esgotos - SABESP

- Metas: Redução de 50% da carga remanescente até 2004
- Procedimentos: Além dos trabalhos de controle, será dado apoio técnico às ações desenvolvidas pelo CBH-LN, que visem o saneamento básico em comunidades não atendidas pelo serviço público.
- Obs: Horas computadas no PROPEC – Fiscalização Programada e no PAE – Comitê de Bacias.

2.2. Análise de Projetos de Sistemas de Tratamento e Disposição Final dos Esgotos Sanitários para Empreendimentos Pluri-habitacionais e Comerciais.

- Metas: Melhoria da Qualidade dos Recursos hídricos e da balneabilidade das praias com a redução da carga orgânica e do número de coliformes fecais.
- Procedimentos: Cooperar com os municípios, analisando os projetos, emitindo Pareceres Técnicos e vistoriando os empreendimentos.
- Universo: 4 Municípios, 40 pareceres/município, 10 h/parecer.
- Tempo Alocado = 1600 h

3. Resíduos Sólidos Urbanos

- Metas: Regularização/Adequação e Recuperação das áreas de disposição final, visando minimizar os impactos da poluição do ar, do solo e das águas, concomitantemente com as ações desenvolvidas pelo CBH-LN.
- Procedimentos: Inspeções de rotina, amostragens, aplicação das ações corretivas procedentes e apoio técnico.
- Universo: 4 Municípios, 6 retornos/ano, 6 h/retorno.
- Tempo Alocado = 144 h

4. Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde - RSSS

- Metas: Garantir a destinação adequada dos RSSS.
- Procedimentos: Emissão de CADRI's.
- Universo: 4 Municípios, 3 retornos/ano, 3 h/retorno.
- Tempo Alocado = 24 h

5. Informações sobre Balneabilidade das praias paulistas

- Metas: Manutenção da Sinalização da Balneabilidade, de acordo com os Boletins divulgados semanalmente, contribuindo com a saúde da população.
- Procedimentos: Avaliação dos boletins, informações ao público por telefone e na Agência, contatos com imprensa e políticos, manutenção da sinalização das praias, campanhas de conscientização, apresentações em escolas e entidades etc.
- Universo: 76 pontos de amostragem , 180 retornos/ano, 5 h/retorno, e 8 apresentações/ano, 5 horas/apresentação = 40 horas

6. **Coordenação da Secretaria Executiva do Comitê de Bacias do Litoral Norte**

- Metas: Implementar as ações estabelecidas no Plano de Bacias Hidrográficas 2001/2005, no que diz respeito a: **Saneamento** (expansão da rede dos serviços de água e esgoto, adequação dos locais de disposição de resíduos sólidos); **Gestão** (sistema de informação, banco de dados, monitoramento, capacitação e educação ambiental); **Oferta, demanda e qualidade da água** (garantir água em qualidade e quantidade adequada para usos múltiplos); **Uso e ocupação do solo** (impedir e conter a ocupação desordenada e irregular).
- Procedimentos: A Secretaria Executiva, sob coordenação da CPb.Ub, atua com o objetivo de integrar as várias instituições afetas aos temas, para que insiram as metas em seus respectivos planos de trabalho; desenvolve projetos técnicos através das Câmaras técnicas ligadas ao CBH – Saneamento, Planejamento e Assuntos Institucionais e Turismo e Educação Ambiental; Financia projetos com recursos do FEHIDRO, procura fontes alternativas de financiamento – sistemas de saneamento para bairros isolados (RIOB, FUNASA; FNMA);organiza eventos, e seminários para discussão dos temas de interesse para a região.
- Universo: 40 reuniões (Câmaras Técnicas e CBH); 34 trabalhos de campo/ ano – 6 h/retorno = 444 horas
- Secretaria Executiva = 1.250 horas
- Tempo Alocado = 1.694 horas

7. **Operação Verão CPb-UB**

- Metas: Intensificar as ações de controle em virtude do aumento da população flutuante, visando a redução do lançamento de carga orgânica no ambiente.
- Procedimentos: Ações preventivas através de informações e intensificação da fiscalização atendendo ao maior número de reclamações possíveis.
- Universo: 150 inspeções, 1 retorno/ano, 6 h/retorno
- Tempo Alocado = 900 h

8. **Acompanhamento de TAC**

- Metas: Acompanhamento do cumprimento das exigências dentro prazos estabelecidos
- Procedimentos: Fiscalização e aplicação de penalidades.
- Universo: 6 empresas, 4 retornos/ano, 4 h/retorno
- Tempo Alocado = 96 h

9. **Contagem de Veículos**

- Metas: Manutenção do Controle e Atualização de Dados
- Procedimentos: Fiscalização: 2 períodos, 1 vez/trimestre em pontos fixos pré – determinados
- Universo: 4 contagens/ano, 4 h/contagem
- Tempo Alocado = 16 h.

10. Capacitação e Treinamento

- Meta: Aperfeiçoamento e/ou atualização de conhecimentos
- Procedimentos: cursos e treinamentos práticos
- Tempo alocado: 5 técnicos, 80 horas/técnicos = 400 horas.

V - Programa de Trabalho

Tendo em vista a maneira com que apresentamos os vários programas estabelecidos pelo plano, a qual foi baseada no modelo utilizado no plano anterior, ou seja, para cada programa e/ou atividade foram estabelecidas metas, procedimentos, universo e tempo alocado, entendemos que essa forma serve como um roteiro de execução que pode auxiliar nas avaliações periódicas que serão realizadas no futuro.

Convém destacar que nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro a Região do Litoral Norte recebe grande número de veranistas e turistas, resultando na geração de grandes vazões de esgotos, sem a infra estrutura adequada para os mesmos.
Nesta perspectiva, a Agência Ambiental de Ubatuba vem cumprido há anos um papel importante com a intensificação da fiscalização dos sistemas de tratamento de esgotos dos empreendimentos de médio e grande potencial.
Nestas campanhas há a necessidade de atuação de técnicos das demais Agências da Regional, pois a demanda de reclamações é elevada.

VI - Conclusões

No quadro do próximo ítem são detalhados, para as várias atividades componentes dos Propec´s e Pae´s estabelecidos pelo Plano de Ação da Agência de Ubatuba, os homens/hora necessários para o seu perfeito cumprimento, durante o ano de 2002.

Diante desse quadro, e comparando-se com a disponibilidade dos recursos técnicos atuais, observa-se um déficit de 3.718 horas, o que corresponde a uma necessidade de aproximadamente mais 02 técnicos para a Agência.

VI - Quadro - Demandas x Disponibilidade

Programas	Tempo (horas)
III. PROPEC´s	**6.032**
1. Licenciamento Ambiental	1.100
2.1 Fiscalização Programada Alta Prioridade	684
2.2 Fiscalização Programada Média Prioridade	954
3. Atendimento à Comunidade	3.294
IV. PAE´s	**5.186**
1. Atualização de Inventário	272
2. Esgotos Sanitários	1.600
3. Resíduos Sólidos Urbanos	144
4. Resíduos Sólidos Hospitalares	24
5. Informações sobre a Balneabilidade das Praias	40
6. Coord./Secret.Execut.Comitê-Bacias Hidrog.Lit.Norte	1.694
7. Operação Verão	900
8. Acompanhamento de TAC´s	96
9. Contagem de Veículos	16
10. Capacitação e Treinamento	400
Total	**11.218**
Disponibilidade (**)	**7.500**

** Incluindo as horas do Gerente, 3 técnicos e 1 socióloga
Base 1.500 horas/homem/ano

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CETESB

DIRETORIA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE AÇÃO 2002/2003



Regional da Bacia do Paraná (CPn)

Agência Ambiental de Araçatuba
Agência Ambiental de Bauru
Agência Ambiental do Marília
Agência Ambiental do Presidente Prudente

AGÊNCIA AMBIENTAL DE ARAÇATUBA – CPn-A

I - Introdução

A Agência Ambiental de Araçatuba, situada na região noroeste do Estado de São Paulo, possui uma área de abrangência de 20.373 Km2, constituída de 46 municípios e uma população total de 722.338 habitantes (censo 2000). São integrantes da área de atuação, parte das UGRHIs do São José dos Dourados, Aguapeí e do Baixo Tietê.
Para exercer suas atividades a Agência conta em seu quadro funcional com os seguintes recursos humanos:

- 5 (cinco) funcionários administrativos
- 6 (seis) técnicos de nível superior (controle)
- 3 (três) técnicos de nível médio (controle)
- 1 (um) gerente de Agência Ambiental
- 1 (um) estagiário administrativo.

Serão disponibilizados 15.000 horas/técnicos/ano, para o PLANO DE AÇÃO – PA – 2.002/2.003, tomando por base 1.500 h/técnico/ano.

II - Diagnóstico Ambiental

- **Ar**

Os problemas de poluição do ar na região não são acentuados, tendo em vista que, em sua grande maioria, as indústrias com maior potencial poluidor estão localizadas em área rural, distantes da malha urbana, como é o caso das indústrias sucroalcooleiras.
Os problemas em núcleos urbanos são localizados e dizem respeito a incômodos à vizinhança, por fontes bem definidas, tais como: beneficiamento de cereais, curtumes, etc.

- **Água**

Em face das características do parque industrial da região, onde predominam as agroindústrias, em que as cargas poluidoras potenciais são consideravelmente reduzidas pelos sistemas de tratamento de resíduos líquidos implantados, os principais problemas da região estão relacionados com o lançamento de esgotos domésticos “in natura” em corpos d’água.
Dos 46 (quarenta e seis) municípios pertencentes à Agência Ambiental de Araçatuba, 19 (dezenove) são conveniados com a Sabesp e 27 (vinte e sete) de responsabilidade dos Serviços de Água e Esgoto municipais. Desse total, 42 (quarenta e dois) possuem ETEs e 4 (quatro) são desprovidos de tratamento.

- **Solo**

Os maiores problemas de poluição do solo na região estão relacionados com a disposição final dos resíduos de origem domiciliar e de serviços de saúde, tendo em vista que, em sua maioria, os municípios ainda vêm dispondo esses resíduos em condições sanitariamente inadequadas.

No que se refere aos resíduos industriais, dada a predominância de agroindústrias na região, a quantidade de resíduos classe I é pouco significativa. No entanto, as geradoras desse tipo de resíduo têm sido objeto de ação específica visando o licenciamento de sistemas de disposição final.

III- Programa Permanente de Ação de Controle - PROPEC

III.1 Licenciamento Ambiental

Serão contemplados todos os tipos de licenças obrigatórias, certificados, pareceres e demais documentos inerentes ao fiel cumprimento da Legislação Ambiental vigente, sendo estabelecida a meta de atendimento para 100% da demanda efetiva.

- Licenças de Instalação

Número estimado de Licenças de Instalação: 200 licenças
Recursos disponibilizados para a atividade: 1200 horas/técnicos/ano

- Licenças de Funcionamento

Número estimado de Licenças de Funcionamento: 220 licenças
Recursos disponibilizados para a atividade: 1320 horas/técnicos/ano

- Certificados de Dispensa

Número estimado de Certificados de Dispensa: 100
Recursos disponibilizados para a atividade: 300 horas/técnicos/ano

- Postos de Gasolina

Postos novos (LP, LI e LF): 22 licenças
Postos antigos/recadastrados (LF): 200 licenças
Recursos disponibilizados para a atividade: 2.664 horas/técnicos/ano

- Parcelamento do Solo

Número estimado de Pareceres/Loteamentos/Desmembramentos: 60
Recursos disponibilizados para a atividade: 600 horas/técnicos/ano

- CADRI's

Número estimado de CADRIs: 4
Recursos disponibilizados para a atividade: 24 horas/técnicos/ano

III.2 Fiscalização Programada

Com base nos dados disponíveis e no conhecimento e experiência do quadro técnico foram estabelecidos dois níveis de prioridades para as fontes cadastradas na Agência sendo o nível 1denominado alta prioridade e o nível 2 denominado média prioridade.

- **Alta prioridade**

Dentro dos critérios estabelecidos foram elencadas fontes de poluição que serão objeto de pelo menos 6 inspeções por ano (09 horas por retorno).

- **Prioridade média**

Dentro dos critérios estabelecidos foram elencadas fontes de poluição que serão objeto de pelo menos 3 inspeções por ano (06 horas por retorno).

- Outras Fontes

Para o restante do universo de fontes, a fiscalização ocorrerá, com uma frequência mínima de uma inspeção por ano (04 horas) ou quando da ocorrência de reclamações, acidentes ou fatos excepcionais que a isso obrigue, ocasião em que obrigatoriamente a verificação quanto ao nível de prioridade será revista para uma eventual reclassificação.

Recursos alocados para a atividade

Alta prioridade:	6 fontes:	324 horas/técnicos/ano
Prioridade média:	20 fontes	360 horas/técnicos/ano
Outras Fontes:	360 fontes	1440 horas/técnicos/ano
Total:	2.124 horas/técnicos/ano	

III.3 Atendimento à Comunidade

Este programa envolverá todos os tipos de reclamações, atendimentos aos organismos e entidades públicas, solicitações internas da CETESB, organizações não governamentais, acidentes ambientais, meios de comunicação, atividades de colaboração em ensino e pesquisa e outras.

- Reclamações

Número estimado de reclamações: 200
Recursos disponibilizados para a atividade: 800 horas/técnicos/ano

- Ministério Público, Judiciário e Delegacias

Número estimado de solicitações: 100
Recursos disponibilizados para a atividade: 2500 horas/técnicos/ano

- Atendimento a Prefeituras , Câmaras Municipais, Assembléia Legislativa

Número estimado de solicitações: 80
Recursos disponibilizados para a atividade: 1.280 horas/técnicos/ano

- Palestras

Número estimado de solicitações: 24
Recursos disponibilizados para a atividade: 384 horas/técnicos/ano

- ***Atendimento a Emergências e Acidentes Ambientais***

Número estimado de ocorrências: 18
Recursos disponibilizados para a atividade: 360 horas/técnicos/ano

IV - Programa de Ação Específica – PAE

O conjunto de programas estabelecidos para 2002 visa o aprimoramento das atividades de controle, de modo a se obter resultados que possam vir a refletir na melhoria da qualidade ambiental. Assim, foram definidos 06(seis) tópicos, os quais encontram-se relacionados a seguir e que deverão ser objeto de ação ao longo do ano.

Dois desses tópicos, quais sejam “Esgotos Sanitários” e “Resíduos Sólidos Domiciliares”, devem ser destacados, tanto pelo fato de se constituírem em problemas ambientais relevantes na região como por estarem inseridos em programas específicos à eles voltados, no contexto do Estado.

Quanto aos esgotos sanitários, estabeleceu-se como meta para as UGRHIs, que se encontram na área de abrangência da Agência, a redução da carga poluidora de origem doméstica lançada nos recursos hídricos, de modo a se obter, em 2004, remoção de 50% da carga remanescente atual.

No que tange aos resíduos sólidos domiciliares, considerou-se o constante do “Programa de Ação para a Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos Domiciliares dos Municípios do Estado de São Paulo” do “Plano de Lixo Municipal”, em que está prevista a disposição final adequada em 80% dos municípios do Estado, até o final de 2002.

São a seguir descritos os PAE´s estabelecidos:

- Participações em Comitês de Bacia, Câmaras Técnicas e Conselhos

Número estimado de eventos: 20

Recursos disponibilizados para a atividade: 400 horas/técnicos/ano

- Atualização do Inventário

Número estimado de inventários: 26 (100% das fontes de alta e média prioridade)
Recursos disponibilizados para a atividade: 188 horas/técnicos/ano

- Queima da Palha de Cana

Número de Roteiros para fiscalização: 34
Recursos alocados para a atividade: 432 horas/técnicos/ano

- Esgotos Sanitários

Número de inspeções: 70
Recursos alocados para a atividade: 140 horas/tecnicos/ano

- Resíduos Sólidos Domiciliares

Número de inspeções: 140
Recursos alocados para a atividade: 280 horas/técnicos/ano

- Áreas Contaminadas/Suspeitas

Número de Inspeções: 6
Recursos alocados para a atividade: 36 horas/técnicos/ano

O desenvolvimento desses programas de ação específica deverá propiciar:

- aprimoramento para futuros planejamentos e boa gestão das atividades da Agência com melhor segurança técnica para seu banco de dados, através da atualização do inventário de fontes de poluição;
- redução das emissões de poluentes atmosféricos provenientes da queima de palha de cana, com consequente melhoria da qualidade de vida da população;
- redução da carga poluidora de origem doméstica e disposição sanitária e ambientalmente adequados dos resíduos sólidos domiciliares obtidos a partir da ação fiscal e da participação nos Comitês de Bacia, visando a alocação de recursos financeiros destinados a esses projetos de infra-estrutura sanitária.

V – Quadros dos PROPEC´s e PAE´s

São apresentados a seguir os quadros que possibilitarão o acompanhamento dos vários programas estabelecidos no Plano, bem como o número total de eventos e horas previstas para cada um deles.

Cumpre-se notar que o total de horas/técnico necessárias para o atendimento da Demanda anual, guarda relativo equilíbrio com a Disponibilidade da Agência.

- Gerência Regional da Bacia do Rio Paraná -
-PLANO DE AÇÃO 2002/2003-
AGÊNCIA AMBIENTAL DE ARAÇATUBA

Acompanhamento das Atividades - PROPEC - PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE - Ano 2002

PERÍODO / ATIVIDADE	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		1ª Avaliação				JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		Avaliação Anual				
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	h/h	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	H/hP	H/hR
Licenciamento Ambiental																																	
Licença de Instalação	15		16		16		18		20		20		105				15		16		16		16		16		16		*200*			*1200*	
Licença de Funcionamento	15		18		18		20		22		22		115				15		18		18		18		18		18		*220*			*1320*	
Certificados de Dispensa	8		8		10		8		8		10		52				8		8		8		8		8		8		*100*			*300*	
Postos de Gasolina	16		16		30		25		20		25		132				15		15		15		15		15		15		*222*			*2664*	
Parcelamento do Solo	5		5		5		5		5		5		30				5		5		5		5		5		5		*60*			*600*	
CADRI´s	-		-		-		1		-		1		2				-		-		1		-		1		-		*4*			*24*	
Fiscalizações Programadas																																	
Prioridade Alta	3		3		3		3		3		3		18				3		3		3		3		3		3		*36*			*324*	
Prioridade Média	5		5		5		5		5		5		30				5		5		5		5		5		5		*60*			*360*	
Outras Fontes	30		30		30		30		30		30		180				30		30		30		30		30		30		*360*			*1440*	
Atendimento a Comunidade																																	
Reclamações	15		16		16		18		20		20		105				15		16		16		16		16		16		*200*			*800*	
Min.Público/Judiciário/Delegacias.	8		8		10		8		8		10		52				8		8		8		8		8		8		*100*			*2500*	
Prefeituras/Câmaras/ Assembléia.Legislativa	7		5		5		6		6		8		37				10		5		7		7		7		7		*80*			*1280*	
Palestras	1		1		1		1		1		10		15				1		2		2		2		2		-		*24*			*384*	
Emergências e Acidentes Ambientais	2		2		2		1		1		1		9				1		1		1		2		2		2		*18*			*360*	

- Gerência Regional da Bacia do Rio Paraná -
-PLANO DE AÇÃO 2002/2003-

AGÊNCIA AMBIENTAL DE ARAÇATUBA

Acompanhamento das Atividades - PAE - PROGRAMA DE AÇÃO ESPECÍFICA - Ano 2002

PERÍODO / ATIVIDADE	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		1ª Avaliação				JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		Avaliação Anual				
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	h/h	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	H/hP	H/hR
Comitês/Câmaras Técnicas/Conselhos	-		2		2		2		2		2		10				-		2		2		2		2		2		*20*			*400*	
Inventário					2		2		2		2		8				3		3		3		3		3		3		*26*			*208*	
Queima - Palha de Cana - Rot/Fiscaliz.							2		4		4		10				4		4		4		4		4		4		*34*			*432*	
Esgoto Sanitário			6		6		6		6		8		32				6		8		6		6		6		6		*70*			*140*	
Resíduos Sólidos Domésticos	36		8		8		8		10		8		78				10		12		10		10		10		10		*140*			*280*	
Áreas Contaminadas/Suspeitas			1				1				1		3						1				1				1		*6*			*36*	

Quadro de Horas

	Horas Previstas	Horas Gastas	%
PROPEC	13556		
PAE	1496		
TOTAL	15052	0	

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE BAURU – CPn-B

I - Introdução

A Agência Ambiental de Bauru, situada na Região Centro Oeste do Estado de São Paulo, possui uma área de abrangência de 11.865 Km², constituída de 34 municípios e uma população total de 934.358 habitantes (censo 2000). São integrantes da área de atuação, parte das UGRHIs do Tietê-Jacaré e Tietê-Batalha.

Para exercer suas atividades a Agência conta com o seguinte quadro funcional:

- 5 (cinco) funcionários administrativos
- 6 (seis) técnicos de nível superior (controle)
- 2 (dois) técnicos de nível médio (controle)
- 1 (um) gerente de Agência Ambiental I
- 1 (um) estagiário técnico

Serão pois disponibilizados 13.500 horas/técnicos/ano (8 técnicos mais o gerente), para o PLANO DE AÇÃO 2.002 / 2.003, tomando por base 1.500 h/ técnico/ano.

II - Diagnóstico Ambiental

- **Ar**

Os problemas de poluição do ar na região são pontuais, não havendo, até o momento, grandes concentrações industriais que gerem este tipo de poluição, com comprometimento da qualidade do ar, sendo o problema maior causado pela queima de palha de cana

Na região existem atividades industriais como a fabricação de celulose, de baterias automotivas, re-refino de óleo lubrificantes, curtumes, sucroalcooleiras, e outras, com equipamentos de controle implantados e/ou em fase de melhorias.

- **Água**

As principais fontes industriais de poluição das águas são constituídas por atividades de fabricação de celulose, re-refino de óleo lubrificantes, curtumes, frigoríficos e sucroalcooleiras que têm sistemas de tratamentos implantados, reduzindo significativamente suas cargas poluidoras antes do lançamento dos efluentes nos corpos receptores. Os principais problemas da região estão relacionados com o lançamento de esgotos domésticos “in natura” em corpos d’água.

Dos 34 (trinta e quatro) municípios atendidos pela Agência Ambiental de Bauru, 17 (dezessete) possuem convênio com a Sabesp e os 17 (dezessete) restantes são de responsabilidade dos serviços de água e esgoto municipais. Desse total 14 (quatorze) possuem ETEs e 20 (vinte) são desprovidos de tratamento. Encontra-se em execução as ETEs de 6 (seis) municípios. Além das sedes municipais temos 12 (doze) Distritos dos quais 07 (sete) possuem ETEs implantados e 05 (cinco) são desprovidos de ETEs.

- **Solo**

Os resíduos industriais classe I, em face das características do parque industrial da região, destacam-se os provenientes das atividade de recuperação de chumbo, curtume e rerrefino de óleos lubrificantes que representam aproximadamente 99% da quantidade gerada sendo que, parte está sendo reutilizada e, parte está sendo estocada nas indústrias geradoras, que dependendo do volume acumulado providenciam as aprovações legais para enviar os mesmos para destinação final adequada.

Existe uma área contaminada localizada no município de Lençóis Paulista em que a empresa IQB – Indústria Química Brasileira Ltda., apresentou o estudo referente a última fase do plano de remediação (Investigação Hidrogeológica e Hidrogeoquímica de Detalhe e Formulação de Modelo de Simulação do Fluxo Subterrâneo, Dispersão de Contaminantes e Análise de Risco). Com a análise dessa fase concluída, serão iniciados os trabalhos de remediação.

No que se refere a resíduos domiciliares 12(doze) municípios ainda dispõem esses resíduos em condições sanitariamente inadequadas, quanto aos resíduos de serviços de saúde encontra-se em funcionamento no município de Jaú um incinerador que recebe os resíduos das cidades de Jaú, Bocaina, Mineiros do Tietê e Bariri, numa quantidade estimada de 1,4 t/ dia.

III - Programa Permanente de Ação de Controle-PROPEC

III.1 Licenciamento Ambiental

Serão contemplados todos os tipos de licenças obrigatórias, certificado, pareceres, e demais documentos e burocracias inerentes ao fiel cumprimento da Legislação Ambiental vigente.

Licenças de Instalação

- **Número estimado de Licenças de Instalação**
  270 licenças
- **Recursos disponibilizados para a atividade**
  1620 horas/técnicos/ano

Licenças de Funcionamento

- Número estimado de Licenças de Funcionamento
  260 licenças

- Recursos disponibilizados para a atividade
  1560 horas/técnicos/ano

Certificados de Dispensa

- Número estimado de Certificados de Dispensa

  24
- Recursos disponibilizados para a atividade
  48 horas/técnicos/ano

CADRI's

- Número estimado de CADRIs

  24
- Recursos disponibilizados para a atividade
  144 horas/técnicos/ano

Postos de Gasolina

- **Número estimado de Atendimento**
  30 licenças para postos novos (LP, LI e LF)
  300 licenças para postos antigos/recadastrados (LF)

- **Recursos disponibilizados para a atividade**
  3960 horas/técnicos/ano

III.2 Fiscalização Programada

Com base nos dados disponíveis e no conhecimento e experiência do quadro técnico foram estabelecidos dois níveis de prioridades para as fontes cadastradas nas agências sendo o nível 1denominado alta prioridade e o nível 2 denominado média prioridade.

- **Alta Prioridade**

Dentro dos critérios estabelecidos foram elencadas 06 (seis) fontes de poluição que serão objeto de pelo menos 6 inspeções por ano (09 horas por retorno).

Recursos disponibilizados para a atividade: 324 horas/técnicos/ano

- **Prioridade média**

Dentro dos critérios estabelecidos foram elencadas 18 (dezoito) fontes de poluição que serão objeto de pelo menos 3 inspeções por ano (06 horas por retorno).

Recursos disponibilizados para a atividade: 324 horas/técnicos/ano

- **Outras Fontes**

Para o restante do universo de fontes em número da ordem de 230, a fiscalização ocorrerá, pelo menos uma vez por ano (03 horas de inspeção) ou quando da ocorrência de reclamações, acidentes ou fatos excepcionais que a isso obrigue , ocasião em que obrigatoriamente a verificação quanto ao nível de prioridade será revista para uma eventual reclassificação.

Recursos disponibilizados para a atividade: 690 horas/técnicos/ano

III.3 Atendimento à Comunidade

Este programa deverá englobar todos os tipos de reclamações, atendimentos aos organismos e entidades públicas, solicitações internas da CETESB, organizações não governamentais, acidentes ambientais, meios de comunicação, atividades de colaboração em ensino e pesquisa e quaisquer outras julgadas de validez.

Reclamações

- Número estimado de solicitações
  400 solicitações

- Recursos disponibilizados para a atividade
  1600 horas/técnicos/ano

Ministério Público, Judiciário e Delegacias

- Número estimado de solicitações
  120 solicitações

- Recursos disponibilizados para a atividade
  2400 horas/técnicos/ano

Atendimento a Prefeituras , Câmaras Municipais., Assembléia Legislativa

- Número estimado de solicitações
  28 solicitações

- Recursos disponibilizados para a atividade
  448 horas/técnicos/ano

Palestras

- Número estimado de solicitações
  4 solicitações

- Recursos disponibilizados para a atividade
  32 horas/técnicos/ano

Atendimento a Emergências e Acidentes Ambientais

- Número estimado de emergências/acidentes
  12 atendimentos

- Recursos disponibilizados para a atividade
  240 horas/técnicos/ano

IV - Programa de Ação Específica – PAE

O conjunto de programas estabelecidos para 2002 visa o aprimoramento das atividades de controle, de modo a se obter resultados que possam vir a refletir na melhoria da qualidade ambiental. Assim, foram definidos 06(seis) tópicos, os quais encontram-se relacionados a seguir e que deverão ser objeto de ação pela Agência, ao longo do ano.

Dois desses tópicos, quais sejam “Esgotos Sanitários” e “Resíduos Sólidos Domiciliares”, devem ser destacados, tanto pelo fato de se constituírem em problemas ambientais relevantes na região como por estarem inseridos em programas específicos à eles voltados, no contexto do Estado.

Quanto aos esgotos sanitários, estabeleceu-se como meta para as UGRHIs que se encontram na área de abrangência da Agência, a redução da carga poluidora de origem doméstica lançada nos recursos hídricos, de modo a se obter, em 2004, remoção de 50% da carga remanescente atual.

No que tange aos resíduos sólidos domiciliares, considerou-se o constante do “Programa de Ação para a Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos Domiciliares dos Municípios do Estado de São Paulo” do “Plano de Lixo Municipal”, em que está previsto a disposição final adequada em 80% dos municípios do Estado, até o final de 2002.

A seguir são descritos os PAEs estabelecidos para o presente Plano de Ação:

- **Participações em Comitês de Bacia, Câmaras Técnicas e Conselhos**

Número estimado de eventos: 12

Recursos disponibilizados para a atividade; 240 horas/técnicos/ano

- **Atualização do Inventário**

Número estimado de inventários: 24 (100% das fontes de alta e média prioridade)

Recursos disponibilizados para a atividade: 200 Horas/técnicos/ano

- **Queima da Palha de Cana**

Número de roteiros: 34

Recursos alocados para a atividade: 544 horas/técnicos/ano

- **Esgotos Sanitários**

Número de Inspeções: 68

Recursos alocados para a atividade: 136 horas/técnicos/ano

- **Resíduos Sólidos Domiciliares**

Número de Inspeções: 136

Recursos alocados para a atividade: 272 Horas/técnicos/ano

- **Áreas Contaminadas**

Número de Inspeções: 6
Recursos alocados para a atividade: 60 Horas/técnicos/ano

O desenvolvimento desses programas de ação específica poderá propiciar:

- aprimoramento para futuros planejamentos e boa gestão das atividades da Agência com melhor segurança técnica para seu banco de dados, através da atualização do inventário de fontes de poluição;
- redução das emissões de poluentes atmosféricos provenientes da queima de palha de cana, com consequente melhoria da qualidade de vida da população;
- redução da carga poluidora de origem doméstica e disposição sanitária e ambientalmente adequados dos resíduos sólidos domiciliares obtidos a partir da ação fiscal e da participação nos Comitês de Bacia, visando a alocação de recursos financeiros destinados a esses projetos de infra-estrutura sanitária.

V – Quadros Demonstrativos

Os quadros a seguir apresentam o número das atividades, com as respectivas cargas horárias, necessárias ao atendimento das Demandas, consignadas nos vários Propec´s e Pae´s constantes do Plano preparado pela Agência, devendo-se salientar um deficit de 1.342 h/h/ano (praticamente mais um técnico) com relação à Disponibilidade atual, o que conduzirá à pequenas adequações objetivando o total cumprimento das metas estabelecidas.

- Gerência Regional da Bacia do Rio Paraná -
-PLANO DE AÇÃO 2002/2003-
AGÊNCIA AMBIENTAL DE BAURU

Acompanhamento das Atividades - PROPEC - PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE - Ano 2002

PERÍODO / ATIVIDADE	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		1ª Avaliação				JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		Avaliação Anual				
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	h/h	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	H/hP	H/hR
Licenciamento Ambiental																																	
Licenças de Instalação	22		22		23		23		23		23		136				23		23		23		23		23		19		*270*			*1620*	
Licenças de Funcionamento	15		15		23		23		23		23		122				23		23		23		23		23		23		*260*			*1560*	
Certificados de dispensa	2		2		2		2		2		2		12				2		2		2		2		2		2		*24*			*48*	
CADRI's	2		2		2		2		2		2		12				2		2		2		2		2		2		*24*			*144*	
Postos de Gasolina	5		5		32		32		32		32		138				32		32		32		32		32		32		*330*			*3960*	
Fiscalização Programada																																	
Prioridade Alta	2		2		3		3		4		4		18				3		3		3		3		3		3		*36*			*324*	
Prioridade Média	3		3		3		6		6		6		27				6		6		6		3		3		3		*54*			*324*	
Outras Fontes	10		10		20		20		20		20		100				20		20		20		25		25		20		*230*			*690*	
Atendimento à Comunidade																																	
Reclamações	30		30		34		34		34		34		196				34		34		34		34		34		34		*400*			*1600*	
Minist.Público/Judiciário/ Delegacia	5		5		11		11		11		11		54				11		11		11		11		11		11		*120*			*2400*	
Prefeituras/Câmaras/ Assembléia Legislativa	2		2		3		3		3		3		18				3		3		3		1		1		1		*28*			*448*	
Palestras	0		0		0		0		2		1		3				1		0		0		0		0		0		*4*			*32*	
Emergências e Acidentes Ambientais	1		1		1		1		1		1		6				1		1		1		1		1		1		*12*			*240*	

- Gerência Regional da Bacia do Rio Paraná -
-PLANO DE AÇÃO 2002/2003-
AGÊNCIA AMBIENTAL DE BAURU

Acompanhamento das Atividades - PAE - PROGRAMA DE AÇÃO ESPECÍFICA - Ano 2002

PERÍODO / ATIVIDADE	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		1ª Avaliação				JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		Avaliação Anual				
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	h/h	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	H/hP	H/hR
Comitês/Câmaras Técnicas/Conselhos	0		1		2		1		1		1		6				1		1		1		1		1		1		*12*			*240*	
Inventário	1		1		3		3		2		2		12				3		2		2		2		2		2		*25*			*200*	
Queima de Palha de Cana Roteiro Fisc.	0		0		0		2		5		4		11				5		4		4		5		4		1		*34*			*544*	
Esgoto Doméstico	3		4		7		7		7		7		35				7		7		7		6		6		0		*68*			*136*	
Resíduos Sólidos Domésticos	0		12		14		14		14		14		68				14		14		14		14		12		0		*136*			*272*	
Áreas Contaminadas/Suspeitas	0		1		0		1		0		1		3				0		1		0		1		0		1		*6*			*60*	

Quadro de Horas

	Horas Previstas	Horas Gastas	%
PROPEC	13390		
PAE	1452		
TOTAL	14842		

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE MARÍLIA – CPn-M

I - Introdução

A Agência Ambiental de Marília, situada na região oeste do Estado de São Paulo, possui uma área de abrangência de 23.500 km². É constituída de 60 municípios correspondendo à população total de 902.301 habitantes(censo 2000). São integrantes de sua área de atuação, a UGRHI 17(Médio Paranapanema) e parte das UGRHIs 20(Aguapeí) e 21(Peixe).

O quadro funcional conta com os seguintes recursos humanos:
- 1 (um) funcionário administrativo (secretária)
- 3 (três) técnicos de nível superior (controle)
- 3 (três) técnicos de nível médio (controle)
- 1 (um) comunicólogo (atendimento ao público)
- 1 (um) gerente de Agência Ambiental
- 1 (um) estagiário de engenharia.

Para o desenvolvimento do **Plano de Ação – PA 2002/2003**, serão disponibilizadas 12.000 horas/técnicos/ano, tomando por base 1.500 h/ técnico/ano.

II - Diagnóstico Ambiental

- **Ar**

A região não tem apresentado, até o momento, problemas de poluição atmosférica em termos de comprometimento da qualidade do ar.
Em sua grande maioria, as indústrias com maior potencial de poluição do ar estão localizadas em área rural, distantes da malha urbana, como é o caso das indústrias sucroalcooleiras.

Os problemas em núcleos urbanos são localizados e estão relacionados aos incômodos à vizinhança, por fontes bem definidas: beneficiamento de cereais, fábricas de móveis, indústrias alimentícias, etc.

- **Água**

Os principais problemas estão relacionados com o lançamento de esgotos “in natura” em corpos d’água, uma vez que o parque industrial da região, caracterizado pela predominância de agroindústrias, tem sua carga poluidora bastante reduzida por sistemas próprios de tratamento de resíduos líquidos.

Dos 60 (sessenta) municípios pertencentes à área de atuação da Agência Ambiental de Marília, 37trinta e sete) são conveniados com a Sabesp e 23(vinte e três) de responsabilidade dos Serviços municipais de Água e Esgoto. Desse total, 34 (trinta e quatro) municípios possuem Sistemas de Tratamento de Esgotos em operação.

- **Solo**

Os principais problemas de poluição do solo na região estão relacionados com a disposição final dos resíduos de origem domiciliar. O mesmo acontece com os resíduos dos serviços de saúde, tendo em vista que, em sua maioria, os municípios ainda vêm dispondo esses resíduos em condições sanitariamente inadequadas.

No que se refere aos resíduos industriais, dada a predominância de agroindústrias na região, a quantidade de resíduos classe I é pouco significativa. No entanto, as geradoras desse tipo de resíduo têm sido objeto de ação específica visando o licenciamento de sistemas de disposição final.

III - Programas Permanentes de Ação de Controle - PROPEC´s

III.1 Licenciamento Ambiental

Serão contemplados todos os tipos de licenças obrigatórias, certificados, pareceres e demais documentos inerentes ao fiel cumprimento da Legislação Ambiental vigente, sendo estabelecida a meta de atendimento de 100 % da demanda.

- **Licenças de Instalação**

Número estimado de Licenças de Instalação: 200 licenças
Recursos disponibilizados para a atividade: 1200 horas/técnicos/ano

- **Licenças de Funcionamento**

Número estimado de Licenças de Funcionamento: 210 licenças
Recursos disponibilizados para a atividade: 260 horas/técnicos/ano

- **Certificados de Dispensa**

Número estimado de Certificados de Dispensa: 20
Recursos disponibilizados para a atividade: 60 horas/técnicos/ano

- **Postos de Gasolina**

Número estimado de Atendimento
24 licenças para postos novos (LP, LI e LF)
200 licenças para postos antigos/recadastrados (LF)
Recursos disponibilizados para a atividade
2688 horas/técnicos/ano

- **Parcelamento do Solo**

Número estimado de Pareceres/Loteamentos/Desmembramentos: 36
Recursos disponibilizados para a atividade: 360 horas/técnicos/ano

- **CADRI's**

Número estimado de CADRIs: 12
Recursos disponibilizados para a atividade: 72 horas/técnicos/ano

III.2 Fiscalização Programada

Com base nos dados disponíveis e no conhecimento e experiência do quadro técnico foram estabelecidos dois níveis de prioridades para as fontes cadastradas na agência: nível 1, denominado alta prioridade e nível 2, denominado média prioridade.

- **Alta prioridade**

Dentro dos critérios estabelecidos foram elencadas fontes de poluição que serão objeto de pelo menos 6 inspeções por ano (09 horas por cada retorno).

- **Prioridade média**

Dentro dos critérios estabelecidos foram elencadas fontes de poluição que serão objeto de pelo menos 3 inspeções por ano (06 horas por cada retorno).

- **Outras fontes**

Para o restante do universo de fontes, a fiscalização sempre ocorrerá quando da ocorrência de reclamações, acidentes ou fatos excepcionais, ocasião em que, obrigatoriamente, a verificação do nível de prioridade poderá ser revista, para uma eventual reclassificação, sendo também garantida a frequência mínima de 01 inspeção por ano para todas (04 horas).

Recursos alocados para a atividade

Alta prioridade:	7 fontes:	378 horas/técnicos/ano
Prioridade média:	20 fontes	360 horas/técnicos/ano
Outras fontes:	300 fontes	1200 horas/técnicos/ano

Total: 1.938 horas/técnicos/ano

III.3 Atendimento à Comunidade

Este programa envolverá todos os tipos de reclamações, atendimentos a órgãos e entidades públicas, demandas internas da CETESB, ONGs, acidentes ambientais e meios de comunicação.

- **Reclamações**

Número estimado de reclamações: 120
Recursos disponibilizados para a atividade: 480 horas/técnicos/ano

- **Ministério Público, Poder Judiciário e Delegacias de Polícia**

Número estimado de solicitações: 160
Recursos disponibilizados para a atividade: 4.000 horas/técnicos/ano

- **Atendimento a Prefeituras, Câmaras Municipais e Assembléia Legislativa**

Número estimado de solicitações: 60
Recursos disponibilizados para a atividade: 960 horas/técnicos/ano

- **Palestras**

Número estimado de solicitações: 6
Recursos disponibilizados para a atividade: 96 horas/técnicos/ano

- **Atendimento a Emergências e Acidentes Ambientais**

Número estimado de emergências/acidentes: 12 atendimentos
Recursos disponibilizados para a atividade: 240 horas/técnicos/ano

IV - Programas de Ação Específica – PAE

O conjunto de programas estabelecidos para 2002 visa o aprimoramento das atividades de controle, de modo a se obter resultados que possam vir a refletir na melhoria da qualidade ambiental. Assim, foram definidos 06(seis) tópicos, os quais encontram-se relacionados a seguir e que deverão ser objeto de ação pela Agência, ao longo do ano.

Dois desses tópicos, “Esgotos Sanitários” e “Resíduos Sólidos Domiciliares”, devem ser destacados por se constituírem em problemas ambientais relevantes na região e por estarem inseridos em programas específicos a eles voltados, no contexto do Estado.

Quanto aos esgotos sanitários, estabeleceu-se como meta, para as UGRHIs que se encontram na área de abrangência da Agência, a redução da carga poluidora de origem doméstica lançada nos recursos hídricos, de modo a se obter, em 2004, uma remoção de 50% da carga remanescente atual.

Quanto aos resíduos sólidos domiciliares, considerou-se o constante do “Programa de Ação para a Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos Domiciliares dos Municípios do Estado de São Paulo” e do “Plano de Lixo Municipal”, em que está prevista a disposição final adequada em 80% dos municípios do Estado, até o final de 2002.

Os PAE´s considerados para compor o presente Plano são listados a seguir:

- **Participações em Comitês de Bacia, Câmaras Tecnicas e Conselhos**

Número estimado de eventos: 18
Recursos disponibilizados para a atividade: 360 horas/técnicos/ano

- **Atualização do Inventário**

Número estimado de inventários: 27 (100% das fontes de alta e média prioridade)
Recursos disponibilizados para a atividade: 216 horas/técnicos/ano

- **Queima da Palha de Cana**

Número de roteiros para fiscalização: 84
Recursos alocados para a atividade: 414 horas/técnicos/ano

- **Esgotos Sanitários**

Número de Inspeções: 106
Recursos alocados para a atividade: 312 horas/técnicos/ano

- **Resíduos Sólidos Domiciliares**

Número de Inspeções: 180
Recursos alocados para a atividade: 360 horas/técnicos/ano

O desenvolvimento desses programas de ação específica poderá propiciar:
- o aprimoramento, para futuros planejamentos, da gestão das atividades da Agência, com maior segurança técnica de seu banco de dados, através da atualização do inventário de fontes de poluição;
- a redução das emissões de poluentes atmosféricos provenientes da queima de palha de cana, com conseqüente melhoria da qualidade de vida da população;
- a redução da carga poluidora de origem doméstica bem como a melhoria das condições sanitárias e ambientais da disposição dos resíduos sólidos domiciliares, a partir de uma ação fiscal mais bem planejada e da participação nos Comitês de Bacia, visando a alocação de recursos financeiros destinados a esses projetos de infra-estrutura sanitária.

V. Quadros Demonstrativos

Os quadros apresentados a seguir permitirão o acompanhamento dos vários PROPEC´s e PAE´s definidos neste Plano de Ação e mostram também o número de atividades e respectivas cargas horárias necessárias ao seu cumprimento.

Em face da diferença verificada entre o número de horas-homem/ano disponiveis (12.000) e o número de horas-homem/ano necessário (15.016) para o pleno atendimento das demandas, conclui-se que o quadro de funcionários da área técnica de controle da Agência carece ter seu efetivo aumentado de 02 (dois) técnicos.

-PLANO DE AÇÃO 2002/2003-

AGÊNCIA AMBIENTAL DE MARÍLIA

Acompanhamento das Atividades - PROPEC - PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE - Ano 2002

PERÍODO / ATIVIDADE	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		1ª Avaliação				JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		Avaliação Anual				
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	h/h	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	H/hP	H/hR
Licenciamento Ambiental																																	
Licença de Instalação	10		15		15		15		15		10						20		20		20		20		20		20		*200*			*1200*	
Licença de Funcionamento	10		10		15		15		15		15						20		30		30		20		20		10		*210*			*1260*	
Certificados de Dispensa e CADRI´s)	1		1		2		2		3		3						3		3		3		4		4		3		*32*			*132*	
Postos de Gasolina	10		20		20		20		20		20						20		20		20		20		20		14		*224*			*2688*	
Parcelamento do Solo	3		3		3		3		3		3						3		3		3		3		3		3		*36*			*360*	
Fiscalização Programada																																	
Prioridade Alta	3		3		3		3		4		4						4		4		4		4		3		3		*42*			*378*	
Prioridade Média	5		5		5		5		5		5						5		5		5		5		5		5		*60*			*360*	
Outras fontes	20		30		30		30		30		30						30		20		20		20		20		20		*300*			*1200*	
Atendimento à Comunidade																																	
Reclamação	10		10		10		10		10		10						10		10		10		10		10		10		*120*			*480*	
Minist.Públic./Judiciário/ Delegacias	10		10		15		15		15		15						15		15		15		15		10		10		*160*			*4000*	
Prefeituras/Câmaras Munic/Assemb.Legisl.	5		5		5		5		5		5						5		5		5		5		5		5		*60*			*60*	
Palestras	0		0		0		0		1		3						1		1		0		0		0		0		*6*			*6*	
Emergências e Acidentes Ambientais	1		1		1		1		1		1						1		1		1		1		1		1		*12*			*12*	

Acompanhamento das Atividades - PAE - PROGRAMA DE AÇÃO ESPECÍFICA Ano 2002

PERÍODO / ATIVIDADE	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		1ª Avaliação				JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		Avaliação Anual				
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	h/h	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	H/hP	H/hR
Comitês/Câmaras Técnicas/Conselhos	0		1		2		2		2		2						1		1		2		2		2		1		*18*			*360*	
Inventário	0		0		3		3		3		3						3		3		3		2		2		2		*27*			*216*	
Queima de Palha de Cana(Roteiro)	0		0		0		0		7		14						14		14		14		14		7				*84*			*414*	
Esgoto Doméstico	4		8		8		9		10		10						10		10		10		10		10		7		*106*			*312*	
Resíduos Sólidos Domésticos	10		15		15		15		15		15						20		15		15		15		15		15		*180*			*360*	
Áreas Contaminadas/Suspeitas																																	

Quadro de Horas

	Horas Previstas	Horas Gastas	%
PROPEC	13.354		
PAE	1.662		
TOTAL	15.016	0	

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE PRESIDENTE PRUDENTE – CPn-PP

I - Introdução

A Agência Ambiental de Presidente Prudente, situada no extremo Oeste do Estado de São Paulo, possui uma área de abrangência de 23.217 Km2, constituída de 52 municípios e uma população total de 629.160 habitantes (censo 2000).São integrantes da área de atuação, parte das UGRHIs do Peixe, Aguapei e a totalidade do Pontal do Paranapanema.

Para exercer suas atividades a Agência é dotada do seguinte quadro funcional:

- 3 (três) funcionários administrativos
- 4 (quatro) técnicos de nível superior (controle)
- 1 (um) técnico de nível médio (controle)
- 1 (um) gerente de Agência Ambiental
- 1 (um) estagiário administrativo.

Serão disponibilizados 9000 horas/técnicos/ano, para o PLANO DE AÇÃO 2.002/2.003, tomando por base 1.500 h/técnico/ano.

II - Diagnóstico Ambiental

- **Ar**

Os problemas de poluição do ar na região não são acentuados tendo em vista que em sua grande maioria as indústrias com maior potencial de poluição do ar, estão localizadas em área rural, distantes da malha urbana, como é o caso das indústrias sucroalcooleiras.

Os problemas em núcleos urbanos são localizados e dizem respeito a incômodos à vizinhança, por fontes bem definidas, como, benefícios de cereais, curtumes, etc...

- **Águas**

Em face das características do parque industrial da região, onde predominam as agroindústrias, em que as cargas poluidoras potenciais são consideravelmente reduzidas pelos sistemas de tratamento de resíduos líquidos implantados pelas indústrias, os principais problemas da região estão relacionados com o lançamento de esgotos domésticos “in natura” em corpos d’água.

Dos 52 (cinquenta e dois) municípios pertencentes à Agência Ambiental de Presidente Prudente, 36 (trinta e seis) possuem convênio com a Sabesp e os 16 (dezesseis) restantes são de responsabilidade dos Serviços de água e esgotos municipais. Desse total, 39 (trinta e nove) possuem ETEs e 13 (treze) treze são desprovidos de Tratamento. Encontram-se em execução (fase final de implantação) as ETEs de 4 (quatro) municípios.

- ***Solo***

Os maiores problemas de poluição do solo na região estão relacionados com a disposição final dos resíduos de origem domiciliar e de serviços de saúde, tendo em vista que muitos municípios, ainda dispõem esses resíduos em condições sanitariamente inadequadas.

Quanto aos resíduos industriais, em face das características do parque industrial da região, onde predominam as agroindústrias, a quantidade de resíduos classe I não é significativa e atualmente estão sendo estocados nas indústrias geradoras.

III - Programa Permanente de Ação de Controle-PROPEC

III.1 Licenciamento Ambiental

Serão contemplados em 100% da demanda todos os tipos de licenças obrigatórias, certificado, pareceres, e demais documentos e burocracias inerentes ao fiel cumprimento da Legislação Ambiental vigente.

- **Licenças de Instalação**

Número estimado de Licenças de Instalação: 100 licenças

Recursos disponibilizados para a atividade: 600 horas/técnicos/ano

- **Licenças de Funcionamento**

Número estimado de Licenças de Funcionamento: 70 licenças

Recursos disponibilizados para a atividade: 420 horas/técnicos/ano

- **Certificados de Dispensa**

Número estimado de Certificados de Dispensa: 20

Recursos disponibilizados para a atividade: 60 horas/técnicos/ano

- **CADRI's**

Número estimado de CADRIs: 5
Recursos disponibilizados para a atividade; 30 horas/técnicos/ano

- **Postos de Gasolina**

Número estimado de Atendimento : 40 licenças para postos novos (LP, LI e LF) e 200 licenças para postos antigos/recadastrados (LF)
Recursos disponibilizados para a atividade: 2.280 horas/técnicos/ano

- **Parcelamento do Solo**

Número estimado de Pareceres/Loteamentos/Desmembramentos: 50

Recursos disponibilizados para a atividade: 500 horas/técnico/ano

III.2 Fiscalização Programada

Com base nos dados disponíveis e no conhecimento e experiência do quadro técnico foram estabelecidos dois níveis de prioridades para as fontes cadastradas nas agências sendo o nível 1denominado alta prioridade e o nível 2 denominado média prioridade.

- **Alta Prioridade**

Dentro dos critérios estabelecidos foram elencadas 6(seis) fontes de poluição que serão objeto de pelo menos 6 inspeções por ano (09 horas por retorno).

- **Prioridade média**

Dentro dos critérios estabelecidos foram elencadas 20(vinte) fontes de poluição que serão objeto de pelo menos 3 inspeções por ano (06 horas por retorno).

- **Outras fontes**

Para o restante do universo de fontes, a fiscalização sempre ocorrerá quando da ocorrência de reclamações, acidentes ou fatos excepcionais que a isso obrigue , ocasião em que obrigatoriamente a verificação quanto ao nível de prioridade será revista para uma eventual reclassificação. É porem estabelecido para esse grupo, no mínimo, uma inspeção (04 horas) por ano.

Recursos alocados para a Fiscalização Programada:

Alta prioridade	6 fontes	324 horas/técnicos/ano
Prioridade média	20 fontes	360 horas/técnico/ano
Outras fontes	360 fontes	1440 horas/técnico/ano
Total:	2.124 horas/técnico/ano	

III.3 Atendimento à Comunidade

Este programa deverá englobar todos os tipos de reclamações , atendimentos aos organismos e entidades públicas, solicitações internas da CETESB, organizações não governamentais, acidentes ambientais, meios de comunicação, atividades de colaboração em ensino e pesquisa e quaisquer outras julgadas de validez.

- **Reclamações**

Número estimado de solicitações: 100 solicitações

Recursos disponibilizados para a atividade: 400 horas/técnicos/ano

- **Ministério Público, Judiciário e Delegacias**

Número estimado de solicitações: 100 solicitações

Recursos disponibilizados para a atividade: 2500 horas/técnicos/ano

- **Atendimento a Prefeituras , Câmaras Municipais., Assembléia Legislativa**

Número estimado de solicitações: 20 solicitações

Recursos disponibilizados para a atividade: 320 horas/técnicos/ano

- **Palestras**

Número estimado de solicitações: 20 solicitações

Recursos disponibilizados para a atividade: 320 horas/técnicos/ano

- **Atendimento a Emergências e Acidentes Ambientais**

Número estimado de emergências/acidentes: 5 atendimentos

Recursos disponibilizados para a atividade: 100 horas/técnicos/ano

IV - Programa de Ação Específica – PAE

O conjunto de programas estabelecidos para 2002 visa o aprimoramento das atividades de controle, de modo a se obter resultados que possam vir a refletir na melhoria da qualidade ambiental.
Assim, foram definidos 06 (seis) tópicos, os quais encontram-se relacionados a seguir e que deverão ser objetos de ação pela Agência, ao longo do ano. Dois desses tópicos, quais sejam "Esgotos Sanitários" e " Resíduos Sólidos Domiciliares", devem ser destacados, tanto pelo fato de se constituírem em problemas ambientais relevantes na região como por estarem inseridos em programas específicos a eles voltados, no contesto do Estado.
Quanto aos esgotos sanitários, estabeleceu-se como meta para as UGRHIs que se encontram na área de abrangência da Agência, a redução da carga poluidora de origem doméstica lançada nos recursos hídricos, de modo a se obter, em 2004, remoção de 50% da carga remanescente atual.
No que tange aos resíduos sólidos domiciliares, considerou-se o constante do "Programa de Ação para Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos Domiciliares dos Municípios do Estado de São Paulo" do "Plano de Lixo Municipal", em que está previsto a disposição final adequada em 80% dos municípios do Estado, até o final de 2002.

- **Participações em Comitês de Bacia, Câmaras Técnicas e Conselhos**

Número estimado de eventos: 12

Recursos disponibilizados para a atividade: 240 horas/técnicos/ano

- **Atualização do Inventário**

Número estimado de inventários: 26 (100% das fontes de alta e média prioridade)

Recursos disponibilizados para a atividade: 208 horas/técnicos/ano

- **Queima da Palha de Cana**

Número de Roteiros: 40

Recursos alocados para a atividade: 288 horas/técnicos/ano

- **Esgotos Sanitários**

Número de Inspeções: 100

Recursos alocados para a atividade: 200 horas/técnicos/ano

- **Resíduos Sólidos Domiciliares**

Número de Inspeções: 150
Recursos alocados para a atividade: 300 Horas/técnicos/ano

O desenvolvimento desses Programas de Atuação Específica deverão propiciar:
- aprimoramento para futuros planejamentos e boa gestão das atividades da Agência com melhor segurança técnica para seu banco de dados, através da atualização do inventário de fontes de poluição;
- redução das emissões de poluentes atmosféricos provenientes da queima de palha de cana, com consequente melhoria da qualidade de vida da população;
- redução da carga poluidora de origem doméstica e disposição sanitária ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares obtidos a partir da ação fiscal e da participação nos Comitês de Bacia, visando a alocação de recursos financeiros destinados a esses projetos de infra-estrutura sanitária.

V – Quadros Demostrativos

São apresentados a seguir quadros que permitirão acompanhar os vários PROPEC´s e PAE´s deste Plano, consubstanciando o número previsto em termos de atividades e horas estabelecidas para sua execução.

Deve-se notar que para o cumprimento integral das Demandas(10.890 h/h/ano), haverá necessidade da incorporação de mais um técnico, face ao deficit de 1.890 horas, demostrado na comparação com a Disponibilidade (9.000 h/h/ano) da Agência.

- Gerência Regional da Bacia do Rio Paraná -
-PLANO DE AÇÃO 2002/2003-
AGÊNCIA AMBIENTAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Acompanhamento das Atividades - PROPEC - PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE Ano 2002

PERÍODO / ATIVIDADE	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		1ª Avaliação				JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		Avaliação Anual				
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	h/h	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	H/hP	H/hR
Licenciamento Ambiental																																	
Licença de Instalação	8		8		8		8		9		9						9		9		8		8		8		8		*100*			*600*	
Licença de Funcionamento	5		6		6		6		6		6						6		6		6		6		6		5		*70*			*420*	
Certificados de Dispensa e CADRI	2		2		2		2		2		3						2		2		2		2		2		2		*25*			*90*	
Parcelamento do solo	4		4		4		4		4		6						4		4		4		4		4		4		*50*			*500*	
Postos de Gasolina	20		20		20		20		20		20						20		20		20		20		20		20		*240*			*2280*	
Fiscalização Programada																																	
Alta Prioridade	3		3		3		3		3		3						3		3		3		3		3		3		*36*			*324*	
Média Prioridade	5		5		5		5		5		5						5		5		5		5		5		5		*60*			*360*	
Outras fontes	30		30		30		30		30		30						30		30		30		30		30		30		*360*			*1440*	
Atendimento à Comunidade																																	
Reclamações	8		8		8		8		9		9						9		9		8		8		8		8		*100*			*400*	
Minist.Público/Judiciário/ Delegacias	8		8		8		8		9		9						9		9		8		8		8		8		*100*			*2500*	
Prefeituras/Câmaras/ Assemb. Legislativa	0		2		2		2		2		2						2		2		2		2		2		0		*20*			*320*	
Palestras	0		2		2		2		2		2						2		2		2		2		2		0		*20*			*320*	
Emergencias e Acidentes Ambientais									1		1						1		1		1								*5*			*100*	

- Gerência Regional da Bacia do Rio Paraná -
-PLANO DE AÇÃO 2002/2003-
AGÊNCIA AMBIENTAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Acompanhamento das Atividades - PAE - PROGRAMA DE AÇÃO ESPECÍFICA Ano 2002

PERÍODO / ATIVIDADE	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		1ª Avaliação				JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		Avaliação Anual				
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	h/h	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	%	H/hP	H/hR
Comitês/Câmaras Técnicas/Conselhos	1		1		1		1		1		1						1		1		1		1		1		1		*12*			*240*	
Inventário	2		2		2		2		2		3						3		2		2		2		2		2		*26*			*208*	
Queima de Palha de Cana/Roteiros									5		5						5		5		5		5		5		5		*40*			*160*	
Queima de Palha de Cana/Atend reclamação									1		1						1		1		1		1		1		1		*8*			*128*	
Esgoto Municipal	8		8		8		8		9		9						9		9		8		8		8		8		*100*			*200*	
Lixo Municipal	12		12		12		12		12		15						15		12		12		12		12		12		*150*			*300*	

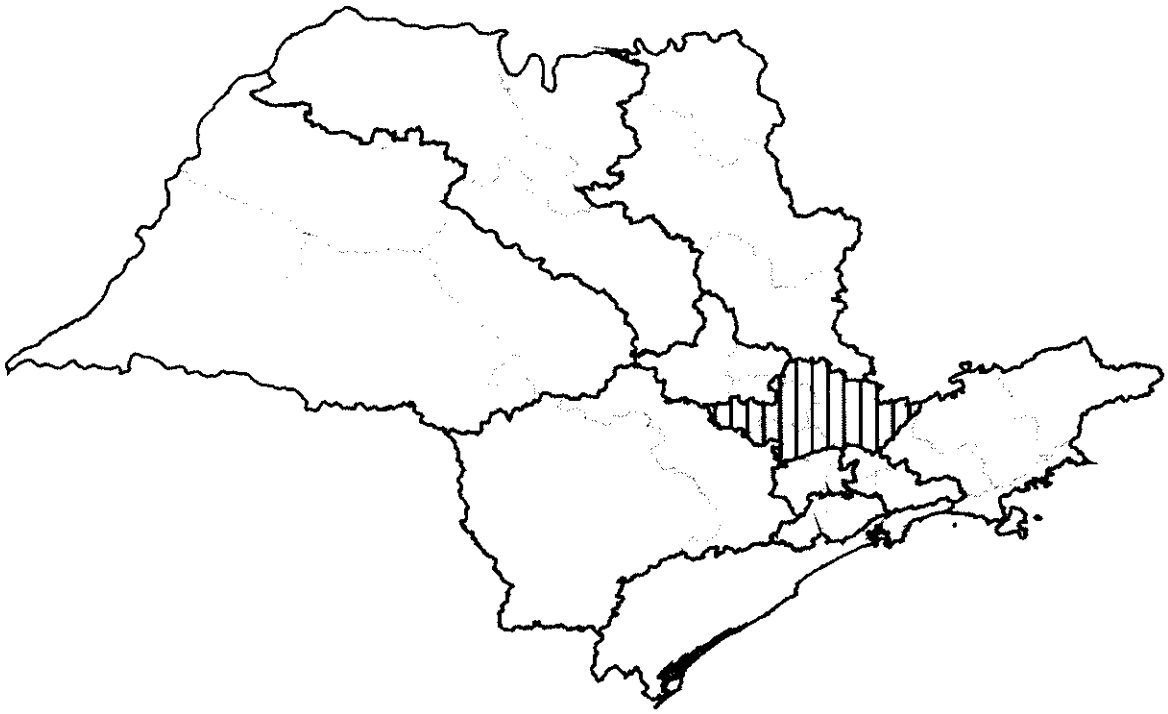
Quadro de Horas

	Horas Previstas	Horas Gastas	%
PROPEC	9654		
PAE	1236		
TOTAL	10890	0	

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CETESB

DIRETORIA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE AÇÃO 2002/2003



Regional da Bacia do Piracicaba I (CPr)

Agência Ambiental de Campinas I
Agência Ambiental de Campinas II
Agência Ambiental de Jundiaí
Agência Ambiental de Paulínia

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE CAMPINAS I – CPr-C

INTRODUÇÃO

O Plano de Ação 2002/2003 para a Agência Ambiental de Campinas I foi elaborado de acordo com as diretrizes da Diretoria de Controle de Poluição Ambiental, contidas no documento intitulado "Plano de Ação 2002/2003 – Bases para Elaboração", com participação dos funcionários da Agência Ambiental de Campinas I, e procurou abranger as principais atividades desenvolvidas na referida agência.

A Agência Ambiental de Campinas I abrange uma área de 2.102 km², com uma população de 1.227.650 habitantes, composta pelos municípios de Campinas, Capivari, Elias Fausto, Louveira, Mombuca, Monte Mor, Rafard, Valinhos e Vinhedo.

A região onde se encontra a Agência Ambiental de Campinas I deverá manter a sua posição de principal beneficiária do processo de desconcentração econômica da RMSP, fato que, aliado à expressão de sua agroindústria e ao peso de seu segmento urbano, deverá propiciar taxas de crescimento econômico superiores à média estadual, principalmente a curto e médio prazos. Os centros de excelência existentes na região deverão contribuir para o adensamento de segmentos industriais baseados em incorporação intensiva de tecnologia. Dentro desse quadro, o setor industrial deverá crescer a taxas superiores à média estadual.

Atualmente a Agência Ambiental de Campinas I conta com o Gerente da Agência, 8 técnicos, 2 comunicólogas, 1 secretária e 1 estagiária, além de 4 veículos, 9 computadores e 2 impressoras.

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

De forma sucinta, podemos elencar as seguintes principais características ambientais da região abrangida pela Agência Ambiental de Campinas I:

- A região apresenta problemas localizados de poluição do ar, sendo que a emissão de substâncias odoríferas para a atmosfera, provenientes principalmente de indústrias químicas, é a forma mais predominante, destacam-se ainda a emissão de material particulado provenientes de determinados processamentos industriais, além de produtos de combustão provenientes da queima de combustível.

Na área da Agência Ambiental de Campinas I existe uma Estação Telemétrica, uma OPS/OMS e um amostrador passivo, instaladas na E.E. Carlos Gomes e um outro amostrador passivo instalado no Jardim Chapadão, no município de Campinas. O Índice de Qualidade do Ar medido nessas estações, de acordo com os boletins de emitidos pela CETESB, na maioria das vezes tem apresentado como sendo de qualidade boa.

Um outro aspecto de poluição do ar a se considerar é a grande frota de veículos circulantes, principalmente no município de Campinas, o que acarreta o agravamento do problema de poluição do ar.

- Com relação à poluição das águas destacamos principalmente a ausência de sistemas de tratamento de esgotos domésticos na maioria dos municípios mencionados, que lançam seus esgotos domésticos "in natura" nos corpos d'água da região. Neste aspecto destacamos a situação de Campinas cujos lançamentos "in natura" de esgotos, no rio Atibaia através do ribeirão Anhumas e no rio Capivari através do ribeirão Piçarrão, são os principais responsáveis pelo atual desenquadramento destes corpos d'água. Destacamos, todavia, algumas obras de ETE's em andamento, outras já concluídas e outras compromissadas, frutos dos TAC's firmados entre os municípios, CETESB e Ministério Público.

Os municípios abrangidos pela Agência estão localizados nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba e Capivari. Mais especificamente, as zonas urbanas de Valinhos e Vinhedo estão totalmente localizadas na bacia do rio Atibaia, assim como parte do município de Campinas, cerca de 46% da área drenada referente aos esgotos domésticos gerados. Ainda cerca de 16% de Campinas drena seus esgotos domésticos para a bacia do ribeirão Quilombo. Outros 26% dos esgotos de Campinas, assim como os outros municípios acima mencionados, e também áreas industriais de Valinhos e Vinhedo drenam seus esgotos para o rio Capivari.

Salientamos ainda que existem indústrias com sistema de tratamento de águas residuárias implantados e outras em fase de implantação, visando o atendimento à legislação ambiental vigente.

- No que se refere aos resíduos sólidos, o problema ainda existente de inadequação, em sua maioria, diz respeito à disposição final dos resíduos sólidos de origem doméstica, sendo que alguns municípios dispões os citados resíduos em vazadouros municipais, outros municípios possuem sistemas próprios de tratamentos, outros estão em fase de implantação, e alguns deles encaminham os seus resíduos a locais de destinação fora da área de atuação da Agência Ambiental de Campinas I. Os resíduos sólidos de origem industrial estão sendo controlados através de emissão de CADRI para as fontes geradoras.

- Na região da Agência Ambiental de Campinas I existem algumas áreas contaminadas, devido, principalmente à disposição inadequada de resíduos sólidos. Essas áreas estão sendo objeto de investigação para posterior ação de remediação, visando a recuperação das mesmas.

- A intensa densidade demográfica da região de Campinas, hoje constituída pela Região Metropolitana de Campinas, com todas as suas características e problemas decorrentes típicos das áreas altamente urbanizadas.

- A densa, crescente e diversificada industrialização da região, trazendo todas as demandas pertinentes ao assunto.

- A conseqüente demanda de água na região, confrontante com os problemas de qualidade associados aos de quantidade, agravados sobremaneira durante a estiagem, ainda mais se considerando a operação do Sistema Cantareira localizado nas cabeceiras dos rios Atibaia e Jaguari, o qual reverte significativa quantidade de água destes rios para a Grande São Paulo.

III. PROPEC – PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE

Dentro do programa em referência, realizaremos no ano de 2002 as atividades elencadas no abaixo, dando ênfase para aquelas que necessitam de atendimento de 100% da demanda, em função de necessidades legais ou institucionais e as atividades que podem ser dimensionadas em função de outras prioridades assumidas.

Para o dimensionamento das atividades planejadas tomou-se por base os números das mesmas atingidas durante o ano de 2001, porém acrescidos em 10%, em função do crescimento natural da região e da dinâmica já experimentada dos respectivos processos.
As atividades consideradas como Propec´s e que serão abordadas no item Programa de Trabalho são: Licenciamento Ambiental, Fiscalização Programada e Atendimento à Comunidade

IV. PAE – PROGRAMA DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA

Os Programas de Atuação Específica incorporam as atividades que são consideradas específicas e não permanentes em função das características e demandas da Agência Ambiental de Campinas I. Essas atividades estão elencadas no item Programa de Trabalho.

V. PROGRAMA DE TRABALHO

Para as atividades relacionadas nos PROPEC's, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Licenciamento Ambiental

Para atendimento a esta atividade, serão realizadas inspeções, quando necessárias, análise e emissão de parecer, posicionando quanto à concessão ou indeferimento da solicitação. O atendimento deste atividade deve atingir a 100% da demanda prevista.

- Fiscalização Programada

Para atendimento a esta atividade serão realizadas fiscalizações nas fontes de poluição ambiental consideradas mais importantes em função do potencial poluidor, localização e solicitações de Ministério Público.

As citadas fontes de poluição ambiental foram divididas em fontes prioritárias de nível 1 (alta prioridade), com a seleção de 16 fontes, e fontes prioritárias de nível 2 (média prioridade), com a seleção de 30 fontes. Para as empresas prioritárias de nível 1 serão realizadas, no mínimo, 6 inspeções no corrente ano, com as respectivas ações de controle a serem desencadeadas.

Para as empresas prioritárias de nível 2 serão realizadas, no mínimo, 3 inspeções no corrente ano, com as respectivas ações de controle a serem desencadeadas.

- Atendimento à Comunidade

Esse programa abrange as atividades de atendimento à reclamações da comunidade, atendimento a acidentes ambientais, atendimento ao Ministério Público e demais entidades, atendimento a imprensa e educação ambiental, sendo o início de atendimento realizado pelas comunicólogas, e quando couber, a continuidade de atendimento será dada pelos técnicos locados na Agência, que irão desencadear as ações de controle necessárias.

No atendimento ao Ministério Público, a entidades oficiais e a Acidentes Ambientais, a demanda deverá ser cumprida em 100% .

Para as atividades relacionadas nos PAE's, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Inventário

Para a realização do inventário foram selecionadas 15 empresas, sendo 100% das empresas prioritárias nível 1 e 10% das empresas prioritárias nível 2. Observamos que as fontes prioritárias de nível 1 não são constituídas apenas por empresas, motivo pelo qual não serão inventariadas.
As informações disponíveis serão avaliadas e consolidadas pelos técnicos responsáveis pelas respectivas empresas, e servirão como ferramenta para o estabelecimento das ações de controle de poluição ambiental na região da Agência Ambiental de Campinas I

- Comitê de Bacias – CBH/PCJ

Os técnicos da Agência Ambiental de Campinas I, quando solicitado e devidamente indicado, participarão das reuniões como integrantes das câmaras técnicas, como titulares ou suplentes, cooperando efetivamente para a solução dos problemas apresentados nos comitês.

- Queima de Palha de Cana

Serão realizadas vistorias em áreas de plantio de cana, durante os meses de safra, visando coibir a queima de palha de cana nos locais onde esta atividade não é permitida, com o objetivo de evitar problemas de poluição do ar passíveis de causar incômodos à comunidade. Essa atividade será realizada através de roteiros, onde 2 técnicos irão percorrer as regiões de plantio de cana, com freqüência de 2 vezes por semana, perfazendo um total de 28 viagens no período de safra.

- Áreas Contaminadas

Para atendimento a essa atividade, foram elencadas 10 áreas contaminadas que terão continuidade de fiscalização para identificação, acompanhamento de planos de investigação e acompanhamento dos trabalhos de remediação, visando a recuperação das mesmas.

- Atendimento a Municípios

Para atendimento a essa atividade serão realizados trabalhos junto aos 9 municípios localizados na região da Agência Ambiental de Campinas I, visando a implantação de locais de destinação de resíduos sólidos domiciliares adequados, de Estações de Tratamento de Esgotos e Sistemas de Destinação Final para lodos de Estação de Tratamento de Água adequados. Serão realizadas inspeções técnicas nos locais existentes, bem como nos locais onde estes sistemas estarão sendo implantados.

Maior ênfase será dado ao município de Campinas, com relação a implantação de Estações de Tratamento de Esgotos, que terá 70% de seus esgotos tratados até o ano de 2004. Será acompanhado ainda os trabalhos de implantação das Estações de Tratamento de Esgotos no município de Capivari, bem como a implantação do aterro sanitário em valas no município de Elias Fausto.

- Fiscalização de Densidade Colorimétrica de Veículos à Diesel

Efetuar fiscalização de fontes móveis, com a respectiva elaboração de penalidades, quando da saída dos técnicos para a realização de inspeções. Esse programa tem como objetivo diminuir a poluição do ar proveniente de veículos automotores.

- Contagem de veículos

Efetuar a contagem de veículos em pontos fixos definidos para fins estatísticos, com relação a frota de veículos circulantes no município de Campinas.

- Projeto Paulínia

Serão realizados inspeções nas fontes de poluição ambiental integrantes do referido projeto, para alimentar o seu banco de dados.

- Treinamento

Os funcionários lotados na Agência Ambiental de Campinas I deverão participar de cursos, seminários e outros eventos, visando a sua capacitação para aprimoramento e melhor desenvolvimento de suas funções. É esperado a participação de todos os funcionários da Agência Ambiental de Campinas I, em pelo menos 2 cursos com duração de 40 horas.

- Planejamento 2002/2003

Analisar criticamente os dados dos inventários e dos relatórios de qualidade ambiental publicados pela CETESB, visando identificar e priorizar os principais problemas ambientais, estabelecendo programas específicos de ação, de forma dar maior eficácia às ações da CETESB.

VI. QUADRO – DEMANDAS/DISPONIBILIDADE

As horas disponíveis para desenvolver as atividades propostas durante o ano de 2002 foram obtidas considerando-se 11 profissionais trabalhando 1500 horas/ ano, perfazendo um total de 16500 horas por ano.

Para dimensionar as atividades planejadas tomou-se por base o realizado durante o ano de 2001, acrescido-se 10%, em função do crescimento natural da região e da dinâmica já experimentada dos respectivos processos.

PROPEC - PROGRAMAS PERMANENTES DE CONTOLE

ATIVIDADES	REALIZADO 2001 (nº)	PREVISTO 2002 (nº)	HORAS EXTERNAS (horas)	HORAS INTERNAS (horas)	HORAS TOTAIS (horas)
LICENCIAMENTOS E CERTIFICAÇÕES					
LI	318	350	-	7	2450
LF	279	307	3	8	3.377
LI – Postos combustíveis	-	70	3	4	490
LF – Postos combustíveis	-	70	4	4	560
CDLI	63	70	2	2	280
CADRI	217	239	-	7	1673
GRAPROHAB	19	21	3	9	252
Parecer Técnico	-	5	-	5	25
Atendimento ao público	-	-	-	-	
				TOTAL PARCIAL	***9107***
FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA					
Prioritárias P1	-	16	4	4	768
Prioritárias P2	-	30	3	3	540
				TOTAL PARCIAL	***1308***
ATENDIMENTO A COMUNIDADE					
Reclamações Novas-Registros	185	204	-	1	204
Reclamações Novas-Atendidas	101	111	4	4	888
Reclamações Repetitivas-Registros	428	471	-	1	471
Reclamações Repetitivas-Atendidas	107	118	4	4	944
Acidentes Ambientais	101	111	8	10	1998
Ministério Público	32	35	3	7	350
Demais entidades	-	118	2	3	590
Atendimento a imprensa	-	48	-	1	48
Educação Ambiental		62	-	2	124
				TOTAL PARCIAL	***5617***
TOTAL GERAL					
TOTAL GERAL DE HORAS PARA PROPEC					***16032***

PAE – PROGRAMAS DE ATUAÇÕES ESPECÍFICAS

ATIVIDADES	QUANTIDADE EVENTOS (nº)	DURAÇÃO EVENTO (horas)	NÚMERO TÉCNICOS (nº)	TOTAL HORAS (horas)
Inventários	15	8	1	120
Comitê de Bacias-CBH/PCJ	12	8	1	96
Queima Palha de Cana-QPC	28	4	2	224
Áreas Contaminadas	10	32	9	320
Atendimento a Municípios	9	48	1	432
Fumaça Preta	96	1	8	96
Contagem de Veículos	2	8	3	48
Avaliação de NH3-efluentes/corpos d'água				
Projeto "Paulínia"	6	8	3	48
Planejamento 2002/2003	12	8	1	96
Qualidade do Ar-Ozônio				
Áreas de Preservação Ambiental-APA				
Treinamento	24	40	12	960
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL DE HORAS PARA PAE				***2440***

VII. CONCLUSÃO

Conforme podemos observar pelos dados acima, as demandas requerem um total de 18472 horas, e a disponibilidade da Agência Ambiental de Campinas I é de 16500 horas, portanto existe um déficit de 1972 horas. Considerando que cada técnico cumpre um total de 1500 horas para atendimento as atividades constantes deste PAC, há necessidade de pelos menos 1 técnico para esta Agência.

Tendo em vista o déficit acima mencionado, e não havendo contratações, algumas atividades elencadas neste plano deverão sofrer adequações para serem atendidas na íntegra, dentre elas podemos citar o atendimento a reclamações novas e repetitivas, que terão que ser otimizadas, principalmente em relação a freqüência e ao potencial poluidor da fonte reclamada.

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE CAMPINAS II - CPrM

I - INTRODUÇÃO

A Agência Ambiental de Campinas II – CPrM, com a dimensão dos problemas ambientais na bacia do rio Piracicaba tem o enorme desafio de buscar maior eficiência do gerenciamento da utilização dos recursos naturais e uso e ocupação do solo, face ao intenso processo de desenvolvimento e urbanização da região.
Ao longo da história, a CETESB adotou diferentes concepções e estratégias no tratamento da questão ambiental, de forma a cumprir sua missão legal e institucional, em função dos processos produtivos e transformações da organização social. O planejamento ambiental requer hoje o desenvolvimento de conceitos e de procedimentos negociais de forma a articular o conjunto dos segmentos envolvidos na resolução de questões e de conflitos, e desenvolver ações integradas em busca do desenvolvimento sustentável.

A CETESB, com base nas suas atribuições legais, tem a missão institucional de estabelecer estratégias de gestão de forma a garantir a preservação e/ou a recuperação da qualidade ambiental na região com vistas a melhoria da qualidade de vida.

II - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

A Agência Ambiental de Campinas II – CPrM é responsável pelo controle da poluição de parte da bacia do rio Piracicaba, com área de drenagem dos rios Jaguari e alto Atibaia, englobando 19 (dezenove) municípios, com população de, aproximadamente, 600000 habitantes, conforme discriminado no quadro abaixo.

Tabela 1 – Relação dos Municípios da CPrM com dados

Bacia do rio Atibaia		**Bacia dos rios Jaguari e Camanducaia**			
Municípios	**População**	**Municípios**	**População**	**Municípios**	**População**
Atibaia	111055	Amparo	60415	Pedra Bela	5604
Bom Jesus dos Perdões	13213	Bragança Paulista	124888	Pedreira	35242
Itatiba	80884	Holambra	7231	Pinhalzinho	10971
Jarinú	17677	Jaguariúna	29450	Sto. Ant. de Posse	18145
Nazaré Paulista	14379	Joanópolis	10388	Tuiuti	4933
Piracaia	22986	Monte Alegre do Sul	6323	Vargem	6975
		Morungaba	9919		
TOTAL	**260194**				**330484**

Fonte: IBGE - Censo 2000

O processo de desconcentração industrial da RMSP - Região Metropolitana de São Paulo tem deslocado para a região de Campinas, hoje constituída a RMC - Região Metropolitana de Campinas, uma das frentes mais avançadas da economia paulista, destacando para a região elevada diversificação produtiva com instalação e ampliação de plantas intensivas de capital e tecnologia. Os corredores viários formados principalmente pelas rodovias Anhangüera, Bandeirantes, D. Pedro I e Fernão Dias e as linhas tronco da Ferroban configuram enormes vantagens para as empresas que procuram se localizar fora da RMSP.

A diversificação da base produtiva na Região Metropolitana de Campinas tem sido responsável pela crescente participação da região na composição do Valor Adicional Industrial do Estado, que de 15,1% em 1980 passou para 17,6% em 1987 e 18,8 % em 1996. (Fonte SEADE).

A duplicação da rodovia Fernão Dias incrementou o adensamento em torno dos municípios da região de cabeceira dos mananciais, provocando um aumento populacional decorrente do incremento econômico. Observa-se uma intensificação do processo de urbanização e industrialização, principalmente nos municípios de Bragança Paulista e Atibaia com expansão para os municípios de Bom Jesus dos Perdões e Piracaia, consolidando um parque industrial forte.

Poluição Das Águas

- **Cargas Orgânicas de Origem Doméstica**

As cargas de origem doméstica constituem hoje a principal fonte poluidora dos corpos d'água na área de abrangência da Agência.

A tabela 2 foi elaborada de forma a ilustrar a situação das cargas poluidoras de origem doméstica cujos valores foram calculados com base nas populações urbanas atendidas por rede de esgotos, adotando-se a contribuição de 54 gramas de $DBO_{(5,20)}$/dia/habitante e as cargas remanescentes foram obtidas adotando-se 85% de remoção da mesma para eficiência do sistema de tratamento existente.
Os dados demostram que praticamente todo o esgoto doméstico coletado nos municípios da área é lançado nos corpos d'água da bacia, sem tratamento prévio. Somente 6 municípios possuem sistema de tratamento de esgotos em operação (total ou parcial), removendo apenas 6% da carga poluidora potencial . Os impactos à qualidade dos corpos d'água conferem situação crítica quanto à alteração de sua qualidade em determinados trechos, configurando situações de constante alerta em pontos de captação à jusante, como é o caso do rio Atibaia no trecho de Valinhos e Campinas, etc.

Tabela 2 - Cargas Orgânicas Municipais

Bacia do rio Atibaia

Municípios	População		ton DBO/ano	
	Urbana	%atendida por coleta	potencial	remanesc.
Atibaia	96720	57,0	1086,62	1086,62
B. J. dos Perdões	11127	90,0	197,38	197,38
Itatiba	65602	92,0	1189,57	1189,57
Jarinu	11623	86,0	197,02	29,55
Nazaré Paulista	5821	54,0	61,95	9,29
Piracaia	22986	66,0	299,01	299,01
TOTAL	**213879**		**3031,55**	**2811,42**

Bacia dos rios Jaguari e Camanducaia

Municípios	População		ton DBO/ano	
	Urbana	%atendida por coleta	potencial	remanesc.
Amparo	43351	85,0	726,30	726,30
Brag. Paulista	110982	85,0	1859,34	1859,34
Holambra	3958	95,0	74,11	70,11
Jaguariúna	25669	80,0	404,75	404,75
Joanópolis	10388	86,0	176,09	176,09
M. Alegre do Sul	3280	70,0	45,26	45,26
Morungaba	7795	91,2	140,12	21,02
Pedra Bela	1206	82,0	19,49	19,49
Pedreira	34155	98,0	659,74	633,35
Pinhalzinho	5279	88,0	91,56	18,31
Sto. A. de Posse	14673	60,0	173,52	173,52
Tuiuti	2262	55,0	24,52	24,52
Vargem	2611	62,0	31,90	31,90
TOTAL	**265609**		**4426,70**	**4203,96**

Dados populacionais: IBGE - Censo 2000
Carga estimada = 0,054 Kg $BDO_{(5,20)}$/hab/dia

- **Cargas de Origem Industrial**

As cargas de origem industrial remanescente representam 21,2% da carga orgânica poluidora remanescente da área de jurisdição da Agência. Para verificação da contribuição da carga orgânica de origem industrial foram utilizados dados de amostragens compostas realizadas em um período de 24 horas nas empresas selecionadas como fontes prioritárias de poluição das águas. Verifica-se nas bacias dos rios Atibaia, Jaguari e Camanducaia, que 7 indústrias na bacia do rio Atibaia e 10 indústrias nas bacias dos rios Jaguari e Camanducaia são responsáveis por 99% do total da carga orgânica de origem industrial amostrada com lançamento de efluentes líquidos em corpos d'água existentes na área de jurisdição da Agência. A carga remanescente total corresponde à 1882,31 ton DBO/ano.

Resíduos Sólidos

• Resíduos Sólidos Domiciliares

A Tabela 3 demonstra a geração de resíduos sólidos na área de jurisdição da Agência Ambiental de Campinas II, somando um total de 87497 toneladas/ano. De acordo com o IQR – Índice de Qualidade de Aterros de Resíduos, destes, 16 utilizam sistemas de disposição adequados e/ou controlados, o que corresponde a 93% do total gerado.

Tabela 3 - Resíduos Sólidos Domiciliares: Geração e Destinação

Bacia do rio Atibaia

Municípios	População Urbana	ton/ano	IQR
Atibaia	96720	17651	8,9 *
B. J. dos Perdões	11127	2030	2,6
Itatiba	65602	11972	8,4
Jarinu	11623	2121	9,1
Nazaré Paulista	5821	1062	6,7
Piracaia	22986	4194	6,1
TOTAL	**213879**	**39030**	

Bacia dos rios Jaguari e Camanducaia

Municípios	População Urbana	ton/ano	IQR
Amparo	43351	7911	9,5
Brag. Paulista	110982	20254	8,9
Holambra	3958	722	8,7
Jaguariúna	25669	4684	9,8**
Joanópolis	10388	1895	3,4
M. Alegre do Sul	3280	598	9,5 ***
Morungaba	7795	1422	7,1
Pedra Bela	1206	220	8,6
Pedreira	34155	6233	6,1
Pinhalzinho	5279	963	7,9
Sto. A. de Posse	14673	2677	2,8
Tuiuti	2262	412	6,3
Vargem	2611	476	6,7
TOTAL	**265609**	**48467**	

Dados populacionais – IBGE - Censo 2000 Estimado 0,5 Kg/hab/dia
(*) Disposição no Aterro do município de Bragança Paulista
(**) Disposição no Aterro ESTRE do município de Paulínia
(***) Disposição no Aterro do município de Amparo

• Resíduos Sólidos Industriais

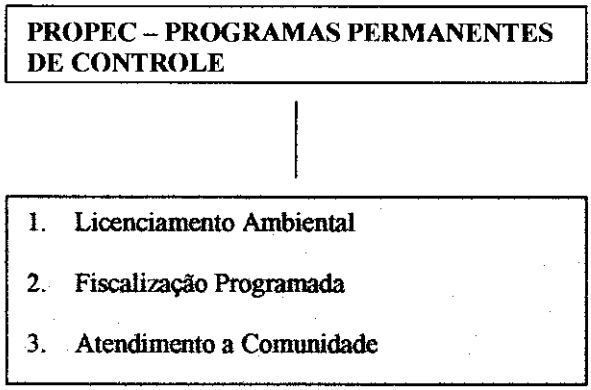
A região apresenta expressiva geração de resíduos sólidos industriais. Porém, as instalações de tratamento e destinação final dos resíduos na região são insuficientes, o que tem levado as indústrias a praticar o armazenamento de seus resíduos ou destiná-los a outros locais de disposição/tratamento, dentro do Estado de São Paulo ou em outros estados brasileiros. A região requer, ainda, o estabelecimento de mecanismos de atuação sobre áreas contaminadas.

Nas bacias dos rios Atibaia, Jaguari e Camanducaia, existem 8 (oito) fontes industriais responsáveis por 100% de resíduos classe I, totalizando 3024,3 t/ano e 14 (catorze) fontes industriais responsáveis por 95% de resíduos classe II, totalizando 135872,2 t/ano. Esse universo de fontes faz parte da sistemática de fiscalização rotineira da Agência Ambiental de Campinas II.

Deve-se destacar a existência na área de jurisdição da Agência Ambiental de Campinas II, o empreendimento denominado Aterro Industrial Mantovani S/C Ltda., localizado no sítio Pirapitingui, em área rural do município de Santo Antônio de Posse, que iniciou suas atividades em 1974, recebendo, inicialmente, resíduos industriais gerados no processo de reciclagem de óleos lubrificantes (borra ácida e terra füller). Posteriormente, o aterro passou a receber diversos outros resíduos industriais perigosos, incluindo líquidos, até que, em setembro de 1987, teve suas atividades interrompidas, em função de exigências da CETESB e de pressões da comunidade local, constituindo hoje um passivo ambiental que requer uma avaliação detalhada e intervenções, no sentido de estimar a extensão e reparar os danos ambientais decorrentes de suas operações.

III - PROGRAMAS PERMANENTES DE CONTROLE – PROPEC

Programas Permanentes de Controle (PROPEC), que correspondem as atividades rotineiras inerentes à missão institucional da Companhia, de caráter permanente.



- *LICENCIAMENTO AMBIENTAL*

- analisar e responder a totalidade das solicitações de licenças protocolizadas, bem como, os pedidos de CDLI – Certificado de Dispensa de Licença; pareceres de GRAPROHAB e CADRI – Certificado de Aprovação de Destinação de Resíduos Industriais;
- introduzir novas fontes de potencial poluidor significativo, no banco de dados existente.

- FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA

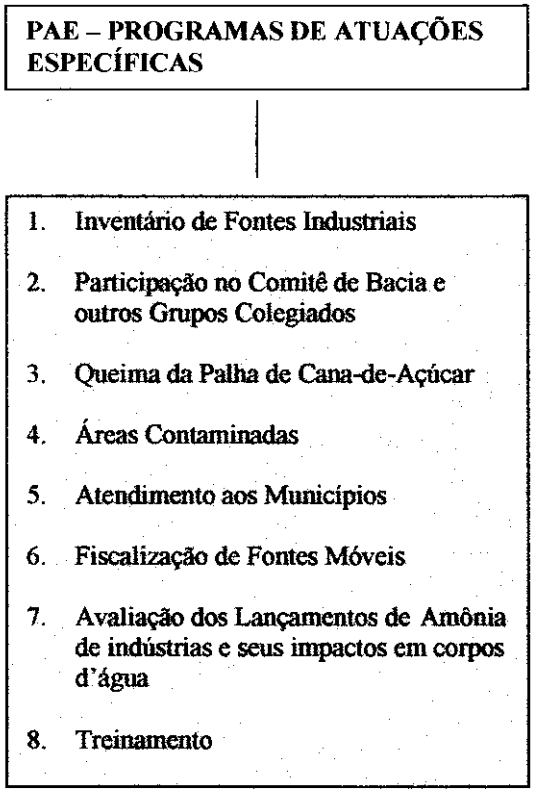
- à partir da consolidação do banco de dados pela Diretoria de Controle de Poluição Ambiental, realizar levantamento industrial nas fontes prioritárias;
- manter a fiscalização nas indústrias prioritárias enquadradas na legislação ambiental vigente;
- atualizar avaliações de cargas de empresas selecionadas;
- implantar sistemática de controle de movimentação de resíduos das empresas prioritárias;
- fiscalizar as empresas geradoras e as instalações de disposição final de resíduos existentes na área de atuação;
- fomentar a implantação de prevenção a poluição nas fontes prioritárias.

- ATENDIMENTO A COMUNIDADE

- estabelecer critérios para atendimento baseado em risco à saúde pública e meio ambiente, número de reclamações e campo de atuação da CETESB;
- atender as reclamações após triagem pelo setor comunitário, segundo os critérios pré-estabelecidos;
- dar continuidade de atendimento às reclamações existentes;
- orientar a comunidade sobre as atribuições da CETESB e o que não for de competência da Companhia, informar o usuário a quem compete;
- elaborar estudos comparativos anuais das incidências de reclamações em fontes prioritárias;
- fornecer informações por meio de releases à imprensa, em casos de ocorrências de acidentes ambientais;
- atender de imediato os acidentes comunicados e encaminhar solução ambiental;
- atender as solicitações encaminhadas pelo Ministério Público, relativas à área de atuação da CETESB;
- encaminhar ao Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, às solicitações referentes a avaliação de níveis de ruídos de fontes não industriais;
- atender às solicitações de outros órgãos, restringindo na competência da CETESB, compatibilizando com as demais demandas e recursos disponíveis;
- participar, através do Núcleo de Educação Ambiental, nos trabalhos de Educação Ambiental junto às comunidades afetadas por problemas ambientais.

IV - PROGRAMAS DE ATUAÇÕES ESPECÍFICAS - PAE

Programas de Atuação Específica (PAE), que correspondem a programas específicos com cronogramas pré-estabelecidos para sua conclusão, sendo que, em alguns programas, o corpo técnico da Agência Ambiental de Campinas II está parcialmente envolvido, uma vez tratar-se de programas coordenados por outras áreas da Companhia.



- INVENTÁRIO DE FONTES INDUSTRIAIS

- implantar o inventário de fontes prioritárias de acordo com o estabelecido pela Diretoria de Controle da Poluição Ambiental, consolidando às informações no SIPOL.

- PARTICIPAÇÃO EM COMITÊ DE BACIA E OUTROS GRUPOS COLEGIADOS

- participar ativamente, respondendo pelo papel institucional da CETESB das discussões e decisões da gestão ambiental da bacia.

- QUEIMA DA PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR

- controlar a prática de queima de palha de cana na região, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Controle de Poluição Ambiental.

- ÁREAS CONTAMINADAS

- efetuar cadastramento das áreas contaminadas conhecidas, incluindo fontes industriais e postos de abastecimento de combustível;
- implementar avaliação das áreas;
- implementar ações para desenvolvimento dos programas de avaliação e remediação;
- resolução de pelo menos um caso com ação tecnológica proposta.
- definir, em conjunto com a Diretoria de Controle de Poluição Ambiental, as medidas de caráter técnico e administrativo necessárias à continuidade das ações sobre o aterro Mantovani e indústrias que depositaram resíduos no local;
- dar continuidade às ações de controle (fiscalização e monitoramento) sobre o aterro Mantovani;

- ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS

- atender a política definida pela Diretoria de Controle de Poluição Ambiental, visando acionar os municípios, segundo escala de prioridades: localização; impacto ambiental e existência de obras ou projetos;
- acompanhar as obras dos sistemas de tratamento de esgotos;
- licenciar as unidades de tratamento de esgotos;
- fiscalizar as instalações de tratamento disposição final de resíduos;
- acompanhar os TAC's assinados, com acionamento dos municípios que não cumpriram cláusulas compromissadas, e ainda, notificando o Ministério Público a respeito;

- FISCALIZAÇÃO DE FONTES MÓVEIS

- continuar a fiscalização de percurso, quando em deslocamento para inspeção de rotina, da densidade colorimétrica da fumaça emitida por veículos à diesel, visto o caráter estadual e permanente do programa estabelecido pela Diretoria de Controle de Poluição Ambiental;
- realizar contagem de veículos à diesel, visando uma amostragem da situação da frota quanto a densidade colorimétrica da fumaça emitida.

- TREINAMENTO

- participar de treinamento, por meio de cursos ministrados, conforme necessidade profissional e critérios estabelecidos pela Companhia.

- AVALIAÇÃO DOS LANÇAMENTOS DE AMÔNIA DE INDÚSTRIAS E SEUS IMPACTOS EM CORPOS D'ÁGUA

Em campanhas de amostragem de efluentes líquidos industriais, no desenvolvimento do Projeto Paulínia, foi identificada a presença de concentrações de amônia em efluentes de algumas indústrias, lançados na bacia do rio Jaguari.

Pretende-se avaliar, de forma mais consistente, esta situação e os eventuais impactos que estes lançamentos vêm causando à qualidade das águas dos corpos receptores.

Para isso, será necessário realizar novas campanhas de amostragem de efluentes industriais, desenvolvendo-se, simu1ltaneamente, a avaliação de qualidade das águas da bacia do rio Jaguari, nos trechos de interesse quanto a esse aspecto.

V - PROGRAMA DE TRABALHO

O Plano de Ação 2002/2003 tem como objetivo "servir como um instrumento de gestão e ser efetiva ferramenta para auxiliar o gerenciamento ambiental da Agência na tomada diária de decisões".

VI - DEMANDAS x DISPONIBILIDADE

As atividades e horas necessárias ao cumprimento do Plano de Ação, num total de 18042 homens/hora x ano podem ser observadas na tabela a seguir que levou em conta os critérios abaixo:

- As mesmas atividades realizadas durante o ano 2001, acrescidas em 10%;
- As horas a serem despendidas nas atividades foram levantadas ouvindo os técnicos da área;

O total de horas disponíveis para desenvolver todas atividades previstas nos PROPEC´s e PAE´s durante o ano de 2002, foi obtido considerando o seguinte quadro técnico:

- 1 gerente
- 7 técnicos
- 1 comunicóloga
- 1500 horas/técnico x ano

PAE - PROGRAMAS DE ATUAÇÕES ESPECÍFICAS

ATIVIDADES	QUANTIDADE EVENTOS (nº)	DURAÇÃO EVENTO (horas)	NÚMERO TÉCNICOS (nº)	TOTAL HORAS (horas)
Inventários	7	8	7	392
Comitê de Bacias-CBH/PCJ	8	8	3	192
Queima Palha de Cana-QPC	6	8	1	48
Áreas Contaminadas	24	8	2	384
Atendimento aos Municípios	74	12	1	888
Fiscalização de Fontes Móveis	3	8	3	72
Avaliação de NH3-efluentes/corpos d'água	4	8	6	192
Planejamento 2002/2003	12	8	2	192
Treinamento	2	40	9	720
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL DE HORAS PARA PAE				***3080***

PROPEC - PROGRAMAS PERMANENTES DE CONTROLE

ATIVIDADES	REALIZADO 2001 (nº)	PREVISTO 2002 (nº)	HORAS EXTERNAS (horas)	HORAS INTERNAS (horas)	HORAS TOTAIS (horas)
LICENCIAMENTO AMBIENTAL					
LI	282	310		7	2171
LF	266	293	3	5	2341
LI - Postos combustíveis	*	24	3	4	168
LF - Postos combustíveis	*	195	4	4	1560
CDLI	45	50		3	149
CADRI	74	81		7	570
GRAPROHAB	34	37		9	337
Parecer Técnico	5	6		9	50
				TOTAL PARCIAL	***7345***
FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA					
Prioritárias P1	74	74	3	5	592
Prioritárias P2	80	80	3	3	480
				TOTAL PARCIAL	***1072***
ATENDIMENTO A COMUNIDADE					
Reclamações Novas-Registros	200	220		0,5	110
Reclamações Novas-Atendidas	56	62	3	5	493
Reclamações Repetitivas-Registros	321	353		0,5	177
Reclamações Repetitivas-Atendidas	49	54	3	5	431
Acidentes Ambientais	38	42	8	10	752
Ministério Público	121	133	3	7	1331
Demais entidades	97	107	3	7	1067
Atendimento a imprensa	385	424		2	847
Educação Ambiental	152	167	2	6	1338
				TOTAL PARCIAL	***6546***
TOTAL GERAL					
TOTAL GERAL DE HORAS PARA PROPEC					***14962***

* na época não foi previsto horas/homem para esse assunto

VII - CONCLUSÕES

Analisando-se o levantamento de horas necessárias para o cumprimento do PROPEC e do PAE, verifica-se que o primeiro envolverá 14962 horas e o segundo 3080 horas, num total de 18042 horas. Ressalve-se que as atividades do PROPEC terão que ser 100% realizadas.

A Agência possui nove funcionários diretamente relacionados a esses programas, que representam um total de 13500 horas disponíveis para execução das atividades elencadas nos mesmos.

Portanto, em função desses dois levantamentos, concluímos que a quantidade de horas necessárias é superior a quantidade de horas disponíveis. A diferença é de 4542 horas. Considerando-se que a quantidade de horas/homem adotada é de 1500, a diferença acima significa a necessidade de mais 3 funcionários para que a totalidade das atividades sejam cumpridas. Caso não haja a incorporação de mais esse adicional de funcionários, o cumprimento das metas deverá ser adequado, o que poderá significar a otimização e o corte de algumas atividades originalmente propostas. Neste caso, o atendimento a reclamações deverá ser uma das atividades a ser observada, no sentido de se otimizar o tempo a ser despendido, considerando-se a relevância, a priorização e a pertinência das mesmas.

PLANO DE AÇÃO 2002/2003
AGÊNCIA AMBIENTAL DE JUNDIAI – CPr-J

1. INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta o Plano de Ação de Controle Ambiental 2002/2003 para a Agência de Jundiaí e foi elaborado de acordo com as diretrizes da Diretoria de Controle de Poluição Ambiental, contidas no documento intitulado "PLANO DE AÇÃO 2002/2003 – Bases para Elaboração", formulado em outubro de 2.001.

A área de atuação da Agência Ambiental de Jundiaí coincide, quase que em sua totalidade, com a Bacia Hidrográfica do Rio Jundiaí, a qual está inserida na UGRHI 05 – PCJ. Situa-se na região geograficamente denominada Planalto Paulista, ocupando uma área de aproximadamente 1.180 Km² que abrange os municípios de Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Jundiaí, Itupeva, Cabreúva, Indaiatuba e Salto, os quais encerram uma população total de 778.407 habitantes, sendo 736.181 nas zonas urbanas e 42.226 nas zonas rurais.

Partes dos territórios dos municípios de Cabreúva e Salto estão inseridas na Bacia Hidrográfica 11- Sorocaba/Tietê Médio Superior, UGRHI 10 – Tietê/ Sorocaba.
Cabe salientar que, muito embora a sede de Cabreúva não esteja localizada na área de drenagem da Bacia do Rio Jundiaí, a maior porção populacional e a maior concentração industrial do município estão localizadas na região de influência da sub bacia hidrográfica do Ribeirão Piraí, integrante da Bacia do Rio Jundiaí.

Os territórios dos municípios de Jundiaí e Cabreúva são considerados Áreas de Proteção Ambiental, criadas por Leis específicas na década de 80 e regulamentadas em 1998. Do zoneamento definido na regulamentação, há que se destacar as Zonas de Conservação Hídrica, que são áreas de influência dos mananciais de interesses locais e regional.

A região apresenta acentuado desenvolvimento industrial aliado a um crescimento populacional significativo, cujas taxas anuais variam entre 1,75% para o caso de Jundiaí até 8,85 % para Cabreúva.
O principal rio da bacia é o Rio Jundiaí, que tem suas nascentes na Serra Vermelha, no município de Mairiporã-SP, e percorre 123 Km até sua foz no rio Tietê, no município de Salto.
Este perfil regional cria demandas de ações de controle ambiental, de natureza preventiva e corretiva, acompanhadas de efetiva e intensa participação do Ministério Público, Prefeituras Municipais, demais entidades oficiais, ONGs e da própria população em geral.

O contingente da agência é formado por 11 técnicos (computado o gerente da agência), 1 comunicóloga, 5 funcionários administrativos, 3 estagiários técnicos, 1 estagiário administrativo de nível médio e 1 estagiário para auxílio em serviços administrativos contratado através do convênio com a APAE. Os recursos materiais disponíveis consistem em 5 veículos, 9 micro-computadores, 1 servidor e 1 validador de senhas.

II **DIAGNÓSTICO AMBIENTAL**

- **POLUIÇÃO DO AR:**

A poluição do ar tem destaque na região entre as reclamações registradas pela comunidade, sendo a principal questão reclamada. Dentre suas diversas formas, a que predomina é a emissão de substâncias odoríferas, seguida de fumaças, poeiras, queimadas e fuligem.

Respondem pelos incômodos, principalmente, as indústrias químicas, indústrias cerâmicas, abatedouros avícolas, indústrias de chapas de madeiras e as indústrias que se utilizam de óleo combustível e lenha para queima em caldeiras, dentre outras, de um parque industrial de cerca de 2.200 empresas. As principais fontes fixas de poluição atmosférica contam com equipamentos de controle de poluição instalados, cujas operações são rotineiramente fiscalizadas por esta Agência.

Existem duas estações de avaliação da qualidade do ar (OPS/OMS) instaladas na região, uma no município de Jundiaí e outra em Salto, as quais monitoram a concentração de fumaça e SO2 na atmosfera. Os resultados, em ambos os casos, não tem demonstrado ultrapassagens dos padrões de qualidade. Uma estação volante de avaliação de qualidade do ar encontra-se instalada em Jundiaí desde maio de 2.001 com objetivo de realizar uma avaliação mais abrangente, cujo relatório final deverá ser elaborado no decorrer de 2.002.

- **POLUIÇÃO DAS ÁGUAS**:

A região apresenta trechos sensíveis de cursos d'água que são mananciais para abastecimento público da região, como são os casos do Ribeirão Piraí (principal manancial de Salto e Indaiatuba), Rio Jundiaí Mirim (principal manancial de Jundiaí), Rio Capivarí (manancial de Campinas) e cabeceiras do Rio Jundiaí (manancial de Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista).

O rio Jundiaí é classificado em sua maior extensão como classe 4, e nesse trecho, suas finalidades principais são o abastecimento industrial, a mineração de areia e o seu uso como receptor dos despejos da região.

A grande maioria das indústrias, que em seus processos apresentam fontes geradoras de efluentes líquidos, contam com Sistemas de Tratamento das Águas Residuárias, cujas operações são acompanhadas rotineiramente por esta Agência. Existem, ainda, industrias cujos sistemas de tratamento de efluentes líquidos encontram-se em fase de implantação, objetivando o atendimento à legislação vigente e cujas obras estão sendo acompanhadas através de inspeções técnicas.

Quanto aos esgotos sanitários gerados pelos municípios, cerca de 50% da carga potencial está sendo tratada antes do lançamento nos corpos receptores. As E.T.E's existentes, atualmente, atendem praticamente a totalidade da população urbana de Jundiaí, cerca de 15% da população urbana de Indaiatuba e aproximadamente 50% da população urbana de Cabreúva.

- **POLUIÇÃO DO SOLO:**

Parte dos resíduos sólidos urbanos da região é disposta nos 04 (quatro) aterros sanitários que se encontram em operação, a saber: Aterro Sanitário de Itupeva, Aterro Sanitário de Cabreúva, Aterro Sanitário de Indaiatuba e Aterro Sanitário de Salto. Os aterros de Salto e de Indaiatuba já dispõem de licenças de funcionamento da CETESB e os de Itupeva e de Cabreúva estão com seus processos de licenciamento em andamento.

O aterro sanitário de Várzea Paulista (Aterro Sanitário do CIAS), que até 02 de janeiro de 2.002, atendia aos municípios de Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista e Jundiaí, está esgotado e encontra-se em fase de encerramento das atividades, recebendo, atualmente, apenas os resíduos urbanos de Várzea Paulista. Vale citar que o uso do aterro pelo município de Várzea Paulista está em desacordo com as determinações da CETESB e o caso está sendo discutido junto à Diretoria de Controle para a tomada de decisão, uma vez que existe ação judiciária em andamento.
Os resíduos urbanos de Jundiaí, a partir de 02 de janeiro de 2.002, passaram a ser encaminhados para disposição no Aterro Sanitário da ESTRE em Paulínia, enquanto que os resíduos de Campo Limpo Paulista passaram a ser dispostos em aterro operado pela empresa CAVO, situado fora da área de jurisdição da Agência de Jundiaí.

Os resíduos de serviços de saúde da região são, em sua totalidade, destinados a sistemas de tratamento e destinação final aprovados pela CETESB.

A região apresenta três áreas contaminadas identificadas até o presente momento, sendo a primeira localizada em Várzea Paulista, nas dependências da empresa Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda (indústria classificada no PA, como P2) e cujo plano de ação de remediação encontra-se em curso.

A segunda em Indaiatuba onde operava a empresa Polipetro Industrial Comercial de Produtos Químicos Ltda, atualmente massa falida, e sobre a qual pretende-se dar continuidade nas ações de controle, em parceria com o Ministério Público, de maneira a envolver empresas que, no passado, destinaram seus resíduos ao local, para que realizem diagnóstico da situação e remediação da área.

A terceira área contaminada situa-se no Sítio Rincão, município de Cabreúva, onde, no passado, a extinta firma Trader-Cabreúva implantou, operou e posteriormente abandonou um sistema de disposição de resíduos industriais; sobre essa área foi iniciada ação de controle com a identificação e autuação de uma empresa que destinou seus resíduos ao local, no sentido de a mesma realizar o diagnóstico da situação e o plano de remediação.

III . PROGRAMAS PERMANENTES DE CONTROLE – PROPEC'S

Subdividem-se em três grupos distintos de programas - "Licenciamento Ambiental, Fiscalização Programada" e "Atendimento à Comunidade".

Licenciamento Ambiental
As atividades relativas à esse programa, que em razão dos aspectos legais requerem atendimento de 100 % da demanda, compreendem:

- **Licenças de instalação:** análise e emissão de relatório contendo parecer do técnico, emissão ou indeferimento da licença.
- **Licenças de funcionamento:** uma ou mais inspeções técnicas, análise e emissão de relatório contendo o parecer do técnico, emissão ou indeferimento da licença.
- **CDLI:** inspeção técnica quando necessário, análise e emissão de parecer, concessão ou indeferimento do certificado.
- **CADRI:** consultas às demais Agências via SPD, análise das solicitações e emissão de parecer, concessão ou indeferimento do CADRI.
- **GRAPROHAB:** inspeção técnica, análise e emissão de parecer, deferindo ou indeferindo o certificado.
- **Atendimento ao público:** recepção e atendimento aos clientes da agência com o objetivo de receber as solicitações, prestar orientações sobre processos de licenciamento e demais informações concernentes aos trabalhos da CETESB.

Fiscalização Programada

Esse programa consiste na fiscalização sistemática das fontes de poluição ambiental consideradas mais relevantes na área de atuação da Agência de Jundiaí, as quais foram selecionadas e subdivididas em dois níveis distintos, ou sejam: fontes prioritárias de nível 1 (alta prioridade) e fontes prioritárias de nível 2 (média prioridade). Com base na potencialidade poluidora e nos dados históricos das fontes, bem como no conhecimento e experiência do quadro técnico da Agência, foram selecionadas 12 (doze) fontes prioritárias de nível 1 e 28 (vinte e oito) fontes prioritárias de nível 2. As atividades previstas consistem em:

- ***Prioritárias de nível 1***: Realização de, no mínimo, 6 (seis) inspeções por ano, com a conseqüente elaboração dos relatórios de inspeção, bem como o desencadeamento e acompanhamento das ações corretivas eventualmente decorrentes.
- ***Prioritárias de nível 2****:* Realização de, no mínimo, 3 (três) inspeções por ano, com a conseqüente elaboração dos relatórios de inspeção, bem como com o desencadeamento e acompanhamento das ações corretivas eventualmente decorrentes.

Obs.: As fontes de poluição não consideradas como de alta ou de média prioridades serão fiscalizadas quando da ocorrência de reclamações, ou de acidentes ou fatos excepcionais, ou mesmo quando da análise de novas licenças referentes a ampliações.

Atendimento à comunidade

Esse programa envolve o conjunto de atividades decorrentes das demandas mais diretamente ligadas ao relacionamento da Agência com a comunidade, compreendendo:

- ***Atendimento à reclamações novas****:* O setor de atendimento comunitário da Agência, após uma primeira avaliação das questões reclamadas, realiza uma triagem inicial, principalmente em função da natureza das fontes reclamadas. Quando julgado necessário, faz um reconhecimento local da situação e, os casos considerados pertinentes são encaminhados para atendimento pela área técnica. Nesses casos, a área técnica realiza inspeção, emitindo o relatório correspondente e desencadeando as ações corretivas cabíveis.
- ***Atendimento à reclamações repetitivas****:* As fontes objeto das reclamações são conhecidas e, em muitos casos, as ações corretivas estão em andamento. O setor comunitário inicia o atendimento, orientando o reclamante a respeito das ações em curso, e quando julgado necessário, encaminha à área técnica para continuidade do atendimento.

- ***Atendimento à acidentes ambientais**:* Requer atendimento de 100 % da demanda face aos aspectos dos riscos ambientais envolvidos. Implica na realização de inspeções e elaboração de relatórios, com o desdobramento das ações corretivas cabíveis.
- ***Atendimento ao Ministério Público**:* Face aos aspectos jurídicos e institucionais, essa atividade requer atendimento de 100 % da demanda. Implica na realização de reuniões, inspeções, elaboração dos relatórios e de informações técnicas.
- ***Atendimento às demais entidades**:* Decorre, principalmente, de solicitações de Prefeituras e Câmaras Municipais, Delegacias de Polícia, ONG's e outros organismos. Face aos aspectos institucionais, requer o atendimento de 100% da demanda, implicando na realização de reuniões, vistorias e elaboração de relatórios e informações técnicas.
- ***Atendimento à imprensa**:* Decorre, principalmente, quando da ocorrência de episódios ambientais relevantes na região e quando da existência de interesse dos veículos de comunicação em divulgar dados de qualidade ambiental. Essa atividade requer atendimento de 100 % da demanda em virtude do caráter institucional, sendo atendida, predominantemente, pelo gerente da Agência.
- ***Educação ambiental**:* Atividade que decorre, principalmente, de solicitações de instituições de ensino, ONG's e empresas privadas, durante datas comemorativas alusivas ao meio ambiente e à segurança no trabalho. Demanda atendida, predominantemente, pelo setor comunitário e pela área técnica da Agência.

IV . PROGRAMAS DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA – PAE'S

Esses programas englobam as atividades que são consideradas específicas e não permanentes no âmbito da Agência Ambiental de Jundiaí, em razão das peculiaridades da região.
Cumpre destacar o "programa piloto" para implantação do inventário de fontes de poluição, que foi iniciado no final de 2.001, abrangendo um universo de 40 (quarenta) empresas.

- ***Inventários de fontes de poluição**:* Recebimento das informações fornecidas pelas empresas participantes, consolidação das informações recebidas, ação sobre as empresas que não acataram os prazos estabelecidos e transmissão das informações à Coordenadoria do programa.
- ***Participação em Comitê de Bacias**:* Suplência em câmara técnica do Comitê da Bacia Hidrográfica PCJ. Participação de um técnico da Agência, quando solicitado.

- ***Ação de controle em áreas contaminadas**:* As ações de controle sobre a área contaminada da empresa Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda. continuarão sendo desenvolvidas através do Programa **"Fiscalização Programada"**, uma vez que a referida empresa está incluída no rol das fontes classificadas como de média prioridade (P 2).
- Quanto às áreas contaminadas e abandonadas pelas extintas firmas Polipetro Com. Ind. de Prod. Quím. Ltda. e Trader- Cabreúva Ltda, situadas respectivamente, em Indaiatuba e Cabreúva, será dada continuidade às ações já iniciadas. Essas ações compreendem a realização de vistorias, elaboração de relatórios, aplicação das sanções cabíveis, continuidade de parceria com o Ministério Público e posterior acompanhamento das futuras medidas de remediação.
- ***Atendimento a municípios**:* Gestão junto à SABESP e Serviços Autônomos Municipais de Água e Esgotos para acompanhamento de TAC's vigentes e celebração de novos TAC's relativos à implantação de Sistemas de Tratamento de Esgotos. Quanto às ações de controle sobre as questões do lixo urbano, estarão sendo contempladas nos programas de fiscalização programada, uma vez que os municípios integrantes da bacia do Rio Jundiaí destinam seus resíduos em Aterros Sanitários licenciados ou em fase de licenciamento, os quais estão classificados como fontes de alta prioridade de controle (P1).
- ***Fiscalização de fumaça preta**:* Fiscalização da frota circulante de veículos à Diesel, em pontos estratégicos no município de Jundiaí.
- ***Contagem de veículos**:* Levantamento estatístico da frota de veículos circulantes em Jundiaí, dentro do programa de fiscalização de fumaça preta.
- ***Planejamento 2.002/2.003**:* Discussão com a equipe técnica da Agência, elaboração, acompanhamento e avaliações do Plano de Ação 2.002/2.003.
- ***Participação no Colegiado Gestor / APA jundiaí-Cabreúva**:* Participação de dois técnicos da Agência, um titular e outro suplente, em atividades do Colegiado Gestor da APA Jundiaí/Cabreúva.
- ***Modelagem do Ribeirão Piraí**:* Continuidade da ação conjunta com técnicos da Diretoria de Engenharia, tendo em vista o detalhamento da modelagem de autodepuração do Ribeirão Piraí, iniciada no ano anterior, objetivando uma ação gerencial mais efetiva sobre o licenciamento de empreendimentos naquela região hidrográfica extremamente sensível.
- ***Participação em COMDEMA**:* Participação de dois técnicos da Agência, um titular e outro suplente, nas atividades do COMDEMA de Jundiaí.
- ***Treinamento**:* Participação dos técnicos da Agência de Jundiaí em cursos, seminários e demais eventos, objetivando o aperfeiçoamento dos mesmos em assuntos específicos de controle de poluição. Pretende-se que todos os técnicos da Agência participem de, pelo menos, um curso interno com duração de 40 horas.

V . PROGRAMAS DE TRABALHO

O dimensionamento das demandas baseou-se nos seguintes critérios:

- Os números de horas alocadas para a realização de todas as atividades programadas, considerando a experiência dos anos anteriores e os recursos materiais e administrativos existentes, foram estimados por consenso da equipe técnica da Agência.
- Os números de realizações previstos para as atividades dos programas **Licenciamento Ambiental**, correspondem à média das realizações das mesmas atividades no biênio 2.000/2.001.
- Os números de inspeções previstos para as atividades do programa de **Fiscalização Programada** foram estabelecidos pelo quadro técnico da Agência em concordância com as diretrizes constantes no, já citado, documento "Bases para Elaboração" do PA.
- Para as atividades relativas aos programas de **Atendimento à Comunidade,** foram mantidos os mesmos números realizados no ano anterior, por ter sido o ano que apresentou maior demanda no biênio 2.000/ 2.001.
- Os números de eventos, a sua duração e o número de técnicos envolvidos nas atividades dos **"PAE's"**, foram estimados de acordo com as peculiaridades de cada programa e na experiência dos técnicos participantes em cada um deles.

O dimensionamento das disponibilidades, em homens.hora/ano, é o produto do nº de técnicos envolvidos, incluindo a comunicóloga e o gerente da Agência e excetuando-se os estagiários, por 1.500 hs/téc.ano, resultando no total de 18.000 horas.

VI . QUADROS – DEMANDAS X DISPONIBILIDADES

Os quadros demonstrativos das demandas e disponibilidades da Agência, previstas para o ano de 2.002, estão apresentados a seguir:

Os quadros demonstrativos das demandas e disponibilidades da Agência, previstas para o ano de 2.002, estão apresentados a seguir:

PROPEC - PROGRAMAS PERMANENTES DE CONTROLE

ATIVIDADES	REALIZADO 2001 (nº)	PREVISTO 2002 (nº)	HORAS EXTERNAS (horas)	HORAS INTERNAS (horas)	HORAS TOTAIS (horas)
LICENCIAMENTOS E CERTIFICAÇÕES					
LI	296	323	---	6	1938
LF	278	275	4	4	2200
CDLI	148	169	1	3	676
CADRI	227	260	---	6	1560
GRAPROHAB	20	23	3	7	230
Atendimento ao público	4288	4220	---	0,5	2110
				TOTAL PARCIAL	***8714***
FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA					
Prioritárias P1	88 insp.	72 insp.	4	4	576
Prioritárias P2	44 insp.	84 insp.	4	4	672
				TOTAL PARCIAL	***1248***
ATENDIMENTO A COMUNIDADE					
Reclamações Novas-Registros	308	308	2,5	0,5	924
Reclamações Novas-Atendidas	179	179	5	4	1611
Reclamações Repetitivas-Registros	374	374	2,5	0,5	1122
Reclamações Repetitivas-Atendidas	217	217	5	4	1953
Acidentes Ambientais	7	7	10	8	126
Ministério Público	47	47	5	5	470
Demais entidades	62	62	5	5	620
Atendimento a imprensa	24	24	---	1,5	36
Educação Ambiental	196 eventos	196	2	1	588
				TOTAL PARCIAL	***7450***
TOTAL GERAL					
TOTAL GERAL DE HORAS PARA PROPEC					***17412***

PAE - PROGRAMAS DE ATUAÇÕES ESPECÍFICAS

ATIVIDADES	QUANTIDADE EVENTOS (nº)	DURAÇÃO EVENTO (horas)	NÚMERO TÉCNICOS (nº)	TOTAL HORAS (horas)
Inventários	40	8	2	640
Comitê de Bacias-CBH/PCJ	1	8	1	8
Áreas Contaminadas	2	30	2	120
Atendimento a Municípios	6	8	2	96
Fumaça Preta	12	8	2	192
Contagem de Veículos	3	4	2	24
Planejamento 2002/2003	10	8	2	160
Conselho Gestor/APA	6	8	1	48
Modelagem/Piraí	12	8	2	192
COMDEMA	24	3	1	72
Treinamento	1	40	12	480
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL DE HORAS PARA PAE				***2032***

VII . CONCLUSÃO

O presente **Plano de Ação** foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Controle de Poluição, com a ampla participação da equipe técnica da Agência de Jundiaí e procurou abarcar todo o rol de atividades inerentes aos vários programas da CETESB na região sob jurisdição da Agência. Conforme evidenciado no item nº 5, verifica-se um desequilibrio entre as demandas e as disponibilidades, com um déficit de 1.444 homens.horas/ano. Este deficit, se não equacionado com o aumento no quadro de funcionários, demandará uma eventual adequação para algumas das atividades relacionadas, destacando-se entre estas, o atendimento às reclamações.

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE PAULÍNIA – CPr-PA

I. INTRODUÇÃO

A Agência Ambiental de Paulínia tem sua área de abrangência restrita ao município de Paulínia, onde destaca-se a existência de importante polo industrial, composto por indústrias químicas de grande e médio porte e a maior refinaria de petróleo do país.

Este perfil industrial cria demandas de ações de controle ambiental, de naturezas preventiva e corretiva, destacando-se nesta última a participação efetiva e intensa de entidades oficiais locais - Ministério Público, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Delegacia de Polícia.

O contingente da agência é formado por 6 técnicos (computado o gerente da agência), 1 comunicóloga e 2 funcionários administrativos. Os recursos materiais disponíveis constituem-se por 2 veículos e 6 computadores. O município de Paulínia encontra-se situado na UGRHI 05 – Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

II. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

POLUIÇÃO DO AR:

O aspecto mais relevante está relacionado às emissões de substâncias odoríferas na atmosfera, com episódios de percepção de odores na área urbana do município.

Apresentam importância também as emissões decorrentes da queima de combustível por indústrias do município, principalmente os precursores da formação de ozônio. Convém frisar que os gases gerados pelos veículos automotivos também são importantes precursores da formação do ozônio e o município de Paulínia é cercado pelas rodovias de intenso tráfego, a saber: D.Pedro I, Anhanguera, Bandeirantes e SP 332.

As avaliações de qualidade do ar em Paulínia foram otimizadas, com respostas em tempo real, de forma a permitir o estabelecimento de programas específicos visando obter respostas e novos direcionamentos de controle de poluição do ar, tal como o programa proposto neste planejamento para o parâmetro “ozônio”.

POLUIÇÃO DAS ÁGUAS:

O município localiza-se no trecho final do Rio Atibaia, cuja qualidade encontra-se afetada em função dos lançamentos de esgotos sanitários “in natura” do município de Campinas através do ribeirão Anhumas, dos efluentes industriais tratados provenientes das industrias locais, com considerável carga remanescente, além dos esgotos sanitários “in natura” de Paulínia. A prioridade é, pois, atuar no sentido de reduzir a carga orgânica lançada no trecho do Rio Atibaia.

A empresa que administra o tratamento e distribuição de água, a coleta e disposição dos esgotos sanitários em Paulínia, é a SABESP, que possui com o Ministério Público um TAC com compromisso para instalação e operação de uma ETE no município até o ano de 2007, atualmente já com Licença de Instalação da CETESB, sendo que a SABESP promete iniciar obras no ano de 2002, por estar incluído no plano de investimento da mesma.

Situa-se no município, a captação para abastecimento público de água do município de Sumaré, onde ocorrem episódios de reclamações vinculados à qualidade das águas.

POLUIÇÃO DO SOLO

- Resíduos Industriais

Os resíduos industriais são gerados em escala considerável. Parte desses resíduos tem tratamento e destinação final adequados em instalações próprias ou de terceiros e o restante vem sendo armazenado pelas empresas.

A prioridade é atuar junto aos geradores, no sentido da minimização na geração destes resíduos.
Algumas indústrias do município tem ações em curso, voltadas a diagnosticar e remediar áreas contaminadas pela disposição de resíduos industriais. Este assunto é tratado neste planejamento como um item do PAE, sendo que existe em curso em Paulínia a avaliação ambiental em 7 áreas contaminadas pela disposição no solo de resíduos/produtos químicos, a saber:

- **Ferroban Terminal Paulínia:** Os primeiros relatórios foram apresentados e avaliados, tendo sido solicitada a apresentação de dados complementares.

- **Bann Química Ltda:** Continuam os trabalhos de acompanhamento dos monitoramentos e de recuperação do solo e das águas subterrâneas contaminadas.

- **Nutriplant Industria e Comércio Ltda:** a empresa contaminou área externa à sua propriedade, devido ao carreamento de produtos pelas águas pluviais. Durante o ano de 2001, após novas análises, a Cetesb fez amplas exigências tanto para controle interno à empresa quanto para uma avaliação ampla ambiental, englobando solo, água subterrânea, vegetação natural e culturas agrícolas situadas em área vizinhas à empresa. O plano de atuação foi analisado pela Cetesb e encontra-se em fase de implantação e de acompanhamento.

- **Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás:** a empresa utilizou áreas de sua propriedade para a disposição de resíduos, As medidas a serem tomadas para correção dos problemas terão início de implementação durante o ano de 2002.

- **Rhodia Brasil S/A:** A CETESB continua realizando os acompanhamentos de recuperação das áreas contaminadas**.** A primeira área é conhecida como AERI e para este caso já foram instaladas duas barreiras hidráulicas para conter o avanço de plumas de fenol e MTBE, sendo a água coletada e encaminhada para tratamento e com relação à área contaminada estão sendo desenvolvidas as discussões sobre as medidas de remediação da mesma. A segunda área refere-se à planta de fenol onde já há uma barreira hidráulica instalada, sendo que a água coletada está sendo encaminhada para tratamento. A terceira área refere-se às lagoas de cal, onde a Cetesb exigiu novas investigações para definir se há ou não necessidade de intervenção.

- **Shell Brasil S/A**: A Cetesb vem acompanhando e auditando os trabalhos de investigação que irão definir as formas de atuação para recuperação das áreas degradadas.(Instalação de barreira hidráulica complementar para proteção das áreas externas, remoção de solos contaminados e remediação de outras áreas internas contaminadas).

- **Galvani Indústria, Comércio e Serviços Ltda**. Descontaminação do leito do córrego que atravessa a área de propriedade da empresa e suas margens, do solo da atual lagoa de contenção de “águas pluviais, de umectação de piso e equipamentos de controle de poluentes”, bem como o local denominado Sítio Targino, onde foi realizado um aterro de resíduos.(áreas contaminadas principalmente por fluoretos e fosfatos)

- Resíduos Sólidos Urbanos

A Prefeitura terceirizou a disposição dos resíduos sólidos domiciliares gerados nomunicípio para a empresa Estre Empresa de Saneamento e Tratamento de Resíduos Ltda, que instalou um aterro com capacidade de recebimento de até 1000 t/dia(com solicitação em análise para 3000 ton/dia), para resíduos domiciliares e resíduos industriais Classe 2 (não perigosos).

- Resíduos de Serviço de Saúde

Em Paulínia, encontra-se instalada a empresa Silcon Ltda, responsável pela operação de 3 equipamentos de incineração de resíduos hospitalares, providos de lavador de gases, com TAC assinado com a CETESB, o qual encontra-se em fase de avaliação de desempenho. Cabe ressaltar que tais equipamentos atendem ao município de Paulínia e terceiros. Adicionalmente encontra-se em fase de licenciamento para funcionamento de três autoclaves.

III . PROPEC's: Programa Permanente de Controle, cujas atividades são rotina nas ações de controle de poluição da CETESB, sendo os constantes do quadro abaixo:

ATIVIDADES	REALIZADO 2001 (n°)	PREVISTO 2002 (n°)	HORAS EXTERNAS (horas)	HORAS INTERNAS (horas)	HORAS TOTAIS (horas)
LICENCIAMENTO AMBIENTAL					
LI	59	65		7	455
LF	50	55	6	7	715
LI – Postos combustíveis		3		7	21
LF – Postos combustíveis		30	6	7	390
CDLI	13	14	2	2	56
CADRI	82	90		7	630
GRAPROHAB	6	7	3	9	84
Atendimento ao público		240		2	480
			TOTAL PARCIAL		**2831**
FISCALIZAÇÃO PROGRAMADA					
Alta Prioridade P1 (6 retornos/ano)	13	11	4	5	594
Média Prioridade P2 (3 retornos/ano)	41	41	2	4	738
			TOTAL PARCIAL		**1332**
ATENDIMENTO A COMUNIDADE					
Reclamações Novas-Registros	116	120		0,5	60
Reclamações Novas-Atendidas	90	96	4	4	768
Reclamações Repetitivas-Registros	302	330		0,5	165
Reclamações Repetitivas-Atendidas	240	255	4	4	2040
Acidentes Ambientais	22	24	8	10	432
Ministério Público	46	50	4	6	500
Demais entidades	81	90	4	6	900
Atendimento a imprensa		60	1	0	60
Educação Ambiental		55	0	4	220
			TOTAL PARCIAL		**5145**
TOTAL GERAL			***TOTAL GERAL DE HORAS PARA PROPEC***		***9308***

IV . PAE's

Programa de Atuação Específica, cujas atividades, também relativas ao controle da poluição ambiental, são específicas e temporais em função das características e demandas locais.

ATIVIDADES	QUANTIDADE EVENTOS (nº)	DURAÇÃO EVENTO (horas)	NÚMERO TÉCNICOS (nº)	TOTAL HORAS (horas)
Inventários	20	8	2	320
Queima Palha de Cana-QPC	27	2	5	54
Áreas Contaminadas	94	8	5	1222
Atendimento a Municípios	4	4	1	16
Contagem de Veículos	2	8	3	48
Projeto "Paulínia"	12	8	2	192
Qualidade do Ar-Ozônio	12	8	2	192
Mortandade de Peixes em Paulínia	12	4	2	96
Treinamento	2	40	6	480
Planejamento 2002/2003	12	8	2	192
TOTAL GERAL DE HORAS PARA PAE				**2812**

- **INVENTÁRIO**

Ação:Reavaliar os inventários existentes, atualizar e consolidar as informações. As empresas a serem inventariadas são as de alta e média prioridade.
O inventário, uma vez consolidado, servirá de ferramenta para o estabelecimento de programas de controle. As informações disponíveis serão avaliadas e consolidadas pelos técnicos responsáveis pelas respectivas empresas. Deverá ser utilizado o sistema informatizado (CD) desenvolvido pela Cetesb.

- **QUEIMA DE PALHA DE CANA**

Ação: Embora não haja qualquer usina instalada no município de Paulínia, algumas áreas agrícolas são utilizadas par plantação de cana de açúcar, o que motiva a realização de roteiro semanal para fiscalizar a queima de palha de cana.

- **ÁREAS CONTAMINADAS**
  Ação: acompanhar ativamente todos os casos de contaminação conforme descrito no item II – Diagnóstico Ambiental de maneira a exigir o fiel cumprimento da legislação ambiental, bem como das tecnologias aprovadas pela Cetesb em todos os passos necessários para a recuperação ambiental das áreas degradadas.

- **ATENDIMENTO A MUNICÍPIO**
  Ação: acompanhar a monitorização hidrológica no antigo aterro municipal.

- **CONTAGEM DE VEÍCULOS**
  Ação: realizar o programa de contagem de veículos, visando estabelecer a necessidade na região de controle da emissão de fumaça preta.

- **PROJETO PAULÍNIA**
  Ação: Para este item estamos prevendo o desenvolvimento de ações para conhecimento, utilização e aperfeiçoamento de ferramentas que foram desenvolvidas pela Cetesb, visando auxiliar nos processos de controle preventivo e corretivo.

- **ESTUDO DA OCORRÊNCIA DE OZÔNIO EM PAULÍNIA**
  Ação: estabelecer em conjunto com o Departamento de Qualidade Ambiental da Cetesb, um estudo que permita estabelecer uma correlação entre as várias fontes existentes na região emissoras de precursores da formação do ozônio, utilizando-se para isto de dados já inventariados bem como dos dados meteorológicos, visando estabelecer um programa factível de controle de fontes se o estudo indicar forte influência das fontes industriais locais.

- **ESTUDO DA OCORRÊNCIA DE MORTANDADE DE PEIXES**
  Ação: em virtude do grande número de ocorrências de mortandade de peixes no rio Atibaia por influência dos esgotos domésticos de Campinas, trazidos pelo ribeirão Anhumas, bem como as ocorridas no próprio ribeirão, estabeleceremos em conjunto com o CPr-CL um estudo direcionado a esclarecer completamente as causas destas mortandades.

- **TREINAMENTO**

Ação: estabelecer para o ano de 2002 a previsão de dois cursos por técnico, visando reciclagem e motivação profissional.

- **PLANEJAMENTO PARA 2003**
  Ação: analisar criticamente os dados dos inventários e os dos relatórios de qualidade ambiental publicados pela CETESB, visando identificar e priorizar os principais problemas ambientais, estabelecendo programas específicos de ação para 2003, de forma a dar maior eficácia às ações da CETESB.
  Para se efetivar tais ações deveremos consolidar os inventários, assim como solicitar apoio das áreas da Sede responsáveis pelas publicações dos relatórios ambientais mencionados. Deveremos alocar horas para tais ações, em sua maioria do gerente da agência, com o apoio de 1 técnico da área.

V . PROGRAMAS DE TRABALHO

As atividades PROPEC's e PAE's, serão desenvolvidas conforme previsto e acompanhados de modo a permitir um rígido controle da programação auxiliando nas correções necessárias.

VI . QUADROS – DEMANDAS x DISPONIBILIDADE

A Agência Ambiental de Paulínia considerou para efeito deste Plano de Ação 05 técnicos de controle, 01 gerente e 01 comunicóloga, disponibilizando um total de 10.500 horas.
As atividades previstas para serem atendidas totalizam 12.120 horas e podem ser observadas nos quadros dos Propec´s e Pae´s já apresentados.

VII . CONCLUSÕES

Como pode ser visto pelos números acima, existe uma defasagem de 1620 horas, equivalente ao trabalho de 01 técnico, assim contando com o contigente atual será necessário o corte de atendimento de algumas demandas, iniciando pelo atendimento a reclamações.

O presente plano tem por meta a busca do resgate da essencialidade das atividades desta Agência, entretanto é importante ressaltar que a prática tem levado a não realização de planejamentos em função de circunstâncias do dia-a-dia que fazem extrapolar os tempos previstos, inclusive para realização de atividades básicas, muitas das quais constantes em legislação.

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CETESB

DIRETORIA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE AÇÃO 2002/2003



Regional da Bacia do Piracicaba II (CPc)

Agência Ambiental de Americana
Agência Ambiental de Limeira
Agência Ambiental de Piracicaba

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE AMERICANA – CPc-AM

I – INTRODUÇÃO

A Agência Ambiental de Americana – CPc-AM situa-se na UGRHI 05 – Piracicaba, Capivari e Jundiai, abrangendo 05 (cinco) municípios – AMERICANA, HORTOLÂNDIA, NOVA ODESSA, SANTA BÁRBARA D´OESTE E SUMARÉ.
Parte da área fiscalizada pela CPc-AM pertence à Região Metropolitana de Campinas, com cerca de 3.200 indústrias cadastradas e uma população total de 741.600 habitantes.

Conta com os seguintes recursos humanos:
- 1 gerente
- 6 técnicos no setor de controle;
- 1 comunicólogo;
- 2 funcionários do setor administrativo;
- 5 estagiários (2 do setor administrativo e 3 do controle).

Observa-se pois uma disponibilidade 12.000 horas no seu quadro de pessoal técnico.

Possui também para o atendimento nas áreas de transporte e informática:
- 03 veículos
- 08 computadores

II – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

A Região fiscalizada pela CPc-AM apresenta as seguintes características quanto à poluição:

1. das águas

- as fontes industriais, de modo geral, estão providas de sistemas de tratamento ou em fase de implantação dos mesmos;
- os municípios, quanto ao tratamento dos efluentes domésticos, apresentam a seguinte situação:

MUNICÍPIO/ SERVIÇO	SITUAÇÃO / PENALIDADES
Americana DAE	ETE-Quilombo - 70% da pop. – em operação – sem eficiência ETE-Praia Azul – com LI - em obra ETE Gruta – penalidade TAC em andamento
Hortolândia **SABESP**	ETE – em Licenciamento - 100% da pop. – com Penalidade
Nova Odessa CODEN	ETE-Palmital/Capuava - em projeto ampliação 45% da pop – com penalidade TAC asinado com o Ministério Público - 2008
Santa Bárbara DAE	ETE-Toledo - final de obras - 40% da pop. Dez./2002
	ETE-Balsa - em licenciamento TAC Assinado com o Ministério Público - 2012
Sumaré DAE	com penalidades TAC Assinado com o Ministério Público - 2010

2. do ar

A Região encontra-se em processo de alteração de combustível das principais fontes industriais, substituindo-se o óleo BPF pelo gás natural (gasoduto Brasil/Bolívia), com a conseqüente redução da emissão de material particulado e SOx e do número de registros de reclamação da população, principalmente de Americana. Portanto cria-se a necessidade de realização de novas avaliações de qualidade do ar, incluindo-se os

parâmetros NOx e ozônio.

3. do solo – resíduos sólidos

- as fontes industriais prioritárias, de modo geral, estão com os resíduos sólidos sob controle (armazenados ou com destinação adequada);
- na região existem 5 (cinco) áreas contaminadas (indústrias e postos de gasolina) que encontram-se em fase de recuperação ou de diagnóstico;

- os municípios, quanto a disposição de resíduos doméstico apresentam-se com a seguinte situação:

MUNICÍPIO	TAC	Licenciamento	Penalidades	IQR	Situação
Americana	Não cumprido	Sem licença	4ª AIIPM	4,9	Em operação
Hortolândia	Não cumprido	Sem licença	5ª AIIPM	-	Paralisado- disposição - aterro de 3.º
Nova Odessa	Prorrogado	em licenciamento	1ª AIIPM	8,9	Em operação
Santa Bárbara	Prorrogado	em licenciamento	------	7,3	Em operação
Sumaré	sem TAC	----	3ª AIIPM	-	Disposição aterro de 3.º

- os municípios, quanto a disposição de resíduos do serviço de saúde encaminham estes resíduos para incineração, com exceção de Santa Bárbara, que ainda os dispõem em valas na área do aterro.

III – PROGRAMAS PERMANENTES DE CONTROLE – PROPEC´s

3.1. Licenciamento Ambiental

Neste programa serão contempladas as solicitações novas de Licenças de Instalação e de Funcionamento, GRAPROHAB, CDLI e CADRI e o passivo das solicitações.
No cálculo da demanda prevista para essas atividades, utilizou-se como previsão o número de documentos emitidos em 2001, acrescido do passivo do SIPOL.
No ano de 2002 deverá ser efetuado o licenciamento de postos de combustíveis novos e 30% dos já implantados.

Ação: análise, vistoria técnica (para LF, GRAPROHAB e CDLI) e emissão de parecer;
Atendimento: 100% da demanda.

3.2. Fiscalização Programada

O atendimento do programa de controle das fontes industriais prioritárias visa a implantação, melhorias de sistemas ou de medidas de controle da poluição.
Serão realizadas vistorias programadas, no mínimo de 6 (seis) inspeções/ ano nas empresa de alta prioridade, em número de 11; no mínimo de 3 (três) inspeções /ano nas de média prioridade, em número de 60 e no mínimo 2 (duas) inspeções por ano nas indústrias consideradas automonitoráveis, em número de 6.
Para o restante das fontes industriais a fiscalização ocorrerá quando da ocorrência de reclamações da população, acidentes, etc.

Ação: vistoria técnica, análise e emissão de relatórios;
Atendimento: 100% da demanda

3.3. Atendimento à Comunidade

A. Reclamações novas

O atendimento desta demanda primeiramente será realizado pela setor de comunicação, visando triagem dos registros pertinentes e posterior encaminhamento para o setor de controle.

Ação: registro, levantamentos comunitários, triagem, vistoria técnica, análise e emissão de relatório;
Atendimento: 100% dos registros.

B. Reclamações Repetitivas

As fontes industriais desses registros de reclamação da população já são objetos de ações de controle da Agência, exigindo o acompanhamento de implantação/manutenção de medidas controle à poluição.

Ação: vistoria técnica, levantamentos comunitários análise e emissão de relatório;
Atendimento: 80% dos registros.

3.4. Ministério Público / Entidades Oficiais

A demanda deste programa é representativa, principalmente quanto ao atendimento das solicitações do Ministério Público no acompanhamento de TAC´s (resíduo e esgoto), áreas contaminadas (postos de gasolina principalmente) e de funcionamento ilegal de empresas.

Ação: vistoria técnica, análise e emissão de parecer ou informação técnica;
Atendimento: 100% da demanda.

3.5. Acidentes Ambientais

Esta demanda consiste no atendimento dos registros de acidentes, como mortandade de peixes, acidentes com cargas perigosas, vazamento de produtos químicos, etc.

Ação: vistoria técnica, acompanhamento das ações corretivas desenvolvidas no local, e emissão de relatórios;
Atendimento: 100% da demanda.

3.4. Eventos e Palestras

Atendimento de solicitação da comunidade, principalmente, estudantil, com realização de palestras, participação em seminários e debates.

Ação: elaboração e apresentação de palestras;
Atendimento: 100% da demanda.

3.5. Atendimento ao Público

Esta demanda implica no atendimento aos representantes da empresa no preenchimento dos formulários da CETESB, atendimento à população para registro de reclamações, e esclarecimentos sobre as ações da CETESB.

Ação: esclarecimento de dúvidas, realização de reuniões, anotações de Registros de reclamação;
Atendimento: 100% da demanda.

IV. PROGRAMAS DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA – PAE´s

4.1. Queima da Palha de Cana – QPC

O atendimento deste Programa será realizado através do atendimento aos registros de reclamação da população, da realização de roteiros diários durante o período da colheita e de inspeções junto à Usina Açucareira, visando a aplicação das legislações vigentes.

Ação: realização de roteiros ou atendimento às reclamações da população, vistoria técnica, análise e emissão de relatórios e penalidades;
Atendimento: 100% da demanda.

4.2. Inventário de Fontes de Poluição

A execução deste Programa é essencial para o aprimoramento das atividades de planejamento e a gestão das atividades da Agência, com a disponibilização do banco de dados das indústrias prioritárias.

Ação: reavaliar os inventários existentes de ar, água e de resíduos sólidos;
Atendimento: 100% das empresas consideradas de alta, 30% das de média prioridade e também as 6 automonitoráveis, num total de 35 fontes (11+18+06).

4.1. Automonitoramento

Este programa, em aprovação pela Diretoria, abrange duas empresas da Agência.
Atualmente , essas empresas já apresentam relatórios de automonitoramento de água, de ar e de resíduos.

Ação: participação nas reuniões, estabelecimento de planos de ações nas empresas integrantes da fase piloto, aguardando a aprovação da Diretoria do Programa;
Atendimento: implantação e acompanhamento do Programa nas empresas integrantes do piloto.

4.2. Comitê / Consórcio / Condema

Participação nas reuniões do Comitê CBH-PCJ e respectivas Câmaras Técnicas e no Consórcio Intermunicipal das Bacias do Rio Piracicaba, Capivari e Jundiai.

Ação: participação nas reuniões das Câmaras Técnicas e nos seminários;
Atendimento: participação nas reuniões programadas.

4.3. Áreas Contaminadas

Na região de atuação da CPc-AM existem 5 áreas contaminadas cadastradas, em fase de implantação de medidas de recuperação ou de diagnóstico.

Ação: vistoria técnica, discussão dos relatórios das empresas em conjunto com equipe de apoio da sede e emissão de relatórios;
Atendimento: 100% da demanda.

4.6 Esgotos Sanitários

Neste programa, durante o ano de 2002, a Agência se dedicará a celebração de novos TAC´s visando o atendimento de 100% da população urbana dos municípios, ao acompanhamento/ fiscalização das ETE´s existentes e em implantação, conforme segue:

MUNICÍPIO	TAC	ACOMPANHAMENTO / PRAZOS
Americana	A ser celebrado CETESB Em 2002.	ETE-Quilombo - em adequação - até 2004 – 70% popul.
		ETE-Gruta - em projeto - 36 meses - 21,5 % da pop.
		ETE-Praia Azul - em obra - 8,5 % da pop.
Hortolândia	Operado pela SABESP	ETE – em Licenciamento – 100% da pop.
Nova Odessa	A ser celebrado CETESB Em 2002. Com Promotoria Pública p/ 2008, em atraso.	ETE-Palmital/Capuava - em projeto ampliação- em 36 Meses – 45% da pop.
		ETE- outras - 2005 a 2008 – 55% da população.
Santa Bárbara	Com a Promotoria Pública P/ 2012 (com atraso)	ETE-Toledo - final de obras – 2002 - 40% da pop.
		ETE-Balsa - em licenciamento
Sumaré	Com a Promotoria Pública p/ 2010 (com atraso)	Com penalidades – continuidade das ações visando celebração de novo TAC.

4.7 Resíduos Sólidos Domésticos

No ano de 2002, a Agência Ambiental se dedicará aos seguintes objetivos:

- **Americana** (com penalidades (AIIPM) e TAC vencido) - encerramento e recuperação da atual área de disposição e escolha e licenciamento da nova área.
- **Hortolândia** (com penalidades (AIIPM) e TAC vencido) – recuperação da área encerrada, (atualmente, os resíduos estão sendo dispostos em aterro particular).
- **Nova Odessa** (com penalidades (AIIPM) e TAC prorrogado) – acompanhamento do licenciamento da ampliação da área.
- **Santa Bárbara** (TAC prorrogado) – acompanhamento das medidas estabelecidas no TAC.
- **Sumaré** (com penalidades (AIIPM)) – o município está encaminhando os resíduos para disposição em aterro particular.

Ação: vistoria técnica, análise e emissão de relatório;
Atendimento:100% da demanda

4.8 Resíduos de serviço de saúde

Somente o município de Santa Bárbara dispõem estes resíduos em vala na área do Aterro, os demais municípios os encaminham para incineração por terceiros.

Santa Bárbara e Americana integram o Sistema Regional de Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde, com futura unidade a ser implantada no Município de Limeira.

Ação: reuniões técnicas
Atendimento:100% da demanda.

4.9 Enquadramento de corpo d'água

Este projeto tem com objetivo o enquadramento do córrego Tijuco Preto, afluente do ribeirão Quilombo (classe 3), no município de Sumaré, na classe 2, nos parâmetros DBO, DQO e OD.

Realizado em parceria com as indústrias da sub-bacia, a Prefeitura e a sociedade civil, atenderá cerca de 80.000 habitantes com a previsão de dois anos.

Ação: acompanhamento do projeto, participando de reuniões e realizando amostragens do corpo d' água;
Atendimento: o encerramento do projeto está previsto para 2002 – 100% da demanda.

4.9 Prevenção à Poluição

A continuidade deste Programa visa disseminar os conceitos de P2 levantados nas indústrias Cermatex Ind. Tecido S/A e Santista Têxtil S/A

Ação: participação em reuniões e seminários
Atendimento: 100% da demanda

4.10 Reciclar 2000

Fomentar a implantação de Coleta Seletiva e de Centrais de Triagens de materiais recicláveis nos município na área de jurisdição da Agência, e ainda, acompanhar as campanhas de conscientização ambiental sobre a reciclagem nos municípios, com apoio da CEAM. Destaca-se o acompanhamento do desenvolvimento do Projeto nos municípios de Americana, Sumaré, principalmente visando a implantação da coleta seletiva. E, estabelece-se como meta a implantação de uma Central de Triagem nos municípios de Nova Odessa e Santa Bárbara D'Oeste.

Ação: participação em reuniões com o técnicos do Projeto e das Prefeituras.
Atendimento: 100% da demanda

V. CONCLUSÃO

Este Plano de Ação, elaborado com base nas diretrizes estabelecidos pelo corpo gerencial da Diretoria de Controle da CETESB, tem como objetivo principal buscar a melhoria da qualidade ambiental no Estado de São Paulo, tendo como instrumento principal o atendimento à legislação ambiental vigente.

Observando-se, no quadro de demandas apresentado no próximo ítem, o valor de homens/hora, previstos para serem despendidos no completo atendimento das atividades estabelecidas nos vários programas do Plano, para o ano de 2002; e levando-se em consideração a disponibilidade de recursos humanos do quadro técnico da Agência, pode-se constatar a necessidade do incremento de praticamente 02 (dois) técnicos.

VI. QUADRO DE DEMANDAS

O quadro abaixo detalha a quantidade de homens/hora, necessários no ano de 2002, para a execução de todos os Propec´s e Pae´s estabelecidos neste Plano.

O quadro abaixo detalha a quantidade de homens/hora, necessários no ano de 2002, para a execução de todos os Propec´s e Pae´s estabelecidos neste Plano.

PREVISÃO DE HORAS – PROPEC's E PAE's – 2002

ATIVIDADES		PREVISÃO 2002	HORAS INSPEÇÃO	HORAS RELATÓRIO	TOTAL HORAS
LICENC. AMBIENTAL	Lic. Instalação	350	0	4	1400
	Lic. Funcionamento	400	3	4	2800
	CADRI	120	0	5	600
	GRAPROHAB	17	3	6	153
	CDLI	45	1	2	135
	Postos de Combustível	42	4	3	294
	Sub-total				5382
FISCAL.IZ. PROGRAMADA	Alta Prioridade (6 insp/ano)	11	4	3	462
	Média Priorid. (3 insp/ano)	60	3	2	900
	Automonit. (2insp./ano)	6	4	3	84
	Sub-total				1446
ATEND. À COMUNIDADE	Reclamações Novas	200	4	4	1600
	Reclamações Repetitivas	410	3	3	2460
	Ministério Público	50	3	6	450
	Acidentes Ambientais	20	8	4	240
	Eventos / Palestras	10	0	8	80
	Atendimento Público	2400	0	0.25	600
	Sub-total				5430
PAEs					
	QPC – roteiros	140	5	2	980
	Inventário	35	0	6	210
	Automonitoramento	4	0	4	32
	Comitê/Consórcio/Condema	24	0	8	192
	Áreas Contaminadas (3insp./ano)	5	4	4	120
	Esgoto Sanitário (3insp./ano)	5	4	4	120
	Resíduos Sol. Dom. (4insp./ano)	4	3	3	96
	Resíd. Serv. Saúde	6	0	8	48
	Enquadramento Corpo água	6	2	8	60
	Prevenção à Poluição	6	0	6	36
	Reciclar 2000	6	0	8	48
	Sub-total				1942
Total					14200

PLANO DE AÇÃO – 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE LIMEIRA – CPc-LI

1.- Introdução

A elaboração do Plano de Ação de Controle 2002/2003 visa planejar e organizar as atividades de controle de poluição ambiental na região atendida pela Agência Ambiental de Limeira, procurando aplicar os recursos disponíveis para atendimento das demandas existentes.

O Plano está baseado no desenvolvimento de dois tipos de programas: Programas Permanentes de Controle – PROPEC e os Programas de Atuação Específica – PAE.

Foi elaborado com base no documento "Plano de Ação de Controle 2002/2003 – Bases para Elaboração" formulado pela Diretoria de Controle da Poluição Ambiental em Outubro/2001.

2.- Diagnóstico Ambiental

Para um melhor entendimento do Plano de Ação, faz-se necessário um resumo do diagnóstico ambiental da região atendida pela Agência.

- **Poluição das Águas:**

Região abrange o trecho final da Bacia do Rio Jaguari (Município de Artur Nogueira, Cosmópolis e parte de Engenheiro Coelho) e o trecho médio da Bacia do Rio Piracicaba (trecho mais crítico em termos de qualidade da água) nos município e Limeira, Cordeirópolis e Iracemápolis.

Lançamento de esgotos "in natura" do município de Limeira (aproximadamente 13,5 t DBO5/dia) no Rio Piracicaba, através do Ribeirão Tatu. Com exceção de Iracemápolis, os demais municípios não possuem tratamento de esgotos.

Existência de fontes industriais com elevadas cargas poluidoras potenciais (usinas de açúcar e álcool e indústria de papel e celulose).

Concentração de indústrias com processos galvânicos, com efluentes contendo metais pesados e cianetos no município de Limeira.

Desenquadramento dos principais corpos d'água da região.

- **Poluição do Ar:**

Indústrias com grandes quantidades de queima de combustíveis em caldeiras; outros processos industriais com emissões atmosféricas poluentes (SOx,odores).
Grandes extensões de áreas de queima de palha de cana de açúcar, gerando incômodos à população.
Indústrias de pisos cerâmicos esmaltados com emissões gasosas dos fornos monoqueima, contendo fluoretos e metais.
Gasoduto Brasil-Bolívia tem propiciado a substituição de combustível óleo BPF por gás natural, o que tem trazido benefícios ao controle da poluição do ar. Devido ao aumento da emissão de NOx pela queima de gás natural, será importante um estudo da qualidade do ar da região para esse parâmetro.

- **Poluição do Solo/resíduos sólidos**

Falta de soluções técnicas adequadas para resíduos perigosos da região, com conseqüentes armazenamentos nas áreas das indústrias geradoras.
Disposições inadequadas de resíduos sólidos domésticos e de serviços de saúde.
Grandes extensões de áreas agrícolas de fertiirrigação com efluentes líquidos dos setores sucroalcooleiro e sucos cítricos.
Grandes gerações de resíduos perigosos nas indústrias da região (cerâmica esmaltada, metalúrgicas etc.)

3.- Programas Permanentes de Controle – PROPEC´s

Programas que contém ações de rotina do controle de poluição ambiental desenvolvidas pela agência.
Serão desenvolvidos três programas:
- Licenciamento Ambiental
- Fiscalização Programada
- Atendimento à Comunidade

3.1.- Licenciamento Ambiental

Considerando os aspectos legais que envolvem as atividades de licenciamento, será dado atendimento à 100% da demanda de todos os tipos de licenças e certificações (LI, LF, GRAPROHAB, CDLI, CADRI, Licenças de postos de combustível).

3.2.- Fiscalização Programada

Este programa consiste de atividades de controle de poluição ambiental junto à fontes de poluição consideradas prioritárias para atendimento. São fontes significativas que demandam acompanhamento especial e periódico da CETESB, visando a manutenção e/ou melhoria dos seus sistemas de controle de poluição.

Para tanto as fontes prioritárias foram subdivididas em:

- Fontes com Alta Prioridade (Nível 1)
- Fontes de Média Prioridade (Nível 2)
- Fontes com Auto Monitoramento

- **Fontes de Alta Prioridade (Nível 1)**

São 19 empresas que apresentam fontes de poluição potenciais e/ ou remanescentes, de grande importância para o controle de poluição na região.

Serão feitas programações de vistorias periódicas, medições, avaliações de metas para o controle de poluição dessas fontes.

Serão realizadas no mínimo 06 (seis) inspeções/ano por fonte.

- **Fontes de Média Prioridade (Nível 2)**

Temos 53 empresas que apresentam fontes de poluição potenciais e/ou remanescentes com importância para o controle de poluição na região.

Deverá ser dado atendimento à todas as indústrias , porém com um mínimo de 03 (três) inspeções/ano por fonte.

- **Fontes com Automonitoramento**

São 04 empresas com bons sistemas de gestão ambiental implantados, que através do tempo, tem demonstrado à CETESB, um bom nível de segurança na manutenção e eficiência dos seus sistemas de controle de poluição ambiental.

Além disso, realizam o automonitoramento de seus sistemas de controle e encaminham relatórios periódicos para acompanhamento da CETESB. Nestas condições é possível programar no mínimo 02 (duas) inspeções/ano por fonte.

3.3.- Atendimento à Comunidade

Este programa tratará das atividades que visam atender as demandas da comunidade da região quanto aos assuntos ligados ao controle de poluição, bem como das diversas organizações não governamentais e das várias instituições oficiais.

Devem ser destacados entre essas atividades principalmente :

Reclamação da população, tanto novas como repetitivas, que nesta Agência referem-se predominantemente à atividades industriais, passíveis de licenciamento ambiental,
Atendimentos ao Ministério Público,
Acidentes e emergências ambientais,
Eventos relacionados ao meio ambiente (aulas, palestras cursos, seminários, etc.) e Atendimento ao público no escritório para esclarecimentos técnicos e jurídicos do controle de poluição ambiental.

4.- Programas de Atuação Específica – PAE´s

4.1.- Queimas de Palha de Cana – QPC

No período da safra de cana de açúcar na região, de Maio à Novembro (7 meses) será dada especial atenção ao controle de poluição provocada pela prática da queima da palha da cana. Para tanto está sendo previsto um Plano de Atuação Específica para o controle da queima da palha de cana, com duas atividades básicas:

- Roteiros de fiscalização .
- Verificação das reclamações

Resultados Esperados/Ganhos Ambientais: Redução das áreas de queima de cana com conseqüente diminuição das reclamações e dos incômodos.

4.2.- Prevenção à Poluição – P2

A agência deverá desenvolver atividades relacionadas à Prevenção à Poluição junto a 02 (dois) setores industriais:

- galvanoplastia (bijuterias no município de Limeira) e
- indústrias de pisos cerâmicos esmaltados, em conjunto com a CPc-P.

Resultados Esperados/Ganhos Ambientais: Identificação e aplicação de técnicas de prevenção à poluição com conseqüente redução na geração de poluentes.

4.3.- Esgotos Sanitários

Este programa visa adequar o lançamento de esgotos municipais aos padrões legais, com a implantação e/ou adequação de estações de tratamento de esgoto.

Para os municípios que já possuem TAC assinados com a CETESB será feito o acompanhamento nos programas de implantação e cláusulas do TAC. Para os municípios que não possuem tratamento de não tem TAC, a CETESB dará continuidade às ações de controle com aplicação de penalidades de multa.

Resultados Esperados/Ganhos Ambientais:

- Adequação da ETE de Iracemápolis com a implantação da 2ª lagoa facultativa (redução de carga prevista de 319 Kg DBO/dia até Dezembro/ 2002);
- início da operação da ETE - Tatú, tratamento primário (redução prevista de 1.299 kg DBO/dia até dezembro/2002);
- início da operação da ETE - Ribeirão Águas da Serra (redução prevista de 1.879 Kg DBO/dia até dezembro/2002);
- início de operação da ETE - Ribeirão Lagoa Nova (redução prevista de 709 Kg DBO/dia) e
- assinatura de TAC para tratamento de esgotos com os municípios de Cordeirópolis, Cosmópolis e Engenheiro Coelho.

4.4.- Resíduos Sólidos Domésticos

Este programa visa a implantação de sistemas de disposição final de resíduos sólidos domésticos nos municípios da região, além de manter em condições adequadas os sistemas atualmente existentes.

Resultados Esperados/Ganhos Ambientais:

- *Manutenção e/ou melhorias da operação adequada dos aterros já existentes (Cordeirópolis, Engenheiro Coelho, Iracemápolis e Limeira) e*
- assinatura de TAC com os municípios que ainda possuem disposições inadequadas (Artur Nogueira e Cosmópolis).

4.5.- Monitoramento de Fluoretos

A agência dará continuidade nos trabalhos de monitoramento de fluoretos na atmosfera do município de Cordeirópolis em conjunto com a equipe técnica da EQQA.

Resultados Esperados/Ganhos Ambientais: Obtenção de dados reais da concentração de fluoretos na atmosfera e seus efeitos na vegetação.

4.6.- Inventário de Fontes de Poluição

Serão realizadas atividades para inventariar as principais fontes de poluição da região, notadamente as indústrias de alta e média prioridade.

Resultados Esperados/Ganhos Ambientais: Melhoria do Banco de Dados da Agência, que permitirá o aprimoramento do planejamento e da gestão das atividades de controle da poluição.

4.7.- Automonitoramento

A agência deverá participar das seis reuniões para implantação do programa de automonitoramento com as ações necessárias junto à indústrias selecionadas da região.

Resultados Esperados/Ganhos Ambientais: Melhoria na qualidade/ quantidade de dados analíticos sobre o funcionamento de sistemas de tratamento de efluentes líquidos industriais.

4.8.- Áreas Contaminadas

A agência desenvolverá ações de controle junto aos empreendimentos, visando a descontaminação dessas áreas.

A agência estará atuando em conjunto com a EC.

Resultados Esperados/Ganhos Ambientais: Implantação de medidas para descontaminação das áreas até dezembro/2003.

4.9.- Central Regional de Resíduos de Serviços de Saúde

Este programa visa o acompanhamento do licenciamento, implantação e operação de uma central regional para tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde dos 05 (cinco) maiores municípios da região da CPc: Santa Bárbara d´Oeste, Piracicaba, Americana, Limeira e Rio Claro.

Resultados Esperados/Ganhos Ambientais: Tratamento e disposição final adequado dos resíduos de serviços de saúde nos municípios acima citados (aproximadamente 120t/mês) até final de 2003.

4.10.- Reciclar 2000

O programa “Reciclar 2000 – Nosso Futuro Sustentável”, visa fomentar a implantação de coleta seletiva e centrais de triagem de materiais recicláveis nos municípios da área de jurisdição desta Agência, e ainda, acompanhar as campanhas de conscientização ambiental sobre reciclagem na região. O projeto conta com apoio e parceria da CEAM/SMA.

Resultados Esperados/Ganhos Ambientais: Meta de implantação de uma central de triagem por município para o período de 2002/2003.

4.11.- Operação Inverno

A CETESB vem participando juntamente com outros orgãos estaduais e municipais de um plano de ações integradas para atuação no período de inverno (Maio à Setembro), visando minimizar os problemas de poluição atmosférica no município de Limeira.

Resultados Esperados/Ganhos Ambientais*:* Integração entre órgãos no que diz respeito às questões de poluição do ar e conscientização da sociedade em geral quanto a importância do controle de poluição do ar no período de inverno/estiagem.

4.12.- Participação em Conselhos, Câmaras Técnicas, etc.

A agência participa de conselhos, câmaras técnicas e grupos técnicos, destacando-se o Comitê das Bacias Hidrográficas das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Limeira, Conselho Municipal Agrícola de Limeira e Núcleo Regional de Educação Ambiental da Bacia do Médio Piracicaba.

Resultados Esperados/Ganhos Ambientais: Participação da CETESB nas questões regionais relacionadas a controle da poluição ambiental , recursos hídricos e educação ambiental.

5.- Programa de Trabalho

Todas as atividades que compõem os diversos programas propostos pela agência (PROPEC e PAE) serão desenvolvidos pelo corpo técnico disponível, utilizando-se dos recursos materiais existentes na estrutura atual da agência.

5.1.- Caracterização e Estrutura Atual da Agência

- UGRHI 05: Piracicaba, Capivari e Jundiaí.
- Número de municípios : 06 (Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Iracemápolis, Cordeirópolis, Cosmópolis e Limeira)
- Atividades cadastradas: aproximadamente 2.000 indústrias.
- População Total: aproximadamente 370.000 habitantes.
- Recursos Disponíveis:

Humanos:	Materiais:
- 01 gerente	- 2 veículos
- 06 técnicos	- 8 microcomputadores
- 01 socióloga	- 6 impressoras
- 03 administrativos	

5.2.- Horas Aplicadas nos Programas

A quantidade prevista de atividade para 2002 foi obtida considerando-se um aumento de 10% sobre as atividades efetivamente realizadas em 2001.

No Quadro do ítem 6 é apresentado um resumo das horas previstas por programa/atividade.

Para o dimensionamento das horas aplicadas em cada programa foram considerados critérios de periodicidade e tempo gasto para cada atividade, os quais são apresentados no mesmo quadro.

5.3.- Desenvolvimento dos Programas

5.3.1.- Programas Permanentes de Controle:

- ***Licenciamento Ambiental***

O programa será desenvolvido com 100% de atendimento da demanda, adequado à ordem de entrada das solicitações.

- ***Fiscalização Programada***

Serão feitas programações de inspeção nas indústrias prioritárias procurando atender as seguintes condições mínimas:

- 1 inspeção por bimestre para indústrias de alta prioridade-Nível 1
- 1 inspeção por quadrimestre para indústrias de média prioridade-Nível 2
- 1 inspeção por semestre para indústrias com automonitoramento

Dessa forma o atendimento será melhor distribuído durante o ano. As programações de inspeções e amostragem serão controladas.

- ***Atendimento à Comunidade***

O programa será desenvolvido com 100% de atendimento da demanda, obedecendo a ordem de entrada das solicitações, bem como seu grau de complexidade, principalmente nos casos de reclamações, acidentes ambientais e solicitações do Ministério Público.

5.3.2.- Programas de Atuação Específica

- ***Queima de Palha de Cana – QPC***

Atendimento a 100% das reclamações e realização de roteiros de fiscalização diariamente durante os 140 dias úteis de safra, no período de Maio à Novembro/2002.

- ***Prevenção à Poluição - P2***

Indústrias de bijuterias de Limeira (galvanoplastia); Início da 2ª Etapa e Indústrias de pisos cerâmicos esmaltados: continuidade das atividades (inspeções e levantamentos).

- ***Esgotos Sanitários***

Realização de inspeções, amostragem e aplicação de penalidades nos municípios que não possuem ETE e ainda não assinaram TAC com a CETESB. Acompanhamento dos cronogramas de implantação de ETE´s dos municípios que não assinaram TAC (Limeira e Artur Nogueira).
Estão previstas 36 inspeções ao longo de 2002.

- ***Resíduos Sólidos Domésticos***

Realização de inspeções e aplicação de penalidades aos municípios que não possuem sistemas de disposição adequado/licenciados.
Estão previstas 17 inspeções ao longo de 2002.

- ***Monitoramento de Fluoretos***

Operação dos amostradores passivos de fluoretos em 03 (três) pontos do município de Cordeirópolis com previsão de 02 (duas) operações/ mês durante os 12 meses do ano de 2002.

- ***Inventário de Fontes***

Serão feitos os inventários de 39 indústrias,sendo, 19 nível 1, 16 nível 2 (30%) e 04 com automonitoramento) ao longo do ano de 2002, através de processo eletrônico para a obtenção dos dados (CD).

- ***Automonitoramento***

Após definição do programa, a agência desenvolverá as ações necessárias para sua efetiva implantação.

- ***Áreas Contaminadas***

Realização de inspeções (mínima de 03 inspeções/ano por indústria) nas 04 (quatro) áreas contaminadas ao longo de 2002.

- ***Central regional de Resíduos de Serviços de Saúde***

Após definição da empresa que implantará o sistema, a agência trabalhará no licenciamento e no acompanhamento das obras de implantação.

- ***Reciclar 2000***

A agência participará de reuniões com a entidade coordenadora do projeto “Reciclar 2000 – Nosso Futuro Sustentável” na região, visando orientação técnica.

- ***Operação Inverno***

As ações de controle de poluição do ar estarão sendo desenvolvidas normalmente pela agência no período da "Operação Inverno". A agência participará de 01 reunião mensal durante os 05 meses da operação.

- ***Participação em Conselhos, Câmaras Técnicas, etc.***

A agência participará das reuniões técnicas do Grupo Técnico de Planejamento – GTP da CBH/PCJ (10 reuniões no ano) e de outras reuniões de conselhos municipais (aproximadamente 10 reuniões no ano).

6.- Quadro de Demandas - (Anexo)

No quadro são apresentadas detalhadamente as previsões das horas necessárias para o cumprimento de todos os Propec´s e Pae´s integrantes deste Plano de Ação, para o ano de 2002.

7.- Conclusões

A elaboração do Plano de Ação 2002/2003 contou com a efetiva participação da totalidade da equipe técnica da Agência.

O corpo de profissionais passou a contar com 06 técnicos de controle para 2002 com a vinda de mais uma engenheira.
Assim sendo o total de horas disponíveis, considerando-se também a inclusão das horas do gerente e da profissional de Comunicação Ambiental, alcança o valor de 12.000 horas/ano.

Considerando-se pois as demandas detalhadas no Quadro do ítem 6 e a disponibilidade atual da Agência, observa-se um relativo equilíbrio, para o cumprimento das atividades estabelecidas neste Plano para o ano de 2002.

Quadro de Demandas - Previsão de Horas -PROPEC´s e PAE´s

		Atividades	Previsão 2002	Horas Inspeção	Horas relatório	Horas Total
Propec´s	Licenc.Ambiental	Licen. Instalação	220	0	4	880
		Licen. Funcionamento	200	3	4	1.400
		CADRI	55	0	5	275
		GRAPROHAB	15	3	6	135
		CDLI	45	1	2	135
		Postos de Combustível	26	4	3	182
					Sub-Total	**3.007**
	Fisc.Prog.	Alta Prioridade	19	4	3	798
		Média Prioridade	53	3	2	795
		Automonitoráveis	4	4	3	56
					Sub-Total	**1.649**
	Aten. Comunidade	Reclamações Novas	240	4	4	1.920
		Reclamações Repetitivas	340	3	3	2.040
		Ministério Público	80	3	6	720
		Acidentes Ambientais	12	8	4	144
		Eventos/Palestras	12	0	8	96
		Atendimento ao Público	2700	0	0,25	675
					Sub-Total	**5.595**
Pae´s						
		QPC - Roteiro	140	2	2	1140
		Prev. Poluição P2	17	4	2	560
		Esgotos Sanitários	36	4	4	288
		Resíduos Sólidos Domésticos	17	3	3	102
		Fluoretos/Monitoramento	24	2	0	48
		Inventário de Fontes	39	0	6	234
		Automonitoramento	6	0	2	12
		Áreas Contaminadas	4	4	4	96
		Resíduos Sólidos de Saúde	6	4	0	24
		Reciclar 2000	6	4	0	24
		Operação Inverno	5	4	0	20
		Comitê/Consórcio/CONDEMA	20	6	0	120
					Sub-Total	**2.212**
					Total Geral	**12.463**

PLANO DE AÇÃO – 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE PIRACICABA - CPC-P

I. Introdução

Este documento propõe o Plano de Ação – 2002/2003 da Agência Ambiental de Piracicaba, tendo como referência o documento “Bases para Elaboração”, formulado pela Diretoria de Controle em outubro/2001.
O Plano de Ação objetiva organizar as ações de controle dentro de Programas Permanentes de Controle – PROPEC´s e Programas de Atuação Específica – PAE´s.

A área atendida pela Agência está inserida na UGRHI 05 – Piracicaba, Capivari e Jundiaí, compreende 12 municípios com população urbana da ordem de 601 mil habitantes, distribuídos conforme descrito a seguir:
Analândia (3,6 mil), Corumbataí (3,8 mil), Ipeúna (4,3 mil), Rio Claro (168 mil), Santa Gertrudes (15,9 mil), Piracicaba (329 mil), Saltinho (5,8 mil), Rio das Pedras (23,4 mil), Águas de São Pedro (1,8 mil), São Pedro (27,8 mil), Santa Maria da Serra (4,6 mil) e Charqueada (13 mil).Na âmbito de atuação da Agência existem cerca de 4.500 indústrias cadastradas.

São apresentados a seguir os recursos humanos e materiais disponíveis na Agência para a execução deste Plano:

- Gerente
- 10 técnicos de controle
- 02 comunicólogos,
- 01 secretária
- 01 estagiário técnico

Representando assim uma disponibilidade de 19.500 homens/hora, de nível técnico, para o ano de 2002. (11técnicos x padrão de 1.500hs/ano/técnico).

- 04 veículos: 03 uno mille e 01 vw gol
- 06 microcomputadores
- 01 servidor de rede
- 03 impressoras
- tv e vídeo cassete

II. Diagnóstico Ambiental

Os problemas decorrentes do rápido crescimento populacional da região, são agravados pelo uso inadequado do solo e pela situação de seu recurso hídrico principal, o rio Piracicaba.
O uso e ocupação do solo é diversificado e apresenta algumas áreas de pastagens, citricultura e culturas perenes, com intensa monocultura de cana-de-açúcar.
As primeiras indústrias a se instarem na região estavam relacionadas à questão agrícola, como as siderúrgicas, metal mecânicas etc.
Atualmente, importantes plantas químicas estão instaladas na região.
A disponibilidade de bens minerais, tais como areia, pedra, argila e calcário, motivou a instalação de empresas mineradoras e consequentemente as empresas do setor cerâmico e de construção civil.
A situação atual do meio ambiente na área de atuação da Agência Ambiental de Piracicaba, pode ser descrita por uma diversidade de temas relativos à prevenção e ao controle de poluição, pois apresenta, além de um parque industrial importante, áreas urbanas em expansão, intensa atividade de exploração mineral e, ainda, extensas áreas agrícolas e pastoris.
Dividindo-se em subitens, destacamos como principais fontes de poluição e ações de prevenção/controle, as atividades abaixo descritas:

- Poluição do ar
  - Queima de palha de cana:
  - Existência de fontes industriais com potencial poluidor: siderúrgicas; usinas do setor sucro-alcooleiro; cerâmicas; químicas, manipuladoras de chumbo e fundições.

- Poluição por ruído e vibração
  - Emissão de ruído e vibração especialmente por indústrias do setor metal mecânico instaladas em áreas de concentração urbana.

- Poluição das águas
  - Alta carga orgânica de origem domiciliar remanescente dos municípios situados na bacia em análise . Salienta-se que a qualidade das águas na região de abrangência da Agência é influenciada pela carga orgânica residual proveniente dos municípios situados à montante da mesma.
  - Instalação de parque industrial com presença de indústrias de uso consuntivo (p. ex. usinas) e alto potencial de carga orgânica/inorgânica.
  - Desenquadramento dos corpos hídricos comprometendo a qualidade das águas de abastecimento.
  - Presença de altas concentrações de matéria orgânica e algas.
  - Ocorrências de episódios de mortandade de peixes.

- Poluição do solo:
  - Utilização do solo para estocagem e destinação final de resíduos sólidos industriais.
  - Disposição inadequada de resíduos sólidos domiciliares.
  - Disposição inadequada de resíduos sólidos de serviços de saúde.
  - Existência de áreas contaminadas e/ou degradadas.
  - Áreas de fertirrigação utilizadas pelas usinas de açúcar e álcool.

III. PROPEC's

III.1 Licenciamento Ambiental

Licença de Instalação, Licença de Funcionamento, Graprohab, CDLI e CADRI
Ação: Análise, vistoria (obrigatoriamente para LF e demais casos quando necessário) e emissão de parecer.
Meta: Atender a demanda em 100% em função do aspecto legal.

III.2 Fiscalização Programada

Este Programa consiste no exercício de atividades intrínsecas à atuação da CETESB, como a manutenção e aprimoramento de atividades de fiscalização de empresas prioritárias (nível alto, médio, automonitoráveis e usinas de álcool e açúcar).
Para o desenvolvimento desse Programa realizam-se vistorias técnicas, análises e emissão de pareceres, conforme detalhado abaixo:

Empresas Prioritárias nível 1:
Ação: Vistoria técnica, análise e emissão de relatório.
Meta: As empresas de alta prioridade em número de 10, são aquelas que apresentam fontes de poluição, potenciais e/ou remanescentes, importantes dentro do contexto do controle de poluição. Pretende-se estabelecer programação de vistorias sistemáticas, previsto mínimo de 6 vistorias/ano com medições e avaliações no cumprimento das ações de controle.

Empresas Prioritárias nível 2:
Ação: Vistoria técnica, análise e emissão de relatório.
Meta: As empresas de média prioridade em número de 20**,** não se enquadram nos critérios de nível 1 mas apresentam fontes de poluição que causam ou podem causar danos ambientais e incômodos ao bem estar da população. Pretende-se alcançar a mesma profundidade de atendimento dado as empresas nível 1, estando previsto mínimo de 3 vistorias/ano.

Empresas Automonitoradas :
Ação: Vistoria técnica, análise e emissão de relatório.
Meta: As empresas, em número de 03 são aquelas que desenvolvem um automonitoramento de suas fontes poluidoras, reconhecido e acompanhado por esta Agência sendo porém previsto mínimo de uma inspeção por ano.

III.3 Atendimento à comunidade

Ministério Público
Ação: Análise, vistoria e emissão de Informação Técnica.
Meta: Atender a demanda em 100% em função do aspecto legal.

Acidentes Ambientais (inclusive mortandade de peixes)
Ação: Vistoria técnica, acompanhamento das ações corretivas e emissão de relatório. Envolve o atendimento a acidentes com carga perigosa.
Meta: Atender a demanda em 100% em função do aspecto legal.

Eventos e Palestras
Ação: Participar e promover Eventos e Palestras relativos aos temas ambientais.
Meta: Representar a Cia. em eventos cujos temas são afetos ao seu âmbito de atuação.

Reclamações novas e repetitivas
Ação: Vistoria técnica, análise e parecer.
Meta: As reclamações novas são aquelas que referem-se a fontes sem antecedentes de reclamações para a CETESB. As repetitivas são aquelas sobre fontes com ações de controle em curso. Atender a demanda em 100% .

Atendimentos (balcão)
Ação: Recebimento dos documentos e protocolo das solicitações da população. A área técnica manterá plantão diário para atendimento.
Meta: Atender a demanda em 100% em função do aspecto legal.

IV. PAE's

Queima de palha de cana - roteiro
Ação: Vistoria técnica, enquadramento legal e emissão de parecer e relatório.
Meta: Atender a demanda conforme sistemática de roteiros previamente definidos.

Prevenção à Poluição no setor cerâmico

Ação: Este Programa prevê a implementação de conceitos e práticas de Prevenção à Poluição no setor cerâmico, desde o manejo da matéria prima à elaboração do produto final.

Meta: Implementar as oportunidades de P2 já levantadas pela CETESB.

Inventário de Fontes

Ação: Este Programa visa reavaliar os inventários existentes, atualizar e consolidar as informações. As empresas constantes do inventário são todas aquelas consideradas no Propec, Fiscalização Programada e já definidas como 33 fontes.

Meta: Consolidar as informações disponíveis, de modo a servir de ferramenta para o estabelecimento de Programas de Controle.

Automonitoramento

Ação: O Programa consiste na implantação de automonitoramento em indústrias selecionadas conforme critérios estabelecidos pela Regional da Bacia do Rio Piracicaba II.

Meta: Assinatura de Protocolo de Intenções entre CETESB e as empresa selecionadas para fazer parte do Programa e início da operacionalização do mesmo, ao longo de 2002.

Central de Resíduos Sólidos de Saúde

Ação: Tratamento regionalizado dos resíduos sólidos de serviço de saúde.

Meta: Tratamento e disposição adequados desses através da Central Regional ou pela ação individual de cada gerador.

Comitês, Consórcio, Condema

Ação: Este Programa visa intensificar e organizar a atuação dos técnicos da Agência Regional nos grupos do Comitê, Consórcio e Condema, como representantes da Cia.

Metas: Participar e contribuir na gestão integrada das bacias hidrográficas, bem como na gestão dos problemas ambientais específicos de cada município.

Áreas Contaminadas

Ação: Esse programa prevê o cadastramento das áreas que foram catalogadas como Áreas Contaminadas do Estado e que estão na região de abrangência da Agência, para hierarquização das prioritárias.

Metas: Cadastrar as áreas apontadas como contaminadas.

Esgotos Sanitários

Ação: O Programa busca o atendimento à legislação ambiental vigente no tocante ao tratamento de esgoto, conduzindo à melhoria nas condições de saneamento e na qualidade da água dos corpos hídricos.

Meta: Acompanhamento da execução das etapas previstas nos TAC's assinados com as Prefeituras, objetivando 70% de redução da carga orgânica para os próximos três anos na área de atuação da Agencia.

Resíduos Sólidos Domiciliares

*A*ção: O Programa será pautado no estabelecimento de melhorias de conduta no que tange ao gerenciamento de resíduos sólidos domiciliares e de serviços de saúde nos municípios, buscando a integração dos mesmos para resolução de problemas ambientais comuns.

Meta: Para os resíduos sólidos urbanos a meta consiste no acompanhamento da execução das etapas previstas nos TAC's assinados com as Prefeituras.

Para os resíduos sólidos de serviço de saúde está prevista a consolidação do sistema regional, envolvendo os municípios de Piracicaba, Rio Claro, Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Limeira.

Reenquadramento dos rios da bacia do Piracicaba II

Ação: Este Programa tem por objetivo reconhecer a situação dos corpos d'água principais da Bacia do rio Piracicaba II, analisando perspectivas de ajustes às classes associadas aos mesmos pela legislação vigente.

A bacia do rio Corumbataí está sendo priorizado neste Programa. O rio Corumbataí é manancial de abastecimento público para vários municípios que distribuem-se ao longo de sua bacia, sendo que Rio Claro e Piracicaba figuram como aqueles mais expressivos pela população atendida..

O Consórcio de Bacias dos rios Piracicaba/Capivari/Jundiaí criou a UGP-Corumbataí, Unidade de Gerenciamento de Projetos da bacia do rio Corumbataí, reunindo os municípios de Piracicaba e Santa Gertrudes, a partir da contribuição de R$ 0,01/m³ de água captada da bacia hidrográfica. Esta unidade de projetos objetiva desenvolver ações na bacia, a fim de buscar resultados que se reflitam na qualidade das águas dos seus rios. A CETESB foi inserida neste grupo e busca pulverizar sua experiência com a finalidade de auxiliar na definição de projetos prioritários para a bacia.

Metas**:** Contribuir com a gestão ambiental na bacia do rio Corumbataí, buscando a manutenção da atual classe dos rios da bacia. Participar das reuniões da UGP- Corumbataí e contribuir com a pulverização de conhecimentos e priorização de projetos. Iniciar o registro de dados que visem caracterizar formadores importantes do rio Corumbataí, atualmente mais preservados. Caracterizar afluentes do rio Corumbataí que transportam cargas orgânicas e inorgânicas de aglomerados urbanos e industriais.

Instrumento de Gestão Ambiental

Ação: O programa consiste no desenvolvimento de metodologia de avaliação de impactos ambientais das principais fontes poluidoras, propiciando a construção de banco de dados georeferenciado, contendo uso do solo, química da água, identificação em mapas, entre outras informações. O desenvolvimento do programa dar-se-á na área de atuação da Regional da Bacia do Rio Piracicaba II.

Meta: Obtenção de instrumento de gestão de recursos hídricos, com previsão de realização ao longo de 2002.

Projeto Corumbataí – Cerâmicas

Ação: O Projeto Corumbataí prevê a execução de atividades de recuperação ambiental a médio e longo prazos em área contaminada pelo acúmulo de resíduos contendo metais pesados, provenientes de indústrias cerâmicas da região, além das atividades de Prevenção à Poluição.

O Projeto Corumbataí será ampliado, de forma a contemplar outros programas e atividades, quais sejam: Implantação do Programa de Automonitoramento, Programa de Gestão de Recursos Hídricos e atividade de reenquadramento de corpos d'água.

Meta: Dar continuidade da revegetação do entorno dos lagos e Córrego da Fazenda Itaqui; implementar programa de monitoramento de águas superficiais, sedimentos, peixes e solo; continuidade na execução de projeto de drenagem da área; continuidade do processo de envolvimento da comunidade e continuidade da idealização do Projeto Parque dos Lagos. Buscar o reenquadramento da Bacia do rio Corumbataí para os parâmetros OD e DBO no decorrer do ano 2002.

Mineração (Calcário e Argila)

Ação: Este programa prevê a identificação e a busca de ações específicas para áreas adensadas de extração de calcário e argila, respectivamente nas regiões de Saltinho e de Santa Gertrudes.

Metas: Organizar ações de controle em conjunto com o DEPRN na regiões apontadas, a fim de garantir a manutenção da qualidade das águas superficiais e subterrâneas ali existentes e o bem-estar público.

prevenção à poluição em fundição

Ação: Na região abrangida pela Agência Ambiental de Piracicaba existe um número considerável de fundições gerando mensalmente areias de diferentes tipos cujo destino final mais comum é o aterramento.

Considerando o elevado volume que ocupam esses resíduos nos aterros e que existem formas viáveis de recuperar e reciclar os mesmos, esta Agência entende que a criação desse Programa é justificada.

METAS: Definir um grupo de indústrias do setor, que por suas características específicas, poderiam integrar o Programa e reunir experiências já existentes.

RECICLAR 2000
Fomentar a implantação de Coleta Seletiva e de Centrais de Triagens de materiais recicláveis nos municípios na de jurisdição da Agência, e ainda, acompanhar as campanhas de conscientização ambiental sobre a reciclagem nos municípios. Com o apoio da CEAM.
Meta : Implantação de uma Central de Triagem por município para o período de 2002/2003.
Obs: As horas a serem despendidas neste programa estão incluídas no Propec Atendimentos.

V. Conclusão

Cumpre observar que na formulação do Plano de Ação 2002/2003 da Agência Ambiental de Piracicaba, foram estabelecidas as premissas seguintes:

- A demanda de trabalho prevista para 2002, foi acrescida com base nos dados do balanço 2000/2001.

- As horas estabelecidas para o desenvolvimento das diversas atividades foram levantadas após ouvir os técnicos da área.

- O valor considerado para a disponibilidade de recursos humanos de nível técnico da Agência para o ano de 2002 respeita o padrão estabelecido de 1.500 horas/ano para cada profissional.

O Quadro do seguinte item VI demostra detalhadamente as demandas de homens/hora previstas para a realização de todos os Propec´s e Pae´s constantes deste Plano de Ação para o ano de 2002.

Comparando-se o montante das demandas com a disponibilidade atual de recursos humanos de nível técnico da Agência, cujo valor já foi demonstrada na Introdução, pode-se notar que existe entre as mesmas um bom equilíbrio, contando-se com alguma reserva, para a execução do Plano.

I. Quadros de Demandas

PROPEC'S

PROGRAMAS	ATIVIDADE	PREVISÃO 2002	HORAS INSPEÇÃO / EVENTO	HORAS RELATÓRIO	TOTAL HORAS
Licenciamento Ambiental	Licença de Instalação	322	0	4	1288
	Licença de Funcionamento	441	4	4	3528
	CADRI	144	0	5	720
	GRAPROHAB	37	3	6	333
	CDLI	392	1	2	1176
	Lic. Postos Combustível - LP/LI/LO	42	3	3	252
Fiscalização Programada	Nível Alto (06 inspeções)	10	4	3	420
	Nível Médio (03 inspeções)	20	3	2	300
	Automonitoradas (01 inspeção)	3	4	3	21
Atendimento à Comunidade	Ministério Público	103	3	6	927
	Acidentes Ambientais	52	8	4	624
	Eventos / Palestras	103	8	0	824
	Reclamações Novas	195	4	4	1560
	Reclamações Repetidas	342	3	3	2052
	Atendimento	4000	0,25	0	1000
TOTAL					**15025**

PAE'S

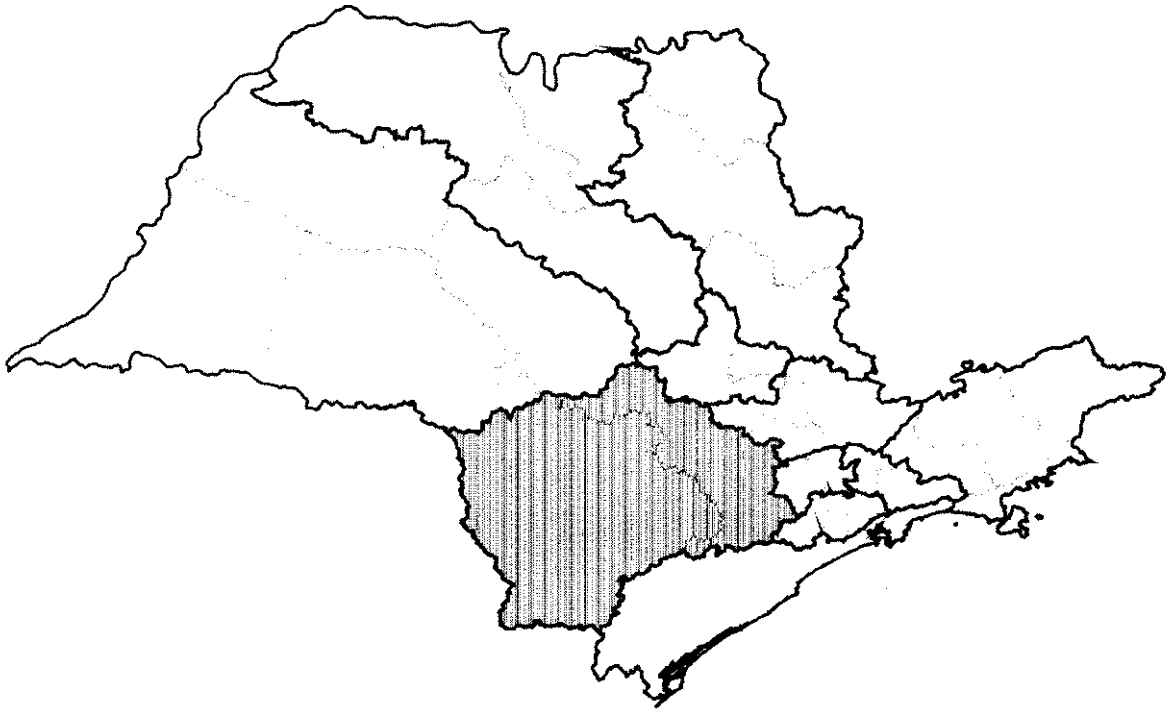
PROGRAMAS	PREVISÃO 2002	HORAS INSPEÇÃO / EVENTO	HORAS RELATÓRIO	TOTAL HORAS
QPC – Roteiro	140	5	2	1120
Prevenção a Poluição	60	4	2	360
Inventário de Fontes	33	0	6	198
Automonitoramento	4	0	4	16
Central de Resíduos Sólidos de Saúde	6	0	8	48
Comitês, Consórcio, Condema	39	8	0	312
Áreas Contaminadas	12	4	4	96
Esgotos Sanitários	12	4	4	96
Resíduos sólidos Domiciliares	12	3	3	72
Reenquadramento dos rios da bacia do Pirac. II	12	8	0	96
Instrumento de Gestão em Recursos Hídricos	88	4	0	352
Projeto Corumbataí Cerâmica	48	7	8	720
Mineração-Calcáreo/Saltinho e Argila/Sta Gertrudes	12	3	4	84
Fundição	12	3	4	84
TOTAL				**3654**

TOTAL GERAL					**18679**

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CETESB

DIRETORIA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE AÇÃO 2002/2003



Regional das Bacias do Sorocaba, Alto Paranapanema e Litoral Sul (CSr)

Agência Ambiental de Itapetininga
Agência Ambiental de Sorocaba

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE ITAPETININGA – CSr-IT

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Ação 2002/2003 visa estabelecer o planejamento das ações de controle e de prevenção à poluição na área de abrangência desta Agência Ambiental de Itapetininga. Tal planejamento subsidiará o gerenciamento contínuo das atividades previstas.
Inserida na Região Administrativa de Sorocaba, esta Agência abrange municípios das Regiões de Governo de Itapetininga, Itapeva, Avaré, Botucatu e Sorocaba. Atende a 47 (quarenta e sete) municípios, que integram as seguintes Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos: 10 - Tietê/ Sorocaba (05 municípios); 11- Ribeira do Iguape/Litoral Sul (06 municípios); 14 - Alto Paranapanema (34 municípios); 17 - Médio Paranapanema (03 municípios).

Estes municípios, segundo os dados do censo IBGE/2000, tem uma população urbana de 633.324 habitantes, que equivale a 75 % da população total. Os municípios com maior e menor população urbana são Itapetininga (111.774 hab) e Ribeira (1.007 hab), respectivamente. Ocupam no seu conjunto uma área territorial de 29.247 Km^2.

As atividades cadastradas junto à Agência, segundo dados extraídos no SIPOL, somam 2.145 empreendimentos. No período, dezembro 2000 a dezembro 2001, ocorreu um aumento de cerca de 11,5 % no montante de empreendimentos cadastrados na área de atuação da Agência.

O quadro atual de recursos humanos constitui-se de:
- 01 Gerente de Agência
- 08 Agentes Credenciados
- 01 Analista de Educação Ambiental
- 05 Funcionários Administrativos

Estarão disponibilizadas 15.000/hora.ano para o desenvolvimento das atividades da Agência (base de 1500horas/ano x , sendo 09 técnicos e 01 gerente).
Quanto aos recursos materiais dispõem-se de:
Veículos
- 01 VW Gol 1989
- 02 VW Gol 1990
- 01 Fiat UNO 1998

Informática
- 01 servidor; 08 computadores;
- 01 impressora tipo laser; 04 impressoras tipo jato de tinta

. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Ar

Os municípios da área de abrangência desta Agência, não integram a Rede de Avaliação de Qualidade do Ar da CETESB. Dentre os problemas identificados como causadores de poluição de ar na região, merece destacar a ocorrência de queima de resíduos originários de “serrarias/empresas de beneficiamento de madeira”, notadamente nos municípios de Buri, Itararé, Capão Bonito e Itapeva.

Destacam-se os empreendimentos que fabricam cimento e cal hidratada na região. Tais empreendimentos apresentam potencial poluidor do ar, entretanto, encontram-se, em geral, controlados.

A queima de palha de cana ocorre, com maior freqüência, nas plantações concentradas no município de Itapetininga, requerendo sua inserção nas ações de controle da Agência.

Água

Segundo dados extraídos do “Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo – 2000” a carga poluidora de origem doméstica é da ordem de 21.166 kg $DBO_{5,20}$/dia. Os Indíces de Qualidade das Águas – IQA-2000, nesta bacia, por sua vez apresentaram qualidade ótima (33%), boa (56%) e aceitável (11%).

Solo

Resíduos sólidos urbanos e de serviços de saúde:

O impacto ambiental no solo e águas subterrâneas ocorre pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e de serviços de saúde. Na área de abrangência da CSr-IT, 89% dos municípios dispõem seus resíduos de forma inadequada.

Atividade minerária:

A atividade minerária é significativa na região, verificando-se a explotação de diversos bens minerais, a exemplo de areia, argila, calcário, filito, pedras ornamentais, brita, basalto, quartzito.
O desenvolvimento desta atividade tem alto potencial degradador exigindo atuação conjunta dos diversos órgãos do Sistema Estadual do Meio Ambiente.

Deve-se destacar a ocorrência de uma área contaminada no Município de Iporanga, onde no passado desenvolvia-se a atividade de extração e beneficiamento da galena. Após várias ações da CETESB o responsável vem desenvolvendo a investigação detalhada da área com vistas a sua remediação/ recuperação.

Merece destacar o grande número de solicitações de licença ambiental junto ao SISEMA e de processos em trâmite no Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, para extração de areia na região das cabeceiras dos rios Santo Inácio e Peixe - APA Botucatu - Municípios de Bofete, Torre de Pedra e Porangaba, aliado ao alto potencial das formações Pirambóia e Botucatu para essa substância mineral.

Torna-se pois imperativo criar dispositivos para o disciplinamento de uma atividade que tende a se adensar rapidamente no âmbito de uma Unidade de Conservação importante, principalmente quanto aos recursos hídricos subterrâneos (Aqüífero Guarani).

O documento intitulado "Subsídios ao Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Minerários na Região de Cabeceiras dos Rios Santo Inácio e Peixe - Apa Botucatu - Municípios de Bofete, Torre de Pedra e Porangaba" elaborado em conjunto por técnicos da DEPRN, DAIA e CETESB constituiu-se em importante ferramenta para o equacionamento de tal questão.

3. PROGRAMAS PERMANENTES DE CONTROLE - PROPECs

Os itens a seguir relacionados dizem respeito às atividades rotineiras da Agência. São apresentadas as premissas básicas que nortearão o desenvolvimento de cada um dos PROPEC´s.

3.1 – Licenciamento Ambiental

- Universo:
  a) 135 solicitações de Licença de Instalação; 120 solicitações de Licença de Funcionamento; 25 solicitações de Certificados de Destinação de Resíduos Sólidos Industriais; 45 solicitações de Certificado de Dispensa de Licença de Instalação; e 30 solicitações de Pareceres Técnicos.
  b) 190 postos de gasolina na área atuação da Agência
  c) estoque de 149 solicitações de Licença de Instalação e 153 solicitações de Licença de Funcionamento para atendimento.
- Objetivo: atendimento à solicitações de forma a adequar as empresas às premissas da legislação ambiental em vigor.

- Meta:
    a) atendimento a 100% das solicitações nos prazos já estabelecidos. Exceção deve ser feita para as solicitações que dependem de manifestação de outros órgãos do SISEMA ou de outras áreas da Companhia.
    b) atendimento a 50% das solicitações em estoque (o equacionamento integral desta demanda envolve a própria empresa ou outros orgãos do SISEMA)
- Estratégia de Ação:
    a) atendimento ao público solicitante
    b) análise dos documentos e pedido de complementações, quando necessário;
    c) emissão de licença/certificado ou parecer de indeferimento
- Parâmetro de Acompanhamento: número de licenças / certificados / pareceres emitidos frente às solicitações.

3.2 – Fiscalização Programada

- Universo: 45 empreendimentos, sendo 04 de alta prioridade (6 ret/ano), 11 de média prioridade (3 ret/ano) e 30 fontes potenciais (02 fontes com 2 ret/ano e 28 com 1 ret/ano).
- Objetivos:
    a) equacionamento das desconformidades ambientais e de licenciamento;
    b) dar continuidade às ações de controle de forma a manter as empresas em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- Meta: Realização de 89 inspeções aos empreendimentos prioritários, durante o ano.
- Estratégia de Ação:
    a) inspeções com a freqüência indicada;
    b) equacionamento do licenciamento ambiental, quando necessário;
    c) acompanhamento dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, quando couber;
    d) caracterização qualitativa e quantitativa dos sistemas de controle de poluição, de forma a atender os padrões de emissão e de qualidade estabelecidos;
    e) caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos sólidos industriais e equacionamento da sua destinação final, quando necessário;
- Parâmetros de Acompanhamento:
    a) nº de inspeções realizadas, frente à freqüência prevista;
    b) nº de licenças emitidas frente às solicitadas;
    c) evolução qualitativa da empresa (melhor, pior, estável)

3.3 - Atendimento à Comunidade

- Objetivo: dar atendimento às solicitações da comunidade envolvendo: reclamações da população; solicitações do Ministério Público, Poder Judiciário, organismos e entidades públicas; organismos não governamentais, imprensa, dentre outras;
- Meta: atendimento a 100% das solicitações de competência da CETESB e encaminhamento das demais aos respectivos órgãos responsáveis.
- Estratégia de Ação:

a) Avaliação das demandas pelo corpo gerencial encaminhamento para atendimento pela área técnica, quando couber.

- Parâmetro de Acompanhamento: número de atendimentos frente ao número de solicitações.

PROGRAMAS DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA - PAE´s

4.1 –Inventário de Fontes de Poluição Ambiental

- Universo: 45 (quarenta e cinco) empreendimentos, correspondentes aos listados para fiscalização programada
- Objetivo: atualização das curvas “ABC” (ar, água, resíduos sólidos), utilizando processo eletrônico (CD).
- Meta: inventariar 100% do universo previsto.
- Estratégia de Ação:
    a) solicitação e análise preliminar dos dados;
    b) adequação e complementação dos dados;
    c) análise final e consolidação;
    d) atualização da curva ABC.
- Parâmetro de Acompanhamento:
    a) número de empreendimentos inventariados.

4.2 -Sistemas de Destinação de Resíduos Sólidos Domésticos e de Serviços de Saúde

- Universo: 47 (quarenta e sete) municípios, envolvendo aqueles contemplados pelos Decretos 45.001/00 e 44.760/00-4 - Implantação de Aterros em Valas
- Objetivos:
    a) equacionamento das desconformidades existentes em relação aos atuais locais de destinação final destes resíduos;
    b) dar continuidade às ações de controle, de forma a manter os locais de destinação em conformidade com a legislação vigente;
    c) equacionamento da disposição final dos resíduos gerados nos municípios contemplados pelos Decretos mencionados.

- Estratégia de Ação:
    a) inspeções anuais, com elaboração de IQR;
    b) acompanhamento dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta assinados;
    c) proposição de medidas mitigadoras e soluções técnicas (ofícios/ reuniões);
    d) licenciamento ambiental, quando couber;
    e) acompanhamento das obras nos municípios contemplados pelos Decretos;
    f) aplicação de penalidades, quando couber.
- Parâmetros de Acompanhamento:
    a) nº de inspeções realizadas;
    b) nº de licenças emitidas frente às solicitadas;
    c) sistemas de aterro em valas implantados;
    d) evolução qualitativa dos sistemas, através dos IQRs.

4.3- Atuação junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica

- Objetivo: fortalecimento da atuação da CETESB no Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de São Paulo, mediante a participação de técnicos desta Agência no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema, - CBH ALPA e nas suas Câmaras Técnicas de Planejamento, Saneamento, Institucional e Educação Ambiental.
- Estratégia de Ação:

a) Participação nas atividades desenvolvidas pelo CBH-ALPA, inclusive nas citadas Câmaras Técnicas, sendo a Câmara Técnica Institucional coordenada pela CETESB.

➢ Parâmetro de Acompanhamento: Índice de presença nas reuniões plenárias do CBH-ALPA e nas suas Câmaras Técnicas.

4.4 – Sistemas de Tratamento de Esgotos

- Universo: Temos 09 municípios sem registro de estação de tratamento de esgotos. Nos 38 municípios restantes temos 63 ETE´s em licenciamento e 04 ETE´s com LF emitida.
- Objetivo: adequação do lançamento das cargas poluidoras de origem doméstica à legislação vigente.
- Metas: remoção de 50% da carga remanescente até 2004, e 100% até 2010.
- Estratégia de Ação:
    a) inspeções aos municípios e aplicação de penalidades, quando couber;
    b) acompanhamento dos processos junto à SABESP, concessionária de 45 dos municípios de nossa área de abrangência, no sentido de viabilizar as metas pretendidas.

- Parâmetro de Acompanhamento
    a) número de inspeções efetuadas e unidades regularizadas ou penalidades aplicadas;
    b) remoção da carga poluidora verificada.

4.5 Áreas contaminadas

- Universo: 01 empresa, Companhia Argentífera Furnas - CAF, no Município de Iporanga.
- Objetivo: minimização dos efeitos adversos ao meio ambiente/saúde pública;
- Meta: equacionar o passivo ambiental da referida área contaminada
- Estratégia de Ação:
    a) inspeções trimestrais;
    b) avaliação do grau de contaminação com apoio Diretoria "E", através da Coordenadoria de Áreas Contaminadas (EC);
    c) estabelecimento de Plano Remediação/Recuperação.
- Parâmetros de Acompanhamento:
    a) número de inspeções realizadas;
    b) aprovação e implementação do Plano.

4.6 Queima de Palha de Cana

- Universo: 04 empreendimentos; área plantada de 15.590 ha
- Objetivo: controle da queima de palha de cana na área de atuação da Agência
- Estratégia de Ação:
    a) atendimento às reclamações
    b) fiscalização conforme os seguintes de roteiros:
- Itapetininga; (04 horas) – 2 vezes ao mês
- Itaí/Taquarituba (08 horas) – 01 vez ao mês
- Cerqueira César (08 horas) – 01 vez ao mês
    c) Fiscalização com freqüência semanal, alternando-se os roteiros, no período de maio a novembro (30 semanas). Total no ano – realização de 31 roteiros, sendo 16 de 4 horas (64 horas) e 15 de 8 horas (120 horas)
- Parâmetro de Acompanhamento:
    a) número de inspeções e de constatações
    b) penalidades aplicadas

4.7 Atividade Minerária – Extração de Filito e Pedra Ornamental

Universo: 10 empreendimentos extratores de filito nos municípios de Nova Campina e Itapeva, e 05 de pedra ornamental, sendo 4 extratoras de granito em Capão Bonito e 1 extratora de gabro em Apiaí. Estima-se a existência de 15 outros empreendimentos clandestinos.

- Meta: equacionamento do licenciamento e passivo ambiental de 100% dos empreendimentos identificados.
- Objetivo: adequação dos empreendimentos à legislação ambiental vigente.
- Estratégia de ação:
    a) atuação conjunta com o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais;
    b) mapeamento das informações disponíveis quanto aos locais de extração;
    c) sobrevôo à região de forma a identificar a checar as informações mapeadas e identificar eventuais extrações clandestinas;
    d) inspeção a cada empreendimento identificado;
    e) aplicação da legislação ambiental em vigor.
- Parâmetro de Acompanhamento:
    a) número de empreendimentos identificados;
    b) número de penalidades aplicadas e de licenças obtidas;
    c) número de empreendimentos regularizados.

4.6 Fumaça Preta

- Universo: Veículos Automotores movidos a diesel, em circulação na região de abrangência desta Agência .
- Objetivo: Adequação da frota diesel em circulação, aos padrões legais de emissão.
- Estratégia de Ação:
    a) Realização de 01 dia/semana, de fiscalização nas principais
    b) estradas e vias de circulação.
- Levantamento amostral de densidade colorimétrica de fumaça emitida por veículos – contagem de frota
- Parâmetro de Acompanhamento:
    a) registro do número de infrações emitidas,
    b) evolução do percentual de frota inadimplente

4.7 Cursos / Eventos

- Universo: Realização de treinamento para 10 técnicos da Agência, sendo 08 agentes credenciados, 01 analista de educação ambiental e 01 gerente.
- Meta: Propiciar atualização dos funcionários nos temas essenciais ao desenvolvimento de seus trabalhos.
- Objetivo: Manutenção da qualidade técnica dos funcionários da Agência.
- Estratégia: Os treinamentos deverão ser realizados em no mínimo duas etapas de 20 horas cada.
- Parâmetro de Acompanhamento: Número de eventos e a carga horária dos cursos freqüentados pelos técnicos da Agência no decorrer do ano.

4. CONCLUSÕES

Na leitura do quadro demandas/disponibilidade a seguir apresentado, depreende-se que há um relativo equilíbrio entre as horas disponíveis e as necessárias ao cumprimento deste plano, pois a Agência apresenta um déficit de 677 horas no quadro geral.

Dada a extensa área territorial sob responsabilidade da Agência, grandes distâncias são percorridas para o atendimento às demandas, fato que remonta em uma maior alocação de horas. Deve-se destacar que a idade média da frota disponível é alta.

Cumpre também ressaltar algumas considerações finais, bastante peculiares, para o desenvolvimento das atividades abrangidas pelo Plano, na âmbito de atuação da Agência Ambiental de Itapetininga, como segue:

A atividade extrativa é significativa na região. No sentido de equacionar o licenciamento ambiental e levar o empreendedor a recuperar as áreas degradadas pela atividade minerária, optamos por dar inicio aos trabalhos atuando junto aos empreendimentos extratores de filito e pedras ornamentais, considerando, inclusive, a concentração espacial da atividade. Prevê-se, no futuro, a continuidade desta ação envolvendo outros bens minerais.

Na elaboração de subsídios técnicos para o licenciamento de empreendimentos e atividades minerárias no perímetro da APA Botucatu (Decreto 20.960 de 08/06/83), considerou-se a capacidade de suporte do meio e os reflexos das atividades minerárias na infiltração das águas pluviais e na modificação das formas de relevo.
Num nível de abordagem mais direta enfocou-se os impactos prováveis e possíveis medidas mitigadoras que resultou em um conjunto de parâmetros e critérios a ser considerado no transcorrer do licenciamento ambiental.

Deve-se considerar a necessidade de regulamentação destes critérios, por parte da Secretaria do Meio Ambiente/CETESB, face à necessidade premente de proteção do Aqüífero Guarani (ou Botucatu) e da beleza cênica da paisagem, principais atributos da referida Área de Proteção Ambiental.

PLANO AÇÃO 2002/2003 - DEMANDAS X DISPONIBILIDADE
PREVISÃO PARA O ANO 2002
Agência Ambiental de Itapetininga - CSr-IT

Nº	DEMANDAS	UNIVERSO	RET/ANO	HORAS	TOTAL
	P R O P E C s				
1	**Licenciamento Ambiental**				
1.1	LI´s	135	1	6	810
1.2	LF´s	120	1	10	1200
1.3	P. Combustíveis (LF)	190	1	10	1900
1.4	Estoque LI	75	1	6	450
1.5	Estoque LF	75	1	10	750
1.6	CADRI's	25	1	4	100
1.7	CDLI´s	45	1	4	180
1.8	Pareceres Técnicos	30	1	8	240
1.9	Atendimento ao Público	250	1	8	2000
1.10	Contravenções	180	1	6	1080
	Sub-Total				**8710**
2	**Fiscalização Programada**				
2.1	Alta Prioridade	4	6	12	288
2.2	Média Prioridade	11	3	12	396
2.3	Fontes Potenciais	2	2	12	48
2.4	Fontes Potenciais	28	1	12	336
	Sub-Total				**1068**
3	**Atendimento à Comunidade**				
3.1	Reclamações	130	1	7	910
3.2	MP e PJ	100	1	14	1400
3.3	Demais Orgãos	90	1	6	540
3.4	Acidentes Ambientais	15	1	16	240
	Sub-Total				**3090**
	SUB - TOTAL PROPEC´S				**12868**
	P A E s				
1	Inventário	45	1	5	255
2	SDRS	47	2	8	376
3	Participação CBH-ALPA	18	1	8	144
4	Tratamento de Esgotos	47	2	8	376
5	Areas Contaminadas	1	4	12	48
6	Queima Palha de Cana	4	**conforme roteiro**		184
7	Atividade Minerária	30	**2**	**10**	600
8	Fumaça Preta	52	**1**	**8**	416
9	Cursos/Eventos	10	2	20	400
	SUB - TOTAL PAE´S				**2799**
				TOTAL	***15.667***

PLANO DE AÇÃO 2002/2003

AGÊNCIA AMBIENTAL DE SOROCABA – CSr-S

1. INTRODUÇÃO

Este documento objetiva estabelecer o planejamento contínuo das ações de controle e de prevenção à poluição na área de abrangência da Agência Ambiental de Sorocaba, fixando as bases para o seu gerenciamento.

Inserida na Região Administrativa de Sorocaba, abrange as Regiões de Governo de Sorocaba e Botucatu. Atende a 25 municípios, que integram duas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs): UGRHI 10: Tietê/Sorocaba (24 municípios); UGRHI 11: Ribeira do Iguape/ Litoral Sul (01 município).

Estes municípios, segundo os dados preliminares do censo IBGE/ 2000 tem uma população urbana de 1.230.149, que equivale a 88 % da população total. Ocupam uma área territorial de 10.567 Km^2

Segundo dados extraídos no SIPOL, os empreendimentos cadastrados somavam 6.263, em dezembro de 2001, indicando um incremento anual de 13,6 %.

O quadro atual de recursos humanos da agência constitui-se de:

- 01 Gerente de Agência
- 21 Agentes Credenciados
- 01 Analista de Educação Ambiental
- 01 Funcionário Administrativo

Estarão disponibilizadas 34.125/hora.ano para o desenvolvimento das atividades da Agência (base de 1500horas/ano x 22 + 1125horas/ano x 1, sendo 01 gerente, 01 analista de educação ambiental, e 21 agentes credenciados - um dos agentes teve sua carga horária reduzida em 25% por determinação médica).

Quanto aos recursos materiais dipõem-se de:
Veículos – 02 Fiat SX 1998; 06 VW Gol 1990 – total 08 veículos;
Informática – 01 servidor;16 computadores;01 impressora tipo laser; 04 impressoras tipo jato de tinta

2 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

- AR

Dados coletados nas Estações de Monitoramento da Qualidade no Ar no Município de Sorocaba, revelaram que as médias aritméticas anuais para SO_2 estiveram abaixo do padrão primário. Quanto à Fumaça, nos anos de 1999, 2000 e 2001 as médias aritméticas anuais foram de 48 $\mu g/m^3$, 44 $\mu g/m^3$ e 37,6$\mu g/m^3$, respectivamente, valor próximo do padrão primário anual (60 $\mu g/m^3$).

A instalação de uma "Estação Telemétrica de Qualidade do Ar", ocorrida em junho de 2000, neste Município, contribui para uma melhor avaliação e planejamento de atividades. Ampliou-se a gama de parâmetros monitorados, obtendo-se dados das concentrações de ozônio, partículas inaláveis, óxidos de enxofre e nitrogênio. Dentre estes parâmetros cabe destacar o ozônio, cujas concentrações estiveram acima do padrão legal estabelecido em 06 dias no ano de 2000 e em 13 dias no ano de 2001.

O Município de Sorocaba possui um significativo parque industrial e intensa atividade comercial, sendo um polo centralizador da Região. Conta com uma frota de 185.205 veículos automotores, sendo 12.412 destes veículos movidos a diesel (dados relativos ao ano de 2001).

Os níveis de fumaça apresentaram médias anuais decrescentes nos últimos três anos. Esta constatação reflete o resultado das ações da CETESB tanto junto às fontes estacionárias quanto às móveis, aliado , ao trabalho desenvolvido junto a Prefeitura de Sorocaba e Corpo de Bombeiros para coibir a prática de queima ao ar livre de restos de poda de vegetação, e resíduos em geral. A adoção de medidas estruturais, como a melhoria do sistema viário do Município pode ter sua parcela de contribuição na queda dos níveis de fumaça.

Os demais municípios da área de abrangência desta Agência, que integram a rede de avaliação de Qualidade do Ar do Interior (Itu e Votorantim) não apresentaram valores desconformes.

A queima de palha de cana ocorre, com maior frequência, nas plantações concentradas nos municípios de Cerquilho, Boituva e Tietê, situadas distantes da malha urbana, não se constituindo em uma situação emergencial, requerendo, entretanto, sua inserção nas ações de controle da Agência.

- ÁGUA

No que diz respeito à poluição hídrica, os esgotos domésticos lançados nos cursos d'água da região tem contribuído significativamente para o seu comprometimento. O Relatório de Situação de Recursos Hídricos, elaborado, em 1996, pela Secretaria Executiva do Comitê das Bacias Hidrográficas do Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT), sob coordenação desta Unidade Regional da CETESB, apontou que as cargas orgânicas domésticas remanescentes tem contribuição de 84%.

Os dados que constam do “Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo-2000” , revelam que a remoção da carga orgânica gerada nos municípios da UGRHI-10 é de apenas 11%.

- SOLO

  O impacto ambiental no solo e águas subterrâneas ocorre pela disposição inadequada de resíduos sólidos industriais, urbanos e de serviços de saúde. Na área de abrangência da CSr-S, 17 dos municípios dispõem seus resíduos de forma inadequada (68%). Os resíduos Classe I, gerados pela atividade industrial na região, são encaminhados para tratamento e/ou destinação final em sistemas licenciados/aprovados pela CETESB, após a emissão de CADRIs ou Autorizações. Em situações emergenciais tais resíduos são armazenados temporariamente no local de origem.

Foram identificadas na área de atuação da Agência quatro áreas contaminadas, cujo atendimento, encontra-se em diferentes estágios quanto as medidas de remediação/recuperação.

A atividade extrativa de argila, areia e calcáreo é expressiva na região. Dado ao alto potencial de degradação vinculado a prática desta atividade faz-se necessário a atuação conjunta dos orgãos do Sistema Estadual de Meio Ambiente para o equacionamento da questão.

3. PROGRAMAS PERMANENTES DE CONTROLE - PROPEC´s

Os itens a seguir relacionados dizem respeito às atividades rotineiras da Agência. São apresentadas as premissas básicas que nortearão o desenvolvimento de cada um dos PROPECs.

3.1 – Licenciamento Ambiental

- Universo:
  a) 500 solicitações de Licença de Instalação; 500 solicitações de Licença de Funcionamento; 280 solicitações de Certificados de Destinação de Resíduos Sólidos Industriais; 200 solicitações de Certificado de Dispensa de Licença de Instalação; e 150 pareceres técnicos (GRAPROHAB, viabilidade de localização, alteração de razão social).
  b) 280 postos de gasolina já cadastrados na área atuação da Agência.
  c) estoque de 197 Licenças de Instalação e 216 Licenças de Funcionamento

Objetivo: atendimento às solicitações de forma a adequar as empresas às premissas da legislação ambiental em vigor.

- Metas:
    a) atendimento a 100% das novas solicitações nos prazos já estabelecidos. Exceção deve ser feita para as solicitações que dependem de manifestação de outros órgãos do SISEMA ou de outras áreas da Companhia.
    b) redução de 50% do estoque de licenças pendentes (o equacionamento integral desta demanda depende do interessado e/ou de outros orgãos do SISEMA)
- Estratégia de Ação:
    a) atendimento ao público solicitante
    b) análise dos documentos e pedido de complementações, quando necessário;
    c) emissão de licença/certificado ou parecer de indeferimento
- Parâmetro de Acompanhamento:
    a) número de licenças/certificados/pareceres emitidos frente às solicitações

3.2 – Fiscalização Programada

- Universo: 70 empreendimentos, sendo 12 (doze) de alta prioridade, 24 (vinte e quatro) de média prioridade, e 34 (trinta e quatro) fontes potenciais
- Objetivos:
    a) equacionamento das desconformidades ambientais e de licenciamento;
    b) dar continuidade às ações de controle de forma a manter as empresas em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- Meta: realizar 193 inspeções junto as empresas de forma programada para atendimento aos objetivos propostos
- Estratégia de Ação:
    a) inspeções com a freqüência indicada;
    b) equacionamento do licenciamento ambiental, quando necessário;
    c) acompanhamento dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, quando couber;
    d) caracterização qualitativa e quantitativa dos sistemas de controle de poluição, de forma a atender aos padrões de emissão e de qualidade estabelecidos;
    e) caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos sólidos industriais e equacionamento da sua destinação final, quando necessário;

- Parâmetros de Acompanhamento:
    a) n° de inspeções realizadas, frente à freqüência prevista;
    b) n° de licenças emitidas frente às solicitadas;
    c) evolução qualitativa da empresa (melhor, pior, estável)

3.3 Atendimento à Comunidade

- Universo: 400 reclamações novas e 840 repetitivas, 400 solicitações do Ministério Público/Poder Judiciário e 150 de outros órgãos, 50 atendimentos a acidentes ambientais.
- Objetivo: dar atendimento a todo tipo de solicitação da comunidade: reclamações da população, Ministério Público, Poder Judiciário, organismos e entidades públicas, organismos não governamentais, imprensa, dentre outras.
- Meta: atendimento a 100% das solicitações
- Estratégia de Ação:

a) Avaliação das demandas pelo corpo gerencial e encaminhamento para atendimento pela área técnica, quando couber;

- Parâmetro de Acompanhamento:

a) Número de atendimentos frente ao número de solicitações

4. PROGRAMAS DE ATUAÇÃO ESPECÍFICA - PAE´s

4.1 –Inventário de Fontes de Poluição Ambiental

- Universo: 70 (setenta) empreendimentos. (incluindo todas as fontes de alta e média prioridade, além das fontes potenciais).
- Objetivo: atualização das curvas “ABC” (ar, água, resíduos sólidos), utilizando meio eletrônico
- Meta: inventariar 100% do universo previsto
- ***Estratégia de Ação:***
    a) seleção das empresas, solicitação e análise preliminar dos dados;
    b) adequação e complementação dos dados;
    c) análise final e consolidação;
    d) atualização da curva ABC.
- Parâmetro de Acompanhamento:
    a) número de empreendimentos inventariados.

4.2 - **Sistemas de Destinação de Resíduos Sólidos Domésticos e de Serviços de Saúde**

- Universo: 25 (vinte e cinco) municípios, envolvendo aqueles contemplados pelos Decretos 45.001/00 e 44.760/00-4 - Implantação de Aterros em Valas
- Objetivos:
    a) equacionamento das desconformidades existentes em relação aos atuais locais de destinação final destes resíduos;

b) dar continuidade as ações de controle, de forma a manter os locais de destinação em conformidade com a legislação vigente
c) equacionamento da disposição final dos resíduos gerados nos municípios contemplados pelos Decretos mencionados,

- Meta: ter 50% dos municípios com IQR maior que 6,0 (condições controlados ou adequadas)
- Estratégia de Ação:
  a) inspeções semestrais, com elaboração de IQR;
  b) acompanhamento dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta – 12 (doze) TACs assinados;
  c) proposição de medidas mitigadoras e soluções técnicas
  d) licenciamento ambiental, quando couber
  e) fiscalização das obras nos municípios contemplados pelos Decretos
  f) aplicação de penalidades, quando couber
- Parâmetros de Acompanhamento:
  a) n° de inspeções realizadas;
  b) n° de licenças emitidas frente às solicitadas;
  c) evolução qualitativa dos sistemas, através dos IQRs.

Obs: No quadro demandas x disponibilidade computou-se apenas as horas para acompanhamento de TACs e elaboração dos IQRs. As demais horas para atendimento a esta demanda foram computadas no PROPEC licenciamento ambiental.

4.3- Atuação junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica

A CETESB exerce a função de Secretaria Executiva no CBH - SMT Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê. Participa ainda das Câmaras Técnicas de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, Educação Ambiental e Saneamento, deste Comitê.

- Objetivo: fortalecimento da atuação da CETESB no Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de São Paulo, permitindo, inclusive, que situações de conflito, envolvendo ações de controle da poluição sejam solucionadas.
- Estratégia de Ação:

a) continuidade das ações ora desenvolvidas junto ao CBH-SMT, mantendo a função de Secretaria Executiva;

- Parâmetro de Acompanhamento:
  a) Nível de eficiência no desenvolvimento dos trabalhos

4.4 – Sistemas de Tratamento de Esgotos

Universo: 25 municípios operados pela SABESP ou Serviços Autônomos de Água e Esgotos. Destes últimos 04 possuem Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta -TACs assinados, e 01 encontra-se em fase de tratativas para assinatura deste documento

- Objetivo: adequação do lançamento das cargas poluidoras de origem doméstica à legislação vigente
- Meta: remoção de 50% da carga remanescente até 2004, e 100% até 2010.
- Estratégia de Ação:
    a) inspeções aos municípios e aplicação de penalidades, quando couber
    b) assinatura/acompanhamento das ações previstas nos TACs e adoção das medidas cabíveis
- Parâmetro de Acompanhamento
    a) número de inspeções efetuadas e penalidades aplicadas
    b) cumprimento das clausulas previstas nos TACs, nos prazos estabelecidos
    c) licenciamento ambiental, quando couber

Obs: Os homens/horas para atendimento a esta demanda foram computadas no PROPEC licenciamento ambiental.

4.2– Queima de Palha de Cana

- Universo: 33.625 ha , 04 empreendimentos
- Objetivo : controle da queima de palha de cana na área de atuação da Agência
- Estratégia de Ação:
    a) atendimento às reclamações
    b) fiscalização conforme os seguintes de roteiros:
- Roteiro Castelo Branco
- Roteiro Marechal Rondon
    c) fiscalização com frequência quinzenal/roteiro, de maio a novembro
- Parâmetro de Acompanhamento:
    a) número de inspeções e de constatações
    b) penalidades aplicadas

4.6 – Fumaça Preta

- Universo: frota de veículos movidos a diesel no município de Sorocaba
- Objetivo: reduzir as emissões de fumaça oriunda de fontes móveis
- Estratégia de Ação
    a) fiscalização semanal
    b) levantamento amostral de densidade colorimétrica de fumaça emitida por veículos – avaliação da frota inadimplente
- Meta: reduzir a frota inadimplente do município ao patamar de 10% .
- Parâmetro de Acompanhamento
    a) número de multas aplicadas
    b) percentual da frota inadimplente

4.6.1 –Ações Complementares visando o Controle das Emissões de Fumaça Preta

- Universo: 02 empresas, com frota de 358 ônibus
- Objetivo:
    a) viabilizar a redução da emissão de poluentes oriundos da frota de ônibus coletivos urbanos, que circulam no Município de Sorocaba;
    b) Melhoria da qualidade ambiental dos terminais de transporte urbano, em atendimento às reclamações dos usuários;
- Estratégia de Ação: Além das ações de controle corretivo (fiscalização de fumaça preta), prevê-se:

a) continuidade da implementação dos Programas de Gestão Ambiental, que constam dos Protocolos de Intenções assinados pelas Empresas de Transporte Coletivo de Sorocaba;
b) avaliação das emissões veiculares e níveis de ruído dos terminais de transporte coletivo de Sorocaba e adoção de ações junto a URBES para equacionamento do problema.

- Parâmetros de Acompanhamento:
    a) implementação das ações prevista no Protocolo de Intenções
    b) acompanhamento das medidas que deverão ser implementadas pela URBES

Obs: As ações que exigem conhecimento específico serão desenvolvidas por técnicos da Diretoria de Recursos Hídricos e Engenharia Ambiental com acompanhamento dos técnicos da Agência.

4.7 – Programa Ozônio – Sorocaba

- Universo: Município de Sorocaba
- Objetivo:

a) Colher subsídios que permitam avaliar o comportamento do Ozônio, de forma a orientar as ações de controle.

- Estratégia de Ação: Prevê-se a realização dos seguintes sub-programas, em conjunto com a Diretoria de Recursos Hídricos e Engenharia Ambiental:
    a) monitoramento do comportamento do Ozônio no Município utilizando-se bioindicadores, distribuídos em 19 pontos;
    b) levantamento de dados junto às indústrias consumidoras de combustível ou que tenham potencial de emissão dos precursores de ozônio
    c) levantamento de dados de interesse, tais com: composição da frota de veículos por idade e tipo de combustível utilizado; levantamento do volume de combustível consumido no Município; levantamento de dados metereológicos;
    d) interpretação dos dados e formulação de proposta de ação.

a) ação.

- Parâmetros de Acompanhamento:
  a) consolidação dos resultados obtidos em cada sub-programa
  b) elaboração de estratégias de ação para continuidade dos trabalhos

4.8 Áreas contaminadas

- Universo: 04 (quatro) empresas, quais sejam : Saturnia /Enertec (Sorocaba), USA Chemicals (Porto Feliz); Química Industrial Supply (Tapiraí); Fersol (Tatuí)
- Objetivo: minimização dos efeitos adversos ao meio ambiente/saúde pública, pelo estabelecimento de Planos de Descontaminação ou acompanhamento daqueles já estabelecidos;
- Meta: equacionamento das ações de recuperação em 100% das áreas
- Estratégia de Ação:
  a) avaliação do grau de contaminação - apoio Diretoria de Recursos Hídricos e Engenharia Ambiental, através da Coordenadoria de Areas Contaminadas (EC);
  b) estabelecimento de Planos de Descontaminação ou acompanhamento daqueles já estabelecidos.
- Parâmetros de Acompanhamento:
  a) verificação dos resultados obtidos frente aos valores orientadores disponíveis
  b) cumprimento das várias etapas para descontaminação da área; e aplicação de penalidades quando couber

5. Conclusões

A elaboração deste Plano resgata o exercício de “pensar” as ações da Agência. Neste processo é possível identificar as atividades essenciais que merecem maior atenção.

O quadro a seguir Demandas x Disponibilidades retrata que o número de horas necessárias para o cumprimento das demandas previstas é superior à disponibilidade de horas/homem da Agência. Tal **déficit** corresponde a necessidade de alocação de mais um técnico.

6. Quadro DEMANDAS X DISPONIBILIDADES (Anexo)

DEMANDAS X DISPONIBILIDADE - PREVISÃO PARA O ANO 2002					
Agência Ambiental de Sorocaba - CSr-S					
Nº	DEMANDAS	UNIVERSO	RET/ANO	HORAS	TOTAL
PROPECs					
1	Licenciamento Ambiental				
1.1	LI´s	500	1,0	6,0	3000,0
1.2	LF´s	500	1,0	8,0	4000,0
1.3	Postos Combustíveis LF	280	1,0	7,0	1960,0
1.4	Estoque LI	100	1,0	4,0	400,0
1.5	Estoque LF	100	1,0	6,0	600,0
1.6	CADRI's	280	1,0	4,0	1120,0
1.7	CDLI´s	200	1,0	4,0	800,0
1.8	Pareceres Técnicos	150	1,0	6,0	900,0
1.9	Atendimento ao Público	250	1,0	4,0	1000,0
1.10	Contravenções	600	1,0	6,0	3600,0
	sub-total 1				**17380,0**
2	Fiscalização Programada				
2.1	Alta Prioridade	12	6	12	864
2.2	Média Prioidade	24	3	12	864
2.3	Fontes Potenciais I	15	2	12	360
2.4	Fontes Potenciais II	19	1	12	228
	sub-total 2				**2316,0**
3	Atendimento a Comunidade				
3.1	Reclamações novas	400	1,0	5,0	2000,0
3.2	Reclamações repetitivas	840	1,0	2,0	1680,0
3.3	Ministério Público	400	1,0	12,0	4800,0
3.4	Demais Orgãos	150	1,0	6,0	900,0
3.5	Acidentes Ambientais	50	1,0	16,0	800,0
	sub-total 3				**10180,0**
SUB-TOTAL PROPECs					**29876,0**
PAE´s					
1	Inventário	70	1,0	5,0	350,0
2	Residuos Domesticos/Saúde	25	2,0	6,0	300,0
3	Participação CBH-SMT				2622,0
4	Queima de Palha de Cana	4 (2 roteiros)	15 * 2	8,0	240,0
5	Fumaça Preta - fiscalização	52	1,0	8,0	416,0
5.1	Fumaça Preta - ações complem.	2	12,0	8,0	192,0
6	Programa Ozônio				550,0
7	Áreas Contaminadas	4	4,0	12,0	192,0
8	Treinamento	23	2,0	20,0	920,0
	SUB-TOTAL PAEs				**5782,0**
	TOTAL				**35658,0**